

Cadernos do
Lepaaraq
Vol. X nº20 2013



ISSN 2316 8412

Textos de
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Pelotas

Cadernos do
Lepaarq

Textos de

Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Vol. X | n° 20 | 2013 | ISSN 2316- 8412



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Reitor:

Prof. Mauro Augusto Burkert Del Pino

Vice-Reitor:

Prof. Carlos Rogério Mauch

Pró-Reitora de Graduação:

Prof. Fabiane Tejada da Silveira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Denise Petrucci Gigante

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Antônio Carlos Martins da Cruz

Pró-Reitor Administrativo:

Prof. Antônio Carlos de Freitas Cleff

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Prof. Luiz Osório Rocha dos Santos

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Prof. Sidney Gonçalves Vieira

Vice-Diretora:

Prof.^a. Lorena Almeida Gil

LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Coordenador:

Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira



Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS

CEP 96010-150

Fone/fax: (53) 227 3677

e-mail: editoraufpel@uol.com.br

Ficha catalográfica: Ayde Andrade de Oliveira –
CRB 10/864

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia. Pelotas, RS: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.10, n.20,2013.

Semestral

ISSN impresso 1806-9118

ISSN eletrônico 2316-8412

1. Arqueologia - Periódico. 2. Antropologia - Periódico. 3. Patrimônio - Periódico. I. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia.

CDD 930.1

EDITORIA – CADERNOS DO LEPAARQ

Editoria:

Editores Responsáveis

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira

Conselho Editorial:

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Sosa Gonzalez (UFPEL)

Prof.^a Dr.^a Carolina Kesser Barcellos Dias (UFPEL)

Prof. Dr. Charles Orser Jr. (New York State Museum – EUA)

Prof. Dr. Francisco Pereira Neto (UFPEL)

Prof.^a Dr.^a Helen Gonçalves (UFPEL)

Prof.^a Dr.^a Lourdes Domínguez (Oficina del Historiador – Cuba)

Prof. Dr. Luiz Oosterbeek (Instituto Politécnico de Tomar – Portugal)

Prof.^a Dr.^a Maria Dulce Gaspar (Museu Nacional UFRJ)

Prof. Dr. Mariano Bonomo (Conicet – Facultad de Ciencias Naturales y Museo – Argentina)

Prof.^a Dr.^a Marisa Coutinho Afonso (USP)

Prof. Dr. Paulo Deblasis (Museu de Arqueologia e Etnologia USP)

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Prof.^a Dr.^a Sandra Pelegrini (UEM)

Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder (UFSM)

Conselho Consultivo:

Prof.^a Dr.^a Ana Inez Klein (UFPEL)

Prof. Dr. Arno Alvarez Kern (PUC-RS)

Prof.^a Dr.^a Camila Alejandra Gianotti (CURE – Uruguai)

Prof.^a Dr.^a Claudia Turra Magni (UFPEL)

Prof. Dr. Edgar Barbosa Neto (UFMG)

Prof. Dr. Gustavo Peretti Wagner (UFBA)

Prof. Dr. Mártin Cesar Tempass (UFPEL)

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Bento Ribeiro (UFPEL)

Prof.^a Dr.^a Neiva Bohns (UFPEL)

Prof.^a Dr.^a Nirce Saffer Medvedovski (UFPEL)

Prof. Dr. Rafael Corteletti (USP)

Prof. Dr. Rafael Suárez Sainz (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – Uruguai)

Prof. Dr. Renato Pinto (UFPE)

Secretaria Editorial:

Rafael Guedes Milheira

Editoração e Projeto Gráfico:

Chaiane Alves Quadrado

SUMÁRIO

PÁGINA

EDITORIAL

Rafael Guedes Milheira

05

ARQUEOLOGIA ENTRE RIOS: DO URUSSANGA AO MAMPITUBA. REGISTROS ARQUEOLÓGICOS PRÉ-HISTÓRICOS NO EXTREMO SUL CATARINENSE

Juliano Bitencourt Campos, Marcos César Pereira Santos, Rafael Casagrande da Rosa, Claudio Ricken, Jairo José Zocche

09

MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO E PEDOLÓGICO NO VALE DO RIO CAPIVARI, ESTADO DE SANTA CATARINA

Raul Viana Novasco

41

ONDE ACAMPAR? O SÍTIO ARQUEOLÓGICO RS-LN-62: INTERLAGOS EM SEU CONTEXTO REGIONAL HISTÓRICO E AMBIENTAL

Pedro Ignácio Schmitz, Ismael da Silva Raupp

63

A DIVERSIDADE DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS JÊ DO SUL NO ESTADO DO PARANÁ

Jonas Gregorio de Souza, Fabiana Terhaag Merencio

93

FRATURA NOS OSSOS: VIOLÊNCIA, ACIDENTE OU BIOTURBAÇÃO?

Elaine Alves de Santana, Olívia Alexandre Carvalho

131

NÃO SOMOS ESTRANGEIRAS! PELAS LOUÇAS BRASILEIRAS

Rafael de Abreu e Souza

159

A IMATERIALIDADE DO MATERIAL, A AGÊNCIA DOS OBJETOS OU AS COISAS VIVAS: A INSERÇÃO DE ELEMENTOS INANIMADOS NA TEORIA SOCIAL

Fabiana Terhaag Merencio

183

DOCUMENTOS MAMBEMBES: OS DIFERENTES SUPORTES DE MEMÓRIA EM UM CASO DE PESQUISA COM O CIRCO-TEATRO

Darlan De Mamann Marchi, Isabel Porto Nogueira

205

WATER RESOURCES AND HUMAN BEHAVIOUR: AN INTEGRATED LANDSCAPE MANAGEMENT PERSPECTIVE

Luiz Oosterbeek, Inguelore Scheunemann, Luís Santos

227

**PESQUISA ARQUEOLÓGICA PRÉ-COLONIAL NO VALE DO RIO
PARDINHO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Taís Vargas Lima, Sérgio Célio Klamt

245

**RESENHA DO LIVRO “ARQUEOLOGÍA PREHISTÓRICA EN LA
LOCALIDAD ARROYO CATALÁN CHICO: INVESTIGACIONES
PASADAS, REPLANTEO Y AVANCES RECIENTES” DE RAFAEL
SUÁREZ**

Chaiane Alves Quadrado

267

E D I T O R I A L

No volume X, número 20, dos Cadernos do LEPAARQ, os leitores terão à disposição diversas contribuições nas áreas de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, que serão brevemente comentadas a seguir.

O primeiro artigo apresenta os resultados do projeto “Arqueologia Entre Rios: Do Urussanga ao Mampituba”, desenvolvido pelo grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, sob coordenação de Juliano Bitencourt Campos, quem assina como primeiro autor. O artigo busca apresentar as formas de ocupação pré-históricas no sul de Santa Catarina, no polígono delimitado pelos rios Urussanga e Mampituba, onde já foram identificados 117 sítios arqueológicos associados aos grupos caçadores-coletores, grupos sambaquieiros, ceramistas, incluindo sítios com arte rupestre.

Raul Viana Novasco, no segundo artigo, apresenta um estudo de padrão de assentamento, cruzando os dados pedológicos arqueológicos da região sul-catarinense, onde há uma grande diversidade ambiental representada por distintos compartimentos topográficos (serra e litoral) e onde predominam floretas diferenciadas. Porém, o trabalho tem um foco direcionado para o estudo da encosta da serra.

Pedro Ignácio Schmitz e Ismael da Silva Raupp retomam a temática da tradição Vieira, estudando o sítio arqueológico RS-LN-62, localizado em Osório, no litoral norte do Rio Grande do Sul. Esse sítio é composto por vestígios cerâmicos, líticos e arqueofauna, apresentando uma data de 1.430 ± 40 anos AP, situando-se, temporalmente, no período de maior expansão dessa tradição.

É sobre a Arqueologia Jê meridional no estado do Paraná que se debruçam Jonas Gregorio de Souza e Fabiana Terhaag Merencio. Com foco no baixo Piquiri e no médio Iguaçu, os autores

apresentam a alta densidade de sítios arqueológico (estruturas semissubterrâneas e montículos), que compõe um sistema de assentamento de complexidade social emergente, causada pela presença Tupi-Guarani.

Elaine Alves de Santana e Olívia Alexandre Carvalho dão uma bela contribuição à área de Antropologia física, tão lacunar e carente no Brasil. As autoras analisam a etiologia das fraturas em uma amostra de 19 esqueletos do sítio Justino B, no Xingó, e, além de observarem aspectos negativos da preservação dos esqueletos, conseguem visualizar traumas agudos associados a práticas de violência entre indivíduos.

Rafael de Abreu e Souza, no campo da Arqueologia histórica, dá destaque às louças de fabricação brasileira como elementos materiais de sítios arqueológicos do século XX que denotam usos e costumes quotidianos de grupos sociais menos abastados. O estudo da louça nacional é visto pelo autor como um desafio na quebra de paradigmas, que envolvem a valorização demasiada das louças inglesas em detrimento da produção nacional.

Discutir agência dos objetos e a superação da dicotomia entre materialidade X imaterialidade, como elementos que (re) compõem as teorias sociais é o objetivo de Fabiana Terhaag Merencio no texto intitulado; “A imaterialidade do material, a agência dos objetos ou as coisas vivas: a inserção de elementos inanimados na teoria social”.

No artigo intitulado “Documentos mambembes: os diferentes suportes de memória em um caso de pesquisa com o circo-teatro”, os autores Darlan De Mamann Marchi e Isabel Porto Nogueira discutem sobre suportes de memória analisando o teatro do Bebê, um circo-teatro familiar bastante tradicional que circula pelo estado do Rio Grande do sul.

Políticas locais, regionais e globais sobre a água e recursos ambientais, operadas nos últimos 20 anos, são analisadas pela via do desenvolvimento sustentável e das mudanças climáticas por Luiz

Oosterbeek, Ingelore Scheunemann e Luís Santos no texto “Water resources and human behaviour: an integrated landscape management perspective”.

Na seção relatórios, Taís Vargas Lima e Sérgio Célio Klamt trazem resultados de pesquisas realizadas no Vale do Rio Pardinho do estado do Rio Grande do Sul.

Na seção resenhas, Chaiane Alves Quadrado, aluna do Bacharelado em Antropologia, com linha de formação em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas sintetiza o trabalho de Rafael Suárez, que, por sua vez, versa sobre a Arqueologia do arroio Catalán Chico, onde ocorrem sítios arqueológicos de caçadores-coletores que remontam ao período de transição do pleistoceno-holoceno.

Ótima leitura a todos!

Rafael Guedes Milheira
Coordenador do LEPAARQ
Editor dos cadernos do LEPAARQ

**Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba.
Registros arqueológicos pré-históricos
no extremo sul catarinense¹**

Juliano Bitencourt Campos²
Marcos César Pereira Santos²
Rafael Casagrande da Rosa²
Claudio Ricken²
Jairo José Zocche³

RESUMO: O uso e o manejo dos recursos naturais pelos grupos humanos pré-históricos resultaram em uma gama de vestígios paisagísticos e materiais que revelam em parte o seu cotidiano. Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados dos estudos realizados no projeto de pesquisa “Arqueologia Entre Rios: Do Urussanga ao Mampituba”, desenvolvido pelo grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, como um modo de entender a forma pela qual os grupos pré-históricos teriam interagido nos espaços de ocupação. A área estudada abrange um polígono de 4800 km² (80 x 60 km), localizado no sul de Santa Catarina entre a foz dos rios Urussanga e Mampituba e entre o Oceano Atlântico e os Aparados da Serra. Os dados foram obtidos em fontes bibliográficas, no banco de dados do CNSA/IPHAN e em pesquisas de campo. Foram registrados 116 sítios pré-históricos dos quais 44 são associados aos grupos caçadores-coletores, 16 ao grupo dos sambaquianos, 52 aos grupos ceramistas, três sítios de arte rupestre e um abrigo sob-rocha com enterramento associado. Os resultados nos permitiram inferir, numa perspectiva regional, quais grupos pré-históricos ocuparam a região, assim como, suas adaptações culturais às paleopaisagens, suas origens, migrações e interações existentes entre os mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: *Sítios Arqueológicos Pré-Históricos, Caçadores-Coletores, Guaranis, Sambaquis.*

¹ Parte da tese de doutoramento do primeiro autor.

² Setor de Arqueologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) Criciúma, SC, Brasil.
Pesquisadores do Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil.

³ Laboratório de Ecologia de Paisagem e de Vertebrados, Programa de Pós- Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) Criciúma, SC, Brasil. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil.

ABSTRACT: The use and management of natural resources by prehistoric human groups resulted in a range of materials and scenarios that reveal partly their daily lives. This article aims to present the results of studies developed in the project "Between Rivers Archaeology: From the Urussanga to Mampituba", by the Universidade do Extremo Sul Catarinense Archaeology and Territory Integrate Management research Group, as a way to understand how would have been the interaction between the pre-historic groups lived on their settlement spaces. The study area covers a polygon of 4800 km² (80 x 60 km), located in southern of Santa Catarina between the rivers Urussanga and Mampituba and between the Atlantic Ocean and the eastern slopes plateau. The data were obtained from literature sources, the database CNSA/IPHAN and field research. We recorded 116 prehistoric sites of which 44 are associated with hunter-gatherer groups, 16 Sambaqui groups, 52 ceramic potters groups, tree rock art sites and a rock shelter associated with burial. The results allowed us to infer, from a regional perspective, what prehistoric groups occupied the region, as well as its cultural adaptations to pale landscapes, their origins, migrations and the interactions between them.

KEY-WORDS: *Prehistoric Archaeological Sites, Hunter-Gatherers, Guaranis, Sambaquis.*

Introdução

O uso e o manejo dos recursos naturais pelos grupos humanos pré-históricos resultaram em uma gama de vestígios que são encontrados no território brasileiro em campos, florestas, vales dos rios e lagoas, os quais revelam em parte o cotidiano de tais grupos. Estes vestígios materiais e paisagísticos compõem parte da trama que perpassa a formação simbólica e material da cultura brasileira em um dos seus maiores patrimônios, a raiz da identidade dos grupos indígenas pré-coloniais e coloniais. Este fato teve início ainda no século XVII, com a transmissão do conhecimento sobre o domínio geográfico, captação de recursos e manipulação dos alimentos, uso do ambiente, confecção de canoas, cestos e esteiras, escolha das madeiras nobres para construção, entre tantas outras técnicas, dos indígenas para os desbravadores europeus. Tais legados propiciaram um sincretismo cultural, tanto nas técnicas construtivas quanto no consumo de alimentos típicos (PROUS, 1991).

As transformações climáticas resultantes de um aquecimento global ou de um fenômeno de tropicalização marcaram o final do Pleistoceno e o início do Holoceno por volta de 13.000 e 12.000 anos A.P. Neste momento se deu o início da ocupação do território meridional brasileiro por grupos humanos, desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul (KERN, 1992, NEVES; HUBBE, 2003; SCHMIDT-DIAS, 2004, DE BLASIS *et al.*, 2007; DICKINSON, 2011). A formação pré-colonial da região sul brasileira se desenvolveu a partir da presença de grupos caçadores-coletores, pescadores-coletores, pré-ceramistas e, posteriormente, porém concomitante, pelos horticultores que se fixaram nas praias, junto a rios e lagoas (PROUS, 1991). Há cerca de 8.000 A.P., no ápice do Ótimo Climático, três “tradições” tecnológicas, ligadas a três ambientes naturais específicos já se encontram bem definidas no sul do Brasil: a tradição Umbu (nos ambientes mais abertos), a tradição Humaitá (em áreas de floresta densa) e os Sambaquis (ao

longo de extensões litorâneas). A partir de 1.500 A.P. se desenvolveu a tradição tecnológica dos ceramistas (SCHMITZ, 1984; DE BLASIS, 1998; SCHMITZ, 2002; CHMYZ *et al.*, 2003; SCHMIDT-DIAS, 2004; BEBER, 2005; DE MASI, 2005).

O povoamento mais antigo de Santa Catarina é associado a grupos caçadores-coletores, os quais representam a primeira leva migratória cronologicamente registrada pela arqueologia para o território catarinense, onde, se fixando nas matas da encosta do Planalto, a leste e, nas matas do Alto Uruguai, a oeste, datam aproximadamente de 8.000 anos A.P. Nos municípios de Mondai e Itapiranga, às margens do alto curso do rio Uruguai foram obtidas amostras de carvão advindas de estruturas de combustão, coletadas a 7,30 m e a 3,50 m de profundidade, cujas datas se situam em 8.640 ± 95 anos A.P. (SI-995) e 5.930 ± 120 anos A.P. (SI-827), respectivamente (SCHMITZ, 2011). Ao norte do polígono estudado, Farias (2005) apresenta datas de ocupação para a encosta leste de Santa Catarina que oscilam entre 1.100 a 430 A.P., as quais representam o estágio final dessa expansão.

Uma segunda leva migratória, representada por pescadores-coletores, se estabeleceu em território catarinense próximo ao mar e às lagoas costeiras durante o Ótimo Climático, entre 6.000 e 4.000 anos A.P. Nesse contexto, a exploração dos recursos aquáticos, particularmente a fauna malacológica e de vertebrados, foi utilizada na alimentação e para a construção dos sambaquis (GASPAR, 2000), que guardam consigo grande diversidade, complexidade e monumentalidade (PROUS, 1991; DEBLASIS, 2005). Estes grupos humanos interagem com a paisagem litorânea estuarina, acumulando conchas de moluscos e restos faunísticos de modo sucessivo e intencional, além de enterrarem seus mortos nestes mesmos espaços. Também confeccionavam artefatos de rocha, principalmente em diabásio e granito para utensílios de pesca, de caça, bem como, objetos simbólicos

representados por figuras de animais, denominados de zoólitos (KERN, 1995; GASPAR, 2000; DEBLASIS, 2005).

Uma terceira leva migratória que também habitou o litoral catarinense é representada pelos grupos ceramistas. As datações para esta leva estabelecem, em média, períodos de ocupação em torno de 1.000 A.P. (BATISTA DA SILVA *et al.*, 1990). Trata-se de grupos humanos que utilizavam a caça, coleta, e horticultura como meio de aquisição de alimentos, se dividindo entre as tradições ceramistas denominadas culturalmente como Taquara/Itararé e Tupiguarani. O material cerâmico associado à cultura Taquara/Itararé se caracteriza pela presença de vasilhames de pequeno porte com coloração escura (COMERLATO, 2002), enquanto que, o associado à cultura Tupiguarani se caracteriza pela variação: no tamanho, no padrão de decoração, na pintura e, nos tratamentos de superfície (CEREZER, 2011).

Em relação aos Itararés, Comerlato (2002) assinala se constituem como o primeiro grupo ceramista a migrar para o litoral. Na porção central e setentrional de Santa Catarina se encontra grande número de sepultamentos associados a esta Tradição, com variedade de alimentos oriundos dos recursos marítimos (pesca, coleta e caça) e de eventuais cultivos, indicando a estabilidade das aldeias. De acordo com Schmitz (1988), os Itararés eram grupos pescadores, e em menor escala caçadores-coletores e, possivelmente horticultores que ocuparam o litoral catarinense por volta 1.150 A.P.

Nos sítios arqueológicos associados a estes grupos, há uma inversão na quantidade de restos animais descartados em comparação aos sambaquis. Nos sambaquis há a predominância de conchas de moluscos enquanto que nos sítios cerâmicos Itararé nota-se a escassez (FIGUTI, 1992, 1993; GASPAR, 2000, 2002; KNEIP, 2004; DEBLASIS *et al.*, 2004, 2007). De outro modo, a presença de restos de ossos e escamas de peixes demonstra a inserção deste recurso como base predominante da dieta também do grupo ceramista (COMERLATO, 2002).

Seguindo a cronologia indicada nas pesquisas arqueológicas da região sul de Santa Catarina, encontramos registros de uma quarta leva migratória, a dos grupos de tradição Tupiguarani, a qual está associada ao período pré-colonial. Esses habitantes, que teriam ocupado o espaço geográfico do sul do Brasil que abrange os vales dos rios Araranguá, Urussanga e Jaguaruna, desde 1.000 anos A.P. (LINO, 2009; MILHEIRA, 2010), provavelmente pertenciam a um mesmo sistema sociocultural: o Guarani.

Os grupos Guarani ocupavam grandes porções da planície arenosa, que abrange áreas entre o Oceano Atlântico e as encostas da Serra do Mar, no sul de Santa Catarina. São caracterizados como grupo de ceramistas, que apresentam padrão variado na decoração dos utensílios cerâmicos com base na pintura policroma e prescritividade nos tratamentos de superfície, sobretudo, com a técnica do corrugado. A superfície dos fragmentos desses artefatos é, portanto, uma das características que permite a identificação dos sítios arqueológicos provenientes dos grupos da tradição Tupiguarani (CEREZER, 2011). Os Guarani, tinham como característica marcante a prescritividade tanto de sua cultura material, arte mobiliária, quanto de sua língua, cuja temporalidade ultrapassa os 3.000 anos (NOELLI, 1993). No litoral de Santa Catarina, sítios associados a estes grupos são abundantes, tendo sido pesquisados desde a década de 1960 (ROHR, 1984).

Conforme se observa pela cronologia arqueológica, a região do extremo sul do estado de Santa Catarina se constitui em uma área de grande importância para um panorama arqueológico meridional. Esta constatação encontra suporte no fato de que são inúmeras as ocorrências de vestígios e de sítios arqueológicos de diversas culturas, conforme atestam às inúmeras publicações de pesquisas científicas desenvolvidas na região, como as de Fossari (1991), Lavina (1997/1998, 2000, 2003, 2005), Schmitz (1995/1996, 1998), Schmitz *et al.* (1999), Caldarelli (2003), Lino e Campos (2003),

Farias (2005) Lino (2007, 2009), Milheira (2010), Campos (2010), Zocche *et al.* (2012) e Campos *et al.* (2012).

Sendo assim, este texto pretende ampliar as informações sobre esse panorama arqueológico. A apresentação dos resultados preliminares do projeto de pesquisa “Arqueologia Entre Rios: Do Urussanga ao Mampituba”, que está sendo desenvolvido pelo grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território da Universidade do Extremo Sul Catarinense, deve-se somar aos resultados já existentes de modo a ampliar os horizontes para se pensar esse panorama.

Materiais e métodos

Localização e descrição da área estudada

A área estudada se localiza no Extremo Sul Catarinense, entre a foz do rio Urussanga e a foz do rio Mampituba (sentido norte – sul) e entre o Oceano Atlântico e as encostas da Serra Geral (sentido leste – oeste). Todo esse polígono abrange cerca de 4800 km² (80 x 60 km) entre as coordenadas UTM (*Datum* SAD69, Fuso 22s): 655021 - 677434 E e 6798994 – 6813036 N, abrigando 24 municípios (FIGURA 01). A decisão por este traçado reside no fato de que o polígono se constitui atualmente como um território pouco estudado do ponto de vista arqueológico, além de estar inserido na área de atuação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

De acordo com a classificação climática de Köppen (1948), o clima da região sul de Santa Catarina se enquadra no tipo Subtropical Úmido (Cf). Na poligonal estudada, na área de abrangência da Floresta das Terras Baixas e da Floresta Submontana (do nível do mar até aproximadamente 650 m de altitude) ocorre à variedade específica Cfa e, em uma porção mais restrita, junto à área de abrangência da Floresta Ombrófila Densa Montana, dos Campos de Cima da Serra e da Floresta Ombrófila Mista (acima dos 650 m de altitude), ocorre a variedade específica Cfb. Nos locais de

ocorrência da variedade Cfa, a temperatura média normal anual varia de 17,0 a 19,3 °C, a média normal das máximas varia de 23,4 a 25,9 °C e das mínimas de 12,0 a 15,1 °C. A precipitação pluviométrica total anual varia de 1.220 a 1.660 mm, com o total anual de dias com chuva variando entre 102 e 150 dias. Nos locais de ocorrência da variedade Cfb, a temperatura média normal anual varia de 11,4 a 17,9 °C, a média normal das máximas varia de 16,9 a 25,8 °C e das mínimas de 7,6 a 12,9 °C. A precipitação pluviométrica total anual varia de 1.360 a 1.820 mm, com o total anual de dias com chuva variando entre 123 e 144 dias (EPAGRI, 2001).

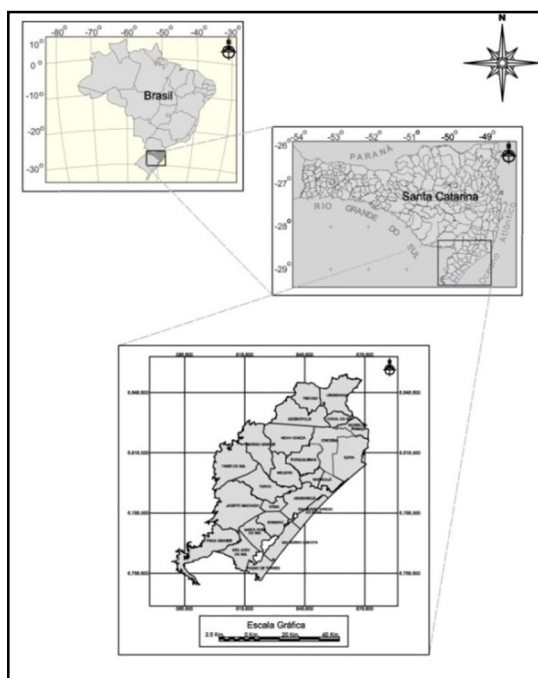


Figura 01

Localização da área estudada abrangendo o polígono de 4800 km² (80 x 60 km) entre as coordenadas UTM: 655021 - 677434 E e 6798994 – 6813036 N. Fonte: IPAT/UNESC.

Segundo Vieira *et al.* (2009), pode-se resumidamente registrar na área de estudo delimitada, a presença das formações: Planalto da Serra Geral e Bacia do Paraná (Formação Serra Alta, Formação Terezina, Formação Rio do Rastro, Formação Botucatu e Formação Serra Geral), as quais apresentam altitudes que variam de 100 e 1600 m (BRASIL, 1980a, b, c). As maiores elevações estão posicionadas na porção oeste da área, formando relevos acidentados, inclusive os cânions e os contrafortes da serra.

O escudo catarinense, também denominado embasamento cristalino (HORN FILHO *et al.*, 2010), com as formações litoestratigráficas do tipo Suítes Intrusivas Graníticas, igualmente ocorre no polígono. Está representado pelos promontórios rochosos e afloramentos, formando relevos acidentados, mas com menor altitude, no entanto bem demarcado na paisagem devido aos grandes afloramentos geralmente isolados.

Os Sedimentos Cenozóicos (SILVA; BORTOLUZZI, 1987) formadores das planícies do quaternário também estão presentes na área de estudo. Esta formação geomorfológica teve sua gênese a partir dos sedimentos dos leques aluvionais trabalhados pelas ações de transgressão-regressão marinha nos sistemas laguna-barreira. Evento este que data do Pleistoceno, e deposições eólico-marinhas atuais, que segundo Tomazelli e Villwock (2000), são constituídas por fácies arenosas de ambiente praias e marinho raso, recobertas por depósitos eólicos. Esses sedimentos, segundo Caron *et al.* (2007) são litologicamente representados por areias finas, siltico-argilosas, pobremente selecionadas, de coloração creme, com laminação plano-paralela, concreção carbonática e ferruginosas.

Dentro do polígono ocorrem três grandes bacias hidrográficas, pertencentes à vertente atlântica: a bacia do rio Urussanga (a norte), a bacia do rio Araranguá (no centro-sul) e a bacia do rio Mampituba (a sul). As nascentes dos rios Araranguá e Mampituba estão localizadas nos contrafortes da Serra Geral e as do rio Urussanga, nas cabeceiras da Bacia Carbonífera Catarinense.

Na planície sedimentar o sistema hidrológico é dinâmico e diverso, incluindo o Oceano Atlântico, lagoas, paleolagoas, áreas de turfeiras e rios meandrantos (EPAGRI, 2001). É a dinâmica hidrológica que diversifica a formação pedológica da área, apresentando, em síntese, o predomínio dos Alissolos, Argissolos, Cambissolos e Gleissolos; em menor proporção dos Neossolos Litólicos, Neossolos Quartzarênicos e Organossolos e, de maneira bem restrita, dos Espodossolos e Nitossolos (EMBRAPA, 1999).

A cobertura vegetal original era caracterizada pela presença da Floresta Ombrófila Densa (com suas respectivas variações: Formações Pioneiras, Restingas, das Terras Baixas, Submontana e Montana), Floresta Ombrófila Mista e os Campos de Cima da Serra (estas duas últimas em menor proporção) (TEIXEIRA *et al.*, 1986; LEITE; KLEIN, 1990).

Segundo os autores *op cit.*, remanescentes florestais naturais não alterados são encontrados atualmente somente em áreas íngremes e de difícil acesso junto às Escarpas da Serra Geral, já que áreas de fácil acesso sofreram antropização, primeiramente pelas atividades agropastoris e posteriormente, de forma mais intensa, pelas atividades de mineração de carvão (porção noroeste do polígono), mineração de argila e especulação imobiliária, o que resultou no predomínio de paisagens na forma de mosaico, formadas por agroecossistemas, áreas urbanas, plantios de eucaliptos, campos antrópicos, banhados ácidos, capoeirinhas, capoeiras, capoeirões e vegetação florestal secundária.

A fauna do extremo sul catarinense é originária da região zoogeográfica do Extremo Leste Catarinense, cujas áreas mais significativas, onde comunidades vegetais e animais atuais apresentam os menores distúrbios, são as Escarpas da Serra Geral (Aparados da Serra). Animais que provêm da chamada Área do Centro Oriental alastram-se pela Encosta Inferior da Serra Geral, alcançando a Planície Costeira interna e externa (LEMA, 1978). De acordo com Cabrera e Willink (1973), esta fauna que pertence à

província do domínio biogeográfico Neotropical Tupi, caracterizada por um número comparativamente grande de espécies de pequeno e médio porte em relação aquelas de grande porte.

Procedimentos metodológicos

A localização e o inventário dos sítios arqueológicos foram obtidos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA/IPHAN), em registros de expedições arqueológicas no sul de Santa Catarina (FOSSARI, 1991; LAVINA, 1997/1998; 2000; 2003; 2005; SCHMITZ, 1995/1996; 1998; SCHMITZ *et al.*, 1999; CALDARELLI, 2003; LINO; CAMPOS, 2003; FARIAS, 2005; 2010), (LINO, 2007; 2009), (CAMPOS, 2010), (ZOCCHÉ *et al.*, 2012; CAMPOS *et al.*, 2012) e em trabalhos de arqueologia de contrato do Laboratório de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense (IPAT/UNESC).

Foram realizadas visitas aos sítios já conhecidos para reconhecimento, registro fotográfico, certificação da localização geográfica com o auxílio de GPS, descrição das características ambientais como: relevo, declividade, altitude, geomorfologia, cobertura vegetal atual, uso da terra e a presença de corpos hídricos, que no montante formam o contexto ambiental em que os sítios arqueológicos estão inseridos.

A denominação dos sítios segue a nomenclatura utilizada pelos pesquisadores que os registraram pela primeira vez, constante no CNSA/IPHAN. Os sítios inéditos foram denominados de acordo com a localização (nome de praia, comunidade, lagoa próxima, etc.).

Os sítios foram enquadrados em grupos gerais, segundo a cultura material que os define, da seguinte forma: grupo caçadores-coletores (ligado a sítios com material lítico), grupo ceramistas (ligado a sítios com material cerâmico, subdividido entre os grupos representantes das tradições Taquara/Itararé e Guarani), grupo

sambaquianos (tipicamente localizados no litoral), grupo dos sítios com gravura rupestre (localizados a céu aberto, em matacões, blocos rochosos e paleotocas) e, o grupo dos abrigos sob-rocha.

Os estudos específicos acerca da cultura material (lítica, cerâmica e arte rupestre) foram realizados com enfoque tecnológico, buscando elucidar padrões de manufatura regionais referentes a cada grupo estudado. Os vestígios e seus estudos são apresentados em pranchas de desenhos tecnológicos, morfológicos e de fotografias, buscando representar de maneira clara as características e a diversidade da cultura material manufaturada pelos grupos humanos pré-históricos que perpassaram a região estudada.

Resultados e Discussão

Com base nas consultas realizadas no banco de dados do CNSA/IPHAN, no levantamento bibliográfico e nos trabalhos de arqueologia de contrato foram registrados 116 sítios arqueológicos distribuídos em 18 dos 24 municípios da área que abarca a pesquisa (TABELA 01).

Nº	Município	Número de sítios registrados	Representatividade (%)
1	Urussanga	25	21,55
2	Içara	24	20,69
3	Araranguá	21	18,10
4	Maracajá	9	7,76
5	Jacinto Machado	6	5,17
6	Arrio do Silva	5	4,31
7	Turvo	4	3,45
8	Gaivota	4	3,45
9	Nova Veneza	4	3,45
10	Criciúma	3	2,59

Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba. Registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense.

Nº	Município	Número de sítios registrados	Representatividade (%)
11	Treviso	3	2,59
12	Sombrio	2	1,72
13	Ermo	1	0,86
14	Meleiro	1	0,86
15	Morro da Fumaça	1	0,86
16	Praia Grande	1	0,86
17	Siderópolis	1	0,86
18	Timbé do Sul	1	0,86
19	São João do Sul	-	0,00
20	Passo de Torres	-	0,00
21	Santa Rosa do Sul	-	0,00
22	Forquilha	-	0,00
23	Morro Grande	-	0,00
24	Cocal do Sul	-	0,00
	Total	116	100,00

Tabela 01

Número de sítios registrados por município no extremo sul catarinense, na abrangência da área estudada.

Dentre os 116 sítios conhecidos, 37 não possuem coordenadas geográficas exatas, sendo sua maioria localizada no município de Urussanga. Isto se deu, muito provavelmente pelo fato de que tais sítios foram estudados em período anterior ao advento da tecnologia SIG (sistemas de informações geográficas), quando ainda não se adotava o mapeamento georreferenciado dos sítios.

Em seis municípios (São João do Sul, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, Forquilha, Morro Grande e Cocal do Sul) não foram efetuados registros até o momento, no entanto, este fato não significa inferir que não possam existir sítios arqueológicos nas suas proximidades. O número de sítios na área estudada, bem como da área de outros municípios provavelmente é maior. Porém, o seu

aumento dependerá da realização de mais trabalhos de prospecção arqueológica.

A figura 2 esboça a representatividade dos grupos gerais dos sítios segundo a cultura material que os define. Observa-se que há um nítido predomínio do grupo ceramista (44,8%), seguido pelo grupo de caçadores-coletores (37,9%). O grupo sambaquianos (13,8%) aparece como terceiro colocado.

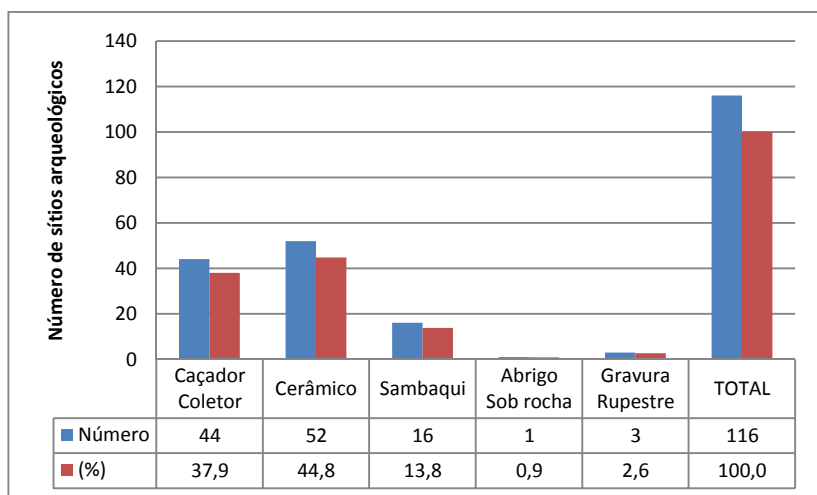


Figura 02

Representatividade dos grupos gerais dos sítios arqueológicos registrados na poligonal, segundo a cultura material que os define.

A classificação e distribuição dos sítios arqueológicos nos respectivos grupos gerais adotados neste trabalho demonstram parcialmente que o território do extremo sul catarinense foi povoado por grupos humanos culturalmente definidos como caçadores coletores, sambaquianos, ceramistas Taquara/Itararé e Guarani.

O grupo dos caçadores coletores habitou o território estudado desde o seu limite oeste (Serra Geral) até a proximidade

com o cordão lagunar, a leste. Esses sítios estão localizados na proximidade dos cursos d'águas das bacias hidrográficas e de seus afluentes encontrados na região. Até o momento os vestígios desses sítios foram encontrados em superfície. Eles apresentam grande diversidade morfológica e tecnológica (PRANCHAS 01 e 02), pois, os materiais polidos e lascados são encontrados muitas vezes associados, apontando para a hipótese de que esses sítios arqueológicos sejam um palimpsesto de ocupações sobrepostas ou, que o território do extremo sul catarinense possa ter sido em um mesmo período cronológico, um local de contato entre grupos culturalmente diferentes, havendo trocas de materiais.

Nesse contexto, pesquisas ao Norte da poligonal aqui estudada procuram evidenciar os elementos arqueológicos regionais e locais da região da Encosta Sul de Santa Catarina desde 2005. No município de Rio Fortuna, o sítio arqueológico Rio Facão 11 (SC-RF-11), apresenta em um pacote sedimentar com cerca de 50 cm de profundidade, datas entre 920 - 1060 anos Cal A.P. (FARIAS *et al.*, 2013), onde são encontrados elementos da Tradição Umbú.

Ao sul da poligonal estudada, no alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul (DIAS, 2007), com intuito de entender a cronologia de ocupação dos grupos que povoaram a região nordeste do RS estabeleceu com 12 datações uma cronologia de 8.400-440 A.P.

Os sítios arqueológicos sambaquianos são encontrados exclusivamente na região leste do território pesquisado, junto ao litoral. Os Sambaquis registrados têm pequenas dimensões, o que contrasta muito com os localizados em Jaguaruna e Laguna (ao norte da área estudada), que são os maiores Sambaquis conhecidos (DEBLASIS *et al.*, 2007). Ao sul da poligonal, no município de Torres-RS, foi datado entre 3.540 ± 50 A.P. e 3.350 ± 50 A.P (WAGNER; BARCELLOS, 2008) o Sambaqui do Recreio, que apresenta similaridades estruturais com os da região do projeto Entre Rios. A cronologia deste grupo para o polígono estudado está datada em

3.340 ± 70 A.P. (BETA-197606), e advém do sítio arqueológico SC-IÇ-06 (ROGGE; ARNT, 2006).

Muito provavelmente a pequena dimensão assumida por esses Sambaquis está ligada ao fato de não terem sido utilizados para fins funerários, conforme assinala Belem (2012). No entanto, apesar do pequeno porte dimensional, Schmitz (1999) encontrou no Sambaqui SC-IÇ-01, enterramentos primários e secundários de 84 indivíduos, indicando-o como sendo um jazigo mortuário. O autor obteve ainda, duas datações em amostras de carvão, uma de 1.580 ± 50 A.P. (Beta: 72196) e outra de 1.450 ± 60 A.P. (Beta: 72197).

Devido à cultura material registrada neste sítio, Schmitz (1999) assumiu que os ocupantes se caracterizariam como grupos caçadores-coletores, similares aos índios Xokleng, abrindo a hipótese de que os grupos humanos pré-históricos do extremo sul catarinense utilizaram de maneira diferenciada os sítios arqueológicos localizados no litoral.

Dos 52 sítios arqueológicos dos grupos ceramistas registrados, 14 pertencem à tradição Taquara/Itararé e os 38 restantes a grupos Guarani. Os sítios da tradição Taquara/Itararé aqui levantados estão localizados no município de Urussanga e pelo fato de não se ter conhecimento, até o momento, das coordenadas geográficas exatas dos mesmos, não se pode aprofundar as interpretações relativas à distribuição espacial em nossa área de estudo. No entanto, a cronologia relativa a este grupo localizada a Noroeste do polígono aqui estudado, mais especificamente no município de Urubici, aponta para uma cronologia máxima de 1.800 A.P. (CORTELETTI, 2012).

De outro modo, em relação aos sítios Guarani, as interpretações até o momento efetuadas, dentro de um contexto regional de ocupação, dão conta que as áreas de ocorrência destes sítios (que se localizam aproximadamente entre o cordão lagunar e o litoral) foram ocupadas desde o século XV A.D. até o início da colonização Européia (MILHEIRA *et al.*, 2013).

Os materiais cerâmicos (PRANCHA 03) indicam grande variedade tipológica nas vasilhas, sugerindo diferenças funcionais dos sítios arqueológicos entre aldeias e acampamentos sazonais. Amostras cerâmicas e de sedimentos dos sítios Aldeia do Cemitério da Lagoa dos Esteves (M-1) e da Lagoa Mãe Luzia (M-2), foram submetidas a datações por meio do método de termoluminescência (TL) (LAVINA, 2000), cujas cronologias são apresentadas na tabela 02.

Amostra	Sítio/Mancha	Setor	Profundidade	Idade A.P. (anos)
6	Lagoa Mãe Luzia (M-2)	D3	20-30 cm	610 ±60
7	Cemitério Lagoa dos Esteves (M-1)	C2	20-30 cm	720 ±70

Tabela 02

Cronologia de duas amostras cerâmica, obtidas no Sítio Aldeia do Cemitério da Lagoa dos Esteves (M-1) e no Sítio da Lagoa Mãe Luzia (M-2), pelo método de termoluminescência (TL).

A problemática da arte rupestre encontrada no polígono (PRANCHA 04) se coaduna tecnicamente com os sítios pertencentes a esta tipologia, encontrados na região meridional brasileira (CAMPOS *et al.*, 2012; FRANK *et al.*, 2012), onde, predominam os sítios arqueológicos com gravuras. No entanto, a pequena quantidade de pesquisas relacionadas a este tipo de atividade na área estudada pode ser o motivo do baixo número de sítios desse tipo registrados. Já o abrigo sob-rocha, localizado em Morro dos Conventos, litoral do município de Araranguá é representado até o momento por apenas um sítio, não sendo possível lançar hipóteses sobre este tipo de sítio no âmbito do polígono, a não ser a da escassez de abrigos deste tipo no litoral sul catarinense.

Considerações finais

As análises realizadas no material do acervo técnico do Laboratório de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas da UNESC, relativo aos sítios pré-históricos localizados na área de abrangência indicada neste trabalho, permitiu-nos identificar a natureza e avaliar a variabilidade dos conjuntos artefatuais, numa perspectiva regional, assim como, inferir o modo pelo qual estes se relacionam culturalmente no tempo e no espaço, possibilitando a ampliação do diálogo entre as pesquisas arqueológicas no estado de Santa Catarina.

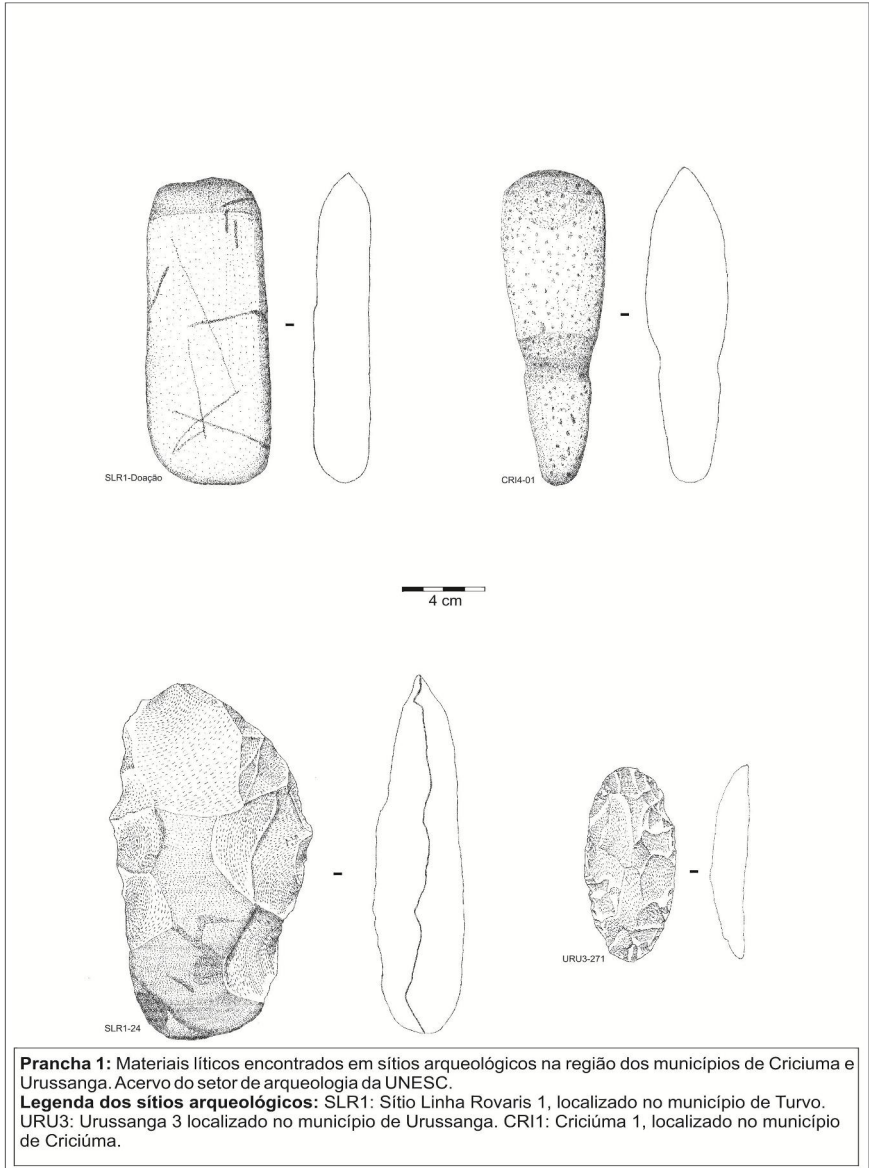
Dentre as principais ideias resultantes deste trabalho, admite-se que os sítios arqueológicos investigados formem um palimpsesto de ocupações sobrepostas. Por outro lado, admite-se, também, que o território do extremo sul catarinense possa ter sido um local de contato entre grupos culturalmente diferentes.

Para aprofundar esse conhecimento vemos a necessidade de realizar um estudo dos materiais arqueológicos advindos dos sítios que permeiam a área aqui apresentada, buscando com isso esboçar quadros mais abrangentes sobre as questões arqueológicas levantadas. Para isso, pretendemos realizar um levantamento sistemático dos sítios de Arte Rupestre de modo que seja possível caracterizar seus motivos e estudar tecnologicamente seu processo de manufatura. As prospecções sistemáticas sobre as fontes de matéria prima nas bacias hidrográficas e seus afluentes deverão ser empreendidas de modo que forneçam as pistas para que possamos encontrar mais sítios arqueológicos pré-históricos. Por fim, pretendemos realizar escavações em sítios arqueológicos Caçadores-coletores, Guaranis e Sambaquis que venham a ser descobertos, com a finalidade de se obter cronologias e materiais que possam ser comparados com os já existentes na região meridional brasileira, possibilitando assim o enriquecimento das interpretações acerca da Pré-História Brasileira.

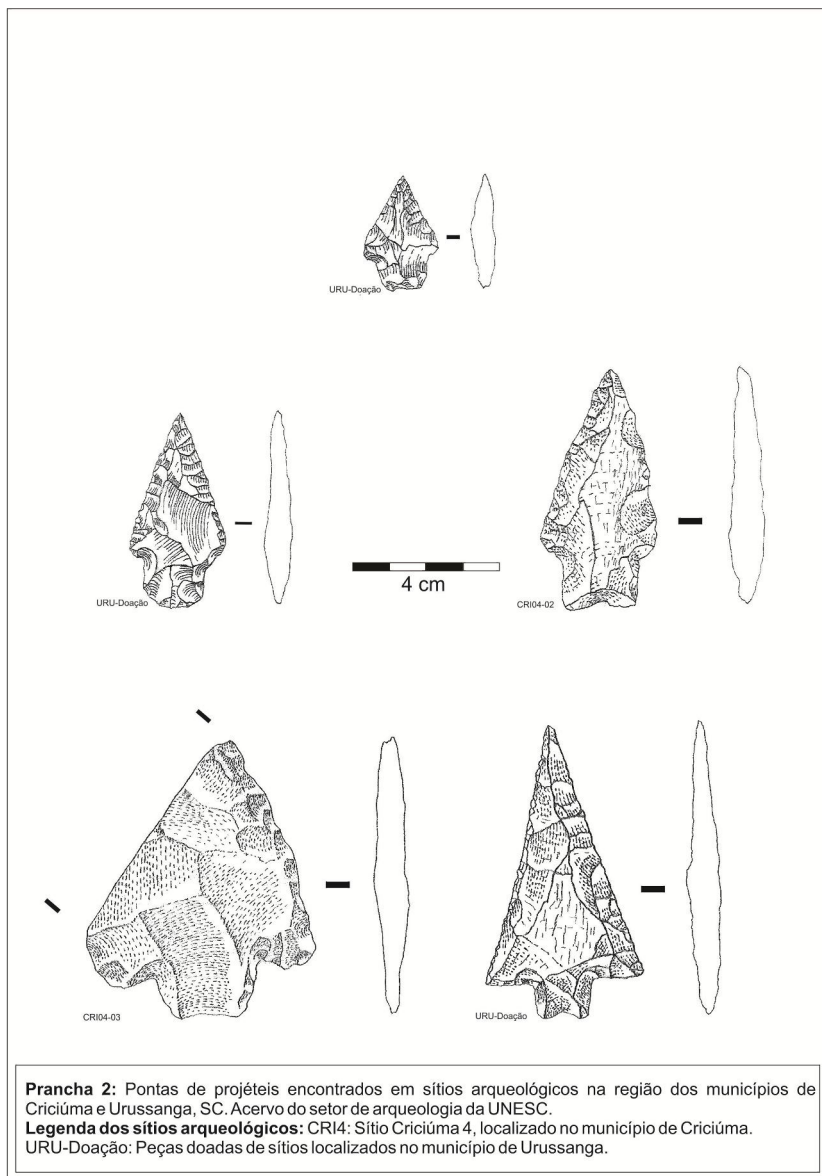
Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, pelo apoio financeiro ao Projeto: Edital Universal FAPESC 14/2012. Aos avaliadores anônimos, pelas críticas e, aos amigos Arqueólogos Santiago Wolnei Ferreira Guimarães e Marlon Borges Pestana pelas críticas, sugestões e inserções que tornaram este manuscrito mais completo e consistente.

Pranchas

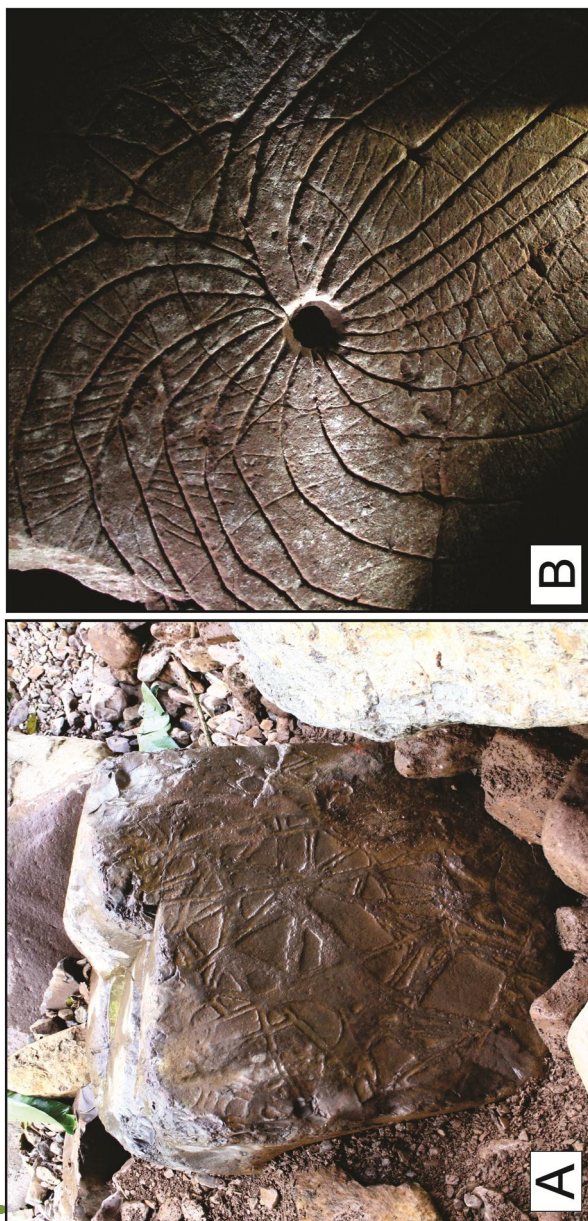


Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba. Registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense.





Prancha 3: Vasilhames cerâmicos advindos de sítios Guaranis do município de Içara, SC (localidade Lagoa dos Esteves). Acervo do setor de arqueologia da UNESC.



Prancha 4: A): O registro do sítio Arqueológico Malacara I foi efetuado em um aflente da margem esquerda do rio Malacara, localizado no cânion de mesmo nome, município de Praia Grande - SC. B): O Registro do sítio Arqueológico de Arte Rupestre da Toca do 'Tatu' foi efetuado no município de Timbé do Sul no Estado de Santa Catarina. Fonte: Arqueologia/IPAT, 2012

Referências Bibliográficas

- BATISTA DA SILVA, S.; SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H.; DE MASI, M.A.N.; JACOBUS, A.L. Escavações do Pe. João Alfredo Rohr, S. J. - O sítio arqueológico da praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. *Pesquisas (Antropologia)*45: 1-210, 1990.
- BEBER, M. V.O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos* 10, p. 5-125. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS, 2005.
- BELEM, F. R. *Do seixo ao zoólito - A indústria lítica dos sambaquis do sul catarinense: aspectos formais, tecnológicos e funcionais*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BRASIL. Carta IBGE Araranguá. SH – 22 – X – B – IV – 3, 1980a.
- BRASIL. Carta IBGE Criciúma. SH – 22 – X – B – IV – 1, 1980b.
- BRASIL. Carta IBGE Praia Grande. SH – 22 – X – C – III – 1, 1980c.
- CABRERA, A.L., WILLINK, A. *Biogeografía de América Latina. Organización de los Estados Americanos (OEA)*. Série de Biología, Monogr. n. 13. Washington, D.C: 117 p. 1973.
- CALDARELLI, S. B. Parecer técnico a cerca do valor do patrimônio cultural e natural da região situada entre a barra de Laguna, município de Laguna, e a barra do Rio Araranguá, município de Araranguá, para fins de tombamento e de criação de uma unidade conservação. Florianópolis: Scientia Ambiental, *Relatório Técnico*, 2003.
- CAMPOS, J.B. O Uso da Terra e as Ameaças ao Patrimônio Arqueológico na Região Litorânea dos Municípios de Araranguá e Içara, Sul de Santa Catarina. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2010.

- CAMPOS, J.B.; RIBEIRO, L.S.; RICKEN, C.; ROSA, R.C.; SAVI, C.N.; ZOCHE, J.J. As gravuras rupestres do projeto encostas da serra no sul do estado de Santa Catarina, Brasil. In: OOSTERBEEK, L.M et al. (Ed.). Jornadas de Arqueologia Iberoamericana. *Arkeos*, n. 32, p. 121-132. 2012.
- CARON, F.; TOMAZELLI, L. J.; DEHNHARDT, B. A.; MEDEANIC, S.; DILLENBURG, S. R. A transgressão marinha pós-glacial na região da desembocadura do Arroio Chuí, planície costeira do Rio Grande do Sul: implicações paleogeográficas. In: *Anais...* do XI CONGRESSO DE ABEQUA, Belém, Pará. 2007.
- CEREZER, J. F. *Cerâmica Guarani*: Manual de experimentação arqueológica. Erechim: Habilis, 2011.
- CHMYZ, I. et al. Novas contribuições para o estudo do Sambaqui de Mantinhos, no Estado do Paraná. *Arqueologia*, Número especial, Curitiba, v. 1, p. 1-55, 2003.
- COMERLATO, F. *Cultura Material e Possibilidades de Intervenção no Forte Sant Ana, Ilha de Santa Catarina*. In: IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 2002.
- CORTELETTI, R. *Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA*: um estudo da presença Jê no planalto catarinense. 2012. 342 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.
- DE MASI, M. A. Arqueologia das terras altas do sul do Brasil - O Baixo Vale do Rio Canoas - SC. *Anais do XIII Congresso de Arqueologia Brasileira*, CD-ROM, Sociedade de Arqueologia Brasileira, Campo Grande, MS. 2005.
- DEBLASIS, P. A. D. et al. Some references for the discussion of complexity among the sambaqui mound builders from the southern shores of Brazil. *Rev. Arqueol. Amer.* v. 15, p. 75-105. 1998.
- DEBLASIS, P. A. D. *Os sambaquis vistos através de um sambaqui*. 2005. Tese (Livro-Docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

- DEBLASIS, P. Museu Nacional/UFRJ, pesquisadora do Sambaqui e paisagem Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueologia suramericana/arqueologiasul-americana*,3(1): 29-61, 2007.
- DEBLASIS, P.A.D. et al. *Projeto Arqueológico do Camacho, Processos Formativos nos Sambaquis de Camacho, SC: padrões funerários e atividades cotidianas*. Relatório de Pesquisa FAPESP (98-8114-3). 2004.
- DIAS, A. S. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, jan.-abr., 2007.
- DICKINSON, W. R. Geological perspectives on the Monte Verde archeological site in Chile and pre-Clovis coastal migration in the Americas. *Quaternary Research*,n. 76, 201–210, 2011.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Serviços de Produção de Informação – SPI. Brasília, DF. 412 p. 1999.
- EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina S.A. Centro Integrado de Informações de Recursos Ambientais de Santa Catarina. *Dados e Informações Biofísicas da Unidade de Planejamento Regional Litoral Sul Catarinense (UPR 8)*. Florianópolis, 2001.
- FARIAS, D. E. F. et al. AMA - Arqueologia na Mata Atlântica. *Revista Tempos Acadêmicos*, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, Criciúma, n. 11, p. 185-209, 2013.
- FARIAS, D.S.E. de. *Distribuição e padrão de assentamento. Propostas para sítios da Tradição Umbu na Encosta de Santa Catarina*. 2005. Tese (Doutorado) – Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2005.

- FIGUTI, L. *Les sambaquis COSIPA (4200 à 1200 ans PB): étude de lasubsistance chez lespeuplespréhistoriques de pêcheurs-ramasseurs de bivalves de lacôtecentrale de l'état de São Paulo, Brésil.* 1992. 212 f. Tese (Doutorado) – Museum Nationald’Histoire Naturelle, Paris, 1992.
- FIGUTI, L. O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaqueiros. *Revista do Museu Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 3, p. 67-80, 1993.
- FOSSARI, T. (Coord.). *Estudos ambientais a nível de inventário para a implantação da Rodovia Interpraias no estado de Santa Catarina (São João do Sul – Laguna).* Florianópolis: Ambiental Consultoria e Planejamento Ltda., 1991.
- FRANK, Heinrich Theodor *et al.* The complex history of a sandstone-hosted cave in the state of Santa Catarina, Brazil. *Espeleo-Tema*. Campinas, v. 23, n. 2. P. 87-101. 2012.
- GASPAR, M. A Coleta de Moluscos em Santa Catarina. *Anais do XI congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, edição eletrônica. 2002.
- GASPAR, M. *Sambaqui: Arqueologia do Litoral Brasileiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 89 p.
- HORN FILHO, Norberto Olmiro *et al.* Geologia da planície costeira das folhas Jaguaruna e Lagoa de Garopaba do Sul, SC, Brasil. *Revista Discente Expressões Geográficas*, n. 06, ano VI, p. 90 – 110. Florianópolis, junho de 2010.
- KERN, A. *Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Mercado Aberto, 356 p. 1992.
- KERN, A. As origens pré-históricas do povoamento de Torres. In: *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira.* Vol. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 121 – 149. 1995.
- KNEIP, A. *O povo da lagoa: uso do SIG para modelamento e simulação na área arqueológica do Camacho.* 2004. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. 2004.

- KÖPPEN, W. *Climatologia: um estudio de los climas de la tierra*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1948.
- LAVINA, R. (Coord.). *Projeto de Levantamento Arqueológico Rodovia Interpraias: 1º e 2º Relatórios Parciais*. Içara-Araranguá/SC. Criciúma: IPAT/UNESC, 1997/1998.
- LAVINA, R. *Laudo Arqueológico De Limitação Do Sambaqui Do Geraldo – (IÇA-05)*. Balneário Rincão - Içara. Criciúma: IPAT/UNESC, 2005.
- LAVINA, R. Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraias (trecho Morro dos Conventos a Lagoa dos Esteves, Araranguá-Içara, SC). Relatório Final. Criciúma, UNESC. 2000.
- LAVINA, R. Sítios Arqueológicos Litorâneos. In: SOLANGE B. CALDARELLI. *Parecer técnico a cerca do valor do patrimônio cultural e natural da região situada entre a barra de Laguna, município de Laguna, e a barra do Rio Araranguá, município de Araranguá, para fins de tombamento e de criação de uma unidade conservação*. Florianópolis, p. 107-142. 2003.
- LEITE, P. F.; KLEIN, R. M. *Vegetação*. IBGE. Geografia do Brasil: Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, p. 113-150. 1990.
- LEMA, T. Fauna Regional de Vertebrados – Répteis e Anfíbios. In: SANTA CATARINA, Fundação de Amparo a Tecnologia e Meio Ambiente - FATMA; Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Instituto de Biociências. Curso de Pós Graduação em Ecologia. *Estudos sobre o impacto ecológico da mineração e do beneficiamento do carvão na região sul do estado de Santa Catarina*. 1978. p. 69 - 82.
- LINO, J. T. Arqueologia Guarani na bacia hidrográfica do rio Araranguá, Santa Catarina. 2007. 275 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007.
- LINO, J. T. *Arqueologia Guarani no vale do rio Araranguá: aspectos de territorialidade e variabilidade funcional*. Erechim: Habilis. 259 p. 2009.

- LINO, J. T; CAMPOS, J. B. Expedições arqueológicas do sul do estado de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Criciúma, v. 9, n. 1, p. 17-34. 2003.
- MILHEIRA, R. G. *Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo USP. 224 p.2010.
- MILHEIRA, R. G.; FARIAS, D. S.; ALVES, L. Perfil Tipológico da Indústria Cerâmica Guarani da Região Sul de Santa Catarina. *Tempos Acadêmicos* n. 11, Criciúma, 2013.
- NEVES, W.A. HUBBE, M. Luzia e a saga dos primeiros americanos. *Revista Scientific American Brasil*, ano 2, n. 15, p. 24-31. 2003.
- NOELLI, F. S. *Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS*. 1993. 488 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1993.
- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 605 p. 1991.
- ROGGE, J. H.; ARNT, F. V. O Sambaqui de Içara SC-IÇ-06. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, n. 63, p. 13-16, 2006.
- ROHR, J. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 17: 77-168. 1984.
- SCHMIDT-DIAS, A. Sistema de assentamento de caçadores coletores no alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, vol. 28, n. 39, p. 7-48. 2004.
- SCHMITZ, P. I. Acampamentos Litorâneos em Içara-SC. Um Exercício em Padrão de Assentamento. *Clio 1 (11)*: 99-118, 1995-1996.
- SCHMITZ, P. I. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. *Documentos 2*: 75-130. 1988.
- SCHMITZ, P. I. Caçadores e coletores da pré-história do Brasil. *Pesquisas, Antropologia xx*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS, 1984.
- SCHMITZ, P. I. Escavação do sambaqui Sebastião Geraldo, Içara/SC. *Relatório de Campo*. IAP: São Leopoldo. 1998.

- SCHMITZ, P.I. (ed.) Casas subterrâneas nas terras altas do Sul do Brasil. *Pesquisas, Antropologia* 58. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos. 2002.
- SCHMITZ, P.I. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Inácio (Orgs.). *Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, p. 73-104, 2011.
- SCHMITZ, P.I. et. al. Içara: Um Jazigo Mortuário no Litoral de Santa Catarina. *Pesquisas, Antropologia*, n. 55. São Leopoldo. 1999.
- SILVA, L.C.; BORTOLUZZI, C.A. (Eds.) *Mapa Geológico do Estado de Santa Catarina*: Texto explicativo. Florianópolis: DNPM/SCTME, p. 135-167. 1987.
- TEIXEIRA, M. B.; NETO, A. B. C.; PASTORE, U.; RANGEL FILHO, A. L. R. Vegetação. In: *Folha SH. 22 Porto Alegre e parte das folhas SH. 21 Uruguaiana e SI. 22 Lagoa Mirim: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE (Levantamento de Recursos Naturais, v. 33). p. 541-632. 1986.
- TOMAZELLI, L. J.; VILLWOCK, J. A. O Cenozóico no Rio Grande do Sul: Geologia da Planície Costeira. In: HOLZ M & DE ROS LF (Ed.). *Geologia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IG/UFRGS, 2000. p. 375-406.
- VIEIRA, C. V.; FELIX, A.; BAPTISTA, E. M. C.; HORN FILHO, N. O. Paleogeografia da planície costeira das folhas Jaguaruna e Lagoa de Garopaba do Sul, litoral sul do estado de Santa Catarina. *Geosul*, 24(47): 91-112. 2009.
- WAGNER, G. P.; BARCELLOS, A. B. B. Interpretação do Paleoambiente do Sambaqui do Recreio: Uma análise Geofísica e Paleogeográfica. *Cadernos do LEPAARQ*, Pelotas, v. 5, n. 9/10, Ago./Dez., 2008.
- ZOCHE, J.J.; CAMPOS, J.B.; SCARPATO, P.; MARCOMIN, F.E. Ecologia de Paisagem: bases teórico-metodológicas para o

Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba. Registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense.

gerenciamento territorial. In: *Arqueologia Ibero-Americana e Arte Rupestre. Arkeos*, n. 32, p. 17-28, 2012.

Recebido em: 26/07/2013

Aprovado em: 20/08/2013

Publicado em: 04/10/2013

Mapeamento arqueológico e pedológico no Vale do Rio Capivari, Estado de Santa Catarina

Raul Viana Novasco¹

RESUMO: A região sul catarinense oferece uma diversidade ambiental que há milênios vêm possibilitando ao homem diferentes formas de aproveitamento do meio. Essa região é composta por áreas de encostas da Serra Geral e uma planície litorânea, ambos os compartimentos, cobertos por floresta ombrófila densa. Essa configuração vegetal está relacionada aos tipos de solo que recobrem essa região, uma vez que o solo é o responsável pela nutrição das plantas, sejam elas cultivadas ou espontâneas, influenciando muito diretamente na configuração ambiental de determinados espaços. Foi pensando nisso que nos propusemos a desenvolver esse projeto, cujo principal objetivo é o de realizar o cruzamento de dados pedológicos e arqueológicos, a fim de encontrar relações entre a configuração pedológica da região da encosta sul catarinense e as ocupações empreendidas no mesmo espaço durante o período pré-colonial.

PALAVRAS-CHAVE: *Arqueologia pré-colonial; Pedologia; Mapeamento arqueológico.*

ABSTRACT: The southern Santa Catarina offers a diverse environment for millennia that have enabled man to different forms of exploitation of the environment. This region consists of areas of slopes of the Serra Geral and a coastal plain, both compartments, covered by dense rain forest. This vegetation is related to soil types that cover this region, since the soil is responsible for the nutrition of plants, either cultivated or spontaneous, directly influencing the configuration of the local environment. Thinking about what we set out to develop this project, whose main objective is to achieve cross-pedological and archaeological data, in order to find relationships between configuration pedological of the south slope of

¹ Graduado em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Brasil; possui experiência em Arqueologia, Topografia e Geoprocessamento desde 2007. Atualmente está cursando mestrado em História, com concentração em Arqueologia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil. Integra, também, a equipe técnica da empresa de consultoria Espaço Serviços Arqueológicos, onde atua como arqueólogo, desenvolvendo atividades de campo e de gabinete.

Santa Catarina and occupations undertaken in the same area during the pre-colonial period.

KEY-WORDS: *Pre-colonial archaeology; Pedology; Archaeological survey.*

Introdução

A região sul catarinense oferece uma diversidade ambiental que há milênios vêm possibilitando ao homem diferentes formas de aproveitamento do meio. Nessa região temos áreas de encostas da Serra Geral e uma planície litorânea, ambos os compartimentos, cobertos por mata atlântica.

Mesmo tendo um grande interesse em trabalhar esse ambiente abordando os seus mais diversos elementos formadores, este estudo foi realizado com o intuito de estabelecer relações entre a ocupação pré-colonial e os tipos de solo que recobrem essa região, uma vez que o solo é o responsável pela nutrição das vegetações, sejam elas cultivadas ou espontâneas, influenciando muito diretamente na configuração do ambiente (VIEIRA, 1975).

No *Manual Técnico de Pedologia* elaborado pelo IBGE (2007), conceitua-se o solo como a coletividade de indivíduos naturais na superfície da terra, que pode ser modificado ou constituído através da ação antrópica, contendo matéria orgânica viva e servindo à sustentação de plantas ao ar livre.

Já a EMBRAPA (2006), caracteriza o solo como uma coleção de corpos naturais, constituídos por partes sólidas, líquidas e gasosas, tridimensionais, dinâmicos, formados por materiais minerais e orgânicos que ocupam a maior parte do manto superficial da Terra. Contém ainda, matéria viva e podem ser vegetados na natureza onde ocorrem, sendo também passíveis de modificações resultantes de ações antrópicas.

Em síntese, podemos dizer que o solo consiste na união de matéria orgânica decomposta e de materiais inorgânicos (minerais e rochas) não consolidados, que forma uma camada que recobre a

maior parte da superfície terrestre, sendo esta, responsável pela nutrição natural dos vegetais.

Estudos mostram que os solos diferem regionalmente devido a diferenças em materiais de origem, condições bioclimáticas e idade, o que acaba acarretando variações em sua composição mineralógica, granulometria, profundidade, riqueza em nutrientes, capacidade de retenção de água, porosidade, entre outros (RESENDE, 1988).

As particularidades apresentadas pelo solo de diferentes regiões, tornam possível a existência de diferentes meios bióticos e abióticos, que influenciam diretamente na forma como tal ambiente será ocupado e aproveitado pelo homem que, em qualquer época, ao se estabelecer em um lugar, passa a manter, através de suas atividades, uma relação estreita com o ambiente, onde passa a interferir nos elementos naturais disponíveis.

A área escolhida para a realização deste trabalho está situada no município de São Martinho, mais precisamente na localidade de Salto de Cima, vale do Rio Capivari, onde, até o presente momento, através de pesquisas anteriormente realizadas, foram identificados sítios nos quais verifica-se a presença de vestígios de antigas ocupações empreendidas por grupos caçadores-coletores e horticultores Guarani (EBLE e REIS, 1976; DEMASI, 2004; FARIAS, 2005).

O município de São Martinho está situado dentro do Cinturão Dom Feliciano que é dominado por associações de rochas graníticas dispostas em uma faixa de direção NE que se estende de Santa Catarina ao Uruguai, designada Batólito Pelotas no escudo sul-rio-grandense, Batólito Florianópolis no escudo catarinense e Batólito Aiguá no escudo uruguaio (BITENCOURT, 2008).

O Batólito Florianópolis, o único presente na nossa área de interesse, é composto pela Suíte Plutono-Vulcânica Cambirela, pela Suíte Intrusiva Pedras Grandes e pelo Complexo Granito-Gnáissico. No entanto, das três unidades que compõem o Batólito Florianópolis, somente a Suíte Intrusiva Pedras Grandes e o

Complexo Granito-Gnáissico estão presentes no contexto geológico do município de São Martinho.

Toda a área é recoberta por Floresta Ombrófila Densa, cuja fisionomia é a de um conjunto denso de árvores, arvoretas, arbustos e ervas, emaranhados por cipós e outros tipo de vegetais. Tais formações apresentam uma enorme biodiversidade com muitas espécies endêmicas, tais como o guaramirim, a peroba-vermelha, o cedro o pau-d'óleo, a figueira e muitas outras (SANTA CATARINA, 2008).

Pedologicamente, a nossa área de estudo é composta basicamente por Argissolos Vermelhos Alumínicos e Cambissos Húmicos Alumínicos. Estas classes de solos possuem diferenciações quanto à fase de relevo em que ocorrem, bem como quanto a algumas características morfológicas, como textura, atividade de argila, tipo de horizonte A e características físico-químicas. Este fato está bastante relacionado ao material de origem e respectiva posição na paisagem (SANTA CATARINA, 1998).

Os trabalhos de campo

Durante os trabalhos de campo, duas metas foram estabelecidas: recadastrar e mapear novos sítios, e escavar perfis que nos permitissem fazer uma análise pedológica das áreas onde os sítios encontram-se implantados.

Para a realização dos recadastramentos dos sítios arqueológicos já mapeados em trabalhos anteriores utilizamos uma metodologia que consiste na busca assistemática dos sítios, na qual nos valemos das informações contidas nos cadastros anteriores para chegar até os sítios em questão. Realizamos, também, entrevistas com os moradores da região, a fim de coletar informações que nos levassem a outros sítios arqueológicos ainda não mapeados anteriormente.

Em concomitância com o trabalho de recadastramento dos sítios arqueológicos, escavamos perfis que nos possibilitaram

verificar a configuração do solo das áreas nas quais os sítios encontram-se implantados. Os perfis escavados possuíam, em média, 1,5 metros de profundidade por 1 metro de largura. A profundidade arbitrada possui tal metragem devido ao fato de que os solos da região ainda estão em formação (cambissolo em sua maioria), logo os processos pedogênicos de alta atividade estão presentes nos primeiros 70 centímetros, salvas as exceções.

A classificação de solos em campo inicia-se na observação dos horizontes que compõem o corpo do rególito. Para realizar esse estudo abrimos trincheiras e retificamos alguns perfis em potencial, uma vez que estes meios permitem o melhor exame das características morfológicas do solo. A descrição morfológica foi feita tendo por base a ficha de descrição e as normas contidas no Manual de Pedologia do IBGE (2007), e após separar os horizontes levando em consideração as variações de cor, textura, estrutura, cerosidade, consistência e transição de horizontes, realizamos a coleta de amostras de solo de cada horizonte, as quais foram acondicionadas em sacos plásticos, sendo devidamente etiquetadas conforme suas especificações para serem encaminhadas ao laboratório, onde passaram por uma secagem para serem novamente analisados segundo a mesma ficha de descrição.

Resultados

Através do trabalho de recadastramento e de mapeamento que realizamos, foi possível identificar, em uma área relativamente pequena, sítios de filiações culturais diferentes, o que denuncia um processo de reocupação e/ou reaproveitamento do ambiente por grupos distintos que ali estiveram, também, em momentos distintos.

Foram identificados dentro da comunidade do Salto de Cima – em um raio de um quilômetro – dois sítios arqueológicos filiados à subtradição arqueológica Guarani e três sítios com vestígios de grupos caçadores-coletores portadores da tradição

tecnológica Umbu. Todos os sítios estão muito próximos ao rio, que nesse caso, apresenta-se como o provável elemento central da ocupação pré-colonial naquela área. A seguir seguem a descrição dos sítios bem como os resultados das análises pedológicas realizadas.

SC – São Martinho – 02

Sítio cadastrado por Marco Aurélio Nadal De Masi, vinculado à subtradição Guarani, localizado sob as coordenadas UTM 22J 699520/6886570, sobre uma várzea às margens do Rio Capivari. Na sua superfície e na subsuperfície é possível verificar a existência de fragmentos de cerâmica e concentração de carvão.

A área onde está implantado o referido sítio se trata de um depósito aluvial que se formou através de inundações seqüenciais do Rio Capivari. Através de um perfil de 1,5 metros de profundidade aberto nas imediações do sítio foi possível identificar esse processo de deposição de sedimento quartzoso, no qual alguns dos horizontes, principalmente o A, apresenta vestígios de atividades antrópicas empreendidas tanto pelos grupos pré-coloniais, quanto por agricultores contemporâneos.

Logo abaixo do horizonte A, identificamos o horizonte CB de caráter flúvico, composto por material mineral quartzoso e pouco acúmulo de argila. Apresenta estrutura granular e granulometria bastante fina. É seguido pelo horizonte Cg, composto por material mineral quartzoso de granulometria fina e com coloração amarronzada, em meio ao qual foram encontrados fragmentos de carvão. Em ambos os horizontes Cg foram identificamos vestígios vegetais em decomposição ou carbonizados, o que indica que os mesmos se tratam de paleossolos que sofreram soterramento devido a eventuais alagamentos.

Já o horizonte Cr, estabelecido entre os dois horizontes Cg, compõe-se por material mineral quartzoso menos alterado. Apresenta coloração mais amarelada e granulometria intermediária, muito características de sedimentos de deposição aluvial.

Por fim, tem-se o horizonte C, composto basicamente por sedimento quartzoso de baixa alteração, granulometria bastante grosseira e sem presença de material orgânico. Da mesma forma que o horizonte Cr, possui características de material de deposição aluvial.

As informações obtidas através desse perfil nos levaram a caracterizar o solo daquela área como *neossolo flúvico psamítico antrópico*. *Neossolo* por se tratar de um depósito de sedimento quartzoso pouco evoluído; *Flúvico* por se tratar de um depósito sedimentar resultante de cheias e inundações flúvicas; *Psamítico* por ter apresentado textura arenosa em todos os horizontes; e *Antrópico* por apresentar alta atividade antrópica no horizonte A.

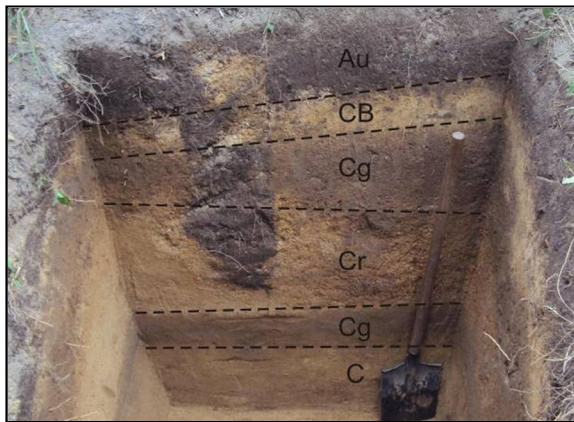


Figura 01

Perfil de NEOSSOLO FLÚVICO Psamítico antrópico

SC – São Martinho – 03

Sítio lítico com presença de lascas em quartzo, características da tradição tecnológica Umbu, localizado nas coordenadas UTM 22J 699075/6887365, e foi mapeado durante o trabalho de recadastramento dos sítios já identificados.

O tipo de solo que se diagnosticou na área onde o sítio está inserido corresponde às mesmas características identificadas no sítio SC – São Martinho – 01, com pequenas alterações no que diz respeito a hidratação dos óxidos de alumínio, tornando sua coloração um pouco mais avermelhada.

Através da abertura do perfil evidenciou-se a presença do horizonte A antrópico – que equivale a 50% do perfil de 100cm – e a seguir um horizonte B incipiente, pouco desenvolvido e com maior presença de argila e grãos de rocha matriz.

Portanto, temos um *cambissolo húmico alumínico antrópico*. *Cambissolo* por ser um solo pouco desenvolvido constituído por material mineral; *Húmico* por possuir horizonte A húmico; *Alumínico* por possuir caráter alumínico no horizonte B; e *Antrópico* por apresentar alta atividade antrópica no horizonte A.

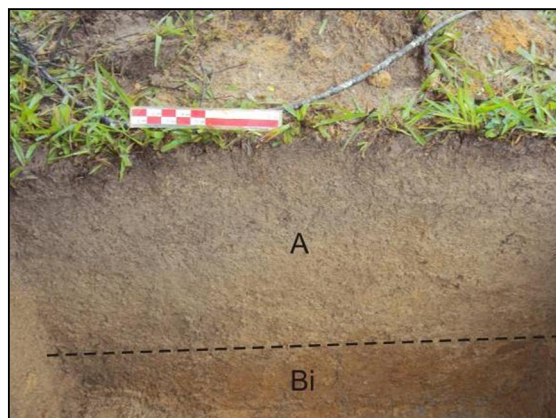


Figura 02

CAMBISSOLO HÚMICO Alumínico antrópico

SC – São Martinho – 04

Sítio lítico com presença de artefatos vinculados a tradição tecnológica Umbu, localizado nas coordenadas UTM 22J 700100/6885775, cadastrado anteriormente por De Masi (2007).

Está situado em uma suave elevação composta por areia quartzosa característica de depósitos coluviais que se destaca em uma várzea, separando as margens do Rio Capivari dos montes graníticos que formam o vale do Rio Capivari. Associasse aos depósitos de leques aluviais terciário-quartenários, compostos por areias e lamas resultantes da ação de processo de fluxos gravitacionais e aluviais de transporte de material das vertentes.

Através do perfil de 1,3 metros aberto pode-se identificar um horizonte A fraco, pouco desenvolvido, com fraco teor de material orgânico e coloração Hue 25YR 7/6. O horizonte C apresenta um sedimento quartzoso de granulometria intermediária, demonstrando ser pouco afetado pelos processos pedogênicos.

Com isso, através das análises realizadas chegamos a conclusão de que se trata de um *cambissolo flúvico alumínico*. *Cambissolo* por ser um solo pouco desenvolvido constituído por material mineral; *Flúvico* por ter sido formado sob forte influência de sedimento de natureza aluvionar; *Alumínico* or possuir caráter alumínico no horizonte C.

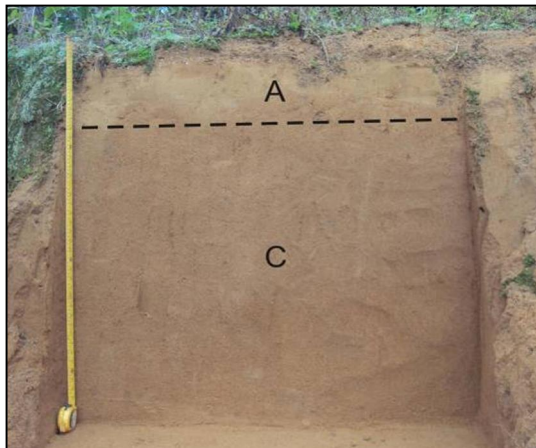


Figura 03

NEOSSOLOS QUARTZARENICOS Órticos

SC – São Martinho – 05

Sítio lítico com presença de poucas lascas de quartzo, características da tradição tecnológica Umbu, localizado nas coordenadas UTM 22J 699370/6887930, cadastrado anteriormente por De Masi (2007). Está situado em um patamar relativamente plano, que separa uma colina de grande altitude e inclinação das margens do Rio Capivari. Percebe-se no terreno a presença de afloramentos graníticos e a existência de um córrego com pouco volume de água, situado há no máximo 50 metros do sítio.

Para realizar o estudo pedológico da área retificamos um barranco já existente, que provavelmente resulta de processos de erosão natural. Ficou claro em todo o perfil que se trata de um solo ainda muito pouco desenvolvido, o qual é formado em sua maior parte por material mineral quartzoso pouco intemperizado e argila.

O horizonte A apresentou textura arenoargilosa, coloração escura devido à decomposição de material orgânico e presença de raízes de gramíneas e rutáceas. O horizonte B incipiente apresenta maior composição de materiais minerais quartzosos pouco intemperizados em meio à argila mais avermelhada. Apresenta textura mais argilosa do que o horizonte A e sua estrutura toma forma de blocos subangulares. O horizonte Cr é composto basicamente por rochas inconsolidadas pouco alteradas, sendo seguido pelo horizonte R, no qual encontramos a rocha consolidada.

Dessa forma, caracterizamos esse solo como *cambissolo húmico alumínico léptico*. *Cambissolo* por ser um solo pouco desenvolvido constituído por material mineral; *Húmico* por possuir horizonte A húmico; *Alumínico* por possuir caráter alumínico no horizonte B; e *Léptico* por apresentar contato lítico entre 50cm e 100cm a partir da superfície do solo.

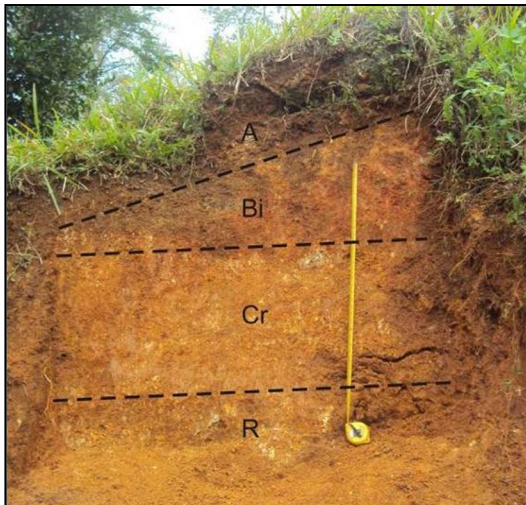


Figura 04

CAMBISSOLO HÚMICO Alumínico léptico

SC – São Martinho – 06

Sítio cerâmico vinculado à subtradição Guarani localizado nas coordenadas UTM 22J 699340/6886590, cadastrado anteriormente por De Masi (2007). Está situado em uma várzea às margens do Rio Capivari característica de depósitos aluviais. Na sua superfície e na subsuperfície é possível verificar a existência de fragmentos de cerâmica e concentração de carvão. Neste sítio não identificamos no perfil a presença de paleossolos, sendo sua composição estratigráfica é mais homogênea, o que denuncia uma menor atividade, tanto de deposição sedimentar, quanto de decomposição de material orgânico.

O horizonte A contém marcas de atividades humanas recentes e pré-coloniais, tais como fragmentos de cerâmica e carvão vegetal. O horizonte CB, da mesma forma que no sítio São Marinho – 02 apresenta caráter flúvico, sendo composto por material mineral quartzoso e pouco acúmulo de argila.

Por conseguinte temos o horizonte Cr, composto por material mineral quartzoso menos alterado. Apresenta coloração mais amarelada e granulometria intermediária, muito características de sedimentos de deposição aluvial. Este é seguido pelo horizonte C, também aluvial. É formado basicamente por sedimento quartzoso de baixa alteração, textura arenosa e granulometria grosseira.

Em todo o perfil foi possível identificar marcas de bioturbações causadas por raízes de árvores de médio e grande porte.

Este também se caracterizou como sendo um *neossolo flúvico psamítico antrópico*. *Neossolo* por se tratar de um depósito de sedimento quartzoso pouco evoluído; *Flúvico* por se tratar de um depósito sedimentar resultante de cheias e inundações flúvicas; *Psamítico* por ter apresentado textura arenosa em todos os horizontes; e *Antrópico* por apresentar alta atividade antrópica no horizonte A.

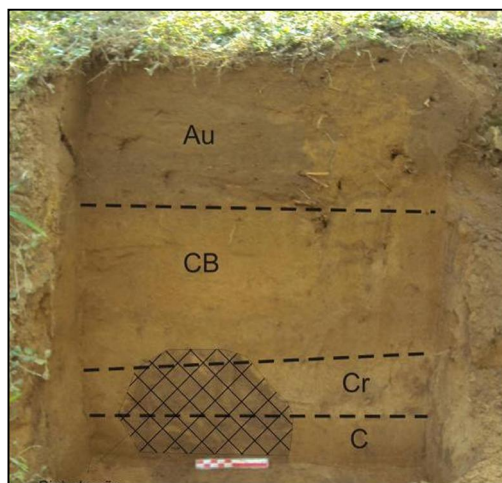


Figura 04

NEOSSOLO FLÚVICO Psamítico antrópico

Considerações

Como dito anteriormente, verificamos que os cinco sítios inseridos na área da pesquisa possuem como elemento central o Rio Capivari. Essa forma de implantação, que visa a fácil obtenção de recursos provindos dos rios e córregos, já vem sendo verificada há algum tempo. Pesquisas anteriores já demonstram que os grupos da tradição Umbu assentavam-se em locais com bom potencial extrativo, de onde retiravam o alimento para subsistência e a matéria prima para a produção de artefatos (FARIAS, 2005).

Já os sítios Guarani mapeados não possuem características de locais de aldeamento, uma vez que são sítios relativamente pequenos, compostos por uma única estrutura de combustão de pequenas dimensões situada às margens do rio.

Partindo do pressuposto de que dentro do sistema territorial Guarani existem também áreas de funcionalidades específicas, nas quais são realizadas atividades de captação de recursos das mais variadas naturezas (MILHEIRA, 2008), parece-nos mais adequado propor que os sítios Guarani em questão são resultado desse processo de caça e coleta, sem descartar, no entanto, o uso das terras para pequenos cultivos.

Com as análises pedológicas, diagnosticamos dois tipos de solo, cada qual com suas especificidades dentro de suas ordens. Dois sítios estão implantados em áreas de NEOSSOLOS e os outros três em áreas de CAMBISSOLOS. Os Neossolos são predominantemente Flúvicos, já os Cambissolos são variam entre Húmicos e Flúvicos, ambos de caráter aluminico.

Os tipos de solo identificados derivam do Granito Imaruí-Capivari, caracterizado por sua coloração cinza-rosada e pelos abundantes fenoscristais de feldspato alcalino potássico assentados sobre uma matriz quartzo-feldspática (SILVA, 2000).

As análises de campo e de laboratório nos permitiram identificar a presença maciça, e quase única, de quartzo na

composição dos NEOSSOLOS. Nos CAMBISSOLOS, além do quartzo em seu estado primário, foi possível identificar a presença de argilas silicatadas, formadas a partir do feldspato presente na composição do granito.

O quartzo é um mineral primário que sofre pequenas mudanças na sua composição desde que foi extrusado da lava incandescente, por isso domina as maiores frações do solo. Outros minerais, tais como argilas silicatadas e óxidos de ferro, formam-se a partir da intemperização de materiais menos resistentes à medida que progrediu a formação do solo, por isso são encontrados geralmente nos materiais mais finos, principalmente na argila (BRADY, 1989).

O quartzo (SiO_2) é o dióxido de silício em estado cristalino. Pode ser encontrado em seu estado primário, restante da cristalização do magma fundido – como o quartzo que ocorre nos granitos – assim como pode ser encontrado em seu estado secundário, procedente da separação do ácido do silício no processo de decomposição dos silicatos, o que justifica ser um dos minerais mais freqüentes na natureza (VIEIRA, 1975).

Assim como as demais espécies minerais do grupo da sílica, o quartzo não é um bom fornecedor de nutrientes aos vegetais, sendo que sua atuação efetiva no desenvolvimento dos mesmos se resume a participar como elemento da composição física dos solos, sendo o mineral predominante na sua fração arenosa. Assim sendo, seja na composição das rochas ou como parte integrante do corpo do solo, o quartzo sempre será o dióxido de silício, elemento inútil para a alimentação das plantas. Isso explica a baixa produtividade agrícola dos Neossolos identificados na área da pesquisa. (VIEIRA, 1975).

Já a argila silicatada encontrada nos Cambissolos, é resultado do processo de alteração física e química dos minerais primários, nesse caso, o feldspato. No processo de alteração física do feldspato são liberados potássio e alumínio, alterando a composição química do mineral, diminuindo a rigidez do cristal,

iniciando uma mudança básica na cristalografia do mineral original (BRADY, 1989).

Na decomposição dos feldspatos e dos silicatos em geral, o agente real é o íon de hidrogênio, resultante da quebra da molécula de água e dos ácidos existentes no solo, cuja intensidade é regulada pela temperatura. Para elucidar melhor como se dá tal decomposição, podemos usar como exemplo o feldspato potássico, presente nos Cambissolos identificados na área da pesquisa. Os ânions do grupo silícico, juntamente com o íon de hidrogênio formam o ácido alumínico-silícico não dissociável, que se separa em corpo aparentemente amorfo e instável. A seguir, as alterações atingem esse ácido que se desdobra em suspensão coloidal de hidróxido de alumínio e ácido silícico hidratado. Os metais alcalinos, nesse caso o potássio, unem-se a oxidrilas resultantes da quebra da molécula de água, constituindo produtos solúveis, que por sua vez, são adsorvidos pelos complexos coloidais do solo – aqui a argila silicatada – ou absorvidos diretamente pelos vegetais (VIEIRA, 1975).

O potássio desempenha diversas funções essenciais em relação às plantas. É estimulante de várias enzimas responsáveis por certos processos vegetais, como metabolismo energético, síntese de amido, redução de nitratos e decomposição de açúcares. É, ainda, essencial à fotossíntese, assim como à formação do amido e à transferência dos açúcares. Em abundância, tal elemento é importante na formação de grãos, cereais, tubérculos e todas as raízes úteis. Aumenta, também, a resistência das culturas a certas doenças e favorece fortes sistemas radiculares e caulíferos (Brady, 1989).

Assim, podemos perceber que os Cambissolos encontrados na região, mesmo possuindo um teor de alumínio e acidez relativamente altos, proporcionam um bom suporte nutricional para o desenvolvimento de diversos vegetais, sejam eles espontâneos ou cultivados. Isso pode ser percebido através da imensa diversidade de espécies que caracteriza a floresta ombrófila

densa presente na região e o constante uso das terras por agricultores que lá residem atualmente.

Como resultado da pesquisa, elaboramos o mapa a seguir, no qual cruzamos dados arqueológicos e pedológicos.

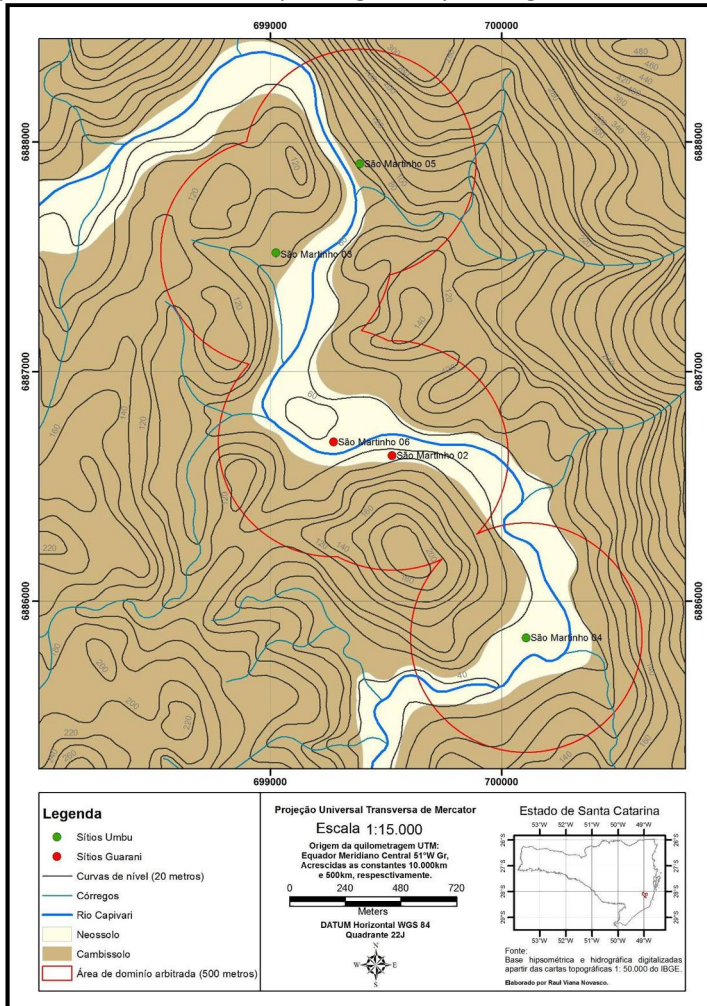


Figura 06

Pedologia da comunidade do Salto de Cima, município de São Martinho

Conclusões

A pesquisa desenvolvida teve como motivação inicial comprovar a relação direta entre a escolha dos locais para assentamento dos diferentes grupos que ocuparam a área no período pré-colonial, e os tipos de solo que lá são encontrados.

Identificamos dois sítios relacionados à subtradição Guarani situados em áreas de Neossolos, igualando-se assim ao que se tem no litoral para esse grupo. Os resultados corroboram com nossa hipótese de que esse tipo de solo era buscado pelos grupos da Tradição Tupiguarani, contudo, além de estarmos trabalhando com uma amostra muito pequena, alguns aspectos relacionados à estrutura arqueológica e aos elementos culturais do grupo ainda devem ser considerados.

Acreditamos que os grupos da Tradição Tupiguarani se fixaram naquelas áreas de Neossolo devido a suas características pedológicas, as quais facilitariam o cultivo de plantas já conhecidas pelos mesmos.

Assim como Posey (1986), acreditamos que o conhecimento biológico indígena não se enquadra nas categorias e subdivisões criadas pelas ciências naturais e da terra, classificadas e sistematizadas artificialmente. O seu conhecimento biológico compreende a uma mistura de diversos elementos, tais como as plantas, os animais, a caçada, a horticultura, os espíritos, mitos, energias, etc. Dessa forma, o apego e a busca por um lugar ideal de fixação que proporcione ao grupo o necessário para a sua subsistência, é resultado da embricação entre o mundo natural, simbólico e social, que exige uma abordagem interdisciplinar, através da qual serão respeitados e considerados os aspectos culturais do grupo em questão.

E em se tratando de solo, ainda que o mesmo apareça como um elemento diagnóstico através do qual podemos inferir modelos e propostas para áreas a serem mapeadas, são necessárias escavações de amplas áreas e intensos mapeamentos naquela

localidade para que se possa identificar algum padrão realmente estabelecido para os sítios vinculados a subtradição Guarani no curso do Rio Capivari. Além disso, deve-se expandir a zona de mapeamento para o interior dos vales, a fim de buscar respostas que elucidem de que forma se deu o processo de migração dos Guarani para essa área de encosta. A identificação de sítios e a obtenção de datas serão capazes de sanar muitas dúvidas ainda existentes no que diz respeito à cronologia Guarani para o sul de Santa Catarina.

Já os sítios encontrados que apresentaram materiais vinculados aos grupos portadores da Tradição Umbu não trouxeram muitas novidades. O padrão de implantação, que compreende a escolha de locais com maior potencial de caça e de coleta, se repete. Dois sítios estão situados em áreas de Cambissolos e um em área de Neossolo.

Partindo do pré-suposto de que estes grupos não praticavam a agricultura, sendo sua subsistência baseada na exploração dos recursos presentes no ambiente, nos arriscamos a dizer que sua relação com o solo era mantida de forma indireta. Como dito anteriormente, o solo é responsável pela nutrição dos vegetais, que por sua vez exerce influência sobre a composição da população faunística. Assim sendo, as variações encontradas nos meios bióticos originais que compõe os diferentes ambientes existentes no planeta, são resultantes das variações no aparato nutricional dos solos que recobrem a parte sólida da Terra. Tendo isso em vista, podemos dizer que a influência que o solo exerce sobre esse grupo diz respeito ao tipo de vegetação espontânea que se desenvolve sobre o mesmo.

Nesse caso, os Cambissolos encontrados na área pesquisada, ainda que sejam ácidos, são boas fontes de potássio, o que possibilita o desenvolvimento de uma vegetação densa e variada que serve de suporte para a sobrevivência de diversas espécies faunísticas, inclusive a espécie humana. No entanto, é pertinente retomar a discussão sobre as escolhas e as variações

culturais. Não se pode esquecer que a forma como esse ambiente era aproveitado está intimamente relacionada a elementos da cultura imaterial desses grupos.

Tais elementos estão expressos nos mitos e nos rituais, aos quais, muito provavelmente, nunca teremos acesso.

Referências Bibliográficas

- BITENCOURT, M. F. Estratigrafia do Batólito Florianópolis, Cinturão Dom Feliciano, na Região de Garopaba – Paulo Lopes. In: *Revista Pesquisas em Geociências*. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 109-136, 2008.
- BRADY, N. C. *Natureza e propriedades dos solos*. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1989.
- DE MASI, M. A. N. *Projeto de salvamento arqueológico da PCH Rio Capivari*. Florianópolis: UNISUL. Relatório final de pesquisa, 2004.
- EBLE, A. & REIS, M. J. *Parque Estadual do Tabuleiro: Aspectos culturais e sociais*. Florianópolis: FATMA, 1976.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. Brasília: SPI, 2006.
- EPAGRI. *Mapa de solos: Unidade de Planejamento Regional Litoral Sul Catarinense*. Escala 1:250.000. Florianópolis: EPAGRI, 2002.
- FARIAS, D. S. E. *Distribuição e padrão de assentamento: propostas para os sítios da Tradição Umbu na encosta de Santa Catarina*. Porto Alegre: PUCRS. Tese de Doutorado 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Manual técnico de Pedologia*. 2ªed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- MILHEIRA, R. G. *Território e Estratégia de Assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste*. São Paulo: USP. Dissertação de mestrado, 2008.
- POSEY, D. A. Etnobiologia: Teoria e método. In: *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes, v. 1, p. 15-25, 1986.
- RESENDE, M. *Pedologia e fertilidade do solo: interações e aplicações*. Brasília. DF: MEC, 1988.
- SCHMITZ, P. I. O povoamento indígena do sul do Brasil. In: *Maracajá: Pré-história e arqueologia*. Tubarão: Editora Unisul, 2005.
- SENGIK, E. *Uma visão global de solos*. Maringá: NUPEL-UEM, 2003.

***Mapeamento arqueológico e pedológico no
Vale do Rio Capivari, Estado de Santa Catarina***

SILVA, M. A. S. *Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil*. Criciúma, Folha SH.22-X-B. Estado de Santa Catarina. Escala 1:250.000. Brasília: CPRM, 2000.

VIEIRA, L. S. *Manual da ciência do solo*. São Paulo: Agronômica Ceres, 1975.

Recebido em: 29/07/2013

Aprovado em: 23/08/2013

Publicado em: 04/10/2013

A diversidade dos sítios arqueológicos Jê do Sul no Estado do Paraná

Jonas Gregorio de Souza¹
Fabiana Terhaag Merencio²

RESUMO: Neste artigo, destacamos a variabilidade dos sítios arqueológicos associados à ocupação Jê meridional no estado do Paraná. Através da análise de duas áreas, a do baixo Piquiri e a do médio Iguaçu, que apresentam alta densidade de estruturas semi-subterrâneas e montículos, propomos que a emergência localizada de um sistema de assentamento com menor mobilidade, maior densidade demográfica e evidências de hierarquias sócio-políticas estaria relacionado à circunscrição territorial dos grupos Jê pelas migrações Tupi-Guarani.

PALAVRAS-CHAVE: *Jê do Sul, Tradição Taquara/Itararé, Paraná, sistema de assentamento.*

ABSTRACT: In this article we emphasize the variability of archaeological sites associated with a Southern Jê occupation in the state of Paraná. Through the analysis of two areas, the lower Piquiri and the middle Iguaçu rivers, which exhibit high density of semi-subterranean structures and mounds, we propose that the localized emergence of a less mobile settlement system, with higher demographic density, and evidences of socio-political hierarchies, could be related to territorial circumscription of the Jê groups by the Tupi-Guarani migrations.

KEY-WORDS: *Southern Jê, Taquara/Itararé Tradition, Paraná, settlement system.*

¹ Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil. Doutorando em Arqueologia pela Universidade de Exeter, Reino Unido, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil, processo 1802-13-5.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. Bolsista (CAPES).

Introdução

As pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Taquara/Itararé, relacionada aos falantes do ramo meridional das línguas Jê em período pré-contato³, têm sido intensificadas nos últimos anos a partir de trabalhos tanto acadêmicos quanto de contrato, permitindo o aprofundamento de discussões relacionadas a temas como sistemas de assentamento, cronologias detalhadas, o papel da agricultura e a emergência da complexidade sócio-política em áreas específicas do Sul do Brasil e adjacências (COPE e SALDANHA, 2002; COPÉ *et al.*, 2002; SCHMITZ *et al.*, 2002, 2010; BEBER, 2004; SALDANHA, 2005, 2008; COPÉ, 2006, 2007; DEMASI, 2006, 2009; IRIARTE *et al.*, 2008, 2010, 2013; CORTELETTI, 2008, 2012; DESOUZA e COPÉ, 2010; SCHMITZ e ROGGE, 2011; DESOUZA, 2011, 2012).

A maior parte dessas investigações tem se centrado nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com efeito, é no planalto oriental desses estados, e mais especificamente nas bacias dos rios Canoas, Pelotas e das Antas, que se encontra uma ocupação Jê meridional excepcionalmente densa: o sítio com maior número de estruturas de habitação (SCHMITZ e ROGGE, 2011), as estruturas de maiores dimensões (COPE, 2006) e a maior concentração e variabilidade de monumentos funerários (MÜLLER, 2008; SALDANHA, 2008; DEMASI, 2009; DESOUZA, 2012) encontram-se todos nessa área.

Contudo, deve-se ressaltar que o estado do Paraná conta com uma larga trajetória de pesquisas em sítios com material Jê meridional, mesmo antes da definição das tradições Itararé e Taquara (LAMING e EMPERAIRE, 1959; RAUTH, 1963; BLASI, 1965, 1967). Além disso, como pretendemos demonstrar ao longo do

³ Atualmente, os Kaingang e os Xokleng são os únicos representantes desse ramo (NOELLI, 1999-2000). Entretanto, não se deve esquecer que, no século XIX, foram registradas outras línguas Jê meridionais, como o Kimdá e o Ingáin, situados entre o oeste paranense, a província de Misiones e o Paraguai (JOLKESKY, 2010, p.15-18).

artigo, o Paraná apresenta notável diversidade nas ocupações Jê em período pré-colonial, oferecendo alto potencial comparativo com os contextos catarinenses e rio-grandenses.

Inicialmente, apresentamos um breve histórico das pesquisas no Paraná, para em seguida detalhar nosso levantamento dos dados a partir de fichas de registro de sítio e de publicações, sua inserção no ArcGIS e a classificação dos sítios arqueológicos. A partir desse levantamento, destacamos a diversidade de padrões de assentamento (implicando em sistemas de assentamento distintos) e apontamos para duas áreas dentro do estado do Paraná em que se notam similaridades com a região “nuclear” representada pelo planalto catarinense e rio-grandense – a saber, a grande concentração de sítios com estruturas semi-subterrâneas e monumentos funerários, dispostos de forma altamente estruturada na paisagem. Por fim, sugerimos – seguindo as implicações de uma hipótese de Noelli (2004a, p.39-40) – que a emergência de tal padrão pode estar relacionada a um fenômeno localizado de circunscrição social pelos grupos Tupi-Guarani.

Breve histórico das pesquisas⁴

Como já mencionamos, as primeiras investigações arqueológicas no Paraná que dão notícia de materiais atualmente identificáveis como Jê do Sul⁵ ocorreram ao longo da década de 1950 e início da década de 1960 (LAMING e EMPERAIRE, 1959; RAUTH, 1963; BLASI, 1965, 1967), em decorrência da formação de

⁴ Este histórico não pretende ser exaustivo, mas apenas fornecer um panorama amplo; para uma descrição detalhada de todas as fases da Tradição Itararé, recomendamos consultar Schmitz (1988) e Beber (2004, p. 66-95).

⁵ Utilizaremos indistintamente os termos “Jê do Sul” ou “Jê meridional” para nos referirmos ao conjunto das tradições Taquara, Itararé e Casa de Pedra, considerando a continuidade entre tais ocupações pré-coloniais e as populações históricas falantes de línguas daquela família (NOELLI, 1999). Entretanto, outras denominações abrangentes são também encontradas na literatura, em particular “Proto-Jê meridional” (ver discussão em BAPTISTA DA SILVA, 2001).

profissionais pelo CEPA da UFPR (MENDONÇA DE SOUZA, 1991, p. 113-114), antes da adoção da nomenclatura de fases e tradições seguida pelo PRONAPA⁶. Nesse período, a comparação entre as cerâmicas não Tupi-Guarani paranaenses e aquelas descritas por Oswald Menghin em Misiones, Argentina, fornecia uma conexão indireta com os povos Jê, uma vez que esse último pesquisador sugeria tal ligação (BLASI, 1967, p.20-22; MENGHIN, 1956, p.28-36).

Durante o PRONAPA, um marco foi a definição da Fase Itararé a partir do material cerâmico de sítios nos vales dos rios Itararé e Paranapanema (CHMYZ, 1967a). Posteriormente, essa fase deu nome à Tradição Itararé, definida antes da Tradição Taquara do Rio Grande do Sul (MILLER, 1971), o que leva Araujo (2007, p. 17) a propor o nome Itararé-Taquara como o mais correto para se referir à unificação das duas tradições, como de fato já era seguido por alguns arqueólogos (PARELLADA, 2005). Entretanto, manteremos o termo Taquara/Itararé neste artigo para nos referirmos à ocupação Jê do Sul pré-colonial como um todo, por ser de uso mais corrente e já estabelecido na literatura.

Ao longo dos anos seguintes, durante a execução do PRONAPA, a maior parte das fases da Tradição Itararé foi definida por Igor Chmyz. No médio rio Iguaçu, esse pesquisador registrou estruturas semi-subterrâneas (ou “casas subterrâneas”) – já conhecidas por ele a partir de sua experiência em uma dessas estruturas em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (CHMYZ, 1965) – e aterros de função mortuária, sendo esses sítios atribuídos à Fase Catanduva (CHMYZ, 1968a, 1969a). Já nesse momento, Chmyz (1967b, p.21-22; 1968a, p.49) atribui tais vestígios a uma ocupação Jê meridional, baseado tanto em relatos etnohistóricos quanto na comparação entre a cerâmica Kaingang recente e a arqueológica.

⁶ Mesmo antes das pesquisas sistemáticas já havia descrições de vestígios Jê do Sul por parte de amadores e autodidatas. Destacam-se, no início do século XX, os trabalhos de Telêmaco Borba, que descreveu estruturas semi-subterrâneas (BORBA, 1908, p.126-127) e montículos (BORBA, 1908, p.124-125), tendo inclusive escavado um destes e localizado evidências de cremação.

Não se deve esquecer que o mesmo autor sempre enfatizou a existência de uma cerâmica distinta denominada por ele de Casa de Pedra, sendo esta predominantemente lisa, globular e sem as bases planas típicas da Tradição Itararé (CHMYZ, 1967b, p.21-25).

Também digno de nota é o trabalho de Chmyz e Sauner (1971) no baixo rio Piquiri, onde, da mesma forma como na Fase Catanduva, um número relativamente elevado de estruturas semi-subterrâneas e montículos de função funerária foram localizados (os dados dessa região, assim como da anterior, serão discutidos em maior detalhe nas próximas seções deste artigo). Data do mesmo ano uma importante síntese em que Chmyz (1971) examina o fenômeno de “contato interétnico” no passado pré-colonial: de particular interesse é a comparação entre as fases Catanduva e Candói (definida em CHMYZ, 1969b) e a Tradição Taquara do Rio Grande do Sul. Os fragmentos com decoração plástica, praticamente inexistente na Tradição Itararé, atingem excepcionalmente 10% na Fase Candói, e a decoração é do mesmo tipo que a encontrada na Tradição Taquara, onde pode atingir 81%, o que serve de base para que Chmyz (1971, p.12-13) postule alguma forma de contato entre as tradições.

A partir da segunda metade da década de 1970, as pesquisas que trouxeram novas informações sobre a Tradição Itararé no Paraná são quase todas resultantes da arqueologia de contrato. Deve-se destacar o Projeto Itaipu (CHMYZ, 1976), que permitiu a identificação de um grande número de sítios a céu aberto e de algumas estruturas semi-subterrâneas, essas últimas sempre afastadas do rio e em altitudes mais elevadas. É decorrente desse trabalho a identificação de muitos sítios da Fase Cantu, à qual os sítios do baixo Piquiri haviam sido atribuídos (CHMYZ e SAUNER, 1971, p.24), e que inclui um pequeno percentual de decoração plástica.

Depois de Itaipu, outro projeto ligado a uma hidrelétrica, a de Salto Santiago, produziu grande quantidade de dados sobre a Tradição Itararé no médio rio Iguaçu (CHMYZ, 1981). Todos os sítios

eram a céu aberto, embora em dois houvesse vestígios de possíveis estruturas semi-subterrâneas (CHMYZ, 1981, p.39-43); notável também é a existência de uma estatueta fragmentada (CHMYZ, 1981, p.52), a primeira relacionada a essa tradição (outra foi mais recentemente escavada por Demasi, 2009, p.107). Com os dados de Salto Santiago somados às pesquisas anteriores, Chmyz (1981, p. 89-95) construiu uma nova síntese, cujos pontos principais incluem:

1) a definição da Fase Xagu, caracterizada sobretudo pelo alto percentual de decoração plástica, em sua maioria incisa, e a proposição de que esta pertenceria a uma “subtradição incisa” da Tradição Itararé que incluiria as fases Xaxim (em Santa Catarina) e Guatambu (no Rio Grande do Sul);

2) a proposição de que a Fase Candói pertenceria a uma “subtradição carimbada” da Tradição Itararé que incluiria também as fases Caxias e Taquara (no Rio Grande do Sul); e finalmente

3) a associação da Tradição Itararé aos Xokleng e da Tradição Casa de Pedra aos Kaingang.

Por fim, em anos recentes, trabalhos de arqueologia de contrato têm preenchido lacunas no mapa da Tradição Taquara/Itararé no Paraná, além de esclarecerem alguns aspectos das estruturas semi-subterrâneas. Dentre esses trabalhos, destacamos Chmyz *et al.* (1999), que localizou sítios a céu aberto no vale do Ribeira na divisa com São Paulo; Chmyz *et al.* (2003), cuja escavação em uma estrutura semi-subterrânea na região metropolitana de Curitiba trouxe novos dados sobre os processos de ocupação e re-ocupação desse tipo de sítio; Chmyz *et al.* (2008) e Chmyz *et al.* (2009), ambos com extenso levantamento de sítios a céu aberto e algumas estruturas semi-subterrâneas. Também merecem destaque os trabalhos no traçado do GASBOL em território paranaense, onde foi identificada alta densidade de sítios Itararé a céu aberto em todos os compartimentos da paisagem, mesmo em picos íngremes da Serra do Mar, como analisado na tese de doutorado de Parellada (2005). Recentemente, a mesma

pesquisadora foi responsável pela análise de radiografias de vasilhames Itararé, cujos resultados apontaram para técnicas de manufatura não perceptíveis a olho nu, como o paletado (PARELLADA, 2008).

Através desse histórico, podemos perceber a longa trajetória das pesquisas no estado do Paraná e a necessidade de sistematização dos dados. A seguir, detalharemos o processo de coleta dos dados, sua classificação e representação espacial, que serviram para levantar algumas das problemáticas discutidas no final do artigo.

Construção da base de dados

A base de dados foi inicialmente construída em 2009, com o intuito de se realizar um levantamento dos sítios registrados no estado do Paraná, buscando, dessa forma, uma sistematização das informações disponibilizadas em relatórios de pesquisa, artigos publicados em periódicos, fichas de cadastro de sítios (CNSA e IPHAN-PR), além de mapas com a localização dos sítios arqueológicos. O resultado desse trabalho, até o momento, é a compilação de dados referentes a 2.690 sítios arqueológicos em um banco de dados, cujos dados foram divulgados em mapas temáticos (MERENCIO, 2012).

Para a construção da base de dados, foram selecionados campos de informações similares aos da ficha de sítio disponibilizada pelo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), sendo consideradas as seguintes informações:

- 1) Município atual;
- 2) Município registrado;
- 3) Sigla;
- 4) Nome;
- 5) Tradição;
- 6) Subtradição;
- 7) Fase;

- 8) Tipo (acampamento, arte rupestre, casa subterrânea, cemitério, forte, habitação [permanente/indeterminada], oficina lítica, redução jesuítica e sambaqui);
- 9) Artefatos;
- 10) Estruturas;
- 11) Datações;
- 12) Categoria (pré-colonial, de contato, ou histórico);
- 13) Componentes (uni/multicomponencial);
- 14) Deposição (superfície/profundidade);
- 15) Exposição (céu aberto/abrigo sob rocha);
- 16) Dimensão;
- 17) Unidade Geomorfológica;
- 18) Compartimento Topográfico;
- 19) Coordenadas/UTM;
- 20) DATUM;
- 21) Localização dos dados (CNSA-online, IPHAN-PR, bibliografia);
- 22) Referência bibliográfica e
- 23) Informações extras (descrição sumária).

É fundamental, para a construção de um sistema de informação geográfica (SIG), que no registro dos sítios sejam apresentados as coordenadas, DATUM (sistema de referencial geodésico utilizado pelo aparelho GPS) e erro médio do aparelho no momento da coleta desses dados. Apesar de fundamentais para localização e posterior gerenciamento do patrimônio arqueológico, nem sempre esses dados são fornecidos pelas fichas, principalmente em sítios cujo registro tenha sido realizado entre 1955 e 1980 – por exemplo, cerca de 850 sítios cadastrados pela equipe do Centro de Pesquisas e Estudos em Arqueologia (CEPA-UFPR). Todavia, nesse caso específico e para complementação de informações para o banco de dados, foi possível obter uma localização aproximada destes sítios a partir do mapa de localização dos sítios pesquisados pelo CEPA-UFPR (VOLCOV, 2007).

Buscando uniformizar os dados para elaboração do SIG, todas as coordenadas dos sítios foram transformadas com o auxílio do software Mapsource para geográficas decimais – DATUM WGS84 (padrão do Google Earth e compatível com o Sistema Geodésico Brasileiro, o SIRGAS 2000, segundo resolução 01/2005-IBGE). O software ArcGIS 10 foi então utilizado para a manipulação dos dados. Contamos para a análise com 663 sítios identificados como Taquara/Itararé – a maioria assim classificada pelos próprios autores do registro; em outros casos, atribuímos os sítios a essa tradição com base em suas características (especialmente as estruturas semi-subterrâneas e os montículos) ou com base no material publicado.

Classificação dos sítios

Os sítios Jê meridionais foram, então, classificados conforme as seguintes categorias, que apresentaremos nos próximos parágrafos:

- 1) sítios a céu aberto;
- 2) estruturas semi-subterrâneas;
- 3) estruturas semi-subterrâneas e montículos;
- 4) montículos;
- 5) montículos com aterro anelar;
- 6) abrigos sob rocha; e
- 7) sambaquis.

Foram considerados sítios *a céu aberto* aqueles que apresentavam material disperso em superfície e/ou em profundidade, fora de abrigos e sem estruturas construídas (como “casas subterrâneas” ou montículos). Os sítios dessa categoria possuem características extremamente variáveis, com material disperso em áreas tão pequenas quanto 6 m² e tão grandes quanto 90.000 m². São raras as plantas de escavação publicadas, mas nos

valemos de dois sítios como exemplos. O primeiro, PR-AS-03⁷, no médio rio Iguaçu, possuía uma área de 3.571 m². As escavações revelaram uma camada arqueológica de cerca de 10 cm: em sua parte central dispunham-se, alinhadas, feições preenchidas por pedras, carvão e terra preta, interpretadas como fogões (CHMYZ, 1981, p.41-42). O segundo sítio, PR-BS-02, localizado no alto Ribeira, é menor do que o anterior, com uma área de 752 m², mas apresentava estrutura similar: uma camada arqueológica de cerca de 10 cm de espessura e três fogões preenchidos com pedras, ossos, conchas, cerâmica, solo escuro e carvão (CHMYZ *et al.*, 1999, p.22-24). Diferenciam-no buracos de estaca e quatro sepultamentos primários adultos, aparentemente na periferia da habitação (CHMYZ *et al.*, 1999, p.25-31). Parellada (2005, p.87-88) identifica, através de fotografias aéreas, o contorno das possíveis habitações representadas pelos sítios a céu aberto; a maioria das habitações seria retangular, com uma média de 15 x 6 m, assemelhando-se às cabanas Kaingang históricas descritas no Paraná a partir do século XIX (PARELLADA, 2005, p.118-121).

As “casas subterrâneas” são talvez o tipo de sítio Taquara/Itararé que mais desperta atenção. Neste artigo adotamos o termo mais neutro *estruturas semi-subterrâneas*, uma vez que não se pode necessariamente supor seu uso como habitação sem que haja escavações (REIS, 2007 [1980], p.13). Seguindo Corteletti (2012, p.46-47), classificamos as *estruturas subterrâneas e montículos* como um tipo distinto de sítio. Os montículos que acompanham as estruturas semi-subterrâneas, contudo, nem sempre são apenas resultantes de sua construção (COPÉ, 2006, p.176): no Paraná, o sítio PR-UB-04 é um claro exemplo de montículo funerário em meio a um conjunto de estruturas semi-

⁷ Apesar de ser apresentado como exemplo de sítio a céu aberto, Chmyz (1981, p.41) menciona duas possíveis “casas subterrâneas” no extremo nordeste do sítio. Deve-se ressaltar, contudo, a dúvida do próprio Chmyz sobre essas estruturas, quase completamente entulhadas, e o fato de medirem apenas 2 m de diâmetro, o que torna improvável seu uso como habitação.

subterrâneas (CHMYZ e SAUNER, 1971, p.18-19). O sítio PR-CT-93 exemplifica alguns temas comuns a outras estruturas semi-subterrâneas no Paraná: localizado em Mandirituba, região metropolitana de Curitiba, o sítio é composto por uma estrutura de 6,3 m de diâmetro e 2 m de profundidade; as escavações revelaram 13 finas camadas de ocupação separadas por níveis estéreis de abandono (Chmyz *et al.*, 2003, p. 20-38). Cada piso de ocupação continha um ou mais fogões, formados por pedras, solo escuro, carvões, terra queimada e concentrações de cerâmica. Considerando as datas obtidas, Chmyz *et al.* (2003, p. 99) propõem um ciclo de ocupação e abandono, estando o intervalo entre a primeira e a última ocupação entre 260 e 330 anos. Outras estruturas escavadas no Paraná apresentam tendência similar, embora com menor número de reocupações, entre duas e seis (CHMYZ *et al.*, 2003, p.98).

Quanto aos *montículos*, uma função mortuária sempre lhes foi atribuída, embora em nenhum caso no Paraná tenham sido revelados vestígios indubitáveis de sepultamentos da forma como aparecem em Santa Catarina (MÜLLER, 2008; DEMASI, 2009) e no Rio Grande do Sul (COPÉ *et al.*, 2002; DESOUZA e COPÉ, 2010). O caso mais emblemático é o do sítio PR-UB-04: seu montículo possuía 13 m de diâmetro e 2 m de altura e era cercado por uma vala – assemelhando-se muito aos montículos funerários Kaingang dos séculos XIX e XX (CHMYZ e SAUNER, 1971, p.18; MÉTRAUX, 1946, p.465-466). Como detalharemos mais adiante, duas possíveis camadas funerárias com vestígios de cremações foram escavadas na base do montículo, embora os autores não deixem claro se os fragmentos de ossos em meio a cinzas eram de fato humanos (CHMYZ e SAUNER, 1971, p.18-23).

A categoria de *montículos com aterro anelar* foi aplicada apenas ao sítio PR-UV-11 (CHMYZ, 1968a, p.46-47). O termo “aterro anelar” é usado para se referir a um muro de terra cercado espaços funerários ou cerimoniais, embora outras denominações existam na literatura, como “danceiros” ou “áreas entaipadas”

(BEBER, 2004, p.233-236). No caso do sítio PR-UV-11, havia 9 montículos alongados cercados por um aterro anelar de contorno aproximadamente retangular, o que o diferencia dos sítios catarinenses e rio-grandenses, normalmente com aterros circulares cercando um montículo. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, aterros anelares sem montículo costumam apresentar grandes dimensões, até 120 m de diâmetro (REIS, 2007 [1980], p.71-73), e foram interpretados como centros cerimoniais com natureza não-funerária, talvez para o rito coletivo de perfuração dos lábios dos meninos descrito nas etnografias Xokleng (Demasi, 2009, p.110-111; DESOUSA e COPÉ, 2010, p.108-109). Embora grandes aterros anelares sem montículo não tenham sido localizados no Paraná, Chmyz *et al.* (1968, p.17-19) descrevem uma estrutura desse tipo no município paulista de Itaberá, vale do rio Itararé, próximo à fronteira, o que ao menos sugere a possibilidade de sua existência em território paranaense.

Cerâmica Jê meridional também foi identificada em alguns *abrigos sob rocha*, que possivelmente serviram como acampamentos temporários. No sítio PR-UV-01, a cerâmica se distribuía por uma camada juntamente com três fogueiras e sementes carbonizadas, incluindo pinhão (CHMYZ, 1967b, p.14-16). Em alguns desses contextos, encontram-se também inscrições rupestres (CHMYZ, 1968b), embora não se possa assegurar que estejam associadas com a cerâmica (para uma discussão, ver BAPTISTA DA SILVA, 2001).

Finalmente, no litoral paranaense, alguns *sambaquis* apresentam, nas camadas mais superficiais, evidências de ocupação por grupos Jê meridionais (RAUTH, 1963), do mesmo modo como ocorre no litoral de Santa Catarina (DEBLASIS *et al.*, 2007, p.42-44). Recentemente, Neves (1999) demonstrou, com base em medidas craniométricas dos esqueletos do sítio PR-BS-02, a afinidade biológica entre as populações da Tradição Itararé no planalto e no litoral, confirmando hipóteses anteriores de que migrações a partir

das terras altas teriam trazido a cerâmica ao território sambaqueiro (NEVES, 1988).

Na figura 01, apresentamos a localização de todos os sítios Jê no estado do Paraná classificados conforme as categorias acima discutidas. A partir de agora, passaremos a debater algumas tendências que podem ser observadas no mapa, em especial no que diz respeito às variações no padrão de assentamento.

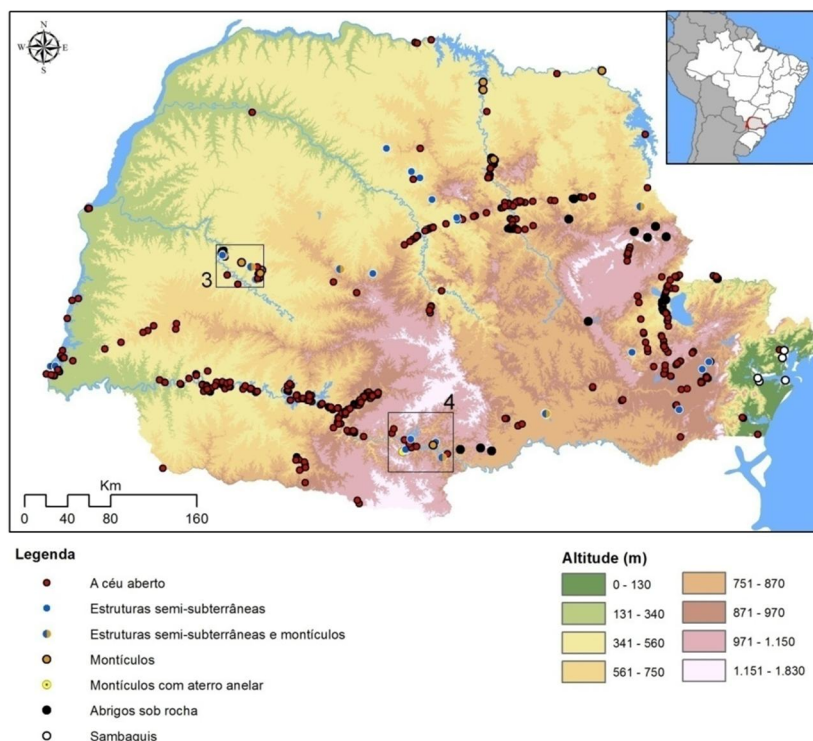


Figura 01

Mapa dos sítios Jê do Sul no estado do Paraná. As áreas detalhadas nas figuras 03 (baixo Piquiri) e 04 (médio Iguazu) aparecem destacadas.

Padrões de assentamento

Ao observarmos o mapa da figura 01, é evidente que a ocupação Jê meridional em território paranaense é caracterizada, na maior parte das regiões, por sítios a céu aberto. Um modelo de sistema de assentamento a ser testado nesses casos foi desenvolvido por Robrahn (1989, p.126-132) para o vale do Ribeira em território paulista: os sítios foram classificados conforme a densidade de material, sendo os sítios densos e médios interpretados como sítios de habitação, e os sítios de baixa densidade, sempre nas proximidades de sítios de habitação, como sítios “satélite” ou de áreas de atividades específicas. Os sítios densos, regularmente espaçados e cercados por sítios menores, funcionariam como centros de territórios ou grupos de sítios, cada grupo separado por cristas íngremes da serra do mar. Também centrais nesse sistema de assentamento são os cemitérios compostos por conjuntos de montículos, situados em topos proeminentes com ampla visibilidade (ROBRAHN, 1989, p.114; ARAUJO, 2001, p.317-318), embora as “centenas” de montículos observados em alguns sítios de São Paulo (ROBRAHN, 1989, p.56-57) não tenham sido relatados para o Paraná.

Eventualmente, estruturas semi-subterrâneas são encontradas como parte desse sistema de assentamento; a pequena quantidade em que existem, a grande distância que as separa, e as evidências de sucessivas ocupações e abandonos no sítio PR-CT-93 (discutido acima) parecem apontar para um possível uso sazonal, o que já foi proposto em modelos antigos para o Rio Grande do Sul (SCHMITZ, 1988, p.75-76). Entretanto, essa não é a situação para todo o território paranaense: na tabela 01, apresentamos as informações disponíveis para as estruturas semi-subterrâneas existentes no estado, destacando o número de estruturas por sítio e suas dimensões. Comparando esses dados com os disponíveis para a área “nuclear” de ocupação Jê em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, notam-se algumas tendências: no

Paraná, o número de estruturas chega, em um único caso, a 10 por sítio, sendo mais os comuns os sítios com 3 ou menos estruturas, ao passo que o sítio mais denso de Santa Catarina possui 107 estruturas (SCHMITZ e ROGGE, 2011), e sítios com mais de 10 estruturas ocorrem com relativa frequência nessa área e no Rio Grande do Sul (BEBER, 2004, p.200-201). O maior diâmetro registrado no Paraná é de 12 m, ao passo que no Rio Grande do Sul os diâmetros podem, excepcionalmente, superar os 20 m (RIBEIRO e RIBEIRO, 1985, p.60; COPÉ, 2006, p.150).

Selecionamos o número de estruturas semi-subterrâneas por sítio para representar espacialmente na figura 02. É possível observar três áreas de maior densidade: duas delas (destacadas na figura 01), a do baixo Piquiri e a do médio Iguazu, apresentam também alta densidade de monumentos funerários, e passaremos a discuti-las a seguir, argumentando que aí se desenvolveu um sistema de assentamento distinto do restante do estado.

O baixo rio Piquiri

Esta região (FIGURA 03), no entorno dos municípios de Ubiratã e Campina da Lagoa, foi pesquisada por Chmyz e Sauner (1971). As estruturas semi-subterrâneas da região tinham a particularidade de raramente aparecerem isoladas; formavam conjuntos de até 10 estruturas, a maioria com cerca de 5 m de diâmetro, embora estruturas com até 12 m fossem notadas. Quando ocorriam estruturas de grandes dimensões, estas eram apenas uma por sítio, e se situavam afastadas das demais (CHMYZ e SAUNER, 1971, p.11-12). Tal situação apresenta analogias com a região de Bom Jesus, Rio Grande do Sul, onde grandes estruturas ocupam os divisores de águas (SALDANHA, 2008, p.91-92) e podem ser funcionalmente distintas, a julgar pela quantidade e disposição das fogueiras em seu interior, sugerindo Copé (2006, p.341) tratar-se de locais de reunião e/ou habitados por indivíduos de maior status.

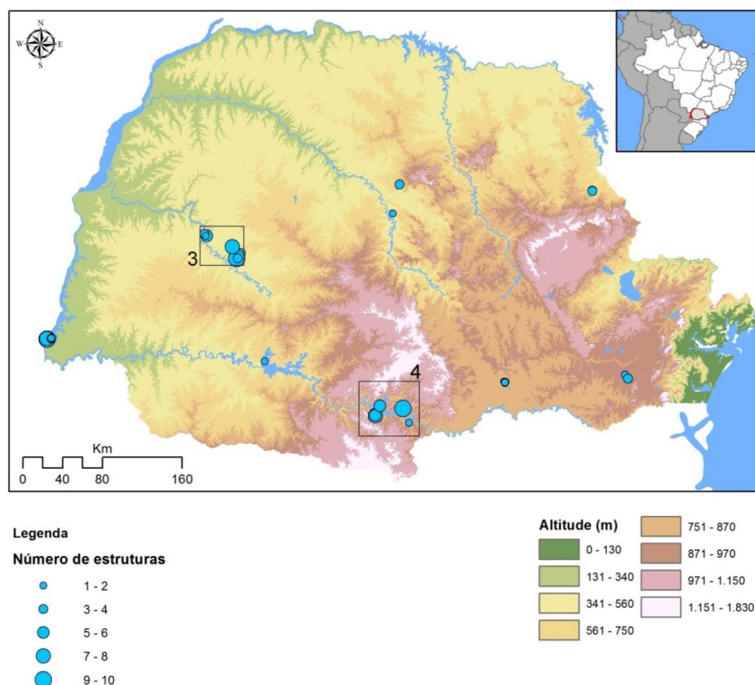


Figura 02

Estruturas semi-subterrâneas classificadas pelo número de estruturas por sítio. As áreas detalhadas nas Figuras 03 (baixo Piquiri) e 04 (médio Iguazu) aparecem destacadas

O baixo Piquiri também é caracterizado pelos conjuntos de montículos (denominados “aterros” pelos autores): em sua maioria são alongados, com até 1,20 m de altura, e aparecem em conjuntos (CHMYZ e SAUNER, 1971, p.11). Alguns, entretanto, possuem a forma de um cone truncado e até 2 m de altura, são cercados por uma vala e aparecem apenas um por sítio. O sítio PR-UB-04 continha um montículo de grandes dimensões, além de dezenas de montículos menores e 6 estruturas semi-subterrâneas. Na base do montículo maior, foram evidenciadas duas possíveis camadas funerárias sobrepostas: cada uma era formada por material lítico e

cerâmico, uma lente de terra queimada, feições escavadas e buracos de poste ao redor de uma mancha de cinzas e ossos (CHMYZ e SAUNER, 1971, p.16-23). Essas evidências são similares às encontradas em alguns aterros anelares com montículos funerários nas bacias dos rios Canoas e Pelotas, e podem ser interpretadas como resultado de festejos mortuários para indivíduos de alto status (DEMASI, 2006, 2009; DESOUZA, 2011, 2012; IRIARTE *et al.*, 2013). É provável que os raros montículos de grandes dimensões no baixo Piquiri servissem à inumação de indivíduos de status superior, sendo os demais sepultados nos montículos alongados e pequenos.

Também é notável a existência de um “caminho” que Chmyz e Sauner (1971, p.16) atribuem à ocupação pré-colonial. Segundo os autores, trata-se de uma trilha que seguia por cerca de 30 km, conectando sítios de estruturas semi-subterrâneas e montículos.

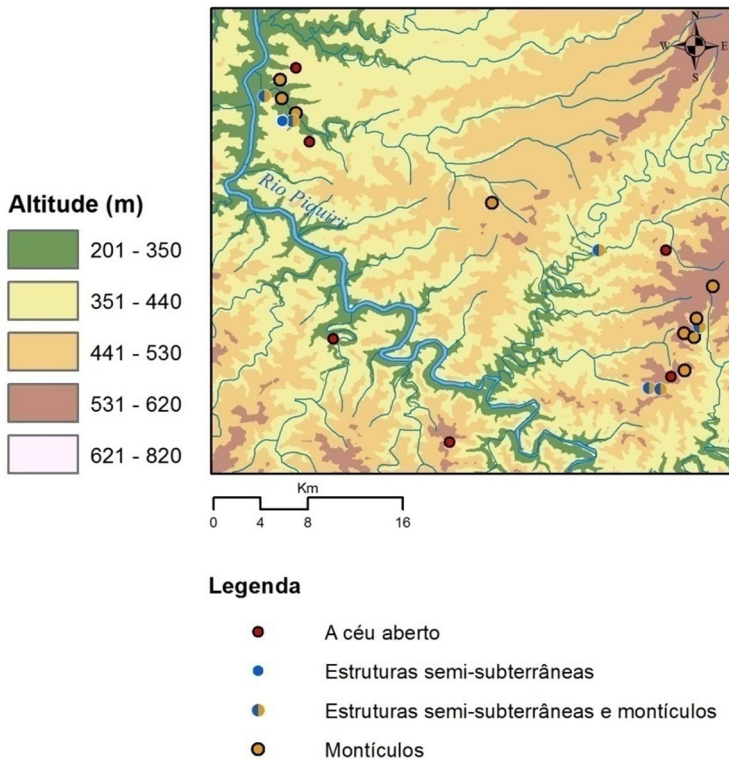


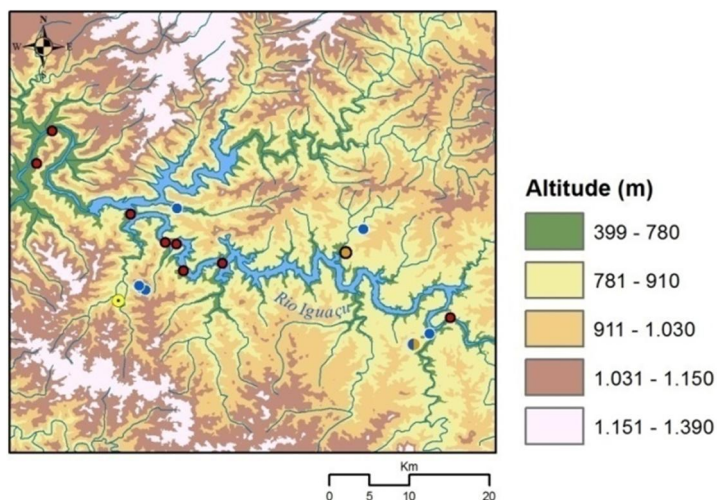
Figura 03

Sítios Jê do Sul no baixo rio Piquiri. Localização na Figura 01. Baseado em CHMYZ e SAUNER, 1971.

O médio rio Iguaçu

Também nesta região (FIGURA04), próxima ao município de Cruz Machado, as estruturas semi-subterrâneas aparecem formando conjuntos, com até 9 estruturas por sítio, tendo as maiores estruturas um diâmetro de 10m Chmyz (1968a, p.42-47) observa que as estruturas estavam localizadas em encostas suaves, ao passo que, a cerca de 4 km delas, os topos proeminentes eram

ocupados por conjuntos de montículos. Em um caso (sítio PR-UV-11), nove montículos alongados, cada um com uma rasa vala ao redor, eram cercados por um muro de terra (aterro anelar) aproximadamente retangular, com cerca de 18 m de comprimento, e aberto em uma das extremidades. Na base de dois montículos escavados foi revelada uma camada escura de cerca de 8 cm de espessura com muitos carvões (CHMYZ, 1968a, p.45-47).



Legenda

- A céu aberto
- Estruturas semi-subterrâneas
- Estruturas semi-subterrâneas e montículos
- Montículos
- Montículos com aterro anelar

Figura 04

Sítios Jê do Sul no médio rio Iguaçu. Localização na Figura 01. Baseado em CHMYZ, 1968a.

Tanto nesta região quanto na anterior, percebe-se um contraste com as demais áreas do Paraná, e um padrão mais próximo ao de regiões como as bacias dos rios Canoas e Pelotas, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pesquisas recentes nesses dois estados têm revelado uma paisagem Jê do Sul altamente estruturada: conjuntos de estruturas semi-subterrâneas, ocupando encostas suaves, aparecem na vizinhança de aterros anelares com montículos situados em topos proeminentes, conformando pequenos agrupamentos de sítios (SALDANHA, 2005, 2008; IRIARTE *et al.*, 2013). Dentro de cada agrupamento com sítios de habitação e funerários, os montículos com sepultamentos cremados parecem ter se destinado à inumação de líderes locais, dada a pequena quantidade de montículos e o pequeno número de indivíduos (normalmente um ou dois) sepultados por montículo (IRIARTE *et al.*, 2013, p.93-94). Em alguns sítios, as dimensões ou a complexidade da forma dos aterros, combinados com evidências de festins mortuários e vasilhas diretamente associadas aos corpos, sugerem distinções de status entre os cemitérios (DEMASI, 2009, p.108-111; DESOUZA, 2011, 2012, p.52-87). A alta densidade de estruturas semi-subterrâneas levou à discussão sobre o caráter das ocupações: em alguns casos, as datas das distintas estruturas de um mesmo sítio parecem apontar para a não-simultaneidade de sua construção e uso, além de períodos de abandono e retorno (SCHMITZ *et al.*, 2002; SCHMITZ e ROGGE, 2011), ao passo que outros sítios apresentam espessa camada de ocupação ininterrupta, bem como evidências de planejamento na disposição das várias estruturas, construídas sobre amplos nivelamentos prévios do terreno (SALDANHA, 2005; COPÉ, 2006; IRIARTE *et al.*, 2013). Em todo caso, mesmo quando se postulam deslocamentos, estes ocorriam provavelmente entre os vários sítios de estruturas semi-subterrâneas em um território limitado (SCHMITZ *et al.*, 2002, p.102; CORTELETTI, 2012, p.151-174). Particularmente importante para essa discussão é a confirmação do uso de cultivos na bacia do rio Canoas, Santa Catarina, a partir das análises de fitólitos e grãos

de amido de Corteletti (2012) e da análise de isótopos estáveis de DeMasi (2007).

Assim, no planalto de Santa Catarina e Rio Grande do Sul parece ter se desenvolvido um processo de maior sedentarização, territorialização e emergência de hierarquias sócio-políticas; no século XIX, os Kaingang que habitavam essa região estavam organizados em cacicados com dois níveis de hierarquia, sendo exclusivos dos caciques principais os sepultamentos em montículos funerários de construção coletiva com ritos funerários envolvendo festins (MABILDE, 1897, p.162-166, 1899, p.142). É possível que uma situação similar existisse nas duas áreas paranaenses discutidas neste artigo. Contamos com relatos etno-históricos do século XVII escritos por jesuítas sobre os Gualachos, aldeados em duas reduções no alto rio Piquiri, em que se mencionam caciques que poderiam ter até cem vassalos, o fato de suas casas serem “redondas a maneira de fornos”⁸, bem como o ritual de cremação dos mortos e construção dos montículos (CORTESÃO, 1951, p.346-347), o que certamente apresenta paralelos com o sistema de assentamento reconstruído para o baixo Piquiri. A seguir, examinaremos questões de cronologia e uma possível causa para o desenvolvimento desse sistema de assentamento diferenciado nas duas regiões aqui detalhadas.

Cronologia e processos de transformação

Na tabela 02, apresentamos as datas até o momento publicadas para sítios Taquara/Itararé no Paraná⁹. As datas mais

⁸ Panek Jr. e Noelli (2006, p.118) acreditam que essa descrição implica que as estruturas semi-subterrâneas teriam teto abobadado, possivelmente coberto com sedimentos e vegetação rasteira para atuar como isolante térmico.

⁹ Datas bastante antigas, atingindo 1875 a.C., são mencionadas por Chmyzet *al.* (1999, p.107). Entretanto, não há informações sobre seu contexto, os sítios de onde foram extraídas, o material datado, nem o número de laboratório, de modo que as deixamos de fora da discussão até que mais dados sejam publicados.

antigas parecem apontar para uma rota de entrada pelo nordeste do Paraná, pelas maiores altitudes do segundo planalto, por volta de 1790 A.P., de onde os Jê meridionais teriam seguido em direção a sul e a oeste pelas cabeceiras dos principais rios, atingindo o médio Iguazu já em 1635 A.P. Essa rota, sugerida por Noelli (2004a, p.37-38), está também de acordo com aquela hipotetizada por Araujo (2007, p.27-28) para São Paulo, ou seja, seguindo as cercanias da serra do mar para posteriormente atingir o oeste. A partir de cerca de 1000 A.P., intensifica-se a presença Jê em todo o Paraná, seguindo uma tendência geral no sul do Brasil coincidente com a expansão da floresta de Araucária (BITENCOURT e KRASPENHAR, 2006; IRIARTE e BEHLING, 2007).

Dentre as duas regiões destacadas neste artigo, o médio Iguazu apresenta datas recuadas, entre 1635 e 1420 A.P.; contudo, estas são oriundas de sítios a céu aberto próximos à calha do rio e de sítios em abrigos sob rocha. Uma transição parece ter ocorrido após 810 A.P., quando se estabelece o sistema de assentamento envolvendo estruturas semi-subterrâneas e montículos funerários. Da mesma forma, as datas no baixo Piquiri são posteriores a 855 A.P. De fato, após aproximadamente 1000 A.P., observa-se uma série de mudanças nos sistemas de assentamento Jê do Sul por todo o planalto, incluindo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a transição dos sepultamentos coletivos em abrigos sob rocha para os sepultamentos individuais em montículos funerários (CORTELETTI, 2012, p.197-201).

Certamente, a emergência de uma paisagem marcada por maior sedentarismo, densos sítios de estruturas semi-subterrâneas e monumentos funerários para alguns indivíduos deve algo à expansão da floresta de Araucária (BITENCOURT e KRASPENHAR, 2006; IRIARTE e BEHLING, 2007), mas gostaríamos, neste artigo, de destacar possíveis fatores demográficos e sociais. O mais significativo pode estar relacionado à expansão dos grupos Tupi-Guarani: já por volta de 2000 A.P., estes estão instalados no rio Paraná, mas é apenas após 1000 A.P. que a ocupação se intensifica

em todo o estado do Paraná (NOELLI, 1999-2000, p.250-253). A colonização do rio Paraná corresponderia, no modelo de Noelli (1993, p.305-307), a uma primeira etapa em que os grupos Tupi-Guarani expandiriam suas fronteiras e estabeleceriam áreas de manejo nas florestas subtropicais; já a subida dos maiores afluentes do rio Paraná, seguindo o mesmo modelo, corresponderia à etapa de aumento demográfico e avanço ao longo dos maiores cursos fluviais. Embora não disponhamos de datas para sítios da Tradição Tupiguarani nos rios Piquiri e Iguaçu, o médio rio Ivaí parece ter sido ocupado já entre 1490 e 1380 A.P. (NOELLI, 1999-2000, p.250-253), e a subida dos afluentes mais meridionais deve ter sido razoavelmente mais tardia. Em relação às áreas de ocupação Jê meridional que destacamos neste artigo, no médio rio Iguaçu não há sítios da Tradição Tupiguarani, encontrados somente rio abaixo e acima, o que implica que o território Jê do médio Iguaçu foi contornado e circunscrito pelos grupos Tupi-Guarani. No baixo Piquiri, há apenas dois pequenos sítios Tupiguarani (CHMYZ e SAUNER, 1971, p.16), mais comuns nos tributários do médio e alto curso do rio. Tal padrão adquire mais significado quando consideramos que nas áreas em que predominam os sítios Taquara/Itararé a céu aberto e as estruturas semi-subterrâneas isoladas ou em pequeno número, em particular as bacias dos rios Ivaí, Tibagi, e o primeiro planalto no entorno de Curitiba, os sítios Tupiguarani são mais freqüentes, existindo também casos de sobreposição (CHMYZ *et al.*, 2003, 2008, 2009).

Noelli (2004a, p.39-42) ressalta as relações entre as dinâmicas populacionais Jê e Tupi-Guarani, chamando a atenção para o fato de como os segundos comprimiram o território dos primeiros, restringindo-os às áreas de maiores altitudes, onde predominam os campos e as temperaturas mais baixas. Seguindo esse argumento, acreditamos que tal processo de circunscrição territorial teria afetado os desenvolvimentos demográficos e sócio-políticos dos grupos Jê meridionais. No Paraná, isso é visível nas duas regiões aqui destacadas, a do médio Iguaçu e a do baixo

Piquiri. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o mesmo processo pode ter resultado no adensamento demográfico e emergência de complexidade sócio-política nas bacias dos rios Canoas e Pelotas (SALDANHA, 2005, 2008; COPÉ, 2007; DEMASI, 2006, 2009; IRIARTE *et al.*, 2013; CORTELETTI, 2012; DESOUZA e COPÉ, 2010; SCHMITZ e ROGGE, 2011; DESOUZA, 2011, 2012), onde os sítios Tupiguarani são raros ou inexistentes; de fato, o avanço dos grupos Tupi-Guarani pelo rio Uruguai, formado por aqueles dois rios, parece ter parado no ponto onde estes se encontram (NOELLI, 2004b, p.19).

Considerações finais

Em síntese, argumentamos que, no baixo rio Piquiri e no médio rio Iguaçu, desenvolveu-se um sistema de assentamento Jê meridional distinto do restante do estado do Paraná, marcado por: 1) maior densidade demográfica e sedentarismo (evidenciado pelo número e densidade de estruturas semi-subterrâneas) e 2) emergência de estruturas sócio-políticas hierárquicas (evidenciado pelas distinções nos montículos funerários e investimento de energia diferenciado entre os mesmos e, no caso do baixo Piquiri, também pela variabilidade nas dimensões e posicionamento das estruturas semi-subterrâneas). Sugerimos que esses desenvolvimentos, posteriores a 1000 A.P., podem ter sido desencadeados pela circunscrição territorial por grupos Tupi-Guarani. É interessante notar que, nessas duas áreas, a cerâmica Taquara/Itararé apresenta maior percentual de decoração plástica (CHMYZ, 1981, p.90-92) na forma de incisos, ponteados, impressos e carimbados, grafismos que apresentam continuidade com o sistema de representações Kaingang e Xokleng em período histórico (BAPTISTA DA SILVA, 2001). É possível que, em algumas regiões, esses grafismos tenham sido assertivamente utilizados como *atributo estilístico altamente visível* na cerâmica (CARR, 1995), de forma a enfatizar a expressão das identidades locais face a outros grupos.

Assim, destacamos neste artigo a heterogeneidade das ocupações Jê meridionais em período pré-colonial no Paraná, o que é importante para desfazer algumas simplificações recorrentes. A mais importante é a distinção entre Kaingang e Xokleng, sempre citada, quando na verdade é recente, não superando os 620 anos A.P. com base na léxico estatística (JOLKESKY, 2010, p.265-270); a variedade de grupos e línguas Jê meridionais deve ter sido muito maior no passado – talvez exemplificada pelos grupos Kimdá e Ingáin, descritos no século XIX, mas atualmente extintos (JOLKESKY, 2010, p.15-18). Também buscamos, com a hipótese de que a emergência de estruturas sócio-políticas complexas pode ter sido desencadeada pela circunscrição territorial por grupos Tupi-Guarani, inserir a pré-história dos Jê do Sul no Paraná dentro de um cenário mais amplo, uma vez que processos similares têm sido propostos para a região de Misiones, Argentina (IRIARTE *et al.*, 2008, 2010) e também para a Amazônia central (MORAES e NEVES, 2012), no último caso envolvendo a interação entre grupos Tupi-Guarani e Arawak.

Tabelas

Município	Sigla/Nome	Estruturas semi-subterrâneas	
		Quantidade	Diâmetro
Bituruna	PR UV 09 - São Vicente	Sem dados	Sem dados
Bituruna	PR UV 12 - Habitação Zampieron 1	7	Maior: 9m
Bituruna	PR UV 13 - Habitação Zampieron 2	1	Sem dados
Bituruna	PR UV 40 - Generoso	2	Sem dados
Bituruna	PR UV 14 - Habitação Zampieron 3	5	Sem dados
Campina da Lagoa	PR RO 06 - Morro Vermelho II	4	Maior: 12m; Demais: 5 a 6m
Campina da Lagoa	PR UB 10 - Morro Vermelho I	10	Maior: 10m; Demais: 3 a 5m
Campina da Lagoa	PR UB 07 - Rio Erveira	8	3 a 4m
Campina da Lagoa	PR RO 01 - Três buracos	1	Sem dados
Campina da Lagoa	PR RO 03 - Moch III	3	Maior: 10m
Campo Largo	PR RB 01 - Rio Bonito	Sem dados	Sem dados
Cruz Machado	PR UV 21 - Água do Prata	5	Maior: 10m; Demais: 7 a 9m
Cruz Machado	PR UV 06 - Linha Iguaçú	Aprox. 9	Maior: 10m; Demais: 6 a 9m
Faxinal	Casa Subterrânea Bela Vista	3	Sem dados
Foz do Iguaçú	PR FI 83 - Sanga Funda 6	1	4m
Foz do Iguaçú	PR FI 42 - Sanga Funda 5	2	4,5 a 5m
Foz do Iguaçú	PR FI 38 - Sanga Funda 4	3	5m; 6m; 7m
Foz do Iguaçú	PR FI 41 - Eixo da Barragem 2	7	3,50m; três com 2,50m; duas com 2m
Foz do Iguaçú	PR FI 40 - Eixo da Barragem 1	9	3m; 3,80m; quatro com 4m; 4,20m; 5,80m
Mandaguari	PR-MND-01 - Mandirituba 01	Sem dados	Sem dados
Mandirituba	PR CT 90 - Rio das Onças 2	1	8m
Mandirituba	PR MD 01 - Mandirituba	3	2,7m; 5,6m; 3,1m

A diversidade dos sítios arqueológicos Jê do Sul no Estado do Paraná

Mandirituba	PR CT 93 - Rio das Onças 5	1	Sem dados
Novo Itacolomi	PR-NIT-02	Sem dados	Sem dados
Novo Itacolomi	PR-NIT-03	Sem dados	Sem dados
Ortigueira	PR-ORT-109	Sem dados	Sem dados
Ortigueira	PR-ORT-108	Sem dados	Sem dados
Rio Bonito do Iguaçu	PR AS 03 - Barragem Santiago 2	2	Sem dados
Rio Bonito do Iguaçu	PR BV 02 - Rio Barra Mansa 1	2	3m
Rio Branco do Ivaí	PR MR 15 - Nabor - 1	2	5,6m
São José da Boa vista	PR SE 07 - Nezio 1	3	6m
São José da Boa vista	PR SE 08 - Nezio 2	4	6m; 5m; 4,5m; 1,5m
São José da Boa vista	PR SE 09 - Nezio 3	4	Sem dados
São Mateus do Sul	PR SM 16 - Nhapindazal	1	12m
São Mateus do Sul	PR SM 10 - Rio das Pedras 2	1	8m
São Mateus do Sul	PR SM 14 - Erveiras	2	7m
São Mateus do Sul	PR SM 17 - Serelepe	2	7m
São Mateus do Sul	PR SM 15 - Pinheiral	1	Sem dados
São Mateus do Sul	PR SM 18 - Sassafras	1	5,30m
São Mateus do Sul	PR SM 19 - Cedrinho	1	5m
Ubiratã	PR UB 16 - Estrada da Cantareira	1	5m
Ubiratã	PR UB 09 - Caraja II	3	3 a 5m
Ubiratã	PR UB 04 - Caraja I	6	4 a 5m

Tabela 01

Sítios de estruturas semi-subterrâneas no Paraná, com informações sobre o número de estruturas e seu diâmetro. Informações compiladas das fichas de registro de sítio no IPHAN/PR e CNSA.

Município	Sigla/Nome	Data (código de laboratório)	Referência
Sengés	Abrigo da Janela	1790±210 AP (ANU 19227)	PARELLADA, 2005
Bituruna	PR UV 47 - Linha Navegantes-2	1635±100 AP (SI 5014)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2009
União da Vitória	PR UV 17 - Abrigo Bruacas	1475±65 AP (SI 2197)	CHMYZ, 1981
Curiúva	PR SA 02 - Bairro do Felisberto	1446±40 AP (Lacivid-USP/TL)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2008
Bituruna	PR UV 48 - Rio Jararaca	1420±50 AP (BETA 22647)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2009
Curiúva	PR RP 10 - Rio Alecrim 1	1390±60 AP (Lacivid-USP/TL)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2008
Arapoti	PR WB 03 - Rio do Café-1	1314±43 AP (Lacivid-USP/TL)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2008
Arapoti	PR WB 05 - Rio do Café-2	1296±43 AP (Lacivid-USP/TL)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2008
Arapoti	PR WB 01 - Rio Laranjinha	1244±47 AP (Lacivid-USP/TL)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2008
Curiúva	PR SA 08 - Água da Cangaia	1215±50 AP (Lacivid-USP/TL)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2008
São Mateus do Sul	PR SM 16 - Nhapindazal	1150±40 AP (BETA 256211)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2009
Curiúva	PR SA 06 - Sítio Camargo 2	1113±60 AP (Lacivid-USP/TL)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2008
São Mateus do Sul	PR SM 17 - Serelepe	1030±50 AP (BETA 256210)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2009
Mandirituba	PR CT 93 - Rio das Onças 5	940±70 AP (BETA 180907)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2003
São Mateus do Sul	PR SM 17 - Serelepe	920±40 AP (BETA 256209)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2009
Doutor Ulysses	Fazenda Marrecas IV	890±180 (?)	PARELLADA, 2005
Ubiratã	PR UB 04 - Caraja I	855±95 AP (SI 2193)	CHMYZ, 1981
Mandirituba	PR CT 93 - Rio das Onças 5	850±50 AP (BETA 180907)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2003
Campo Largo	PR CT 53 - Palmeira - 3	848±70 AP (BETA 22644)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2003
Ortigueira	PR SA 34 - Arroio Belo 6	820±60 AP (Lacivid-USP/TL)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2008
Bituruna	PR UV 12 - Habitação Zampieron 1	810±90 AP (SI 892)	CHMYZ, 1981
União da Vitória	PR UV 01 - Abrigo sob rocha Casa de Pedra	800±50 AP (SI 141)	CHMYZ, 1981
Ubiratã	PR UB 04 - Caraja I	735±95 AP (SI 2194)	CHMYZ, 1981
Doutor Ulysses	Walgimiro de Matos I	730±150 (?)	PARELLADA, 2005

A diversidade dos sítios arqueológicos Jê do Sul no Estado do Paraná

Mandirituba	PR CT 93 - Rio das Onças 5	680±70 AP (BETA 180905)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2009
Bituruna	PR UV 11 - Cemitério Zampieron	680±70 AP (SI 1010)	CHMYZ, 1981
Mandirituba	PR CT 93 - Rio das Onças 5	660±60 AP (BETA 180904)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2003
Bituruna	PR UV 12 - Habitação Zampieron 1	623±120 AP (SI 691)	CHMYZ, 1981
Mangueirinha	PR MN 04 - Rio Portão 2	595±60 (SI 6396)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2008
Mandirituba	PR CT 93 - Rio das Onças 5	580±60 AP (BETA 180903)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2003
Campo Largo	PR CT 53 - Palmeira - 3	558±50 AP (BETA 22646)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2003
Arapoti	PR WB 16 - Abrigo sob rocha Tunas	504±40 AP (Lacid/USP)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2008
São Mateus do Sul	PR SM 14 - Erveiras	490±40 AP (BETA 256208)	CHMYZ <i>et al.</i> , 2009
Ubiratã	PR UB 04 - Caraja I	470±95 AP (SI 2192)	CHMYZ, 1981
Bituruna	PR UV 12 - Habitação Zampieron 1	255±100 AP (SI 692)	CHMYZ, 1981
Porto Vitória	PR UV 38 - Prainha	190±75 AP (SI 5013)	CHMYZ, 1981

Tabela 02

Datações radiocarbônicas e de termoluminescência para sítios Taquara/Itararé no Paraná.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Astolfo G. M. *Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- ARAUJO, Astolfo G. M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*. Sociedade de Arqueologia Brasileira, n. 20, p. 9-38, 2007.
- BAPTISTA DA SILVA, Sergio. *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- BEBER, Marcus V. *O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.
- BITENCOURT, Ana L. V.; KRAUSPENHAR, Patrícia M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (bert.) O. Kuntze expansion during the Late Holocene. *Revista Brasileira de Paleontologia*, vol. 9, n. 1, p. 109-116, 2006.
- BLASI, Oldemar. Os indícios arqueológicos do Barracão e Dionísio Cerqueira, Paraná – Santa Catarina. *Arquivos do Museu Paranaense: Arqueologia*. Curitiba: Museu Paranaense, n. 2, p. 1-26, 1965.
- BLASI, Oldemar. O sítio arqueológico de Estirão Comprido, Rio Ivaí – Paraná – estudos complementares. *Arquivos do Museu Paranaense: Arqueologia*. Curitiba: Museu Paranaense, n. 3, p. 1-59, 1967.
- BORBA, Telêmaco M. *Actualidade Indígena*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.
- CARR, Christopher. A unified middle-range theory of artifact design. In: *Style, Society, and Person*. Nova York: Plenum Press, 1995.

- CHMYZ, Igor. Prospecções Arqueológicas no Vale do Rio das Antas, Rio Grande do Sul (Brasil). *Acta Prehistorica*. Buenos Aires: Centro Argentino de Estudios Prehistoricos, n. V/VII, p. 35-52, 1965.
- CHMYZ, Igor. Dados parciais sobre a arqueologia do vale do rio Paranapanema. In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967a.
- CHMYZ, Igor. O sítio arqueológico PR UV 1 (abrigo sob-rocha Casa de Pedra). *Arqueologia*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 3, p. 1-40, 1967b.
- CHMYZ, Igor. Subsídios para o estudo arqueológico do vale do rio Iguaçu. *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 1, p. 31-52, 1968a.
- CHMYZ, Igor. Breves notas sobre petroglifos no segundo planalto paranaense (sítio PR UV 5). *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 1, p. 53-63, 1968b.
- CHMYZ, Igor. Pesquisas arqueológicas no alto e médio rio Iguaçu. In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Terceiro Ano 1967-1968*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969a.
- CHMYZ, Igor. Novas manifestações da Tradição Itararé no Estado do Paraná. *Pesquisas: Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 20, p. 121-129, 1969b.
- CHMYZ, Igor. Contatos interétnicos verificados em sítios arqueológicos no Estado do Paraná/Brasil. *Revista do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas*. Curitiba, n. 16, p. 11-14, 1971.
- CHMYZ, Igor; PEROTA, Celso; MÜELLER, Helena I.; ROCHA, Maria L. F. Notas sobre a arqueologia do vale do rio Itararé. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 1, p. 7-23, 1968.

- CHMYZ, Igor; SAUNER, Zulmira C. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas do Vale do Rio Piquiri. *Dédalo*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 13, p. 7-35, 1971.
- CHMYZ, Igor. *Primeiro Relatório das Pesquisas Realizadas na Área de Itaipu (1975/76)*. Curitiba: Convênio Itaipu-IPHAN, 1976.
- CHMYZ, Igor. *Relatório das Pesquisas Arqueológicas Realizadas na Área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979-80)*. Curitiba: Convênio Eletrosul-IPHAN, 1981.
- CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane M.; VOLCOV, Jonas E. *Arqueologia da Área Prioritária – Projeto Hidroelétrico Tijuco Alto – Rio Ribeira – São Paulo – Paraná*. Curitiba: FUNPAR, 1999.
- CHMYZ, Igor; BORA, Eloi; CECCON, Roseli S.; SGANZERLA, Eliane M.; VOLCOV, Jonas E. A arqueologia da área do aterro sanitário da região metropolitana de Curitiba em Mandirituba, Paraná. *Arqueologia*. Curitiba, v. 2, p. 1-138, 2003.
- CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane, M.; VOLCOV, Jonas E.; BORA, Eloi; CECCON, Roseli S. *A arqueologia da área da LT 750kV Ivaiporã – Itaberá III, Paraná – São Paulo*. Curitiba: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2008.
- CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane, M.; VOLCOV, Jonas E.; BORA, Eloi; CECCON, Roseli S. *Relatório final do projeto de salvamento arqueológico na área de implantação da Mina Dois Irmãos, em São Mateus do Sul – Paraná*. Curitiba: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2009.
- COPÉ, Silvia M. *Les grands constructeurs précoloniaux du plateau du sud du Brésil: étude des paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil*. Tese de Doutorado. Paris: Université de Paris I, 2006.
- COPÉ, Silvia M. El uso de la arquitectura como artefacto en el estudio de paisajes arqueológicos del altiplano sur brasileño, Rio Grande do Sul. *Cazadores-Recolectores del Cono Sur: Revista de Arqueología*. Universidad Nacional de Mar del Plata, n. 2, p. 15-34, 2007.

- COPE, Silvia M.; SALDANHA, João D. M. Em busca de um sistema de assentamento para o Planalto Sul Riograndense: escavações no sítio RS-AN-03, Bom Jesus, RS. *Pesquisas: Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 58, p. 108-120, 2002.
- COPE, Silvia M.; SALDANHA, João D. M.; CABRAL, Mariana P. Contribuições para a pré-história do planalto: estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. *Pesquisas: Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 58, p. 121-139, 2002.
- CORTELETTI, Rafael. *Patrimônio arqueológico de Caxias do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- CORTELETTI, Rafael. *Projeto arqueológico Alto Canoas – Paraca: um estudo da presença Jê no planalto catarinense*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.
- DE BLASIS, Paulo; KNEIP, Andreas; SCHEEL-YBERT, Rita; GIANNINI, Paulo C.; GASPAR, Maria D. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueología Suramericana*, vol. 3, n. 1, p. 29-61, 2007.
- DE MASI, Marco A. N. (Ed.) *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do sul do Brasil*. Tubarão: Editora Unisul, 2006.
- DE MASI, Marco A. N. Análise de isótopos estáveis de ^{13}C e ^{15}N em resíduos de incrustações carbonizadas de fundo de recipientes cerâmicos das Terras Altas do Sul do Brasil. In: *Anais do XIV Congresso da SAB (CD-ROM)*. Florianópolis: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2007.
- DE MASI, Marco A. N. Centros cerimoniais no planalto meridional: uma análise intrasítio. *Revista de Arqueologia*. Sociedade de Arqueologia Brasileira, vol. 22, n. 1, p. 99-114, 2009.
- DE SOUZA, Jonas G. 2011. Aterros e montículos funerários Jê do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Suplemento 11, p. 89-94, 2011.

- DE SOUZA, Jonas G. 2012. *Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- DE SOUZA, Jonas G.; COPÉ, Silvia M. Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual do planalto meridional brasileiro: pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS. *Revista de Arqueologia*. Sociedade de Arqueologia Brasileira, vol. 23, n. 2, p. 98-111, 2010.
- IRIARTE, José; BEHLING, Hermann. The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. *Environmental Archaeology*, vol. 12, n. 2, p. 115-127, 2007.
- IRIARTE, José; GILLAM, Christopher; MAROZZI, Oscar. Monumental burials and memorial feasting: an example from the southern Brazilian highlands. *Antiquity*, vol. 82, n. 318, p. 947-961, 2008.
- IRIARTE, José; MAROZZI, Oscar; GILLAM, Christopher. Monumentos funerarios y festejos rituales: complejos de recintos y montículos Taquara/Itararé en Eldorado, Misiones (Argentina). *Arqueología Iberoamericana*, n. 6, p. 25-38, 2010.
- IRIARTE, José; COPÉ, Silvia M.; FRADLEY, Michael; LOCKHART, Jami J.; GILLAM, Christopher. Sacred landscapes of the southern Brazilian highlands: understanding southern proto-Jê mound and enclosure complexes. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 32, n. 1, p. 74-96, 2013.
- JOLKESKY, Marcelo P. *Reconstrução fonológica e lexical do Proto-Jê meridional*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- LAMING, Annette; EMPERAIRE, Joseph. A jazida José Vieira: um sítio Guarani e pré-cerâmico do interior do Paraná. *Arqueologia*. Curitiba: Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, n. 1, p. 1-148, 1959.

- MABILDE, Pierre A. B. 1897. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação ‘Coroados’ que habitam os sertões do Rio Grande do Sul. *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*, ano XIII, p. 145-167.
- MABILDE, Pierre A. B. 1899. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação ‘Coroados’ que habitam os sertões do Rio Grande do Sul. *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*, ano XV, p. 125-151.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. História da Arqueologia Brasileira. *Pesquisas: Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 46, p. 1-157, 1991.
- MENGHIN, Oswald. El poblamiento prehistorico de Misiones. *Anales de Arqueología y Etnología*, Tomo XII, p. 19-40, 1956.
- MERENCIO, Fabiana T. *Levantamento de Sítios Arqueológicos no Paraná*. Disponível em: <http://www.academia.edu/2171685/Mapa_de_Levantamento_de_Sítios_Arqueologicos_no_Parana_-_2012>. Acesso em 18 de maio de 2012.
- MÉTRAUX, Alfred. The Caingang. In: *Handbook of South American Indians – Vol. 1 – The Marginal Tribes*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1946.
- MILLER, Eurico T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no planalto meridional, Rio Grande do Sul. In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quarto ano 1968-1969*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971.
- MORAES, Claide; NEVES, Eduardo G. O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia central. *Amazônica*, vol. 4, n. 1, p. 122-148, 2012.
- MÜLLER, Letícia M. *Sobre índios e ossos: estudo de três sítios de estruturas anelares construídos para enterramento por populações que habitavam o vale do rio Pelotas no período pré-contato*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

- NEVES, Walter A. Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). *Pesquisas: Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 43, p. 1-178, 1988.
- NEVES, Walter A. Os remanescentes ósseos humanos do Sítio PR BS 2: Morro dos Anjos: cura, caracterização geral e afinidades biológicas regionais. In: *Arqueologia da Área Prioritária – Projeto Hidroelétrico Tijuco Alto – Rio Ribeira – São Paulo – Paraná*. Curitiba: FUNPAR, 1999.
- NOELLI, Francisco S. *Sem Tekohá não há Tekó*: em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.
- NOELLI, Francisco S. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 3, p. 285-302, 1999.
- NOELLI, Francisco S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. *Revista da USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 44, p. 218-269, 1999-2000.
- NOELLI, Francisco S. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004a.
- NOELLI, Francisco S. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraní. *Revista de Indias*, v. 44, n. 230, p. 17-34, 2004b.
- PANEK JR., Carlos A.; NOELLI, Francisco S. A distribuição geográfica dos sítios arqueológicos Jê com estruturas semi-subterrâneas no sul do Brasil. In: *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do sul do Brasil*. Tubarão: Editora Unisul, 2006.

- PARELLADA, Claudia I. *Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- PARELLADA, Claudia I. Tecnologia e Estética da Cerâmica Itararé-Taquara no Paraná: dados etno-históricos e o acervo do Museu paranaense. *Revista de Arqueologia*. Sociedade de Arqueologia Brasileira, n. 21, p. 97-111, 2008.
- RAUTH, José W. Notas arqueológicas sobre a formação de um sambaqui na Ilha das Cobras. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá*. Paranaguá, n. 1, p. 1-8, 1963.
- REIS, Maria J. *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense*. Erechim: Habilis, 2007.
- RIBEIRO, Pedro A. M.; RIBEIRO, Catharina T. Levantamentos arqueológicos no município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas*. Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 14, p. 49-105, 1985.
- ROBRAHN, Erika M. *A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira do Iguape, SP: os grupos ceramistas do médio curso*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.
- SALDANHA, João D. M. *Paisagem, lugares e cultura material: uma arqueologia espacial nas terras altas do sul do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.
- SALDANHA, João D. M. Paisagem e sepultamentos nas terras altas do sul do Brasil. *Revista de Arqueologia*. Sociedade de Arqueologia Brasileira, vol. 21, n. 1, p. 85-95, 2008.
- SCHMITZ, Pedro I. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. *Documentos*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 2, p. 75-130, 1988.
- SCHMITZ, Pedro I.; ROGGE, Jairo H. 107 'casas subterrâneas' no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 21, p. 185-204, 2011.

- SCHMITZ, Pedro I.; ROGGE, Jairo H.; ROSA, André O.; BEBER, Marcus V.; MAUHS, Julian; ARNT, Fúlvio V. O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. *Pesquisas: Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 58, p. 11-105, 2002.
- SCHMITZ, Pedro I.; ARNT, Fúlvio V.; BEBER, Marcus V.; ROSA, André O.; FARIAS, Deisi S. Casas subterrâneas no planalto de Santa Catarina: São José do Cerrito. *Pesquisas: Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 68, p. 7-78, 2010.
- VOLCOV, Jonas E. *Sítios arqueológicos cadastrados e/ou pesquisados pelo CEPA/UFPR*. Mapa. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, 2007.

Recebido em: 20/07/2013
Aprovado em: 16/08/2013
Publicado em: 04/10/2013

Onde acampar?

O sítio arqueológico RS-LN-62: Interlagos em seu contexto regional histórico e ambiental

Pedro Ignácio Schmitz¹
Ismael da Silva Raupp²

RESUMO: O sítio RS-LN-62 está localizado em Osório, litoral norte do Rio Grande do Sul. É um sítio isolado, mas de ocupação lagunar característica de outros que ocorrem no sudeste do Estado e aparenta alguma permanência de um pequeno grupo de pessoas. O material arqueológico está representado por uma pequena quantidade de cerâmica da tradição Vieira, artefatos líticos e abundantes vestígios faunísticos. Sua ocupação data de 1.430 ± 40 anos AP (Beta-285995), período de maior expansão da tradição. O objetivo do trabalho é entender a implantação do assentamento e a movimentação dos moradores na exploração do ambiente local. A metodologia usada é a análise dos remanescentes faunísticos e a sua caracterização se torna mais definida quando o colocamos no contexto de povoamento da região das lagoas litorâneas do Rio Grande do Sul, comparando sua instalação com a de outros três sítios representativos e bem estudados do mesmo sistema.

PALAVRAS-CHAVE: *tradição cerâmica Vieira; acampamento, sistema de assentamento.*

ABSTRACT: The matter of the paper is the archaeological site RS-LN-62, a fishing-collecting-hunting camp site of the Vieira ceramic tradition, on the complex of lagoons of Southeast Rio Grande do Sul. Localized in the proximity of a string of lagoons, on the north coastal plain of the federal state, the site is testimony of the tradition's maximum expansion, and is its

¹ Possui Graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Cristo Rei (FACCRI), Brasil; Graduação em Geografia e História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil; Graduação em Teologia pela Pontifícia Faculdade de Filosofia e Teologia de Cristo Rei (FACCRI), Brasil; Livre-Docente em Antropologia, Doutor em Geografia e História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil. Diretor no Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), Brasil, de 1966 a 2009 (atualmente Coordenador da Arqueologia do IAP); Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil, desde 1969; Professor Titular na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil, em várias disciplinas desde 1960.

² Mestrando em Geologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil. Possui graduação em História pela mesma Universidade, onde foi Bolsista de Iniciação Científica (2010-2012) junto ao Instituto Anchieta de Pesquisas - IAP/UNISINOS.

most northern site, founded when the region was uninhabited. It is a solitary encampment of a small group of persons. The aim of the paper is to understand the settlement and the movements of its dwellers exploring the local environment. The site's characterization is more comprehensive when considered in the context of the coastal lagoons peopling and in confrontation with different and better studied sites of the same system. The poor representation of osseous and rocky artifacts moved the authors to compare especially the ever abundant and well preserved food remnants.

KEY-WORDS: *Vieira ceramic tradition; camp site; settlement system.*

Introdução

A pergunta do título serve para classificar populações indígenas que, para sua subsistência, se apropriam dos recursos da natureza, manipulando-os, mas sem ainda reproduzi-los sistematicamente. Costumamos referir-nos a elas como caçadoras, caçadoras-coletoras, ou pescadoras-coletoras-caçadoras, indicando o domínio da técnica percebida nessa apropriação. Predominantemente estão constituídas em sociedades de reduzido número de membros, organizadas em base familiar e de parentesco, vivendo em assentamentos passageiros construídos com materiais perecíveis, e mantendo considerável mobilidade na apropriação dos bens necessários para a subsistência (BINFORD, 1980; FORSBERG, 1985; KELLY, 1995).

Quando esses bens da natureza apresentam certa regularidade, as sociedades que nelas vivem podem transformá-las em territórios de seu domínio, com relativa exclusão de outras sociedades de nível semelhante. Esses territórios, em atenção às técnicas usadas, à organização da sociedade e ao modo de vida desenvolvido, podem ser tratados como unidades, de nível tecnológico, social ou cultural e assim comparadas com outras entidades de nível semelhante ou diferente.

O sítio que estudamos faz parte de um território em que a antiga população indígena mantém estreita relação com as lagoas

internas da planície costeira do sudeste do Rio Grande do Sul, pautando sua subsistência pela apropriação dos bens existentes em suas águas e nos campos e bosques adjacentes.

Podemos acompanhar essa relação desde aproximadamente 2.500 anos atrás, com assentamentos junto à margem ocidental da lagoa dos Patos, no município de Rio Grande, até a instalação portuguesa, ali, na primeira metade do século XVIII. Inicialmente esta população indígena não possuía cerâmica, mas, a partir do início de nossa era, ela começa a produzir uma cerâmica simples e utilitária, composta por pequenas tigelas alisadas, que os arqueólogos denominaram de tradição cerâmica Vieira.

O modo de vida e os artefatos das populações das lagoas interiores não se confundem com os dos pescadores-coletores litorâneos, construtores de sambaquis, nem com os dos caçadores da tradição Umbu. A ligação com essa última tradição, que alguma vez se propôs, não possui base empírica. Muito menos, ainda, tem a ver com os aldeões das tradições cerâmicas Tupiguarani ou Taquara.

Populações que, para sua subsistência, se apossam dos recursos sem uma reprodução sistemática através do cultivo, podem ser divididas em 'forrageiras' ou 'coletoras' (BINFORD, 1980). Elas são classificadas como 'forrageiras' quando acampam junto ao recurso enquanto o exploram, sem terem um assentamento mais estável de referência; a referência é o território. Elas são classificadas de 'coletoras' quando têm um acampamento mais permanente a partir do qual exploram os bens do território e os trazem para ele; o acampamento central é a referência. Ele costuma estar no lugar em que os recursos são mais abundantes e estáveis, mas pode ser localizado num ponto estratégico para acesso aos bens. Na realidade os procedimentos 'forrageiro' e 'coletor' podem ser estratégias do mesmo grupo em estações diferentes do ano.

Nesse artigo fazemos o estudo de um sítio, RS-LN-62, colocando-o no contexto e comparando-o a outros três assentamentos de populações 'coletoras', ligadas às lagoas

interiores da planície costeira do Rio Grande do Sul. Para cada um deles, nos perguntamos quais as razões de o acampamento, sempre bastante estável, se encontrar localizado onde está.

1. Sítio RS-LN-62

1.1 O RS-LN-62 e seu ambiente

Localização: 29°52'50,59" S e 50°14'45,26" O, no condomínio horizontal Interlagos, na cidade de Osório (BECKER, 2008).

O sítio se constitui de um concheiro sobre baixo terraço lacustre da margem ocidental da lagoa do Peixoto, na proximidade da confluência do canal que a liga à lagoa do Marcelino. A distância para a lagoa do Peixoto e para o canal é de cerca de 93,60 m; a lagoa do Peixoto mede 3 x 1,5 km e é bastante rasa. A lagoa do Marcelino é menor, mais rasa e se está transformando em pântano. A distância do mar, em linha reta, é de 15 km.

O ambiente formado entre a íngreme encosta do planalto e as dunas litorâneas é constituído por terrenos aplanados, baixos e alagadiços, cuja homogeneidade é matizada por pequenos terraços arenosos, especialmente nas margens das lagoas. Os solos são constituídos por depósitos lagunares holocênicos, incluindo deposições e retrabalhamentos fluviais, depósitos sólidos de dunas litorâneas, turfas, deposições praias, leques aluviais e colúvios de encosta.

O clima é subtropical, com temperaturas oscilantes durante todo o ano. As chuvas são abundantes, mais intensas no período frio e na encosta do planalto.

A paisagem regional é formada, hoje, por diversos nichos, cada um deles com variadas espécies vegetais e animais. Ao tempo da instalação do assentamento, a vegetação seria menos densa e com mais campos. (BAUERMANN, BEHLING & MACEDO, 2009).

Hoje, a cobertura vegetal predominante na arenosa planície lagunar é de formações pioneiras, com gramíneas, ciperáceas, juncáceas; representantes da mata de restinga como mirtáceas, cactáceas e palmeiras. Sobre terraços mais secos já avançam da encosta do planalto os elementos típicos da Mata Atlântica. Mesmo reduzindo a escala dos representantes atuais, para uma população caçadora-coletora ainda estariam disponíveis materiais para construção de choupanas (troncos de árvores, folhas de palmeiras e juncos), e variedade de frutos, de jerivá, de butiá, de tucum, de pitanga, de araçá, de pêssego do mato, de figos nativos, de frutos de cactos e de gravatá.

Dentro deste ambiente, onde foi instalado o acampamento? Na borda ocidental da planície lagunar, distando apenas 1,3 km da encosta do planalto, mas 15 km das águas do oceano. A implantação não parece ligada a um ponto onde houvesse concentração de recursos, que provavelmente seria a praia, mas a uma posição que facilitava a movimentação do grupo.

Os bens de consumo seriam mais abundantes e acessíveis no período quente do ano, quando as plantas frutificam, os terrenos estão menos alagados e a temperatura é mais amena. Na estação fria a ocupação seria difícil. O estabelecimento de um grupo sem cultivos, nesta estação, seria viável se ele se dispusesse a viver de caça, de pesca e de coleta de produtos naturais, movimentando-se muito na paisagem e trazendo para o assentamento os bens recolhidos.

Os remanescentes faunísticos são compostos de pequenos peixes, conchas de moluscos, alguns ossos e dentes de mamíferos, ossos de aves; de vestígios da flora temos coquinhos e sementes carbonizadas de plantas da região, demonstrando uma exploração ampla e generalizada dentro de um padrão alimentar de amplo espectro.

Para lastrar as fogueiras usavam seixos e blocos de basalto vesicular. Seixos de cristalização mais regular eram transformados em 'quebra-coquinhos', alisadores, moedores; plaquetas afiladas de

basalto colunar se tornaram facas; e pigmentos vermelhos tingiram os corpos de seus mortos. Todo este material provinha da encosta basáltica do planalto, que estava próxima, ou vinha para a planície, transportado por arroios.

Os poucos fragmentos de cerâmica encontrados nos níveis indicam sua ligação cultural com a tradição Vieira.

A data, feita sobre coquinhos e sementes carbonizadas do nível 4, da quadrícula 4, é de 1.430 ± 40 AP, cal 1.390 a 1.290 anos AP, ou AD 560 a 660 (Beta-285995).

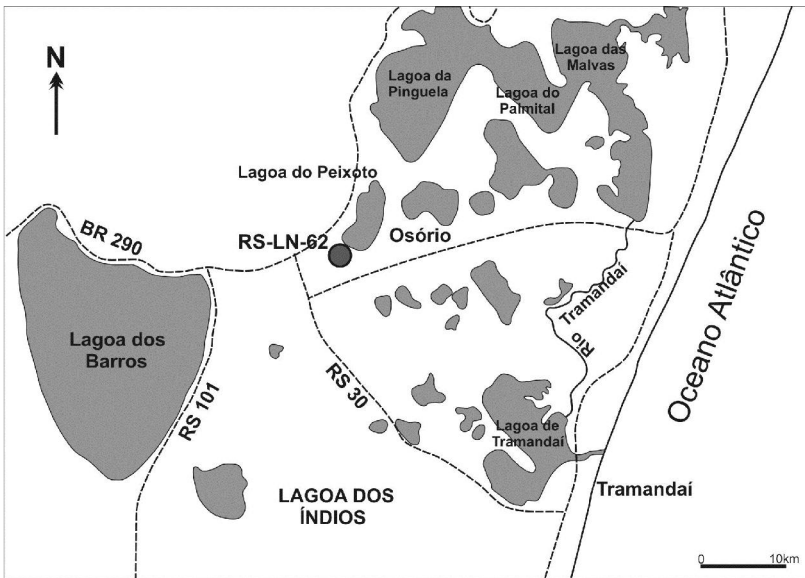


Figura 01

Localização do sítio RS-LN-62: Interlagos.
Mapa adaptado de Rogge (2004) por I. da S. Raupp.

1.2 A escavação

O concheiro media 77,60 m ao longo da lagoa, 42 m para o interior e quase 1 m de espessura. Por ocasião do trabalho

arqueológico, em janeiro de 1985, o terreno já havia sido loteado para a formação de um condomínio horizontal e as ruas tinham sido abertas. A escavação, sob a responsabilidade de Jussara Becker foi implantada no ponto mais alto e mais conservado do terreno.

Cinco quadrículas contíguas, de 4 m² cada uma, foram abertas à beira de uma rua transversal, no lote 840, de 21 x 42 m. A remoção dos sedimentos foi de 10 em 10 cm até dentro da areia branca. Na escavação, o material lítico e cerâmico foi todo recolhido, dos ossos e moluscos os mais conservados. Para diagnóstico da alimentação foi delimitada uma superfície de 50 x 50 cm, num canto das quadriculas 2, 3 e 4, onde foram coletados os resíduos alimentares retidos em peneira de malha fina (3 mm).

As camadas se compõem de sedimentos soltos, arenosos, cinzentos; com muitas conchas de moluscos, ossos de pequenos peixes, de mamíferos, de aves e de répteis; carvão, muitas pedras rachadas pelo calor do fogo, poucos instrumentos, alguns fragmentos de cerâmica. Na foto do perfil percebem-se aglomerados de conchas em pequenas depressões, ou em estrato e, no limite das camadas com a areia subjacente, uma série de pequenas covas, que poderiam ser lugares de fogo ou de preparação de alimentos.

Desde o primeiro até o último nível, segundo a arqueóloga, havia ossos humanos muito fragmentados, provenientes de sepultamentos mal conservados. De acordo com os relatórios de campo da arqueóloga, não foi possível perceber e reconstituir a estrutura dos sepultamentos ou a disposição em que o corpo teria sido depositado.

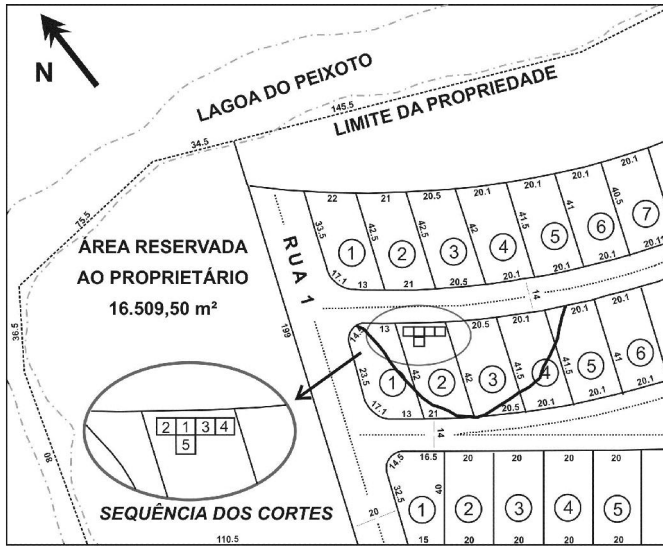


Figura 02

Localização do sítio RS-LN-62 e seqüência das quadrículas escavadas, dentro do loteamento do condomínio. Figura adaptada de relatório inédito de J.L.Becker por I. da S. Raupp



Figura 03

Perfil de uma das quadrículas escavadas. Foto: Jussara L. Becker

1.3 O material lítico e cerâmico das quadrículas

Classificamos os materiais líticos recuperados em: lascas, fragmentos com fraturas térmicas, núcleos, colunas de basalto, prismas e plaquetas cortantes, objetos com faces alisadas ou polidas, percutores, quebra-coquinhos, seixos inteiros.

Separamos os materiais por seus tamanhos e consideramos: até 2 cm, muito pequeno; de 2,1 a 5 cm, pequeno; de 5,1 a 7 cm, médio; de 7,1 a 10 cm, grande; acima disto é considerado muito grande.

A matéria prima básica é constituída por seixos de diferentes rochas, colunas e prismas de basalto, raramente de calcedônia e arenito, todos provenientes da encosta do planalto. Podia ser encontrada em áreas erodidas do colúvio da encosta e no leito de pequenos arroios. Apresentava-se em várias formas, como: seixos e pequenos blocos irregulares de basalto amidalóide; seixos arredondados ou colunas de basalto de constituição mais homogênea e córtex fino e liso, devido ao rolamento na água; prismas com arestas cortantes; pequenos blocos de basalto estratificado, ou de arenito Botucatu; drusas preenchidas de calcedônia, e eventuais cristais de quartzo.

A maior parte dos elementos líticos recuperados é de basalto amidalóide, com maior ou menor densidade segundo sua formação e origem. Ele era usado para lastrar as fogueiras, partindo-se pelo calor em fragmentos irregulares, cujo tamanho vai de menos de 2 a aproximadamente 10 cm.

Seixos de basalto, de composição mais uniforme, tiveram usos variados: alguns apresentam uma ou duas faces alisadas e teriam servido para esmagar, moer ou alisar materiais; outros apresentam pequena depressão polida em superfície alisada (quebra-coquinhos) e também podem apresentar marcas de percussão pontuais como suportes eventuais. Seixos de maior peso e consistência apresentam marcas regulares de golpes, muitas vezes em dois pólos, como percutores.

Finas colunas de basalto, com marcadas arestas nas faces e com os bordos afilados, eram usadas para cortar, resultando em bordos embotados ou com micro-lascamento. Há dois fragmentos que poderiam ser de lâminas de machado.

Não se percebe um trabalho regular de lascamento para produzir instrumentos. O pequeno número de lascas muito pequenas parece ter-se originado da acomodação periférica de seixos. As poucas lascas médias, produzidas a partir de blocos ou placas de matéria prima de cristalização regular, não apresentam modificação após o seu desprendimento do núcleo, nem marcas de uso. Embora existam ossos de mamíferos de tamanho médio, não se percebem, no material, armas destinadas a sua caça.

Na coleção não havia mais de 10 fragmentos cerâmicos. Eles são característicos da tradição Vieira: pasta consistente, o antiplástico é areia quartzosa e a construção por roletes; acabamento interno e externo das paredes é bom; queima redutora, de cor preta ou marrom escuro.

1.4 Os remanescentes faunísticos e florísticos

Foram analisados os vestígios alimentares recolhidos nas quadrículas 2, 3 e 4 e nas respectivas amostras totais recolhidas. Os materiais encontram-se bem conservados e mostram a variedade de animais e vegetais utilizados na alimentação. Eles foram separados em grandes categorias visando proporcionar uma base para avaliar a alimentação e o movimento do grupo (TABELAS 01, 02 e 03).

Dos moluscos acima listados, *Mesodesma mactroides* (marisco branco) e *Donax* sp (moçambique) são bivalves marinhos, comestíveis, que se criam nas águas rasas ou nas entre-marés da praia. *Erodona* sp é de águas salobras. Para sua apanha os acampados teriam de se deslocar 15 km, por terra ou por água.



Figura 04

Material lítico. 1, 2, 3, 4, 6, 9 = quebra-coquinhos; 5, 7, 8, 10 = lascas

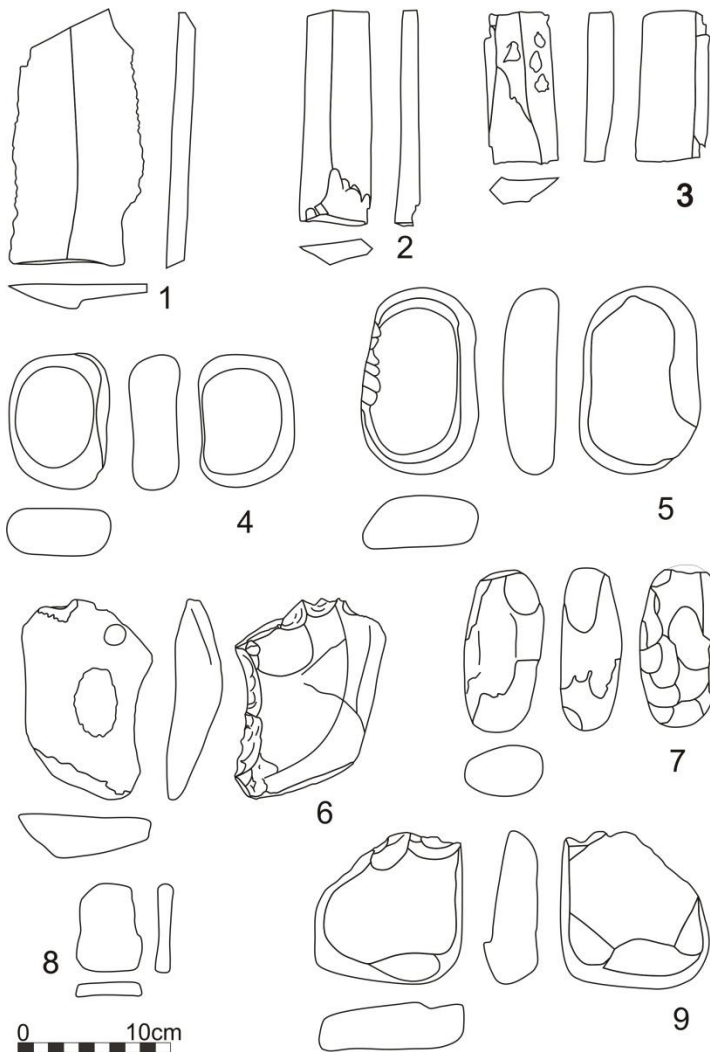


Figura 05

Material lítico. 1, 2, 3 = prismas cortantes; 4, 5 = seixos com superfícies alisadas; 6, 9 = talhadores; 7 = percutor; 8 plaqueta de arenito Botucatu alisada numa face

Onde acampar? O sítio arqueológico RS-LN-62: Interlagos em seu contexto regional histórico e ambiental

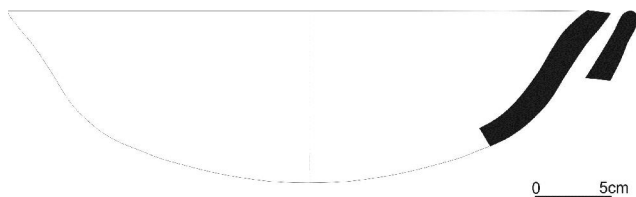


Figura 06

Forma estimada da cerâmica, a partir de um fragmento

CORTE 2	<i>Erodona</i> sp	<i>Mesodesma mactroides</i>	<i>Diplodon</i> sp	<i>Gastrópodes Grandes</i>	<i>Gastrópodes Pequenos</i>	Donax sp
Nível I	244 unid.	560 unid.	170 unid.	413 unid.	163 unid.	0
Nível II	373 unid.	990 unid.	447 unid.	483 frag., 6 inteiros	241 unid.	0
Nível III	181 unid.	591 unid.	1600 unid.	811 frag., 7 inteiros	317 unid.	0
Nível IV	138 unid.	372 unid.	907 unid.	700 frag., 7 inteiros	170 unid.	7

Tabela 01

Contagem da amostra total do corte 2, em unidades classificáveis

CORTE 3	<i>Erodona</i> sp	<i>Mesodesma mactroides</i>	<i>Diplodon</i> sp	<i>Gastrópodes Grandes</i>	<i>Gastrópodes Pequenos</i>	Donax sp
Nível I	150 unid.	346 unid.	501 unid.	216 unid.	125 unid.	0
Nível II	0	0	0	0	0	0
Nível III	124 unid.	246 unid.	352 unid.	0	74 unid.	0
Nível IV	59 unid.	161 unid.	273 unid.	3 unid.	51 unid.	2
Nível V	124 unid.	296 unid.	626 unid.	243 unid.	138 unid.	0
Nível VI	42 unid.	197 unid.	528 unid.	165 frag., 2 inteiros	79 unid.	1
Nível VII	12 unid.	26 unid.	48 unid.	20 unid.	5 unid.	0

Tabela 02

Contagem da amostra total do corte 3, em unidades classificáveis

CORTE 4	<i>Erodona</i> sp	<i>Mesodesma mactroides</i>	<i>Diplodon</i> sp	Gastrópodes Grandes	Gastrópodes Pequenos	Donax sp
Nível I	198 unid.	592 unid.	475 unid.	433 frag., 1 inteiro	0	0
Nível II	301 unid.	819 unid.	893 unid.	484 frag., 5 inteiros	141 unid.	0
Nível III	262 unid.	950 unid.	1027 unid.	948 frag., 3 inteiros	198 unid.	2
Nível IV	156 unid.	482 unid.	765 unid.	6 inteiros	93 unid.	0
Nível V	86 unid.	247 unid.	850 unid.	465 frag., 2 inteiros	101 unid.	1
Nível VI	49 unid.	147 unid.	257 unid.	174 frag.	47 unid.	0
Nível VII	41 unid.	94 unid.	35 unid.	67 frag., 1 inteiro	25 unid.	0

Tabela 03

Contagem da amostra total do corte 4, em unidades classificáveis

Diplodon sp é pequeno bivalve comestível, que podia ser encontrado nas lagoas próximas. Entre os gastrópodes comestíveis recolhidos estão o aruá-do-banhado (*Pomacea* sp) e o aruá-do-mato (*Megalobulimus* sp); este, que está disponível no período quente do ano, muitas vezes foi encontrado inteiro, deixando dúvidas sobre se foi recolhido como alimento ou morreu de morte natural, enterrado nas camadas férteis do sítio, então coberto de mato; são os que, na tabela, são indicados como inteiros. Os fragmentos das duas espécies, como são difíceis de separar com precisão, na tabela constam juntos, embora sejam de hábitat e origem distintos. Ainda existe certa quantidade de gastrópodes de terra, pequenos demais para servirem de alimento. Todos podiam ser recolhidos sem grandes deslocamentos.

Entre os remanescentes ósseos é possível reconhecer a presença de peixes, geralmente pequenos. Para conseguir alguma ideia de seu tamanho, podem ser usadas as 330 vértebras recuperadas na amostra total do nível 4 do corte 4: 90,90% medem

de 2 a 6 mm; 6,66% de 6 a 7 mm; 2,12% têm até 9 mm; 0,30% até 18 mm.

De roedores foram identificadas amostras de rato e de ratão-do-banhado; de répteis, tartaruga e lagarto; de aves, pequenas em geral; de gambá, de tatu, de veado, sem ainda termos condições de classificá-los em gênero e espécie e de quantificá-los; nunca são muitos. Todos eles podem ser encontrados com algum deslocamento.

Os remanescentes florísticos são representativos nas amostras totais, como indica a tabela 4, onde estão registrados coquinhos inteiros de jerivá, caroços conservados de outras frutas, e fragmentos não identificáveis. À primeira vista é possível reconhecer sementes carbonizadas de jerivá. Há outros caroços queimados que podem ser de plantas típicas da planície costeira. Segundo Bauermann, Behling e Macedo (2009) ao redor do tempo em que se instalou o sítio teria começado uma expansão e um adensamento da vegetação tanto da planície, como na encosta, passando a oferecer maior quantidade de frutas, em nichos diversificados (TABELA 04).

CORTE 2				
	A	B	C	TOTAL
Nível 1	-	76	-	76
Nível 2	4	677	10	691
Nível 3	8	26	23	57
Nível 4	12	594	26	632
TOTAL	24	1373	59	1456
CORTE 3				
Nível 1	2	246	-	248
Nível 2	-	-	-	-
Nível 3	5	290	-	295
Nível 4	7	233	-	240
Nível 5	-	-	11	11

Nível 6	-	337	47	384
Nível 7	-	23	-	23
TOTAL	14	1129	58	1201
CORTE 4				
Nível 1	-	-	-	-
Nível 2	-	429	-	429
Nível 3	-	937	-	937
Nível 4	Usados para datação			
Nível 5	2	353	12	367
Nível 6	-	19	6	25
Nível 7	-	147	5	152
TOTAL	2	1885	23	1910

A - Coquinhos de jerivá; B – Fragmentos; C - Outros caroços

Tabela 04

Caroços de frutos carbonizados das amostras totais

1.5 Caracterizando o assentamento

O sítio está numa área de recursos diversificados, distribuídos pelo mar, lagoas, banhados, mata de restinga e mata da encosta do planalto. O acampamento é estabelecido na borda ocidental de uma lagoa, na proximidade da terra firme, lugar a partir do qual os recursos próximos e distantes podiam ser acessados por terra ou por água, sem maiores empecilhos, e trazidos para o assentamento.

A matéria prima lítica estava disponível na encosta e em arroios que descem do planalto.

Nas lagoas próximas viviam peixes e pequenos moluscos, bem como tartarugas. Outros moluscos podiam ser encontrados em terra firme à sombra das árvores. Frutas estavam se multiplicando na mata de restinga em desenvolvimento e nos palmeirais da

planície arenosa. Nos banhados, campos e capões da planície havia mamíferos variados, répteis e aves. Eram recursos dispersos e pouco densos, de valor nutritivo muitas vezes reduzido, que precisavam ser reunidos e complementados percorrendo distâncias maiores para chegar à borda do oceano, onde havia moluscos nutritivos em maior quantidade, eventualmente peixes, aves e mamíferos maiores.

Abastecer o acampamento demandava conhecimento dos recursos, movimentação para apanhá-los e uma agenda para não perder a temporada em que estavam disponíveis. Assim, a partir de um acampamento estável, foi criado um abastecimento de largo espectro, baseado em elementos de valor nutritivo desigual, provenientes da água e da terra, da fauna e da flora. Todos juntos podiam proporcionar uma sobrevivência sem excedentes.

Os instrumentos necessários na apanha e preparação desses alimentos são poucos e simples, a maior parte se constituindo pelo simples uso de seixos, blocos e prismas naturais. Além de dois pequenos fragmentos, que podem ser de lâminas de machado, não se encontraram instrumentos produzidos em pedra, osso, ou concha. A própria cerâmica deixou poucos fragmentos, mostrando ser pouco necessária.

O espaço do assentamento é marcado por grande número de pedras quebradas pelo calor e camadas de cinza das fogueiras, que deveriam iluminar e aquecer a noite e tornar palatáveis os alimentos protéicos que, por isso, eram trazidos ao acampamento, mesmo de grandes distâncias. Mas não existe nenhum sinal de habitações, que seriam choças construídas com material perecível, abundantemente disponível no entorno.

Provavelmente os moradores eram poucos indivíduos, pertencentes a uma família extensa, ou uma formação social parecida. O sítio está isolado e o espaço ocupado é reduzido. A espessura do depósito indica que eles permaneceram no lugar durante certo tempo, ou voltaram a ele mais vezes.

Os restos de sementes indicam a presença do grupo na estação quente do ano. Ao apanhar moluscos no oceano eles poderiam ter encontrado animais típicos da estação fria, que ofereceriam complementação para seu magro alimento, mas não há nenhum indício nas camadas. A estação fria, além de poucos recursos, seria muito desagradável por causa da intensidade dos ventos e das chuvas. Assim podemos pensar num acampamento de estação quente do ano. Quantas vezes, ou por quanto tempo são perguntas impossíveis de responder.

2. O sítio RS-LC-96³

O sítio está no município de Palmares do Sul, RS, nas coordenadas de 30º 22' 8,40" S e 50º 28' 41,40" W. Apresenta-se como um cerrito, com três pequenas elevações contíguas, de um metro de altura sobre um grande campo úmido e alagadiço, transformado em lavoura arroz. Estava junto a Lagoa do Leão, que foi drenada para o plantio. O sítio encontra-se isolado no interior, 24 km distante da praia. Junto a este, num cordão de lagoas, existem diversos pequenos concheiros, alguns antigos, a maior parte recentes, com elementos de cerâmica Tupiguarani e Taquara.

Em momentos diferentes, foram escavadas 5 quadrículas de 4 m², em níveis de 10 cm, peneirando os sedimentos em malha de 3 e 5 mm, do que resultou grande quantidade de restos faunísticos, usados para nosso estudo comparativo. O perfil estratigráfico compõe-se de uma camada superficial areno-argilosa escura, bastante compacta, que é seguida por uma camada mais espessa, também areno-argilosa, menos compacta, de cor preta, na qual foram encontradas estruturas de combustão, contendo carvão, cinzas e ossos calcinados, além de fossas culinárias, com abundantes restos ósseos de peixes, cervídeos e moluscos terrestres. A base do sítio está a 70 cm de profundidade, sobre

³ Maiores informações sobre o sítio em Rogge (2006) e Rosa (2006).

pequena elevação natural de areia branca e solta, isolada em meio à grande extensão de terreno plano e alagadiço.

Caracteriza-se como um assentamento multicomponencial, com uma primeira ocupação pré-cerâmica, datada em 1.760 ± 60 anos AP (Beta 206106). Em superfície foram coletados 48 fragmentos de cerâmica da tradição Tupiguarani e, em uma área periférica do sítio, em duas quadrículas contíguas com cerca de 8 m², a 10 cm de profundidade foi localizada uma lente de 10 a 15 cm de espessura do molusco *Mesodesma mactroides* (marisco-branco), proveniente de um acampamento da tradição Taquara.

Como referência temporal para a ocupação ceramista Tupiguarani+Taquara da área podem servir duas ocupações junto ao cordão de lagoas: RS-LC-80, com data de 280 ± 50 anos A.P. (Beta 202366) e RS-LC-82, com data de 563 ± 45 anos AP (LVD 665). Como referência temporal para a ocupação pré-cerâmica, duas outras ocupações junto às lagoas: RS-LC-82, datado em 1900 ± 40 anos AP (Beta 206105) e RS-LC-97, datado em 2.170 ± 70 (Beta 200073).

Para entender a especificidade do assentamento foram estudados os restos faunísticos dos cortes 1 e 2, realizados em 1996. A amostra analisada totaliza 6.018 espécimes ósseos identificáveis e 668 restos identificáveis de moluscos.

Do total dos remanescentes ósseos, 4.608 (76,7%) pertencem à classe Mamíferos (onde 73,35% são de *Blastocerus dichotomus*); 150 (2,4%) à classe Aves; 67 (1,1%) à classe Répteis; 46 (0,7%) à classe Anfíbios; 1.130 (18,8%) à classe Peixes Ósseos; e 2 (0,03%) à classe Peixes Cartilaginosos⁴.

Como entender o assentamento? Ele foi localizado sobre pequena elevação no meio de um grande campo alagadiço, no qual deveria ser abundante o veado-campeiro. Com ele se poderia formar a base de um sistema alimentar. Porém, a caça de uma só espécie é sempre insegura e poderia levar rapidamente à extinção

⁴ Para maiores informações sobre as espécies identificadas na análise, ver Rosa (2006).

do recurso. Era necessário completa-lá com outras proteínas. O peixe de lagoas e banhados teria certa importância. Mas talvez todos estes bens ainda não fossem considerados suficientes para um equilíbrio alimentar e um abastecimento regular, levando o grupo a se deslocar até a praia do oceano, 24 km a leste do acampamento, para recolher mariscos. A mata de restinga junto às lagoas e os bosques de coqueiros em terrenos mais drenados ainda não existiam, segundo Bauermann, Behling e Macedo (2009), e seus frutos, não aparecem na escavação.

A ocupação do sítio é de caçadores pré-cerâmicos. Muitos séculos depois um pequeno grupo de pessoas da tradição cerâmica Taquara aí acampou, certamente ainda caçando veados, mas principalmente trazendo para o acampamento mariscos apanhados no mar distante. Finalmente encontramos aí um acampamento de horticultores guaranis.

São três assentamentos diferentes, não só cultural e cronologicamente, mas também em termos de ocupação do espaço e fruição do ambiente. Nenhuma dessas ocupações é isolada: junto ao cordão de lagoas, distante 17 km a leste do RS-LC-96 e 7 km da praia, existem mais assentamentos de todos estes grupos. Os acampados no espaço alagadiço certamente faziam parte desse mesmo processo de exploração. A caça do veado-campeiro na planície pantanosa seria importante para todos os grupos. Ele podia ser caçado acampando no meio de seu hábitat, como nas ocupações referidas, ou incursionando nele esporadicamente a partir de assentamentos estabelecidos à beira do cordão de lagoas litorâneas.

Em nenhuma das situações estudadas o assentamento comportaria muita gente, talvez uma família estendida, ou um grupo de homens; nem muito tempo, talvez uma temporada.

3. O sítio RS-RG-49⁵

O sítio se localiza no lugar chamado Barra Falsa, município de Rio Grande, RS. É um sítio grande e denso, medindo 90 x 120 m, seu ponto mais alto se eleva 2 m sobre o campo circundante. Hoje, dista 500 m da lagoa dos Patos; na sua origem as águas da lagoa eram mais altas e o assentamento estaria junto delas.

A vegetação do entorno combina, hoje, campos-limpos, floresta subtropical e floresta de restinga, com suas respectivas faunas. Segundo Bauermann, Behling e Macedo (2009) a floresta subtropical e a floresta de restinga teriam seu desenvolvimento séculos depois do início do sítio e o entorno seria mais descampado; em terrenos mais drenados deveria haver bosques de coqueiros, cujos frutos carbonizados aparecem em grande abundância nas camadas do sítio. A referência básica para estabelecer o acampamento eram as águas da lagoa dos Patos, na qual sazonalmente entram grandes cardumes de peixes e crustáceos marinhos, além de nela residirem importantes peixes de água doce.

Nossa amostra provém de um corte de 2 x 1,5 m, em níveis artificiais de 20 cm, até 145 cm de profundidade, onde começa a areia branca da planície sedimentar.

Nos primeiros 20 cm foram recuperados 280 fragmentos cerâmicos da tradição Vieira e 2 da tradição Tupiguarani; no nível de 20-40 cm ainda existiam mais 14 fragmentos da tradição Vieira. Os demais níveis, até a profundidade de 145 cm, são pré-cerâmicos. Na profundidade de 35-50 cm foi conseguida uma data de C¹⁴ de 2.020 ± 50 anos AP (SI-1008), que está na transição entre o pré-cerâmico e o início da tradição cerâmica Vieira.

Os remanescentes alimentares são formados 99% por peixes. Foram recolhidos milhares de otólitos de peixes nos níveis.

⁵ Maiores informações sobre o sítio em Schmitz (2011 [1976]) e Silva; Löf; Schmitz (2006).

Também foram recolhidos no nível 3 (de 40 a 60 cm) aproximadamente 90.000 vértebras de peixes e no nível 5 (de 80 a 100 cm) aproximadamente 60.000.

Os restos de Bagres (Ariidae) e corvinas (*Micropogonias furnieri*) perfazem mais de 95% dos peixes identificados. Miraguaia (*Pogonias chromis*) representa menos de 2%. Tainha (*Mugil* sp) aproximadamente 0,5%. Entre os de procedência marinha registramos ainda o peixe espada (*Trichiurus lepturus*). Entre os de água doce tem pequena representação o jundiá (cf. *Rhamdia* sp) e a traíra (*Hoplias malabaricus*).

Os crustáceos estão representados por algumas centenas de indivíduos de siri azul (*Calinectes* sp). De moluscos foram recuperados uns poucos exemplares de bivalves e de gastrópodes. Os gêneros e espécies de outras classes de animais como os répteis, as aves e mamíferos são pouco representativos nas amostras.

Da coleta vegetal sobraram, em cada um dos níveis de escavação, muitas dezenas de milhares de fragmentos de coquinhos calcinados, predominantemente da palmeira jerivá (*Syagrus romanzoffiana*).

Como entender o assentamento? O grupo se assenta no local em que os recursos são mais abundantes, isso é, na borda da lagoa, onde apanham sistematicamente os peixes que nela entram na estação quente do ano, fazendo deles sua provisão básica. Os crustáceos, que acompanham a entrada dos peixes, não interessam ou não há bons meios de apanhá-los. Outros animais do entorno, caçados esporadicamente e trazidos para o acampamento, oferecem variação protéica, além de fornecerem peles, ossos e dentes, de muita utilidade. É o fruto das palmeiras, disponível em grandes bosques nos terrenos mais altos e drenados, que diversifica e equilibra a alimentação.

Os indicadores estacionais testemunham a presença do homem no período quente do ano, da primavera ao verão, quando os peixes migratórios estão na lagoa e os coquinhos de jerivá estão maduros. Não há indicadores para as estações frias do ano.

O sítio é uma grande lixeira com poucos sepultamentos e estruturas definidas, a não ser os estratos de ossos de peixes e de coquinhos calcinados. Ele pode ser o resultado de um número maior de pessoas e de frequentes voltas ao mesmo lugar, visto que os recursos, na estação quente do ano, são praticamente inesgotáveis.

4. O sítio RS-RG-48⁶

O sítio está localizado na Barra Falsa, município de Rio Grande, RS. Mede 32 x 26 m e 1,2 de altura. Está na baixa planície aluvial, formada no recuo holocênico recente da Lagoa dos Patos, da qual dista 3 km; a 1,5 km está o canal que liga a lagoa dos Patos à lagoa Mirim, antigamente um bolsão da lagoa que chegava até o assentamento.

O sítio caracteriza-se por estratos escuros, areno-argilosos, com grande quantidade de restos de alimentos de origem animal e muita cerâmica. Ele está datado de 1.335 ± 45 anos AP (SI-1007).

Foram realizados três cortes de 1,5 x 2,0 m, em níveis artificiais de 20 cm, ao longo de uma linha que se estendia da borda ao topo. Nos três cortes foram recuperados 3.424 fragmentos cerâmicos da tradição Vieira.

Os remanescentes de alimentação são abundantes, onde temos: peixes (mais de 55%) de diversas espécies e crustáceos (mais de 35%) em abundância, com predomínio do siri azul (*Callinectes danae*); em menor número aparecem moluscos gastrópodes e bivalves, répteis, aves e mamíferos. Entre os mamíferos foram identificadas espécies ligadas a áreas úmidas e pantanosas, aos campos e a ambientes mais vegetados.

Como entender o assentamento? O sítio está na borda da lagoa e o abastecimento está claramente voltado para os recursos da água, onde estão grandes peixes e incontáveis crustáceos. Os peixes e os crustáceos possibilitam um abastecimento inesgotável,

⁶ Maiores informações sobre o sítio em Oliveira (2006) e Schmitz (2011).

de boa qualidade nutricional, numa rotina diária sem necessidade de grandes percursos, porque os animais do mar vêm até ele pelas águas da lagoa. Em menor escala ele explora os campos, os banhados e os bosques do entorno, que lhe fornecem, além de novas proteínas, também peles, ossos, dentes e a caça, como alternativa para a rotina da pesca. Nas matas de palmeiras ele encontra frutos de polpa doce e amêndoa nutritiva; seus restos carbonizados formam densos estratos no sítio. Também a mata de restinga deveria estar em expansão (BAUERMANN, BEHLING e MACEDO, 2009), oferecendo outras frutas.

O maior aproveitamento dos crustáceos pode estar ligado ao uso de redes de pesca, onde o siri se enrosca, ou ao uso da cerâmica, facilitando o seu cozimento.

O tamanho do sítio e a quantidade de material sugerem uma população correspondente a um grupo familiar estendido. A quantidade de cerâmica testemunha ocupação intensa e continuada. A pergunta que fica é se esta ocupação é anual ou apenas do período quente do ano.

O crescimento de pântanos no entorno do sítio com o recuo das águas da lagoa parece ter sido a causa de seu abandono.

Conclusão: os acampamentos

O sítio abordado, RS-LN-62, assim como os sítios utilizados como base de comparação, são de grupos que estabelecem um acampamento no qual vivem e para o qual trazem os bens que apanham num entorno mais ou menos extenso.

Os bens buscados são de natureza múltipla: matérias-primas para construção de choupanas e fabricação de instrumentos, combustível para as fogueiras, materiais para vestir e se adornar e, mais que tudo, alimentos.

Estes bens costumam estar espalhados, de maneira desigual, por um espaço não limitado, onde alguns formam conglomerados abundantes, outros estão dispersos em pequenas

quantidades. Sua importância para o homem também não é uniforme: uns são necessários para a sobrevivência, outros constituem bons complementos, outros ainda poderiam ser dispensados. A disponibilidade de cada um desses bens pode ser permanente, periódica, anual, sazonal ou esporádica.

Quando um grupo pescador, caçador e coletor, como os que examinamos, procura um território para continuar vivendo, avalia os bens disponíveis para sua apropriação. Esta pode ser a do 'coletor', que se estabelece em lugar favorável do qual tem acesso a um conjunto deles, ou a do 'forrageiro', que circula pelo território e acampa junto aos bens momentaneamente explorados. De acordo com as disponibilidades sazonais do ano, a mesma sociedade pode desenvolver numa estação a estratégia de 'coletor', em outra a de 'forrageiro'; no mesmo território, mais frequentemente em outro, em que novos recursos com diferente disponibilidade e distribuição se tornaram disponíveis.

Trazer os bens para um acampamento estável pode representar a necessidade de prepará-los para o consumo, ou criar reservas que garantam sua continuidade. Mas é também a forma de socializá-los, repartindo-os com os que não participaram daquela aquisição. Pode indicar, ainda, que a comunidade acampada faz parte de uma sociedade mais complexa do que a primeira visão sugere.

Examinamos quatro casos. São acampamentos caracterizados como de 'coletor'.

Em Interlagos (RS-LN-62) os recursos estão dispersos, sem um lugar em que estejam especialmente densos. O acampamento foi estabelecido num ponto estratégico, na beira de uma lagoa, donde facilmente poderia acessar a todos individual e sucessivamente. Os elementos vegetais sugerem ocupação no período quente do ano.

No Capão do Leão (RS-LC-96) havia um campo alagadiço com densidade de veado-campeiro, que distava bastante do assentamento tradicional na beira do cordão de lagoas litorâneas. O

veado poderia ser caçado em expedições esporádicas a partir desses assentamentos, mas um acampamento no hábitat dos animais traria vantagens de volume, de facilidade e de exclusividade. Mesmo assim, para uma alimentação adequada, era preciso incorporar outra caça, inclusive a coleta de moluscos no distante oceano. Não temos claros indicadores de sazonalidade.

Junto à margem ocidental da lagoa dos Patos examinamos duas situações em que a pesca de peixes marinhos sazonalmente presentes na lagoa permite transformá-la no sustento básico do grupo e o acampamento pode ser estabelecido junto da água, na borda da lagoa. No sítio RS-RG-49, que é pré-cerâmico, o peixe forma 95% dos restos alimentares recuperados, sendo complementado pela coleta de frutas de coqueiros e, em menor escala, por outras caças. No sítio RS-RG-48, densamente cerâmico, o peixe é grandemente complementado pelos crustáceos da lagoa, em menor escala que no anterior pelo coquinho de jerivá e outras caças. Os indicadores de sazonalidade são claramente do período quente do ano. A razão da diferença entre os dois assentamentos parece residir em determinados aspectos tecnológicos como a presença, em RS-RG-48, de cerâmica que facilitaria a preparação e consumo dos crustáceos e o uso de redes pra pesca, que resultaria em um maior volume de crustáceos capturados (SILVA, LÖF & SCHMITZ, 2006; OLIVEIRA, 2006).

Os artefatos líticos são muito simples em todos os sítios, mais destinados à transformação dos produtos trazidos do que à sua apanha e, com isso, eles se aproximam dos pescadores dos sambaquis e se afastam dos caçadores da tradição Umbu. Os instrumentos em osso se restringem a algumas pontas que poderiam ser usadas na pesca e na caça, o que os aproxima dos pescadores dos sambaquis. A respeito do uso de cestos, esteiras e redes, temos pouca informação; apenas algumas impressões de trançado em cerâmica Vieira, de período tardio. A invenção, aperfeiçoamento e multiplicação de cerâmica utilitária permitiram a esse pescador, coletor e caçador de beira de lagoa, manejo mais

Onde acampar? O sítio arqueológico RS-LN-62: Interlagos em seu contexto regional histórico e ambiental

adequado de alguns recursos, possibilitando, ou até solicitando, maior permanência no lugar, mas sem interferir no grande esquema de apropriação; a cerâmica o distingue dos pescadores dos sambaquis e dos caçadores da tradição Umbu.

A pequena presença de sepultamentos humanos, nesses sítios, também reforça a sazonalidade dos assentamentos. Tanto os peixes como as frutas dos sítios RS-LN-62, RS-RG-49 e RS-RG-48 atestam, claramente, a ocupação no período quente do ano, sem claros indicadores para a estação fria. Assim podemos dizer que, nessa estação, ele tem comportamento de ‘coletor’. Onde estaria, como se organizaria e o que faria no período da chuva, da enchente e dos fortes ventos do litoral no período frio do ano, fica sem definir. Para o sítio RS-LC-96 nossos indicadores de sazonalidade são menos claros deixando sua caracterização, sob este aspecto, indefinida. O desenvolvimento relativamente tardio da mata de restinga, com a sua variedade de frutas, tornam mais difíceis a caracterização sazonal dos sítios anteriores a seu aparecimento.

Referências bibliográficas

- BAUERMANN, S.G.; BEHLING, H. & MACEDO, R.B. “Biomass regionais e evolução da paisagem no Rio Grande do Sul com base em paleopolinologia”. In: RIBEIRO, A.M.; BAUERMANN, S.G. & SCHERER, C.S. (org.): *Quaternário do Rio Grande do Sul, Integrando conhecimentos*. Porto Alegre, SBP, 2009, p.81-94.
- BECKER, Jussara Louzada. *O homem pré-histórico no Litoral Norte, RS, Brasil, de Torres a Tramandaí*. Volume 3. Torres: Gráfica e editora TC, 2008.
- BINFORD, L. “Willow smoke and dog’s tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation”. *American Antiquity* 45 (1). Washington D.C.: Society of American Archeology, 1980. p. 4-20.
- FORSBERG, Lars L. *Site Variability and Settlement Patterns*. Umea: University of Umea, Department of Archaeology, Archaeology and Environment, n. 5, 1985. (PhD. Thesis).
- KELLY, Robert L. *The Foraging Spectrum. Diversity in Hunter-Gatherer Lifeways*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press, 1995.
- OLIVEIRA, K. “O sítio de pesca lacustre RS-RG-48”. In: SCHMITZ, P. I. (Coord.) *A Ocupação pré-histórica do Litoral Meridional do Brasil*. São Leopoldo: Pesquisas, Antropologia 63, 2006. p. 307-336.
- RAUPP, Ismael da Silva; SCHMITZ, P. I. “Um assentamento da Tradição Vieira no litoral norte do Rio Grande do Sul”. *Livro de Resumos do 1º Congresso Internacional de Arqueología de la Cuenca del Plata*, 2011. p. 251-252.
- ROGGE, J.H. “Os sítios arqueológicos estudados no Litoral Central”. In: SCHMITZ, P. I. (Coord.) *A Ocupação pré-histórica do Litoral Meridional do Brasil*. São Leopoldo: Pesquisas, Antropologia 63, 2006. p. 133-177.

Onde acampar? O sítio arqueológico RS-LN-62: Interlagos em seu contexto regional histórico e ambiental

- ROSA, A.O. “Caçadores de cervídeos no Litoral Central: o sítio RS-LC-96”. In: SCHMITZ, P. I. (Coord.) *A Ocupação pré-histórica do Litoral Meridional do Brasil*. São Leopoldo: Pesquisas, Antropologia 63, 2006. p. 223-248.
- SCHMITZ, P. I. *Sítios de Pesca Lacustre em RS, Brasil*. Erechim: Habilis - Coleção Clássicos da Arqueologia, 2011.
- SILVA, G.O.S. da, LOF, A.M. & SCHMITZ, P.I. SCHMITZ, P. I. “O sítio de pesca lacustre RS-RG-49”. In: SCHMITZ, P. I. (Coord.) *A Ocupação pré-histórica do Litoral Meridional do Brasil*. São Leopoldo: Pesquisas, Antropologia 63, 2006. p. 337-339.

Recebido em: 16/07/2013

Aprovado em:11/08/2013

Publicado em: 04/10/2013

Fratura nos ossos: violência, acidente ou bioturbação?

Elaine Alves de Santana¹
Olívia Alexandre Carvalho²

RESUMO: O estudo da etiologia dos traumas pode revelar aspectos relacionados à interação do homem com o meio ambiente, relação de convívio interpessoal e intergrupal, aspecto sócio-cultural ou ação dos processos tafonômicos. Neste estudo buscou-se analisar a etiologia das fraturas existentes em uma amostra de 19 esqueletos do sítio Justino B - Xingó, utilizando-se de critérios anátomo-patológicos, da observação da ação dos processos pós-deposicionais e através da inspeção visual macroscópica e microscópica. A análise permitiu constatar o péssimo estado de conservação da maioria do material ósseo e a existência de um trauma agudo associado à violência em um indivíduo adulto do sexo masculino. Concluiu-se que o caso de paleopatologia traumática foi resultado possivelmente de um episódio de agressão interpessoal e que as fraturas pós-mortem existentes foram resultado da ação dos processos tafonômicos.

PALAVRAS-CHAVE: *Análise Esqueletal. Conflitos na Pré-história, Etiologia dos Traumas.*

ABSTRACT: Through the trauma etiology studies we may detect features of human interaction with environment, interpersonal relationships and intergroup, social-cultural aspect or action of taphonomic processes. This study intends to analyze the existing of the fractures etiology in 19 skeletons from Sítio Justino B – Xingó, using anatomic-pathological criteria, observing the post-depositional actions and through visual inspection macroscopic and microscopic. The analysis showed the disrepair of the osteological material and the existence of an acute trauma in an adult

¹ O trabalho é parte da monografia defendida para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (Campus de Laranjeiras/UFS), Brasil, com alterações. Mestra em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ-UFS), Brasil. E-mail: elainealves87@yahoo.com.br.

² Orientadora da Monografia. Atualmente é professora do Núcleo de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (NAR/UFS), Brasil; além de coordenadora e integrante permanente do corpo docente da Pós-graduação em Arqueologia da mesma instituição (PROARQ/UFS), Brasil. E-mail: ocarvalho99@hotmail.com.

male. Conclude that the Paleopathology case probably resulted from an interpersonal attack episode and that the post-mortem fractures are resulted from taphonomic processes.

KEY-WORDS: *Analysis Skeletal, Conflicts in Prehistory, Etiology of the Traumas.*

Introdução

As fraturas são resultado de um impacto ou força excessiva exercida sobre o osso, e através do estudo da sua etiologia podem revelar se foram resultado de atividades cotidianas, atos de agressividade ou causadas por ações tafonômicas. Apesar do potencial informativo, as fraturas, assim como as contusões, por muitos anos foram consideradas pouco significativas do ponto de vista antropológico, pois os relatos patológicos ficavam restritos a menções de lesões curadas (COOK e POWELL, 2006). No entanto, abordagens focadas especificamente nos efeitos gerados pelos processos tafonômicos vêm sendo desenvolvidas sistematicamente há algum tempo, uma vez que, o estudo dos efeitos pós-deposicionais nos ossos permite avaliar o grau de destruição do esqueleto e diferenciar os traumas que ocorreram antes da morte com os que foram gerados após a morte, ou seja, os pseudo-traumas.

No que se refere às fraturas produzidas em vida, segundo Lovell (2008), a maior parte das lesões é determinada a partir de acontecimentos acidentais, enquanto que os ferimentos causados por armas ou práticas cirúrgicas são resultantes de ações intencionais. Pesquisas com viés interpretativo das fraturas associadas a episódios de acidentes ou violência em populações pré-históricas, só receberam maior destaque mais recentemente. De acordo com Lessa (2008), foi uma tendência mundial impulsionada a partir da década de 90 que motivou os

pesquisadores, principalmente os norte-americanos das áreas de bioarqueologia e antropologia, a se dedicarem mais intensamente as fraturas com causas relacionadas à violência em sociedades pré-coloniais, resultando na ampliação de publicações exclusivamente dedicadas ao tema. Populações construtoras de sambaquis foram abordadas por Lessa e Medeiros (2001) e grupos pescadores-coletores por Lessa (2005), representando as primeiras abordagens específicas sobre o tema em séries esqueléticas brasileiras.

No presente trabalho, foi pesquisada a ocorrência apenas de fraturas causadas por acidentes, violência ou tafonomia, em uma amostra de 19 esqueletos da população do Sítio Justino B localizado no município de Canindé do São Francisco. A análise do material osteológico tem por objetivo dar prosseguimento às primeiras abordagens apresentadas por Carvalho (2007) e Carvalho & Queiroz (2008). As fraturas existentes nas amostras osteológicas humanas pesquisadas foram analisadas, diagnosticadas e interpretadas, com o objetivo de explorar o potencial informativo do tema. Pretende-se ampliar o conhecimento sobre lesões traumáticas a partir do estudo das amostras esqueléticas supracitadas e contribuir para suprir a carência deste tipo de produção no material esquelético de Xingó e principalmente do Brasil.

Abordagens teóricas

Dentro da Paleopatologia, as lesões ósseas causadas por trauma vêm obtendo crescente interesse por parte dos cientistas, já que, podem revelar aspectos relacionados à integração do homem com o meio em que viveu, além de dar indícios sobre aspectos médico-social e as relações de convívio interpessoais. Com o desenvolvimento da disciplina de Paleopatologia, a análise de traumas em populações antigas mudou seus objetivos, deixou de ter o foco apenas na identificação e descrição das lesões e passou a se interessar pelas implicações sociais, culturais e ambientais, além

da sua relação com as variáveis biológicas, como sexo e idade (LOVELL, 1997).

Lesões nos ossos em populações pretéritas, causados por uma fratura apresentam, sobretudo, indícios de um processo saúde/doença. Segundo Adams (1980), fratura é a perda total ou parcial da continuidade do osso, pode ser distinta em fechada, quando não há o contato entre o foco da fratura e o meio ambiente, ou exposta, quando as extremidades do fragmento ósseo estão em contato com o meio ambiente tornando-o assim suscetível a contaminação e aumentando o risco de infecção. A classificação das fraturas apresenta três seguintes subdivisões:

- Fraturas causadas unicamente por traumas: Este grupo ocorre em ossos saudáveis, abrange lesões causadas por agressões físicas ou por acidentes e podem ocorrer por trauma direto, por exemplo, quando o osso é atingido diretamente por um objeto ou por trauma indireto, por exemplo, quando o choque é transmitido ao longo do osso – tal em uma queda onde o indivíduo tenta amortecê-la com a mão, o impacto alastra-se pelo rádio causando a fratura da epífise proximal;

- Fraturas por fadiga ou estresse: Bem diferentes do anterior, as causas para este tipo de fratura são pequenos e repetitivos movimentos ou traumatismos, ocorridos em ossos aparentemente saudáveis, que vão sendo lentamente debilitados até o momento da quebra. São mais comuns nos membros inferiores e na coluna lombar. No contexto arqueológico pode servir de indício de atividades cotidianas, como a labuta;

- Fraturas patológicas: Ocorre em ossos previamente enfraquecidos por uma patologia que faz com que o osso rompa-se espontaneamente ou com uma simples pancada. As causas mais importantes para a fratura patológica são as doenças locais dos ossos, como infecções, tumores benignos e malignos, entre outros e afecções gerais do esqueleto, como doenças congênitas, osteoporose senil, raquitismos e outras patologias.

Apesar de não estar inserida nas subdivisões descritas por J.Crawford Adams, visto que, seu público alvo são médicos especializados em ortopedia, faz-se extremamente importante para a Arqueologia, principalmente na área forense, a análise de fraturas causadas por bioturbação, ou seja, fraturas em material ósseo inumado, causadas pelo peso do sedimento, animais intrusivos (fossoriais e subfossoriais), raízes de plantas, manipulação e pela bioerosão, já fragilizado devido aos processos tafonômicos intrínseco, que podem atingir o osso em maior ou menor intensidade de acordo com variáveis como, tipo de osso, tamanho, sexo e idade do indivíduo.

Pesquisas sobre a ação da bioturbação em ossos humanos fazem parte de um tema bastante explorado no estudo dos processos tafonômicos. O termo Tafonomia foi criado pelo paleontólogo russo Efremov em 1940, sua área de atuação é descrita geralmente como subdisciplina da paleontologia, contudo, a Arqueologia também utiliza seus métodos e dados para investigação dos processos que atuam no organismo desde a morte até o momento da análise (WHITE e FOLKENS, 2005). É importante, pois torna possível distinguir os fatores antropogênicos dos naturais.

“Después de la muerte se desencadenan todos los procesos que conlleva la putrefacción; los huesos quedan afectados en mayor o menor medida por los cambios químicos que resultan de la descomposición de los elementos no minerales” (BOTELLA et al, 2000, p.93). Devido ao efeito desses fatores intrínsecos a constituição dos ossos torna-se mais fragilizada, e associada a alguns fatores extrínsecos, podem comprometer também sua conservação. Por exemplo, como afirma Waldron (2009), ossos como as costelas, a cintura pélvica e o crânio podem não suportar o peso do solo e serem acometidos por traumas, em decorrência do enterro o sedimento tende a achatar o esqueleto. As raízes de plantas podem causar tanto danos físicos quanto químicos, seu intumescimento pode provocar pressão sobre os ossos a ponto de

fragmenta-lo, assim como a excreção de substâncias ácidas podem causar a dissolução dos seus componentes minerais. Os animais carnívoros, roedores e insetos também podem causar grande impacto nos ossos, uma vez que, cães, por exemplo, quebram os ossos para extrair a gordura que existe na medula (WHITE e FOLKENS, 2005).

É importante salientar a análise da cronologia da fratura no indivíduo. Após a morte a constituição do osso é alterada, pois perde líquido, flexibilidade e elasticidade, características que o torna frável. Ao analisar lesões traumáticas *post-mortem* não são encontradas resposta de regeneração óssea, porém o osso irá reagir à fratura de forma diferente. O osso desidratado dificilmente será maleável e apesar de apresentar superfície cortante como a *peri-mortem*, possui o contorno das margens regular. Para a Arqueologia este tipo de informação também é muito importante, visto que, analisados em um contexto tafonômico serão absorvidas informações de fratura causadas por bioturbação e pelo próprio peso do sedimento. Conforme Ubelaker e Adams (1995), a distinção de cor entre as bordas da fratura e a superfície do osso pode ser um indicador tafonômico determinante para a distinção entre traumas *post-mortem* e *peri-mortem*, uma vez que a coloração mais clara do trauma contrastará com a tonalidade escura das superfícies adjacentes que ficaram expostas durante o período deposição.

Conforme Botella *et al* (2000), as técnicas de escavação que aplicam metodologias que não levam em conta o cuidado e o tratamento adequado durante a exumação dos ossos, surpreendentemente, são as causas mais frequentes de fraturas *post-mortem*. Os acervos de museus e centros de investigações também são locais em que os ossos correm perigo de quebra devido à frequente manipulação. A restauração do osso através da consolidação nem sempre será garantia de conservação, pois a aplicação de materiais inadequados ou seu uso tardio pode provocar o agravamento da situação tendo como consequência ruptura e até mesmo destruição.

Lesões traumáticas *peri-mortem* são as mais difíceis de serem diagnosticadas por estarem diretamente ligadas a causa da morte e não apresentar sinais de cicatrização.

Pelo facto (*sic*) destas fracturas (*sic*) ocorrerem quando o osso está ainda elástico, este vai reagir dum modo típico: as superfícies de corte tendem a ficar cortantes e com um aspecto rasgado e irregular, podendo ocorrer, dependendo do tipo de osso e do objecto (*sic*) agressor, dobragem óssea e fracturas (*sic*) tendencialmente mais oblíquas. Estas são características típicas da reação do osso fresco “*green bone*” (MARPLES, 1986, *apud*. CUNHA e PINHEIRO, 2006 p.228).

As lesões traumáticas *ante-mortem* apresentam aspectos cicatriciais, reabsorção e remodelação óssea, indicando que o ferimento não resultou na morte imediata do indivíduo, ou seja, que houve um período de recuperação. Segundo Adams (1980), se as condições forem favoráveis, a consolidação da fratura tem início assim que o osso se rompa, porém o processo de reparação vai variar de indivíduo para indivíduo, depender do local do ferimento e do tipo da fratura.

Os tipos mais comuns de fraturas são: fratura transversa na qual o osso se divide em dois e quase sempre tem como causa uma força de angulação; fratura oblíqua; fratura espiralada, em forma de espiral como o próprio nome já diz é consequência de um mecanismo de torção; fratura cominutiva, na qual o osso parte-se em mais de dois fragmentos; fratura por compressão, na qual ocorre o esmagamento do osso e fratura subperiosteal ou em “galho verde”, são comuns em crianças até dez anos, pois apresentam ossos flexíveis (ADAMS, 1980).

O tipo e a localização fratura são dados de grande relevância para a interpretação das lesões, pois podem indicar a

natureza e a causa do trauma. Contudo, lesões com localização variada podem estar relacionadas tanto a episódios de hostilidade, como também podem ser atribuídas a acidentes. Para Larsen, (1997, *apud*. LESSA, 2003, p.185) as fraturas acidentais ocorrem frequentemente durante a prática de atividades cotidianas, geralmente ligadas à subsistência. *“As fraturas ocasionadas por acidentes podem ocorrer em ambos os sexos de forma equilibrada, a menos que estejam relacionadas a alguma atividade regular específica, além de incluírem, proporcionalmente, as crianças e os adultos senis”* (LESSA, 2004).

Embora os traumas relacionados a acidentes apresentem frequentemente característica de localização anatômica variada, fraturas presentes na região distal e proximal do rádio e no escafoide, estão associadas a episódios acidentais relacionados à tentativa de sustentação do corpo em caso de queda com a mão estendida na tentativa de sustentação para proteger o corpo do choque com o solo e pode indicar irregularidade no terreno ou execução de atividade que ofereça risco (LESSA, 2003).

As fraturas de corpo de vértebra, e de membros superiores e inferiores são normalmente associadas a acidentes. Somente mediante uma análise biomecânica e uma interpretação baseada no contexto das atividades laborais executadas por ambos os sexos poderia ser sugerido se as quedas causadoras destas lesões ocorreram em função de acidentes laborais ou de confrontos físicos (LESSA, 1999, p.77).

Quanto aos episódios de violência, estes podem apresentar diferentes motivações e manifestações por estarem ligadas a práticas culturais de cada grupo. Podem estar relacionados à disputa por maior influência e controle do grupo, a controle por território, roubo de alimentos e de matéria-prima rara,

demonstração de força e prestígio, modificações climáticas, aquisição de escravos e rapto de parceiras e brigas domésticas, tema que é pouco abordado pelos pesquisadores (LESSA, 1999).

A identificação de sinais de violência interpessoal no material osteológico tem sido realizada com relativa facilidade através de indicadores específicos, sugeridos a partir de estudos epidemiológicos clínicos e em material arqueológico, tais como as fraturas em depressão nos crânios; as fraturas na face, principalmente nos ossos nasais; as fraturas nos terços médios e distal nos cúbitos, e a presença de pontas de projétil encravadas nos ossos (STEINBOCK, 1976; ORTNER e PUTSCHAR, 1985; MERBS, 1989; WALKER, 1989, *apud*. LESSA, 1999).

A contextualização dos enterramentos é sempre útil. “Tumbas múltiplas, por exemplo, podem indicar um episódio de batalha, e a ausência de homens adultos, principalmente jovens, pode sinalizar que os mesmos atuavam como guerreiros e morreram durante um conflito, longe de sua aldeia” (LESSA, 2004, p.284). Assim como a pouca frequência de lesões em homens ou a presença em mulheres reflete o rompimento do mecanismo que preservava a relação de convívio intergrupal ou em uma esfera individual.

Estudos efectuados (*sic*) em populações de diferentes proveniências geográficas e com distintos modos de subsistência têm revelado uma padronização no tipo de lesões produzidas por conflito interpessoal. De um modo geral, os homens são os mais acometidos, exibindo frequentemente hematomas, sinais de contusão, lacerações,

fraturas (*sic*) e luxações (JUDD 2006, *apud*. ASSIS, 2006, p.187).

De acordo com Walker (1989, 1997, *apud*. LESSA, 1999, p.18), na análise das diferentes causas de lesões no crânio são levados em consideração alguns padrões de fraturas. As que estão associadas a circunstâncias violentas em quase toda sua totalidade encontram-se concentradas na parte frontal, apresentam forma e tamanho regulares que se correlacionam com a arma usada para o ataque. Mesmo as fraturas no crânio estando mais relacionadas a casos de violência, elas também podem frequentemente ocorrer a depender principalmente do contexto ambiental em que essa população vivia. *“For example, adverse weather conditions (e.g. snow and ice) and irregular landscapes increase fracture risk from falls, while reduced winter daylight hours in northern latitudes increase fracture risk from mishaps due to limited visibility”* (LOVELL, 1997).

Também são considerados sinalizadores de violência os traumas provocados por decapitação, escalpo, canibalismo e desmembramento, ainda que não sejam comuns no registro arqueológico. Diferentemente das lesões anteriormente citadas, as quais têm sido associadas a guerras e confrontos relativos a assuntos tais como raptos de mulheres, domínio sobre territórios e recursos e ainda conflitos matrimoniais, estes sinalizadores de violência parecem estar associados a aspectos rituais. A vítima, para sofrer qualquer dessas agressões, provavelmente já se encontrava totalmente imobilizada ou até mesmo morta, o que indica que o ato de violência não ocorreu por reflexo instintivo de defesa da própria vida ou devido à necessidade de resolução de um conflito, mas

estava revestido de uma importância simbólica (LESSA, 1999, p.17).

Lessa (2004) considera importante salientar que, embora do ponto de vista paleoepidemiológico traumas associados à violência sejam aqueles que apresentam ações intencionais, o conceito de violência é bastante variável, visto que, atualmente ainda vemos, em algumas populações, manifestações culturais, como cerimônias e rituais de passagem que estão associadas a agressões físicas, porém que são aceitas socialmente. As lesões provocadas por esse tipo de cerimônias e/ou ritos estão revestidos do aspecto simbólico. Portanto, a concepção de violência deve ser analisada sob caráter criterioso.

Material

As primeiras pesquisas arqueológicas na região de Xingó tiveram início em 1985, quando um grupo de pesquisadores do departamento de ciências sociais, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), detectou nas proximidades do rio São Francisco, quatro sítios de registros gráficos. A localização destes sítios encontrava-se dentro da região, cujo lago da usina hidrelétrica construída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF – inundaria. Em 1988, a UFS viabilizou a instituição do Projeto de Arqueologia de Xingó (PAX) em convênio com a companhia, visando, através da localização e mapeamento da região, a realização do salvamento arqueológico (SIMON, 1999).

Até 1997 o salvamento arqueológico compreendeu o levantamento de 56 sítios, distribuídos entre sítios a céu aberto, classificados em acampamento, habitação e cemitério, e os sítios abrigos, classificados em registros gráficos tanto de pinturas quanto de gravuras e de ambos (SANTANA *et al*, 1997). Durante as escavações foram coletados artefatos como líticos, cerâmicas, esqueletos humanos e de animais, entre outros vestígios

arqueológicos Além de incorporar a metodologia desenvolvida pela Fundação Museu do Homem Americano (FUNDHAM), o projeto contou com o apoio através de consultorias das Universidades Federais da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, como também de profissionais especialista em Bioantropologia, Zooarqueologia, artefatos líticos, material cerâmico dentre outros.

O Sítio Justino, atualmente submerso, está localizado na fazenda Cabeça de Nego, no município de Canindé do São Francisco, foi detectado em 1990 e escavado no período de janeiro de 1991 a junho de 1994, da superfície até a base rochosa, obedecendo à metodologia de escavação de áreas abertas, considerando os níveis naturais de deposição do sedimento, mas tendo como referencial a presença de vestígios (VERGNE, 2002). Esse local se sobressai dentre os outros por conter em sua totalidade 177 indivíduos³, havendo concentrações de ossos, cremações e sepulturas primárias e secundárias.

A disposição estratigráfica permitiu definir um total de quatro pisos de ocupações distintos, com datações entre 1.280 a 8.950 anos B.P., sendo um período pré-cerâmico e três ceramistas (VERGNE, 2002). O material osteológico encontra-se armazenado na reserva técnica do MAX desarticulados em caixas-arquivo ou articulados em casulos de gesso, assim como os acompanhamentos funerários constituídos de material lítico, cerâmico e de fauna que proporcionam valiosas informações e propõem diversos questionamentos.

O conjunto B, localizado entre as camadas 15 a 9, foi selecionado para esse estudo por apresentar um número expressivo de esqueletos em relação aos outros conjuntos, fato que possibilitou uma melhor representação desta população. Esse conjunto inicia-se com 9 sepulturas e 2 concentrações de ossos nas camadas 14 e 13, prossegue com um pequeno crescimento recebendo mais 13 sepulturas e 3 concentrações de ossos, e finaliza

³ Conforme Carvalho (2007)

com um grande crescimento apresentando mais 39 sepulturas e 5 concentração de ossos todas pertencentes ao período cerâmico (VERGNE, 2002, p.262).

Apesar da ocupação B possuir 77 esqueletos, foi objeto de estudo deste trabalho apenas uma amostra contendo 19 exemplares, sendo destes, 16 escolhidos em razão de já estarem desarticulados e armazenados em caixas-arquivo e três que se encontravam articulados em casulos e foram exumados seguindo a aplicação de uma adaptação dos métodos propostos pela Arqueotanatologia.

Métodos

Inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico de todo o material publicado referente ao PAX de onde foram retiradas informações sobre o período de escavação e selecionados textos que abordaram especificamente o sítio Justino conjunto B, principalmente os concernentes ao âmbito da Bioarqueologia. Em seguida foram pesquisados artigos, dissertações, teses e livros que discorressem sobre o tema indicando e os métodos que poderiam ser utilizados para identificar a ocorrência de fraturas que estivessem associadas a episódios de violência, acidentes ou a existência de fraturas causadas por ação dos processos tafonômicos e sua possível interferência na localização das lesões principalmente os casos encontrados na pré-história. Foi permitido o acesso à sede administrativa do Museu de Arqueologia de Xingó (MAX), situado no campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS) em São Cristovão, para obter acessos a toda documentação e fotografias existentes, tanto da época da escavação, quanto das pesquisas realizadas posteriormente. Essa primeira etapa contribuiu para o conhecimento do contexto do material pesquisado, assim como, subsidiou a aplicação da parte prática.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em visitas predeterminadas aos laboratórios de pesquisa do MAX, localizado

no município de Canindé de São Francisco, para acompanhar inicialmente a exumação de cinco esqueletos que ainda encontravam-se depositados nos casulos de gesso, porém, em virtude de razões de ordem logística este número foi reduzido para apenas três. A exumação do material bioantropológico foi realizada seguindo adaptações realizadas por Silva⁴ (2010) ao conjunto de procedimentos conhecido como Arqueotanatologia (antiga antropologia de terreno). Esta metodologia foi desenvolvida na França, no início da década de 1980, e segundo Duday (2009), tem o objetivo de reconstruir os gestos das populações antigas perante a morte, focando no estudo do esqueleto humano e analisando os atos associados à gestão e o tratamento do corpo. Para tanto, esse conjunto de métodos sugere a anotação completa e minuciosa das informações referentes tanto ao material osteológico quanto ao contexto ao qual ele está inserido (NEVES, *online*, 2009).

Embora os esqueletos ainda estivessem inumados, eles já tinham sido evidenciados a ponto de desarticulação por Carvalho (2007) durante o desenvolvimento da sua pesquisa de doutorado, porém foram mantidos em casulos de gesso e “recobertos” pelo sedimento através da metodologia adotada pela equipe de pesquisa do Museu no período entre 1999 a 2005. Por tanto, não foi necessário realizar georeferenciamento e atribuir uma numeração para a sepultura, sendo realizado a princípio apenas o registro gráfico e a descrição do sepultamento no estado em que foi encontrado, posteriormente foi dado início a escavação realizada através decapagens seguindo níveis estabelecidos pela evidenciação do esqueleto, seguido pelo preenchimento de fichas sobre a deposição do esqueleto, conexões anatômicas, fatores tafonômicos, dados biométricos e referentes ao sexo, idade e patologias (SILVA, 2010).

A primeira sepultura a ser exumada foi a de número 112, ela encontrava-se parcialmente evidenciada e coberta por cola.

⁴ Adaptações desenvolvidas por Silva durante a realização da monografia

Conforme o procedimento de escavação, por camadas, foi se desenvolvendo pôde-se visualizar os ossos que ainda se encontravam inumados e constatar que todos estavam presentes e em posição anatômica, a exceção do crânio que havido sido movido do seu local original. Na retirada de cada osso, quando possível, foram feitas as devidas anotações referentes à conservação e alterações patológicas, sendo em seguida acondicionado individualmente ou em blocos a depender do que fosse melhor para o material, sempre acompanhado de uma etiqueta. Os ossos foram envolvidos em plástico-bolha para mantê-los preservados, armazenados em caixas-arquivo e levados para o Laboratório de Arqueologia da UFS localizado em Laranjeiras, onde passaram pelo processo de limpeza e análise mais criteriosa.

A sepultura de número 75 foi a segunda a ser exumada. Ela, assim como a 112, encontrava-se depositada no acervo do museu, porém estava totalmente inumada e não havia presença de cola. Em virtude de uma rachadura que dividia o casulo em duas partes os métodos tiveram que ser adaptados às condições do envoltório. Devido à falta de tempo esta sepultura teve que ser exumada em dois períodos distintos, no entanto, todas as precauções foram tomadas para que o material não fosse prejudicado. Através da evidenciação pôde-se observar que os ossos estavam articulados, em posição anatômica, e a inexistência de adornos associados ao esqueleto, durante seu procedimento observou-se a ação dos processos tafonômicos e a existência de paleopatologia traumática. Os ossos foram removidos, fotografados, etiquetados, envolvidos em plástico-bolha, armazenados em caixas-arquivo e levados também para o laboratório localizado em Laranjeiras para maiores análises.

O esqueleto 109 foi um dos escolhidos para exumação por seu crânio já estar desarticulado e apresentar uma lesão traumática, sendo interessante por tanto sua análise mais apurada para verificar a existência de fraturas também na região do pós-crânio. Devido à forma como o indivíduo estava disposto no casulo o úmero

esquerdo e o fêmur direito estavam parcialmente evidentes. Os ossos estavam em estado de conservação razoável, em conexão anatômica e articulados. Após a desarticulação, foram protegidos pelo plástico-bolha, armazenados em caixas-arquivo e transportados para o laboratório.

Na terceira etapa foram selecionados indivíduos do sítio Justino B que já estavam desarticulados, conservados em caixas-arquivo e armazenados no acervo do MAX. Contou também, com a segmentação dos indivíduos utilizando dados obtidos por Carvalho (2007), na qual ela emprega critérios métricos e morfológicos para determinação de sexo como: características da pelve e do crânio, mandíbula, inserções musculares, tamanho dos ossos pós-cranianos e para idade: observação da erupção de dentes decíduos e definitivos, exame do grau de sinostose das epífises dos ossos longos, grau de evolução de suturas cranianas, modificação da superfície da sínfise pubiana e as modificações por absorção do tecido esponjoso das epífises proximais do úmero e do fêmur.

Apesar de a radiologia ser uma técnica de extrema importância na análise e interpretação das fraturas, principalmente na determinação do tipo de fratura, na verificação de linhas de fratura e na análise do estado de consolidação do osso afetado, não foi possível recorrer ao exame radiológico devido a limitações de ordem prática. Portanto o procedimento adotado para o diagnóstico das fraturas nos ossos analisados foi realizado mediante a observação macroscópica das superfícies ósseas, a partir da observação dos seguintes elementos diagnósticos: mudança do estado normal, ausência ou presença de reabsorção óssea, neoformação e processo de cicatrização (STEINBOCK, 1976; ADAMS, 1976; MERBS, 1989; ORTNER e PUTSCHAR, 1985; LARSEN 1997, *apud*. LESSA, 2005, p.201). Para o diagnóstico de fraturas associadas à violência foram levadas em consideração as observações conhecidas durante o levantamento bibliográfico como: a observação das fraturas no crânio, na face, na ulna e ferimentos causados por pontas de projétil levando em consideração a sua

contextualização (STEINBOCK, 1976; ORTNER e PUTSCHA, 1985; WALKER, 1989, 1997 *apud*. LESSA, 2005 p.201).

Foi criada uma ficha específica para a análise das fraturas, onde se encontram informações referentes à data de realização da análise, identificação do número da sepultura, sexo e idade do indivíduo, em que osso se localizava a lesão e sua lateralidade, se a lesão ocorreu *ante-mortem*, *peri-mortem* ou *post-mortem*, quanto às características das fraturas; se houve formação de calo ósseo, alteração da forma do osso, alteração do tamanho, afundamento, perfuração e marcas de corte, amputação e decapitação. Além de informações quanto aos tipos de fraturas: se ela é transversa, oblíqua, espiralada, cominutiva, subperiosteal “galho verde” e a presença de outras paleopatologias.

Resultados

A princípio foi realizada a análise dos processos tafonômicos do material ósseo humano estudado e constatou-se o péssimo estado de conservação da amostra. Com exceções dos ossos longos, cuja estrutura é mais resistente devido ao tamanho e a densidade, em alguns casos foram difíceis até de serem identificados, pois se preservou somente a região da diáfise e de forma muito precária, sendo que os demais ossos se encontram em pequenos fragmentos. Nos três esqueletos ao qual foi possível acompanhar a exumação foram realizadas anotações e documentação do material, ainda no sedimento, através de fotografias, além de ter sido possível observar o contexto no qual as fraturas pertenciam.

Além de terem sofrido com a degradação físico-química devido a fatores intrínsecos, os ossos, ainda inumados, sofreram também ação dos fatores extrínsecos, causados principalmente pelo contexto ambiental ao qual o sítio estava inserido, exposto ao contato com a umidade e a temperaturas elevadas. Essas alterações de temperatura provocaram fissuras e descamação em alguns exemplares, resultado da dilatação e retração do osso, ademais,

perturbações causadas pela ação de raízes e de animais dentro da sepultura foram responsáveis pelas fraturas *post-mortem*. Em alguns casos, até na manipulação, mesmo que de forma cuidadosa, foi impossível impedir a ruptura do material.

Os esqueletos que foram mantidos em casulos na reserva técnica do museu foram submetidos à evidenciação durante a realização da tese de Carvalho e deixados a ponto de desarticulação, porém a equipe do MAX da época preferiu a reposição do sedimento, fato que contribuiu bastante para a movimentação de alguns ossos, além da que já é causada pela perda das partes moles, achatamento e fraturas devido ao peso do sedimento sob o material debilitado. A utilização de cola para restauração ou preservação de algumas peças também foi outro fator que dificultou o diagnóstico da lesão *ante-mortem*, da *peri-mortem* e da *post-mortem* e até mesmo impossibilitou a visualização de indício do processo de cicatrização. A tabela a seguir apresenta a relação dos esqueletos, suas características morfológicas, traumáticas, o estado de conservação e permite que através da correlação desses dados seja compreendida a dinâmica da etiologia dos traumas.

Esqueletos com Evidências de Fraturas e seus Tipos				
ESQUELETO	SEXO	FAIXA ETÁRIA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	TIPOS DE FRATURAS
48	Indeterminado	Entre 5 e 9 anos	Péssimo	Pós-mortem
59	Indeterminado	Adulto	Péssimo	Pós-mortem
73	Masculino	Adulto	Ruim	Pós-mortem
75	Indeterminado	Entre 15 e 19 anos	Ruim	Pós-mortem
76	Masculino	Adulto	Razoável	Pós-mortem
85	P. masculino	Entre 18 e 19 anos	Péssimo	Pós-mortem
92	Indeterminado	Entre 18 e 29	Ruim	Pós-mortem
95	Masculino	Entre 40 e 49	Razoável	Pós-mortem

Fratura nos ossos: violência, acidente ou bioturbação?

		anos		
98	Masculino	Adulto	Ruim	Pós-mortem
103	Feminino	Adulto	Péssimo	Pós-mortem
104	Indeterminado	Entre 30 e 39 anos	Ruim	Pós-mortem
109	Masculino	Entre 50 e 59 anos	Bom	Pós-mortem e Ante-mortem/ associada à violência
110	Indeterminado	Entre 5 e 9 anos	Péssimo	Pós-mortem
112	Feminino	Entre 30 e 39 anos	Bom	Pós-mortem
114	Feminino	Entre 18 e 29 anos	Ruim	Pós-mortem
116	Feminino	Entre 15 e 19 anos	Bom	Pós-mortem
118	Masculino	Entre 30 e 59 anos	Péssimo	Pós-mortem
137	Masculino	Adulto	Ruim	Pós-mortem
155	Indeterminado	Entre 18 e 29 anos	Péssimo	Pós-mortem

Tabela 01

Esqueletos com evidências de traumas

O esqueleto 109 foi o único, dos dezenove analisados, no qual pôde ser constatada a existência de paleopatologia traumática. Este sepultamento situava-se ainda no casulo de gesso, porém seu crânio encontra-se em exposição no Museu de Arqueologia de Xingó. A lesão traumática está situada na região do parietal esquerdo possui um comprimento total de 6,85 cm e largura máxima de 2,16 cm. Existe um fragmento, medindo aproximadamente 2,89 cm, que sofreu processo de reabsorção óssea e se consolidou aderido à região subjacente do parietal esquerdo, há também a presença de cola no crânio. O fato de o trauma estar localizado no crânio torna-o um indicador de violência, ademais, a severidade e a região que foi atingida indicam a

existência de intencionalidade, sugerindo que o golpe tinha o objetivo de alcançar a letalidade levando-se em conta o tamanho e a gravidade da lesão.

O esqueleto 116, embora já estivesse desarticulado, destacou-se entre os outros esqueletos analisados devido à forma de deposição que apresentava *in situ*, observada através de desenhos e registro fotográfico. Segundo Carvalho (2007), o indivíduo pertencia ao sexo feminino, faixa etária entre 15 e 19 anos e estava posicionado em decúbito dorsal, com membros inferiores alongados, já os membros superiores estavam estendidos em direção à cintura pélvica. Na época que foi evidenciado *in situ*, seu crânio encontrava-se desarticulado das vértebras cervicais e do pós-crânio, além de estar posicionado em decúbito lateral esquerdo ao lado do úmero direito, levantando a suspeita de que esse indivíduo teria sofrido uma ação violenta de decapitação. Foram descritos por Carvalho (2007) e Vergne (2004) a presença de adornos como um colar, duas pulseiras e duas tornozeleiras de material malacológico, além de outros adornos como duas lascas brutas de quartzo, uma lasca bruta em quartzito, um raspador em quartzo, um raspador em quartzito, um batedor em granito, um núcleo em quartzo, uma ponta de projétil em quartzo, um tembetá em amazonita, fragmentos de cerâmica, peça inteira de cerâmica alisada e fragmentos de ossos de animal não identificados, no entanto, as descrições não identificam a localização exata de cada vestígio. Foram examinadas as primeiras vértebras com o objetivo de diagnosticar a presença de fratura ou processo de cicatrização, porém foram apenas encontrados traumas *post-mortem* restaurados. No entanto, a hipótese de decapitação não foi completamente descartada, pois seria necessária a realização de uma radiografia para total negação.

Discussão dos resultados

O fato de um único indivíduo do sexo masculino ser encontrado com uma lesão associada à violência já descarta a possibilidade de guerras ou massacre e sugere seguir o padrão descrito pela bibliografia de que os homens em populações pré-históricas estavam mais propensos a se envolverem em conflitos, pois, conforme Lessa (2006), “relatos etnohistóricos e estudos etnográficos atestam que os homens são normalmente os responsáveis pelas rixas inter e intragrupo”.

O caso do esqueleto 116 é um caso bem interessante, visto que, trata-se de um indivíduo jovem, possivelmente do sexo feminino, com vários adornos associados e que diante da forma como o crânio estava em relação à sepultura levantou-se a suspeita de se tratar de um caso de decapitação. Esta hipótese não pôde ser confirmada, porém, se assim fosse, seria enquadrada no grupo de lesões relacionadas a rituais de sacrifício.

É bem verdade que a análise etiológica das fraturas de 24,7% esqueletos de um total de 77 não é representativa o bastante para uma visão completa dos acidentes cotidianos, dos episódios de agressão e dos acontecimentos pós-deposicionais, seria preciso um quantitativo maior para realizar uma análise a nível populacional dos eventos que afetam os ossos humanos do grupo humano que ocupou esta região durante este período. Ainda assim, sabemos que os vestígios arqueológicos encontrados pelos arqueólogos representa apenas uma pequena parcela da realidade vivenciada pelos grupos pré-históricos.

O desenvolvimento de pesquisas no Brasil referente à análise e interpretação de paleopatologia traumática a nível populacional ainda é escasso e está praticamente restrito à região sudeste do país. A análise e a interpretação dos dados associados à contextualização da população ofereceram uma perspectiva paleodemográfica e paleoepidemiológica das populações pré-históricas brasileiras e por sua vez irão permitir um estudo mais

detalhado sobre os casos de trauma em populações humanas, sobretudo no Nordeste. Através deste tipo de estudo, podemos inferir sobre o comportamento sócio-cultural das populações brasileiras antigas, de que forma interagiam com o ambiente e como eram afetadas por essas mudanças.

Conclusão

Pôde-se concluir que o grau de conservação dos esqueletos oscila entre razoável e péssimo devido aos processos pós-deposicionais, destacando-se neste sentido os fatores extrínsecos, como o uso de algumas metodologias de conservação não apropriadas e o mau acondicionamento do material ósseo, que danificam os vestígios e dificultam pesquisas fundamentadas na aplicação de métodos de observação morfológica dos ossos.

Este trabalho buscou contribuir com o perfil da etiologia de traumas causados por violência, por acidentes e por bioturbação em grupos pré-históricos em nível de contexto nacional, contribuindo desta forma com a necessidade existentes neste campo de trabalho, podendo propor análises comparativas mais extensas com relação a outros períodos de ocupação desta mesma população ou a outros grupos pré-coloniais.

Figuras

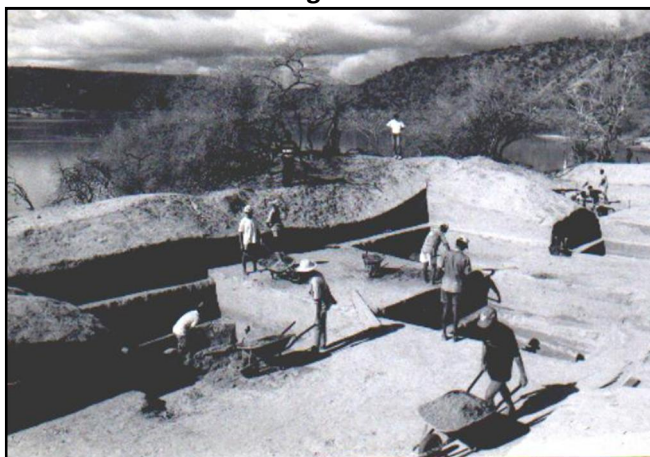


Figura 01

Equipe do PAX realizando escavação no Sítio Justino (Acervo do MAX)



Figura 02

Crânio fraturado do esqueleto 109, Sítio Justino B
(imagem do acervo pessoal).



FIGURA 03

Esqueleto 116 *in situ*, Sítio Justino B (acervo do MAX)

Referências Bibliográficas

- ADAMS, J C. *Manual de Fraturas*. Tradução da equipe do Serviço de Ortopedia e Traumatologia do Hospital do Servidor Público Estadual “Francisco Morato de Oliveira” sob a supervisão do Dr. Plínio de Souza Dias e dos Dr. Paulo Roberto Kopp da Silva e Dr. José Knoplich. 6ª. ed. São Paulo: Artes Médicas, 1980.
- ASSIS, S. Testemunhos de violência nos ossos humanos: um possível caso detectado num esqueleto romano exumado da Quinta da Torrinha/Quinta de Sano Antônio – Monte da Caparica (séc. III – V d.C.). *Antropologia Portuguesa*. 2005-2006, p. 177-206.
- BOTELLA, C. M.; ALEMÁN, I.; JIMÉNEZ, A. S. *Los huesos humanos, manipulación y alteraciones*. Barcelona: edicions bellaterra, 2000.
- CARVALHO, O. A. de; QUEIROZ, A. N. de. Casos de traumatismos provocados por violência na população pré-histórica de Xingó, Sergipe, Brasil. *Revista Canindé*, Sergipe, n. 11, p. 11-24, junho, 2008.
- CARVALHO, O A. de. *Bioanthropologie des nécropoles de Justino et de São José II, Xingó, Brésil*. Canindé do São Francisco: Museu de Arqueologia de Xingó, 2007.
- COOK, D. C.; POWELL, M. L. *The evolution of American Paleopathology*. In: BUIKSTRA, J. E.; BECK, L.A. (Eds). *Bioarchaeology: The contextual analysis of human remains*. Boston, Academic Press. 2006. Pp. 281-322.
- CUNHA, Eugênia. PINHEIRO, João. *A linguagem das fracturas: a perspectiva da Antropologia Forense*. Violência, ed. Departamento de Antropologia, Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Universidade de Coimbra, v. 22-23, 2005-2006.
- DUDAY, H. *The Archaeology of the dead: Lectures in Archaeoethanatology*. Oxbow Books. Oxford. 2009.

- LESSA, A. O outro lado do paraíso: novos dados e reflexões sobre violência entre pescadores-coletores pré-coloniais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 18: 89-100, 2008.
- LESSA, A. Reflexões preliminares sobre paleoepidemiologia da violência em grupos ceramistas litorâneos: (I) Sítio Praia da Tapera – SC. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 15-16: 199-207, 2005-2006.
- LESSA, A.: 'Arqueologia da agressividade humana: a violência sob uma perspectiva paleoepidemiológica'. *História, Ciências, Saúde – Manginhos*, vol. 11(2): 279-96, maio-ago. 2004.
- LESSA, Paleoepidemiologia dos traumatismos cotidianos em Solcor 3, San Pedro de Atacama, Chile: riscos diferenciados no período Tiwanaku? *Antropologia Portuguesa*. 20/21. 183-207, 2003.
- LESSA, A.; MEDEIROS, J. Reflexões preliminares sobre a questão da violência em populações construtoras de sambaquis: análise dos sítios Arapuá (RJ) e Cabeçuda (SC). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 11: 77-93. 2001.
- LESSA, A. *Estudo de Lesões traumáticas agudas como indicadores de tensão social na população do sítio-cemitério Solcor-3, San Pedro de Atacama, Chile*. 85f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Curso de Mestrado em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 1999.
- LOVELL, N. C. *Analysis and interpretation of skeletal trauma*. In: KATZENBERG, M. A.; SAUNDERS, S. R. *Biological Anthropology of the human skeleton*. John Wiley & Sons, inc., publication, 2008.
- LOVELL, N. *Trauma analysis in paleopathology*. *Yearbook of Physical Anthropology*, New York, 40:139-170. 1997.
- NEVES, M. J. *Arqueotematologia: da teoria à prática*. Disponível em <<https://woc.uc.pt/antropologia/class/getbibliography.do?idyear=5&idclass=180>>. Acesso em 04 out. 2009.
- SANTANA, P. A. *et al. Sítios Arqueológicos a montante da UHE de Xingó*. Cadernos de Arqueologia. Projeto Arqueológico de Xingó.

- Documento 2. Universidade Federal de Sergipe/CHESF/PETROBRÁS, 1997.
- SILVA, J. A. *Diversidade de adornos encontrados nos sepultamentos do sítio Justino e a sua relação com a Arqueotematologia*. TCC (Graduação em Arqueologia). Universidade Federal de Sergipe. Campus de Laranjeiras. Laranjeiras, Sergipe. 88 f. 2010.
- SIMON, C.; CARVALHO, O. A.; QUEIROZ, A. N.; CHAIX, L. *Enterramentos na Necrópole do Justino – Xingó*. PAX/UFS, 1999.
- UBELAKER, D. H.; ADAMS, B. J. Differentiation of perimortem and postmortem trauma using taphonomic indicators. *Journal of Forensic Sciences*, JFSC, vol. 40, n° 3, pp. 509-512. May 1995.
- WALDRON, T. *Palaeopathology* (Cambridge Manuals in Archaeology). Ed Cambridge University Press. Cambridge, 2009.
- WHITE, T. D.; FOLKENS, P. A. *Postmortem skeletal modification*. In: *The human bone manual*. Elsevier Inc. San Diego, California. 2005.
- VERGNE, M. C. S. *Arqueologia do Baixo São Francisco: estruturas funerárias do sítio Justino - região de Xingó, Canindé do São Francisco Sergipe*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia-USP. 2004.
- VERGNE, M. C. S. Estruturas funerárias do sítio Justino: Distribuição no espaço e no tempo. *Revista Canindé*, Sergipe, n° 2, 2002.

Recebido em: 21/07/2013
Aprovado em: 16/08/2013
Publicado em: 04/10/2013

Não somos estrangeiras! Pelas louças brasileiras

Rafael de Abreu e Souza¹

RESUMO: Este artigo busca problematizar uma categoria artefactual bastante recorrente nos contextos materiais sobre os quais a Arqueologia tende a se debruçar: as louças brasileiras. Argumenta-se que identificá-las nos sítios arqueológicos históricos nacionais é questionar as bases epistemológicas de uma Arqueologia voltada a um passado “antigo”, adentrando, portanto, o temido século XX; é entender que o aparente determinismo no uso da louça branca deve ser questionado e que o barateamento da produção nacional propiciou seu uso, com maior intensidade, por grupos sociais que nem sempre as possuíam em seu dia-a-dia; e, por fim, é reconhecer que a Arqueologia Brasileira destaca, em alguns aspectos, o estrangeiro, em especial pela supervalorização dada, em diversas pesquisas, às louças inglesas.

PALAVRAS-CHAVE: *Louça Brasileira; Faiança Fina; Arqueologia Histórica; Arqueologia do século XX.*

ABSTRACT: This paper aims to highlight a common artifact over which Brazilian Archeology tends to not research about: Brazilian refined earthenwares. It is argued that identify these Brazilian potteries at archaeological historic sites question epistemological foundations of an Archaeology based on the study of the “ancient”, entering the so feared 20th century; it is to understand that English refined earthenwares are not a kind of “natural” choice, and that national production of those wares turn cheaper an object that few social groups could afford during 19th century. Finally, it is to recognize that Brazilian Archaeology still values, sometimes, the “foreign”, particularly by the overvaluation of English pottery.

KEY-WORDS: *Brazilian Pottery; Refined Earthenware; Historical Archaeology; 20th century Archaeology.*

¹ Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), Brasil, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. Doutorando em Ambiente e Sociedade pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

Este artigo é fruto de reflexões sobre um artefato pouco recorrente nas análises arqueológicas no Brasil: a louça branca brasileira. Praticamente ausente das pesquisas de Arqueologia Histórica, a louça brasileira compete com um discurso de supervalorização da louça inglesa (todo fragmento branco é inglês? Estrangeiro?) e com a ausência de olhares que reconheçam sua procedência nacional, já que, muitas vezes, a louça brasileira está em inúmeras coleções, mas passa por estrangeira. A fractalidade dos estênceis, as aquareladas e coloridas pinceladas dos florais, a representação de margaridas, rosas, flores de maracujás, a espessura, os selos: Santa Catharina, Matarazzo, Santo Eugênio, Ceramus, Adelinas, Barros Loureiro, etc., estão ali, apresentados e enunciados sob a alcunha de “faianças finas” ou “louças inglesas”, sem que se questione que tais terminologias indicam, para alguns, procedência, e que em muitos documentos contemporâneos significam tipos de pasta, uma vez que a fórmula base e o método de produção do que denominamos em português de “faianças finas” fora inventado na Inglaterra (havendo, por exemplo, “louças inglesas” brasileiras, “louças inglesas” holandesas, “louças inglesas” inglesas).

Pensar as louças brancas brasileiras é, certamente, adentrar em um campo pouco reconhecido, pouco institucionalizado: a Arqueologia do século XX (BUCHILI; LUCAS, 2001). Afinal, nossa produção nacional cresceu e floresceu ao longo deste século. É claro que há referências esparsas sobre a produção de louças brancas em períodos anteriores, mas certamente as que localizamos nos sítios arqueológicos devem muito aos esforços de pequenas fábricas como a Colombo, no Paraná, e de gigantes como a Santa Catharina, em São Paulo, nos primeiros anos do século XX.

Para estudar a louça brasileira, necessariamente devemos questionar o porquê da ausência de pesquisas arqueológicas sobre o próprio século XX. Por que ignoramos, de modo geral, o século em que a maior parte de nós hoje, se não todos, nasceu? Por que os arqueólogos não se interessam por vestígios materiais do século XX,

e em especial a Arqueologia Histórica, a qual acaba negligenciando a cultura material do exato período onde surgiu e cresceu (LUCAS, 2004, p.114)? Afirmações como “mas minha avó tem dessas louças!”, que ouvimos de vários colegas ao pesquisar a cultura material do século XX (quando não a partir da Etnoarqueologia), não devem ser encaradas como simples ojeriza generalizada a materiais conhecidos; devem, sim, ser problematizadas, questionando o fato do predomínio de discursos arqueológicos pautados em uma suposta objetividade da cultura material, na ausência de comportamentos humanos inconscientes ou na definição de “antigo” (*deep past*) baseada em reflexões pouco profundas sobre tempo e diacronia.

A análise das louças brasileiras pode seguir muitas direções. Destaco duas: uma primeira, que reconhece seu barateamento e o potencial que estudos de consumo têm para reflexões sobre os sentidos que ganham no cotidiano (em especial na alimentação, universo em que as louças brancas tendem a recorrer com maior frequência), e uma segunda, que remete às terminologias de análise e aos atributos elencados para reconhecê-las.

Quanto ao primeiro aspecto, de fato, a produção nacional de louça branca barateou o acesso a este produto. Isto não quer dizer que não existam louças de produção estrangeira no século XX. Muitos dos contextos do século XIX para o XX, momento da história do país referenciado pela literatura como “virada” – uma virada definida pelo diálogo tradicional/moderno no âmago da própria modernidade – são transformados, pelo olhar arqueológico, em contextos do século XIX, seja pelo não reconhecimento das louças nacionais, coexistindo com as estrangeiras (do século XX), seja pelo descarte de artefatos classificados como “recentes” (destaco o preconceito aos polímeros sintéticos) e que, portanto, referem-se a outras ocupações sobre as quais não há interesse. O mundo não acabou em 1899. A entrada no novecentos, sem dúvida, complexificou o cotidiano material das pessoas; o papel que a materialidade ganha no século XX extrapola o que conhecíamos

para os momentos anteriores. Um campo rico a quem se define pelo estudo da cultura material: o arqueólogo.

Quanto ao segundo aspecto, vale relembrar, com perigo de redundância, das críticas à objetividade da ciência. Atributos elencados à análise de artefatos arqueológicos estão pautados na subjetividade daquele que os utiliza. Posso analisar uma louça brasileira como inglesa (i.e. da Inglaterra) como posso ressaltar o quão, visivelmente, diferente é. Para além de pensar a louça brasileira como cópia, devemos problematizar a própria noção de cópia e de originalidade, e perceber que, muitas vezes, inspirar-se, ou partir de algo, não configura, necessariamente, cópia. Reconhecer a especificidade da louça brasileira leva-nos à crítica a panos de fundo, caros ao século XX, que sustentam determinadas formas de construir o pensamento arqueológico: a cópia mal feita, a ideia de que existe um original a ser copiado e alguém que deseja copiar (SCHWARZ, 2005). Esta é a argumentação básica do que Chakrabarty (2000) chamou de “sala de espera da modernidade”, onde estariam países como o Brasil, que um dia (que nunca chega) será moderno; como propõe Chatterjee (2004), as ditas “defasagens” ou “desvios” da modernidade deveriam, ao invés de olhados apenas como a sobrevivência de um passado pré-moderno, ser encarados como novos produtos do encontro com a própria modernidade.... Não cabe à louça brasileira ser reduzida a noção de cópia, a contextos de cópia (querer ser Europa) e nem a classificações como *peasant style*² a seus florais, terminologia totalmente desconhecida por consumidores e produtores.

A louça brasileira propicia, por fim, contato próximo com o mundo do consumo. E como consumo ressalta-se o próprio consumidor, ativo, construtor de suas identidades plurais, por meio das expressões materiais de um mundo em descontrole,

² *Peasant style* é o termo utilizado para indicar um padrão decorativo da faiança fina estrangeira, em geral inglesa, que tem como motivos elementos florais, associando filamentos, fitomorfos e pontos, organizados segundo modo específico na superfície do suporte, com pico de produção por volta de 1840 e 1860.

parafraseando Giddens (2007); estamos, afinal, no século XX. Uma Arqueologia que problematize este momento certamente pode dialogar com as pessoas que estão por aí, vivas, que usam ou usaram, que produzem ou produziram as louças nacionais. Podemos realizar um intenso debate com diversas fontes, das iconográficas às escritas, aos periódicos, inventários, à história oral e à etnografia.

Vale, por fim, uma breve autocrítica. Meu discurso, como pesquisador de louças brasileiras pela Arqueologia, vem de reflexões sobre o mundo da produção, das fábricas paulistas de faiança fina (que por muito tempo dominaram o mercado, mas que competiram com algumas fábricas pernambucanas e paranaenses). No país, estudos arqueológicos sobre louças de produção nacional focaram-se nas fábricas e teceram considerações sobre como a ontologia consumo-produção-demanda, no âmbito identitário, pode fornecer dados sobre problemáticas relacionadas às louças. Destaco aqui não apenas meus estudos como os de Martha Morales (2010) sobre a Fábrica Colombo, no Paraná. A pouca receptividade (e a falta de bases legais, no âmbito do patrimônio) de estudos em contextos arqueológicos do século XX, fez com que tenhamos poucos parâmetros de comparação para entender como a louça branca brasileira tem circulado após sua saída das fábricas. O que representa no cotidiano da casa de pessoas com os mais diversos *backgrounds* culturais? Nas vilas operárias? Nos hotéis e restaurantes? As cantinas italianas recorriam às louças brasileiras?

Este é um texto/manifesto pelas louças brasileiras. Não estrangeiras, brasileiras.

Faiança fina, pó de pedra e porcelana

Que nomes damos à louça brasileira? Que nome ganhou ao longo do século XX?

Vale ressaltar que a própria definição de louça é, automaticamente, nacional. Apesar do foco da Arqueologia Histórica brasileira em estudos de louças estrangeiras, o substantivo

louça é de origem latina: provém de *lutea*, “de barro” (atualmente, na região Nordeste do Brasil, utiliza-se “*loiça* de barro” para a produção cerâmica local). Daí nossa dificuldade na tradução do termo e sua correspondência às nomenclaturas de língua inglesa, como *pearlware*³ ou *tin-glazed*⁴, definições que partem de processos de produção e aspectos da esmaltação.

“Faiança fina”, por exemplo, é um termo de uso bastante corrente na Arqueologia, utilizado para classificar louças distintas das faianças ibéricas e das porcelanas chinesas, europeias e mesmo brasileiras (mais recentemente). Sua popularidade cresceu a partir do momento em que estudos de ceramógrafos como Eldino Brancante (1981) e Aristides Pileggi (1958) passaram a ser referência bibliográfica dos arqueólogos, no âmbito da Arqueologia Histórica que crescia nos anos 1980. O termo consolidou popularidade com os estudos de Tânia Andrade Lima nos anos 1990 (1993, 1997, 1995/1996).

A utilização dos termos “louça” e “faiança fina”, consagrados na Arqueologia Brasileira, não faz com que sejam menos “cerâmica”. “Louça” não passa de uma designação genérica para “todo produto manufaturado de cerâmica, composto de substâncias minerais sujeitas a uma ou mais queimas” (ZANETTINI, 1986, p.121).

³ O *pearlware* é um termo, emico da documentação das fábricas inglesas, utilizado pela Arqueologia para classificar uma variação da faiança fina em termos de pasta, mas, em especial, no que concerne a composição do vidrado, clareado a partir de adição de um colorificante, o óxido de cobalto, ao chumbo, o que resultaria em tonalidades azuladas reconhecidas, em especial, nos locais de acúmulo do esmalte em partes angulares da peça (bases, inflexões, junções de alças com corpo). O *pearlware*, identificado como “branco pérola” em inventários porto-alegrenses do século XIX (SYMANSKI, 1998), tem produção certa e cronologicamente determinada. As faianças finas de algumas fábricas brasileiras, por exemplo, apesar de possuírem as características do azulado do *pearlware* inglês, não possuem óxido de cobalto. Parcimônia deve ser dada a identificação visual de componentes químicos dos vidrados.

⁴ *Tin-glazed* é um termo inglês utilizado para classificação de louças, em geral torneadas, que ganham um vidrado a base de estanho, correspondente ao que seria no Brasil classificado como faiança, evitando, contudo, a conotação de proveniência das peças (já que faianças são peças portuguesas, como *mayólicas* são espanholas e *delfts* holandesas).

Em análises de materiais de sítios arqueológicos históricos, a distinção entre peças de “cerâmica” e de “faiança fina” é didática e reflete a falta de terminologias mais acuradas, já que faiança fina é, afinal, cerâmica. Utilizar termos como acordelados e faianças finas em uma mesma análise torna-se também problemático, por compararem-se categorias diferentes: uma técnica de produção a um tipo de pasta⁵ (já que a técnica de produção da faiança fina é, em geral, a colagem⁶). Serve, então, para diferenciar as peças feitas de modo menos industrializado, com coloração mais avermelhada, com pastas de maior granulometria, daquelas de pasta branca, com granulometria fina e vidrado. Para Zanettini (1986, p. 122), “os produtos em faiança fina apresentam pasta dura e opaca branca, infusível ao fogo de porcelana (...) Sua pasta é produto de vários ingredientes, conforme a fábrica que os aplica; é compacta e de forma geral esbranquiçada, dispensando o engobo”. Esta pasta, necessariamente, deve ter mais de 30% de caulim, para que não ocorram formulações fundentes, e menos de 70%, para não permitir a formulação de massas refratárias (SILVA *et alli*, 2009).

Invenção inglesa do século XVIII, “representa o esforço dos oleiros ingleses na busca de novos processos para substituir a faiança clássica e alcançar a porcelana no Ocidente” (BRANCANTE, 1981). Para Pileggi (1958), a faiança fina é categoria intermediária entre faiança e porcelana, descoberta, para Brancante (1981), durante a manipulação do grés.

⁵ O mesmo parece ocorrer quando os arqueólogos criam gráficos onde *Willow* e *transfer-printing* aparecem como categorias comparáveis, o que induz a problemas no uso da estatística, já que *transfer-printing* é uma técnica de produção da decoração e *Willow* um padrão decorativo produzido por *transfer-printing*.

⁶ Colagem (*slip casting* em inglês) é o nome dado ao processo que utiliza moldes de gesso e barbotina (massa em suspensão líquida). A barbotina é vertida nos moldes de gesso, que contêm o negativo da forma. A pasta em suspensão passa a depositar-se, por gravidade, nas paredes do mole, enquanto o gesso absorve a água. A espessura da peça é determinada pelo tempo no qual a barbotina passa no interior do molde. Quando a espessura atinge o desejado, verte-se, para fora do molde, o restante da barbotina ainda presente no interior do mesmo (AÚN, 2008; SOUZA, 2012a).

Não obstante, existem outras nomenclaturas para a faiança fina que são, na verdade, variedades pontuais da fabricação da pasta básica de argila, caulim, feldspato e quartzo. “Pó-de-pedra”, por exemplo, é um termo bastante usual entre os ceramistas e recorre na documentação brasileira. O Sindicato da Indústria da Cerâmica de Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro do Estado de São Paulo (SINDILOUÇA), fundado em 1934, adotou o nome seguindo a justificativa de que deveria haver um termo patenteado brasileiro para uma pasta já fabricada em outros países (SOUZA, 2012a). A origem do termo estaria no aspecto da pasta resultante da moagem do feldspato e do quartzo a pó não muito fino, no qual as partículas a que ficam reduzidos, visíveis, dariam a impressão de um “pó de pedra”.

Periódicos nacionais, como *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Paulistano*, trazem pistas interessantes. “Porcellana”, “meia-porcellana”, “louça”, “faiança”, “finas de pó-de-pedra”, “louças grosseiras”, “louça inglesa”, “fayence”, “granito branco”, “louça fina” são termos utilizados pelas publicidades para referirem-se às louças brancas nas primeiras décadas do século XX (SOUZA, 2012a). “Faiança fina” é, então, o termo arqueológico que remete à mudança na produção, consumo e configuração da cadeia operatória de um tipo de louça. Distinção não observada em pesquisas de historiadores que tendem a utilizar o dicotômico “faiança e porcelana”.

Por fim, “porcelana” era, e ainda é, um termo relativamente genérico, utilizado pelas pessoas (discurso êmico) para se referirem às louças brancas (inclusive faianças finas). A produção brasileira de porcelana, atualmente, assim se reconhece. No entanto, não percebendo sua nacionalidade, classificaríamos estas peças como *ironstones*⁷, devido a suas características técnico-morfológicas.

⁷ O *ironstone* é um tipo de louça branca, com definição mais ou menos vaga, produzido a partir do final do século XIX. Muitas fábricas inglesas de artefatos que classificaríamos como faiança fina contém em seus selos o termo “*ironstone*”. Ele aproxima-se da porcelana em termos de permeabilidade, dureza e cor, mas está um grau “abaixo” da mesma, em especial

Todavia, algo assim denominado nunca foi aqui produzido e o termo nunca foi utilizado por fabricantes. Vale, por isso, denominar este *ironstone* nacional de “porcelana brasileira”.

As fábricas brasileiras e o contexto das louças nacionais

A abertura das fábricas brasileiras de louça branca incide sobre um momento do século XX relacionado a aspectos bastante sabidos: os projetos de modernidade, as teses higienistas e a expansão ferroviária. Quanto a esta, é evidente que a expansão das fábricas pelo interior do estado de São Paulo, pelo menos, tem a ver com a presença de mecanismos para escoamento da produção. Isto não quer dizer que não houvesse outros modos de dispersão das louças brancas pelo interior do território nacional, já que, há muito, elas estão presentes em contextos dos séculos XVIII e XIX, de arraiais de mineração no Mato Grosso às casas de barro no Nordeste (SYMANSKI, 2001; SOUZA, 2013). Todavia, sem dúvida, o montante aqui produzido no século XX (a Fábrica Santa Catharina chegou a possuir 17 fornos produzindo louças e, a título comparativo, hoje, a famosa Porcelana Monte Sião tem apenas um em funcionamento) contou com a facilidade do transporte ferroviário. Muitas das fábricas paulistas estão visivelmente próximas ou alinhadas às linhas férreas, tanto da Estrada de Ferro Sorocabana quanto da São Paulo Railway (SOUZA, 2012a).

identificado por sua maior granulometria e a ausência do som metálico do tilintar da porcelana. No Brasil, as fábricas de porcelana produziram uma espécie de *ironstone* nacional, algumas vezes associado ao termo “louça granito”. Para Brancante (1981, p.513), a louça granito se diferencia da pó de pedra por ter uma pasta mais fundente, mais resistente e com menos capacidade de absorção, ou seja, menor permeabilidade, aproximando-se, por isso, da porcelana. Existiria também uma diferenciação segundo a temperatura de cocção, apesar de uma semelhança na composição da massa e no processo de fabricação, dado que a louça pó de pedra era cozida a 1150°C, tornando-se mais porosas e com estrutura mais granulosa, e a granito entre 1250° e 1300°, menos absorvente e, aparentemente, menos granulosa (SOUZA, 2012a). Para Miller (1991), em inglês, uma das designações de *ironstone* seria granito (*white granite*), ou seja, poderíamos relacionar a “louça granito”, com base no autor, à porcelana brasileira.

O diálogo que a ferrovia tem com os projetos de modernidade não pode ser negado, claro. E levar louças brancas para o interior do Brasil também tem a ver com as percepções elitistas de um Brasil rural e da presença de modos de saber, fazer e de ser relacionados, por discursos etnocêntricos e europeizantes, ao tradicional, ao atrasado, ao primitivo, a grupos marginais, a “classes perigosas” (CHALHOUB, 2001). Pensar na produção de louças nacionais também implica no significado da mudança de hábitos que a produção industrializada de diversos bens, em escala local, teve, em especial, para os planos das elites urbanas. Substituir a grosseira cerâmica pelas assépticas louças brancas, em formas diversas, tecia a trama de um comportamento que se queria moderno também a partir de hábitos de consumo. O que não quer dizer, de modo algum, que a produção de louças brasileiras não dialogou com hábitos pré-existentes. As fábricas, muitas vezes, atuaram como ponte entre dois discursos, entre identidades fluidas de uma sociedade pluriétnica e planos normativos e homogeneizadores dos projetos de modernidade da Belle Époque.

Muitos dos gostos, padrões e formas das louças brasileiras têm a ver com a demanda: o expoente disto está na alta recorrência da produção da mais ampla variabilidade volumétrica de tigelas, formas cujo *design* possibilita diferentes usos. As tigelas foram muitas vezes condenadas por estarem associadas ao “grotesco” hábito de sorver os caldos ao som de guturais expressões de prazer, como pontuou Câmara Cascudo (1968). Os usos pretendidos, assim, não são necessariamente os reais (SKIBO, 1992), e o que os proprietários e idealizadores das fábricas pensaram ao produzir louça branca no Brasil não teve, necessariamente, o mesmo sentido no cotidiano dos consumidores.

Por outro lado, a produção da faiança fina nacional veio de encontro ao acirramento da ideologia das políticas higienistas. Segundo De Luca (1999, p.206), a “higiene” adentrou o cotidiano dos indivíduos com “ares de cientificidade, inspecionando, vigiando e controlando através de normas, cuidados e recomendações”,

cotidiano esse composto pelas práticas de alimentação e pelos objetos que continham os alimentos: louças e cerâmicas. Compartilhando, em parte, dessa ideologia, os proprietários de diversas fábricas de São Paulo, que construíam seus projetos de modernidade para a cidade, incentivaram a produção de utensílios mais assépticos. A popularização das faianças finas nacionais e, mais tarde, das porcelanas brasileiras, encontrou aí espaço propício, atendendo à demanda de objetos limpáveis. Por que não dizer que os planos para incutir o uso das louças na população da cidade, impedindo as gretas em suas superfícies através de novos métodos de produção, e de difundir o consumo de objetos esmaltados, barateando seus preços através da produção nacional, compunham planejamento maior de combate a focos de proliferação de micróbios e bactérias, do qual faziam parte as cerâmicas porosas (SOUZA, 2012b)?

Não devemos, igualmente, colocar a abertura das fábricas de louça como uma excepcionalidade no percurso da história da indústria nacional. O processo de mercantilização vindo do século XVIII foi acirrado com o desenrolar do século XIX. A demanda interna por abastecimento fez com que, no Brasil, muito circulasse de produtos nacionais (BLAJ, 2001). A escavação de contextos domésticos arqueológicos, aqui, é patente deste processo. Com exceção de alguns casos ligados a elites urbanas, o nacional prevalece. A produção cerâmica, no país, já estava bastante consolidada quando as fábricas de louça branca aqui se instalaram. Se, por um lado, o não conhecimento deste tipo específico de cerâmica acarretou na vinda e no recurso ao *know-how* de diversos trabalhadores estrangeiros (italianos, japoneses, portugueses), por outro, muitos oleiros brasileiros foram contratados para fazer parte desta empreitada, fortalecendo o ceramista como profissão no cotidiano operário do século XX. A Liga dos Ceramistas, por exemplo, formada a partir da greve geral de 1917, incluía não apenas estrangeiros, como muitos moradores de bairros oleiros de São Paulo (SOUZA, 2012a). A participação de diversos

trabalhadores, das mais diferentes procedências, configura uma cadeia operatória que acarreta originalidade da produção nacional; originalidade não pressupõe a ausência de influências da produção forânea, mas sugere que a louça brasileira fora resultado de uma soma de saberes, cujos traços, ao longo da cadeia, configuraram uma performance final específica.

Vale lembrar, por fim, que a louça branca, em faiança fina particularmente, fazia parte do cotidiano de muitos. Isto não quer dizer que todos a utilizavam e que era desejo de consumo de todos. Mas que existia um *ethos* da louça branca, já que compunha os circuitos das tramas urbanas, em especial, e estavam presentes no imaginário de muitos. Esta sensibilidade para a louça branca abriu também portas à possibilidade de produção e a intensificação do consumo nacional.

O gráfico abaixo (FIGURA 01)⁸, baseado nas fábricas de faiança fina brasileiras, com foco ao Estado de São Paulo, mostra a dinâmica de proliferação (com pico por volta dos anos 1940-1950) e queda de sua produção ao longo do século XX⁹. O declínio associa-

⁸ O gráfico representa a variação na quantidade de fábricas de faiança finas brasileiras (eixo x), por ano (eixo y), ao longo do século XX. Ele traz duas linhas de tendência: uma primeira representando o padrão a partir do número específico de fábricas por ano (média móvel), e uma segunda representando a tendência polinomial da flutuação das quantidades de fábrica por ano. Nota-se que a linha polinomial tem forma sindoidal, com ponto máximo por volta dos anos 1940-1950, a partir de quando a quantidade de fábricas de faiança fina nacional começa a declinar. O coeficiente de correlação de Pearson (R ao quadrado) é alto, próximo de 1 positivo, dando confiabilidade aos dados.

⁹ O gráfico engloba as seguintes fábricas de faiança fina: Fábrica de Louças Colombo, Paraná (1902-1926), Fábrica de Louças Santa Catharina/IRFM - São Paulo (1913-1937), Fábrica de Louças Santo Eugênio - São José dos Campos (1921-1973), Fábrica Grande - Mauá (1914-1964), Fábrica de Louças Paulista - Mauá (1914-1964), Indústria de Louças Zappi S/A - São Paulo (c. 1921-1955), Companhia Paulista de Louça Cerâmica (1918-c. 1968), Fábrica de Louças Romeo Ranzini - Lapa (1929-c. 1946), Cerâmica Porto Ferreira Ltda. (1934-1985), Fábrica de Louças Adelinas/Barros Loureiro/Manufatura Brasileira de Louças - São Caetano do Sul (1929-1951), Fábrica de Louças Cláudia - IRFM - São Caetano do Sul (1935-c. 1965), Fábrica de Louças Romeo Ranzini - Osasco (c. 1946-c. 1955), Cerâmica ItaBrasil - São Caetano do Sul (1944-1954), Fábrica Nadir Figueiredo - Pedreira (1948-1953) e Porcelana Oxford (1953-c. 1980) (PEREIRA, 2007; CARVALHO, 2008; MORALES, 2010; PEREIRA, 2011; SOUZA, 2012a).

se ao crescimento da produção de porcelana brasileira, à competição com o vidro e à chegada do plástico e outros polímeros sintéticos pós 2ª Guerra Mundial. Nos anos 1980-1990, relaciona-se a emergência da China e a chegada de louças chinesas (porcelanatos) extremamente baratas ao mercado nacional.

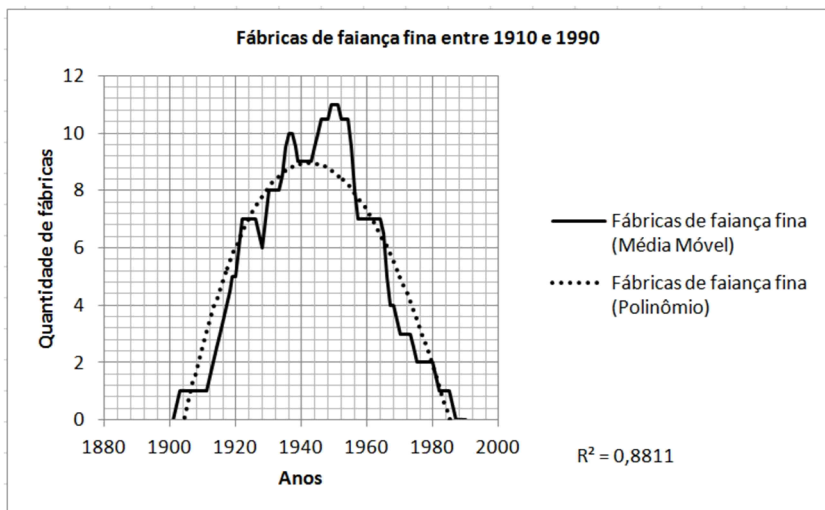


Figura 01

Barateamento, louça dos pobres e louça tipo popular

A produção nacional de louça branca acarretou a ampliação do mercado consumidor que as utilizava. Com a redução dos custos de produção, o preço final fora reduzido; somado a mudanças nas formas de acesso e nos significados destes artefatos, propiciou o consumo por novos grupos sociais. A alta frequência, ou ao menos a presença, das louças brasileiras em contextos domésticos do século XX é evidência. Alguns documentos trazem dados complementares interessantes. Apresento três: um primeiro referente às normativas estipuladas pelo “Convênio da Louça” nos anos 1930, um segundo ao custo das louças brasileiras nos inventários de secos e molhados

da grande São Paulo no século XX e, por fim, um terceiro relacionado à memória de alguns moradores próximos a uma fábrica paulistana, a Santa Catharina.

A ata de instalação da nova sede do sindicato dos fabricantes de louça branca, narrando a situação dos produtores nos anos de 1935 e 1936, afirma que, às vésperas da 2ª Guerra, as fábricas de louça branca do estado de São Paulo reuniram-se no chamado “Convênio da Louça”, o qual obrigava todos os fabricantes a enviar pedidos para registro, passando a estarem sujeitos a controle de preços e autorizações às respectivas execuções de fabricações. O Convênio promoveu unificação das denominações e standardização das dimensões dos produtos de louça branca e montou uma tabela de preços sob justificativa de que seria medida vantajosa aos produtores, impedindo “concorrência ruinosa” com o estrangeiro (SOUZA, 2012a).

O Convênio estabeleceu nova nomenclatura para a venda de louças com defeitos, algo intrínseco a fábricas de cerâmica de mesa: “louças tipo único” e “louças tipo popular”. Sabe-se, por periódicos da época, que louças 1ª e 2ª classes eram largamente comercializadas nas cidades (SOUZA, 2012a), sendo as segundas ainda mais baratas (em cerca de 50% às vezes) que as primeiras. O Convênio optou por chamar as louças com defeito de “tipo popular” em clara alusão ao consumidor que esperavam atingir. Também criou uma tabela de preços segundo a qual: louça branca teria preço fixo; a louça decorada baixo-esmalte, 20% mais cara que a branca; a decorada sobre-esmalte, preço 50% acima da louça branca e, finalmente, as decoradas com ouro, 100%, no mínimo, do valor da louça branca (SOUZA, 2012a).

Complemento com dados dos Secos e Molhados. No inventário do armazém de Dona Soledade Ruiz Poli¹⁰, moradora de Guarulhos, falecida nos anos 1920, consta que um prato inglês custava quase duas vezes mais que um prato nacional; o mesmo

¹⁰ Consulta ao Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

prato inglês correspondia a 1 kg de toucinho e o equivalente a 3 kg de cebola; 1 kg de goiabada a dois pratos ingleses. Isto sugere parcimônia quanto ao uso de categorias como “caro” e “barato” para os artefatos no âmbito da Arqueologia Histórica; indexes como o de Miller (1991)¹¹, cuja riqueza informativa é enorme, devem ser problematizados para o contexto brasileiro. Se o toucinho e a cebola eram certamente alimentos de uso cotidiano para muitos, e 1 kg de goiabada cobria dois pratos ingleses, isso quer dizer que eles eram caros? Caros em relação ao que? E de quais marcas? Quais fabricantes? Que caminhos ele percorreu até o consumo? Seria a compra a única maneira de aquisição das louças?

É possível encontrar na memória sobre a Fábrica Santa Catharina a recorrência da chamada “louça dos pobres”, entendida como os biscoitos¹² das faianças finas que, descartados pela fábrica, eram utilizados pelos moradores. Somam-se a eles, os próprios descartes de louças finalizadas, mas com defeitos demasiados aparentes para que passassem no controle de qualidade, e que, por isso, eram simplesmente coletadas nas calçadas, após descarte da produção. Muitas fábricas, no começo do século, descontavam, em víveres, parte de seus salários. Trabalhadores das louças Matarazzo receberam em louças; no interior das vilas operárias, eram comercializadas a preços diferenciais. Como não questionar inferências sobre posições socioeconômicas a partir destes dados, para além das frequentes afirmações etéreas sobre as categorias “caro” e “barato” (MONKS, 1999)?

¹¹ Estudos voltados ao comportamento de consumo relacionado às louças brancas, nos EUA, sob influência processual dos anos 1980 e 1990, deram origem às abordagens em torno do *status* socioeconômico dos ocupantes de determinado local. Miller destacou-se ao construir escalas econômicas baseadas na variação de preço em função da complexidade das técnicas de decoração, tendo como ponto de partida a louça mais simples (*creamware*). Estas abordagens foram questionadas posteriormente por darem demasiada ênfase à relação entre objeto e riqueza, pressupondo o consumo como “reflexo” e deixando de fora as variáveis culturais, simbólicas, étnicas e identitárias que envolvem a aquisição e uso dos objetos.

¹² Biscoito é o nome que se dá ao produto cerâmico da faiança fina pré-esmaltação e que sofreu a primeira queima, sendo, por isso, bastante poroso.

Estênceis, margaridas e maracujás

Sem dúvida, as decorações das louças brasileiras são o atributo que mais as tornam “nacionais”. Não apenas no sentido de sua procedência, mas como estilo caro aos contextos locais, estilo cujas mudanças devem ser entendidas como “mudanças nos significados sociais... e nos contextos nos quais eles foram produzidos e/ou utilizados” (LIMA, 1997, p. 94). O estilo, nas louças brasileiras, é resultado das alternativas tecnológicas e escolhas feitas durante a operação de performance em todas as fases de sua cadeia produtiva (DIETLER, HERBICH, 1989).

Para a análise das louças brasileiras, adota-se o axioma, por vezes óbvio, de que não são inglesas. Não compartilham do contexto de produção europeu e da conjuntura em que surgiram, sendo fruto de outros contextos históricos. Utilizar nomenclaturas inglesas às análises não apenas é anacrônico, como desrespeita diferenças espaciais, locais, levando a uma generalização classificatória que camufla qualquer diversidade ou expressão. Com isso não digo que não houve trocas entre a produção brasileira e a forânea, como aponte acima, mesmo porque o imaginário e a visão de que se tinham das louças, assim com a consolidação de um mercado consumidor e uma demanda, se devem às toneladas de louças exportadas ao Brasil.

A louça brasileira é original no sentido que dialoga com os grupos sociais e culturas dentre as quais circula, das quais é produto e fabricante. Somam-se técnicas e motivos produzindo padrões decorativos específicos que, destarte algumas semelhanças com louças estrangeiras encontradas em sítios arqueológicos do país, guardam diferenças cuja tessitura é constituída por gestos e representações advindos dos pintores contratados, do pensamento dos produtores, das escolhas por determinados motivos e de oscilações nas dinâmicas de consumo.

A decoração, assim, pode ser utilizada como indicador de procedência e é um dos mais fortes atributos a nos auxiliar na

identificação da louça brasileira. Motivos, *designs*, cores e técnicas decorativas funcionam também como importantes datadores cronológicos, ajudando a situar as ocupações do século XX.

Se criássemos uma planilha de análise para as louças brasileiras, certamente não poderiam faltar técnicas como o estêncil, o *transfer-printing*, a decalcomania e as pinturas a mão livre (pincel). Se no começo do século XX, a pintura a mão livre ainda predomina, o estêncil ganha espaço com muita força nos anos 1930-1950, para ser substituído, gradativamente, pela decalcomania, um rápido adesivo sobre-esmalte, em especial nas porcelanas brasileiras. Com o final dos anos 1980, a concorrência chinesa faz-nos, no entanto, voltar a diversificar a produção.

A fábrica de louças Santa Catharina, fundada em 1913, em São Paulo, funcionando até 1937, por exemplo, apresenta uma imensa gama de florais e faixas e frisos coloridos. Os florais a mão livre, realizados com grossas pinceladas cujos elementos terminam em pontas arredondadas não afiladas, como na louça europeia, representam margaridas, flores de maracujá, lótus, cerejeiras, orquídeas e tulipas. Muitas das flores são actinomorfas e a recorrência a diversas cores, em largas pinceladas, estiliza as formas representadas. Somados a outras técnicas como o jateado, há predomínio de uma infinidade de combinações a partir da rapidez da aplicação dos estênceis. Muitos dos florais têm esquemas iconográficos em guirlanda, organizando-se, deste modo, paralelamente ao lábio das formas côncavas (tigelas e xícaras).

Quanto às superfícies modificadas, aquelas decorações realizadas a partir do molde de gesso na colagem das faianças finas, predominam os trigais e sua associação ao lúpulo, além de alguns lírios e geométricos. A manutenção do padrão Trigal nas fábricas nacionais, cuja produção recua aos anos 1850 na Europa (*Wheat Pattern*), deve-se às estratégias de conquista de mercado e, talvez, a aspectos identitários de um mundo imigrante povoado pelo consumo do trigo, uma vez que este era padrão já conhecido e reconhecido por parte dos consumidores de louças brancas. O Trigal

brasileiro, no entanto, possui diferenças em relação aos contornos pouco claros que delinham seus trigos e folhas. A ata de inauguração da nova sede do SINDILOUÇA, de meados dos anos 1930, traz o nome “espiga de trigo” para uma decoração recorrente nos anos 1920-1930, no Rio de Janeiro e São Paulo, a qual certamente refere-se aos trigais arqueológicos (SOUZA, 2012a).

Quanto aos temas representados pelas fábricas brasileiras, de fato, há um predomínio nas paulistas de temáticas relacionadas ao bucólico. Num primeiro momento, parece ser paradoxal a presença do bucólico no mundo da indústria, da velocidade e da fábrica; por outro, as louças brasileiras dialogam com conjunturas, nas artes e na sociedade, de mudanças em relação ao campo, pressupondo que o estilo nas louças tem um referencial social e histórico sempre (WIESSNER, 1990). Se as decorações atuaram como signos de resistência a um mundo cosmopolita industrializado, se o bucólico dialoga com novas relações da cidade com a natureza no começo do século XX, se os elementos da vida rural estão presentes nas cidades e dão sentido à modernidade brasileira, é preciso que nos debruçemos pormenorizadamente sobre diversos contextos e investiguemos o papel da louça nas identidades e cotidiano dos consumidores.

Toda a variabilidade decorativa das louças brasileiras relaciona-se à necessidade de favorecer a performance visual destes artefatos também com base em demandas de consumo por parte de uma gama variada de consumidores. Por outro lado, fabricantes planejaram, a partir das louças, com base em suas visões de modernidade, mudanças na sociedade através dos comportamentos cotidianos e do uso de artefatos industrializados, pautando-se pela produção de decorações que dialogavam com gostos e aspectos estéticos das artes e arquitetura moderna, em contraposição ao que se considerava colonial e a ser extirpado. Segundo provável determinação de técnicos e proprietários das fábricas, decorou-se louças com temas e motivos associados ao campo, aos florais, ao bucólico; dentro destes limites, existiu uma gama de representações

de flores e outros elementos, variantes segundo padrões mentais estabelecidos, criados por efeitos visuais resultantes dos modos como ações foram exercidas sobre instrumentos que alteraram a superfície dos recipientes, configurando uma nacionalidade na estética da louça brasileira.

Considerações finais

Definimos o nacional pelo estrangeiro? A análise das louças brancas brasileiras não pode pautar-se apenas pelo que elas não são. A agência da faiança fina nacional¹³, por exemplo, indica o que elas são e como atuam no cotidiano material das pessoas. De modo geral, ao arqueólogo que imerge no estudo da produção nacional de louças (inspiro-me em Therrien, 2007), vale indicar que marcadores cronológicos para sítios históricos devem ser refinados, uma vez que há, ainda, uma supervalorização das louças inglesas nos estudos de Arqueologia; que a louça nacional não é cópia, como a modernidade foi muitas vezes encarada no país, mas original e dialoga com as conjunturas locais de modo transescalar, o que pode ser observado na variabilidade morfológica e nos padrões e técnicas decorativas; que pode ser lida como marcador social, especialmente no que concerne à especialidade do processo de produção e às evidências associadas ao cotidiano operário nas fábricas, representadas por marcas de dedos, estilo das pinturas, defeitos, fragmentos com contagem e artefatos relacionados às brincadeiras, permitindo acessar um dia-a-dia rico em ações e reações ao opressor sistema fabril; como marcador discursivo, já que as louças e suas fábricas participavam de grandes feiras internacionais como

¹³ Como agência da faiança fina nacional entendo a compreensão das causalidades, ações e intenções, socioculturalmente mediadas pela capacidade de agir da própria louça (AHEARN, 2001, p.112) que fizeram com que atuasse como elo entre os discursos dos produtores e as infinitas maneiras de uso e ressignificação das mesmas na prática, no mundo do consumo e da tática (DE CERTEAU, 2007). Neste sentido, as louças canalizariam algumas ações humanas, posicionando-se como sujeito em uma rede de trocas materiais e imateriais que engendraram a produção de pessoas e relações (GELL, 1988; GOSDEN, 2005).

exemplares da modernidade brasileira, produtoras de objetos associados aos planos de civilidade, europeização e higienização da sociedade hiperdiversa brasileira; e, finalmente, como manifestação imaterial, uma vez que faziam parte da paisagem e da memória da cotidianidade de bairros e moradores, o que fica claro quando pessoas emocionam-se ao olhar as louças brasileiras e lembram-se, por exemplo, dos cafés da manhã tomados em família com tigelas brasileiras.

Apesar disso, as pesquisas sobre louças brasileiras, do ponto de vista arqueológico, são ínfimas. Isto está tanto relacionado à desconsideração dos refugos associados a ocupações do século XX como passíveis de leituras arqueológicas, como à interpretação das louças brasileiras como estrangeiras, automaticamente “inglesas”, acarretando equívocos não apenas quanto à cronologia do sítio, como ao potencial em levantar-se problemas relativos aos grupos sociais que passaram a consumir louça branca no século XX. Como consumiram, como acessaram e porque as escolheram, são perguntas caras aos contextos onde a louça branca nacional recorre.

Aqueles que optam por debruçar-se sobre esta categoria artefactual, têm de estar ciente dos embates epistemológicos que enfrentarão, entre os pares, pelo estudo de material “tão recente” e das lutas por pesquisas em sítios arqueológicos do século XX, tanto em níveis de discussão teórica quanto na prática cotidiana de nossa atuação, em especial nos contextos preventivos.

Tiremos não apenas a louça brasileira, como algumas leituras da Arqueologia Histórica, da “sala de espera da modernidade”. Para além da valorização do estrangeiro, do debruçar-se sobre artefatos sempre forâneos, questionemos nossa própria produção e passemos a enriquecer os diálogos que a Sociologia, a Antropologia, a História e a Ecologia fazem sobre o século XX. Há atributos que facilitam a identificação destes artefatos e que os problematizam para além de seu reconhecimento e mera descrição. Decorações, espessuras, marcas, são alguns dos

indicativos que podem enriquecer as análises dos acervos arqueológicos.

Pelas louças brasileiras.

Referências Bibliográficas

- AHEARN, L. M. Language and agency. *Annual Review of Anthropology*, 30, 2001, pp. 109-137
- AÚN, C. R. *Proposta de metodologia de projeto para louça utilitária de uso doméstico*. Dissertação (mestrado), FAU/USP, 2000.
- BLAJ, I. *A Trama das tensões*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- BUCHILI, V., LUCAS, G. (org.) *Archaeologies of the contemporary past*. Nova York: Routledge, 2001.
- BRANCANTE, E. F. *O Brasil e a cerâmica antiga*. São Paulo: s/e, 1981.
- CARVALHO, F. *Porcelana Brasil – Guia de marcas*. São Paulo: All Print, 2008.
- CASCUDO, L. C. *História da Alimentação no Brasil*, v. 2. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000.
- CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim*. Campinas: UNICAMP, 2001.
- CHATTERJEE, P. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: UFBA, 2004.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*, v. 1. São Paulo: Vozes, 2007.
- DE LUCA, T. *Revista do Brasil - um Diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Cia das letras, 1999.
- DIETLER, M.; HERBICH, I. *Tich Matek: the technology of Luo pottery production and the definition of ceramic style*. *World Archaeology*, v. 21, n. 1, p. 148-161, 1989.
- GELL, A. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon, 1998.
- GIDDENS, A. *O mundo em descontrolado*. Rio de Janeiro: Record, 2007
- GOSDEN, C. What do object want? *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 12, n. 3, p. 193-211, 2005.

- LIMA, T. A. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do museu paulista, história e cultura material (Nova Série)*. São Paulo, v. 5, p. 93-129, 1993.
- LIMA, T. A. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *Manguinhos – Histórica, Ciência, Saúde*, v. 2, n. 3, p. 44-94, 1995/1996.
- LIMA, T. A. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do museu paulista*, São Paulo, v. 3, p. 129-191, 1997.
- LUCAS, G. Modern Disturbances: On the Ambiguities of Archaeology. *Modernism/modernity*, v. 11, n. 1, p. 109-120, 2004.
- MILLER, G. L. A revised set of CC Index values for classification and economic scaling of English ceramics from 1787 to 1880. *Historical Archaeology*, v. 25, p. 1-25, 1991.
- MONKS, G. G. On rejecting the concept of socio-economic status in historical archaeology. FUNARI, P. P. A.; HALL, M., JONES, S. (org.) *Historical Archaeology: back from the edge*. Londres: Routledge, 1999, p. 204-216.
- MORALES, M. *Os Usos da louça branca de Colombo: Aspectos Identitários e discursos do poder a partir do diálogo entre História e Arqueologia*. Dissertação (mestrado), UFPR, 2010.
- PEREIRA, C. J. Memória respeitada em arquivo organizado: jovens trabalhadores sindicalizados (1951-1973) da Fábrica de Louças “Santo Eugênio”, em São José dos Campos - SP. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.
- PEREIRA, J. H. M. *As fábricas paulistas de louça: estudos de tipologias arquitetônicas na área de Patrimônio Industrial*. Dissertação (mestrado), FAU/USP, São Paulo, 2007.
- PILEGGI, A. *A cerâmica no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1958.
- SCHWARZ, R. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

- SILVA, H. C. *et alli*. Otimização de fórmulas de massas cerâmicas de faiança. *Cerâmica Industrial*, v. 14, n. 1, p. 27-32, 2009.
- SKIBO, J. *Pottery function. A use-alteration perspective*. Nova York: Plenum Press, 1992.
- SOUZA, R. A. *Louça branca para a Pauliceia*. São Paulo: Imprensa Oficial/Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 2012a.
- SOUZA, R. A. A epidemia do branco e a assepsia das louças na São Paulo da Belle Époque. *Manguinhos*, v. 19, n. 4, 2012b.
- SOUZA, R. A. Novos paradigmas à cultura material sertaneja e a Arqueologia do século XX nos sertões do Pernambuco, Ceará e Piauí. *Anais I Semana de Arqueologia da UNICAMP*, 2013.
- SYMANSKI, L. C. P. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998
- SYMANSKI, L. C. P. A louça na pesquisa arqueológica: possibilidades analíticas e interpretativas. TOCCHETTO, F. *et alli* (org.) *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001, p. 135-160.
- THERRIEN, M. *De fábrica a barrio. Urbanización y urbanidad en la Fábrica de Loza Bogotana*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2007.
- WIESSNER, P. Is there a unity to style? In the uses of style in Archaeology. CONKEY, M. W., HASTORF, C. A. (ed.) *The uses of style in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 105-112.
- ZANETTINI, P. E. Pequeno roteiro para a classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. *Arqueologia*, v. 5, p. 117-130, 1986.

Recebido em: 25/07/2013
Aprovado em: 18/08/2013
Publicado em: 04/10/2013

A imaterialidade do material, a agência dos objetos ou as coisas vivas: a inserção de elementos inanimados na teoria social¹

Fabiana Terhaag Merencio²

RESUMO: A partir do final da década de 1970 foram desenvolvidas abordagens que pretendiam inserir o sujeito na teoria social. Apesar dos notórios avanços visando à superação da dicotomia entre estrutura e agente, ainda foram mantidas outras oposições, pois tais perspectivas não incluíam os objetos nas relações sociais. Assim, buscando superar essas dicotomias, foram desenvolvidas perspectivas teóricas preocupadas com o papel dos elementos materiais na rede de relações, focando na agência dos objetos. Este trabalho discorrerá sobre esses estudos com o intuito de verificar se eles fornecem uma superação/dissolução das dicotomias entre objetividade X subjetividade e materialidade X imaterialidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Agência dos objetos; Cultura material; Materialidade; Coisas vivas; Teoria do ator-rede.*

ABSTRACT: Since the late 1970's, approaches were developed which intended to insert the subject within social theory. Despite the notorious advances towards overcoming the dichotomy between structure and agent, other oppositions were still kept, since these perspectives did not include objects in social relations. Thus, seeking to overcome these dichotomies, theoretical perspectives concerned with the role of material elements in the network of relationships were developed, focusing on the agency of objects. This paper will discuss these works with the intention of verifying whether these provide an overcoming/dissolution of dichotomies between objectivity X subjectivity and materiality X immateriality.

KEY-WORDS: *Agency of objects; Material culture; Materiality; Live things; Actor-network theory.*

¹ Discussão inserida no trabalho final apresentado à disciplina de Teoria Antropológica II, ministrada pela professora Dra. Laura Pérez Gil, no segundo semestre de 2012.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (PPGAS-UFPR), Brasil; e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PROAP), Brasil.

Introdução

Buscando superar as dicotomias estabelecidas pelas ditas teorias da “coerção”, como o estrutural-funcionalismo britânico de Radcliffe-Brown e Malinowski, e o estruturalismo francês de Lévi-Strauss, sobretudo entre estrutura e agente, as abordagens orientadas para a prática (*practiced-oriented*) propuseram a reinserção do indivíduo/sujeito/agente na teoria social, a partir da premissa fundamental de que a reprodução e a transformação são resultados da ação humana. As teorias da “coerção” priorizavam a oposição entre a estrutura e agente, considerando que o último, o comportamento do homem, era definido e modelado, *a priori*, por atributos sociais e culturais externos, como a estrutura mental e a própria cultura (ORTNER, 2006a).

Os principais pesquisadores que se propuseram a pensar e apresentar novas abordagens que superassem a oposição entre agente e estrutura foram Pierre Bourdieu, em um artigo publicado originalmente em 1972 (BOURDIEU, 1994), e Marshall Sahlins, em 1981 (SAHLINS, 2008). Ambos apresentaram investidas teóricas e metodológicas que visavam às relações dialéticas entre as estruturas que moldavam as práticas dos agentes, mas que também poderiam ser transformadas pela própria prática dos mesmos sujeitos, os atores sociais. Apesar desse objetivo comum, pode-se apontar que Bourdieu focou-se no impacto da estrutura sobre a prática, enquanto Sahlins priorizou a ação da prática sobre a estrutura (ORTNER, 2006a).

Bourdieu, ao buscar o conhecimento praxiológico para superar as teorias da “coerção”, concebeu uma via que relacionou dialeticamente a ação do sujeito, ou seja, a prática, com a construção da estrutura, correspondendo esta última às relações voltadas às condições materiais — em um sentido estritamente marxista. Cabe salientar que a estrutura, como proposta por Bourdieu, é o resultado de processos históricos específicos, ou seja, a conjuntura. Como mediador entre a estrutura social e a

conjuntura, Bourdieu desenvolveu o conceito de *habitus*, definido pelo autor como um sistema de disposições duráveis, por exemplo, a educação e modos de ser. O *habitus*, portanto, é o resultado de estruturas particulares nas quais o sujeito está inserido, de tal forma que o indivíduo o incorpora de maneira inconsciente.

Isso não significa que o *habitus* seja igual para todos: pessoas que pertencem a uma mesma estrutura possuem um *habitus* interiorizado de modo similar; assim sendo, indivíduos que pertencem a uma determinada classe social só poderão, a princípio, atingir as oportunidades disponíveis dentro da gama de opções desse mesmo *habitus*, a não ser que sejam criadas novas predisposições para o/pelo sujeito, que possibilitarão o acesso a novas oportunidades. Conclui-se, assim, que o *habitus* não é determinante para a prática do sujeito, mas que a orienta (BOURDIEU, 1994). De todo modo, a abordagem de Bourdieu centraliza-se na relação dialética entre sujeito e estrutura, tendo-se a impressão, em alguns momentos, de que a estrutura ainda prevalece como condicionante na prática dos sujeitos.

Por outro lado, Sahlins foca sua abordagem nas transformações e modificações da estrutura motivadas pela prática do sujeito, atribuindo maior peso à intencionalidade dos agentes. Sua abordagem da prática centraliza-se no conceito de estrutura da conjuntura, que nada mais é do que as relações de elementos considerando-se o conteúdo e a temporalidade das relações. Tal conceito possibilita apreender que as apropriações de acontecimentos por sociedades e indivíduos que, por sua vez, agregam interpretação originando o evento, resultam em um processo de interpretação que acarreta na revalorização dos significados, o que, por fim, transforma a estrutura, pois se novos significados são atribuídos aos elementos, novas relações se configuram a partir de então.

Assim, a mudança na estrutura nada mais seria do que uma falha em uma tentativa de reprodução de um esquema de relações entre elementos, cujos significados foram alterados. Esse processo

de ressignificação não ocorre de maneira desordenada, mas, sim, de acordo com os interesses e intencionalidades dos papéis sociais dos agentes, como no caso do tabu dos alimentos das mulheres havaianas ou na adoção do mana europeu pelos parentes colaterais do chefe principal. Mas mesmo com a ênfase na intencionalidade do sujeito, assim como em Bourdieu, também se tem a impressão de que a estrutura prevalece sobre a ação do indivíduo, sobretudo quando se considera o caso havaiano, quando, mesmo após tantas ressignificações de elementos, a estrutura aparentemente não mudou (SAHLINS, 2008).

As abordagens orientadas para a prática resumidas anteriormente, assim como outras (ORTNER, 2006b), mesmo tendendo a priorizarem a força da estrutura na relação dialética, também focam na agência no indivíduo, em sua capacidade de modificar a estrutura, direcionando um olhar sobretudo para a intencionalidade dos sujeitos. Dessa forma, e por outro lado, essas mesmas abordagens não consideram os demais elementos que compõem a rede de relações sociais, pelo fato de serem considerados não humanos, não sujeitos³, e não possuindo qualidades biológicas dos seres vivos. Assim, são mantidas outras dicotomias, a saber: materialidade X imaterialidade e objetividade X subjetividade.

Essa posição resulta na adoção de uma concepção assimétrica de ator, como aponta Bruno Latour (2008 [2005], p.108-109) ao exemplificar tal postura em Durkheim, em sua concepção de constituição interna de grupo social composta por dois elementos, pessoas e coisas (objetos materiais e produtos da ação humana, como leis e textos literários), enfatizando que as transformações sociais não podem ser provenientes de elementos

³ Sobre a dicotomia entre atores humanos e não humanos, Latour afirma que tal utilização pode decorrer de um emprego antropocêntrico dessa oposição, sendo melhor substituí-la pela entre sujeito e objetos, considerada pelo autor como uma dicotomia insuperável. Tal formulação busca apresentar somente uma diferenciação conceitual entre ambos, e não necessariamente ontológica (LATOUR, 2008 [2005], p.107-108, nota de rodapé 16).

materiais e imateriais, pois estes não possuem poder de motivação (*puissance motrice*), e, sobretudo, porque não liberam energia social (*aucune force vive*), sendo somente atribuído às pessoas o poder de motivação, agindo sobre a matéria (DURKHEIM, 1966, p.113 *apud* LATOUR, *op. cit.*, p.108-109).

As motivações das ações de agentes humanos não resultam tão somente da ação e/ou presença de outros elementos humanos em suas cadeias de relações. Elementos materiais, não humanos ou objetos também podem ter o mesmo poder de indução de ação, como os objetos religiosos, que motivam determinadas condutas, como dar banho e ofertar alimentos a estatuetas de entidades religiosas (GELL, 1998), ou equipamentos dispostos em uma sala de aula ocidental, como projetores ou quadros-negros, que direcionam e possibilitam a ação de um sujeito (LATOUR, 2008 [2005]). Assim, não levar em conta a agência dos objetos, principalmente se se considerar a grande presença destes em nossas relações, não só na atualidade, como também no passado, é eliminar e obscurecer uma grande parcela do entendimento das motivações e ações nossas e dos demais. Como ressalta Aroni:

Os sujeitos se criam ao criar os objetos, a materialidade tangível, que, mesmo assumindo vida própria, não deixa de marcar as relações que os constituíram. [...] A cultura material surge como um lugar privilegiado para se observar como se cristalizam as intencionalidades humanas, [...]. Um paradoxo, portanto, se faz necessário: a materialidade é tão importante justamente porque ela é o cultivo da imaterialidade. (ARONI, 2010, p.05-13)

O propósito deste artigo é discorrer sobre abordagens orientadas para a prática que incluem a agência dos objetos na rede

de relações sociais com o intuito de verificar se, de fato, essas abordagens fornecem uma superação/dissolução das dicotomias entre objetividade X subjetividade e materialidade X imaterialidade. Seguindo esta via, pesquisadores como Bruno Latour (2008 [2005]), Alfred Gell (1998) e Tim Ingold (2008) têm, nos últimos anos, desenvolvido diferentes abordagens que discutem a respeito da agência de elementos não materiais na teoria social.

A pessoa distribuída: a agência passiva

Primeiramente, é importante ressaltar que, apesar das abordagens desenvolvidas a partir do final da década de 1990 a favor de uma agência dos objetos serem uma grande novidade, à primeira vista, nas Ciências Sociais, o assunto já foi abordado pela Filosofia, em 1948, por Maurice Merleau-Ponty, que considerou os objetos como elementos fundamentais para o despertar de determinados sentimentos e ações. Além disso, Merleau-Ponty entendia que a escolha de determinados objetos pelos homens para estarem em seu meio relacionava-se aos gostos e postura adotados:

[...] as coisas não são, portanto, simples objetos neutros que contemplaríamos diante de nós; cada uma delas simboliza e evoca para nós uma certa conduta, provoca de nossa parte reações favoráveis ou desfavoráveis, e é por isso que os gostos de um homem, seu caráter, a atitude que assumiu em relação ao mundo e ao ser exterior são lidos nos objetos que ele escolheu par ter à sua volta, nas cores que prefere, nos lugares onde aprecia passear.” (MERLEAU-PONTY, 2004, p.23 *apud* ALVES, 2008, p.323)

Segundo Caleb Farias Alves (2008), a proposição de Merleau-Ponty foi fundamental e inovadora, não só porque propôs

que os objetos fossem tratados como pessoas, mas sobretudo porque enfatizava a necessidade de se considerar as relações internas dos conjuntos de elementos que possibilitariam atribuir qualidades estéticas a um determinado objeto em um certo contexto, em uma perspectiva relacional. Assim, se eliminaria a existência da ideia predominante de que objetos estéticos têm que necessariamente compartilhar propriedades estéticas, o que normalmente englobaria um olhar etnocêntrico da arte.

Especificamente na Antropologia, a perspectiva de tratar objetos de arte como pessoas pode ser encontrada no trabalho de Alfred Gell, que influenciado pela antropologia cognitivista e preocupado com a abordagem da antropologia da arte em objetos provenientes de perspectivas diversas da ocidental (as consideradas artes primitivas ou etnográficas) formulou uma teoria na qual a natureza de um objeto de arte adquire um caráter totalmente relacional, não sendo possível concluir de antemão se determinado objeto é arte ou não sem que seja considerada a matriz social/relacional na qual ele está inserido, assim como Merleau-Ponty considera.

O principal ponto de sua abordagem é a aproximação das noções de pessoa e objeto, e o consequente tratamento de objetos como pessoas a partir da constatação de que eles também são destino e origem de agência social, “(...) *já que a prática de adoração de imagens emana o ‘outro’ como um ser co-presente, dotado de consciência, intenções e paixões semelhantes às nossas próprias*” (ARONI, 2010, p.6). Assim, a definição de agência para Gell envolve a concepção de um agente que é a fonte de sequências de ações: “*Agency is attributable to those persons (and things, see below) who/which are seen as initiating causal sequences... events caused by acts of mind or will or intention.... An agent is the source, the origin, of causal events, independently of the state of the physical universe.*” (GELL, 1998, p.16).

Todavia, Gell enfatiza que os objetos de arte não são agentes autossuficientes, não podendo ser agentes por si sós;

objetos de arte possuem o que o autor denomina abdução de agência: “[...]‘art-like situations’ can be discriminated as those in which the material ‘index’ (the visible, physical, ‘thing’) permits a particular cognitive operation which I identify as the abduction of agency” (GELL, 1998, p.13). A abdução de agência dos objetos de arte, proposta por Gell, resulta na atribuição de um papel de agente secundário aos objetos (agência passiva), capacitando-os como origem e destino de agência social dentro de um quadro de relações sociais específicas e próximas, que possuem uma relação intersubjetiva com o agente humano, pois sua produção, uso e significação decorrem da ação humana.

Assim, a agência social proposta por Gell descarta a exigência de atributos biológicos como condicionantes fundamentais para fonte e causa de agência pois, na realidade, aquela depende de onde e como uma pessoa ou objeto estão inseridos em uma rede de relações sociais que, por sua vez, apresenta características de pessoas-agentes, como fonte e causa de ações (GELL, 1998⁴; XAVIER, 2007). A característica relacional no conceito de agência de Gell é fundamental para tratar objetos como pessoas pois, como aponta Aroni (2010), possibilita que lhes sejam agregadas características de função e forma semelhantes às humanas, resultando na construção de um objeto que possui uma “(...)‘substância-agência’ invisível, onde se codifica toda a rede de relações, intencionalidades e subjetividades envolvidas no seu processo de produção” (ARONI, 2010, p. 6). A agência construída dos objetos pode ainda decorrer de duas estratégias: a externalista,

⁴Sobre a agência de objetos e pessoas e abdução de agência dos objetos, Segundo Gell: “They cannot confuse the two, but it remains possible that persons have attributes which can be also possessed by stocks and stones without prejudice to their categorical differences from persons. That is to say ‘social agents’ can be drawn from categories which are as different as chalk and cheese (in fact, rather more different) because ‘social agency’ is not defined in terms of ‘basic’ biological attributes (such as inanimate thing vs. incarnate person) but is relational – it does not matter, in ascribing ‘social agent’ status, what a thing (or a person) ‘is’ in itself; what matters is where it stands in network of social relations.” (GELL, 1998, p.123)

onde uma figura ou objeto é tratado como uma pessoa (recebendo banho, oferendas, entre outros) e é internalizado como pessoa dentro de uma rede de relações específicas, e a internalista, na qual é atribuída uma vida interior a um determinado objeto, resultando em um *homunculus*, que, segundo Dennett, corresponde ao intérprete que atribui vida ao objeto:

[...] nothing is intrinsically a representation of anything; something is a representation only for or to someone; any representation or system of representations thus requires at least one user or interpreter of the representation who is to it. Any such interpreter must have a variety of psychological or intentional traits... it must be capable of a variety of comprehension, and must have beliefs and goals (so it can use the representation to inform itself and thus assist it in reaching its goals). Such an interpreter is then a sort of homunculus.” (DENNETT, 1979, p.119-122 *apud* GELL, 1998, p.130)

Tem-se, assim, que o objeto em si é um recipiente da substância-agência atribuída pelo agente humano, que possui uma agência ativa, e a partir disso o objeto passa a possuir as características básicas de um agente secundário, uma agência passiva. Nesse processo de atribuição da substância-agência pela pessoa, a agência é distribuída de acordo com as intencionalidades do sujeito nos produtos materiais de sua criação ou não (no caso objetos industrializados), especificamente objetos de arte, agregando imaterialidade aos objetos (ARONI, 2010). Tendo delineado a teoria da agência dos objetos de arte, Gell se propõe a compreender como a agência é distribuída entre pessoas e objetos, considerando principalmente a capacidade de abdução de agência.

Todavia, apesar de incluir os objetos na teoria social, tratando-os como pessoas e como fonte/causa de uma agência social, Gell enfatiza em seu trabalho que essa agência, apesar de ser e estar distribuída em toda rede de relações sociais, a distribuição de agência se dá maneira diferencial, ao atribuir uma agência ativa aos humanos e uma passiva aos objetos. Mesmo tendo como objetivo eliminar as dicotomias entre objetividade X subjetividade e materialidade X imaterialidade, Gell apresenta uma teoria de agência de objetos que, ao final, não dissolve totalmente essas dicotomias pois, mesmo afirmando que a agência está distribuída na rede de relações, esta agência distribuída refere-se à da pessoa: é ela quem atribuiu a agência a um objeto ao produzi-lo, usá-lo e/ou significá-lo, ou seja, a intencionalidade do agente humano é central.

A agência distribuída: ator híbrido

Com uma perspectiva diferenciada de agência distribuída, como se verá adiante, e sem a existência de uma intencionalidade e subjetividade, Bruno Latour (2008 [2005]), com a proposta teórico-metodológica inovadora do ator-rede (TAR ou ANT em inglês – *actor-network theory*), fornece uma crítica sucinta à oposição entre subjetividade e objetividade na teoria social. A TAR parte do pressuposto de que tal oposição é infundada, pois considera que a vida social, a prática cotidiana, possui um caráter híbrido que permeia as relações entre objetos e pessoas, que, por fim resultam em elementos que reúnem em si as características dos dois polos, desse modo “*objetos podem ser sujeitos, assim como sujeitos podem ser objetos*” (ARONI, 2010, p. 12). Todavia, como ressalta Latour (2005), a Teoria Ator-Rede não foi delineada por ele, mas antes pelo sociólogo Gabriel Tarde no final do século XX, sobretudo em *Monadologia e Sociologia* (2003), obra responsável por dois aspectos fundamentais para a estruturação da TAR.

Primeiro, a oposição entre sociedade e natureza é desnecessária para a compreensão das interações humanas, ou o

social, sobretudo porque é proposta por Tarde uma substituição do termo social por associação, que possibilita melhor definição do conceito de rede, que é composta pelas associações entre elementos heterogêneos. O aspecto principal nessa formulação é não considerar a sociedade, e tampouco o humano, como a unidade principal de análise. Segundo, para se compreender a sociedade, ou melhor, as associações, não há necessidade de se distinguir entre micro e macro, pois estes resultam somente em uma variação de escala, não em uma limitação *a priori* das inter-relações entre os elementos heterogêneos (LATOURE, 2001). Quando se prioriza uma escala, se perdem muitas informações relacionadas com a escala oposta: o foco em análises de estrutura social, o macro, simplifica aspectos da escala micro relacionados com as particularidades: *“Para ser um bom sociólogo, Latour re-edita Tarde com a afirmação de que devemos olhar para baixo, para o pequeno, para o particular, para o detalhe e para as micro-histórias”* (QUEIROZ e MELO, 2008).

A Teoria Ator-Rede, como ressalta Latour (2008 [2005]), é uma alternativa para desenvolver a Ciência Social, ao focar-se em uma perspectiva não antropocêntrica e na qual a agência possui um caráter relacional, estando distribuída em toda a rede. A definição de ator, para Latour, é democrática e traduz esse caráter híbrido, ao não fazer distinção entre sujeito e objeto, tudo e todos são elementos/atores: desde coisas a pessoas, passando por sites, empresas e países. Por conseguinte, a agência desses atores não está definida a partir de uma intencionalidade, subjetividade de um sujeito, e sim, pela capacidade desse elemento em induzir ou influenciar outro elemento na rede a realizar uma ação, enfatizando-se, por outro lado, que um ator *“no es la fuente de una acción sino el blanco móvil de una enorme cantidad de entidades que convergen hacia él”* (LATOURE, 2008 [2005], p.73).

O conceito de rede, por outro lado, funciona muito mais como uma ferramenta metodológica, contribuindo no mapeamento das conexões entre os mediadores, que é realizado pelo pesquisador, não existindo na realidade, somente na descrição. Essa

rede, o social, agrega elementos heterogêneos, sujeitos e objetos, pois só assim, segundo Latour, é possível alcançar o social; sem os objetos não haveria sociedade, já que muitas interações são mediadas por e através de objetos. Seguindo essa lógica, um ator humano só é o que é devido à sua posição em uma rede ordenada de elementos heterogêneos; atos comumente atribuídos aos seres humanos, como produzir, escrever ou dirigir, só são possíveis por serem produzidos *“em redes que passam através do corpo e se ramificam tanto para dentro e como para além dele. Daí o termo ator-rede – um ator é também, e sempre, uma rede”* (LAW, online).

Na rede de relações sociais, definida como uma associação momentânea que tem como finalidade agregar e produzir novas relações, a agência como ação encontra-se distribuída, deslocada, mediada por diferentes tipos de atores, não somente por agentes humanos, que possuem outras formas de transportar uma determinada ação, participando ativamente nesse processo, não como meros figurantes (LATOURE, *op. cit.*, p.105-107; XAVIER, 2007). Tal formulação é fundamental para a TAR, pois ela se propõe a rastrear as conexões das ações; se os objetos são excluídos destas, focando-se apenas nas interações cara a cara, a rede descrita não irá abranger, de fato, a realidade, que só será alcançada se forem incluídos elementos heterogêneos, provenientes de outros momentos e agências, e que têm a capacidade de mediar as ações, retransmitindo-as para outros mediadores: *“paradójicamente lo social no se hace visible hasta que se le permite colar se a través de agencias no sociales”* (LATOURE, *op. cit.*, p.277, ênfase do autor).

A agência, para Latour, possui um caráter relacional e está distribuída em toda a rede, não possuindo uma fonte de origem vinculada à intencionalidade, como em Gell, onde a agência dos objetos corresponde à imaterialidade dos objetos quando tidos como pessoas. Para Latour, a agência mediada/distribuída por diferentes atores não possui vínculos com processos de simbolização ou representação desencadeados por outros atores. Dessa forma, como afirma Aroni (2010, p.12), Latour reduz a

dicotomia entre subjetividade e objetividade, pois passa a ser reconhecido que um objeto não é somente uma ferramenta, mas que ele também tem a capacidade de alterar os objetivos prévios, mediar ou subsidiar uma nova ação. Como ressalta Xavier (2007, p.1083): *“Se entendemos que quem ‘faz’ é sempre o elemento humano (falamos de intenção e significação), não podemos descuidar do fato de que muitos outros elementos (humanos e não-humanos) ‘fazem-fazer’, do mesmo modo que uma faca ‘corta’ e uma pedra ‘faz’ o carro desviar-se.”* Cabe salientar, neste ponto, assim como Law (online), que tal simetria de atores não equivale a um reducionismo, no caso em que tanto sujeitos como objetos são determinantes uns sobre os outros, pois não são apontados elementos suficientes pela TAR que possam levar a tal conclusão.

As coisas vivas: contra o modelo hilemórfico

As duas proposições anteriores estão centradas na atribuição de agência aos objetos, e segundo Ingold (2008⁵), ambas são resultado da persistência do modelo hilemórfico⁶ de criação presente na sociedade ocidental. Esse modelo, formulado por Aristóteles, reúne forma e matéria em uma equação onde a forma corresponderia ao produto final imposto por um agente, e a matéria receberia a imposição desse agente, sendo, portanto, passiva e inerte.

Os modelos teóricos propostos nesta perspectiva, seja da cultura material, seja da agência dos objetos ou até mesmo no próprio conceito de materialidade⁷, normalmente são direcionados

⁵ Uma versão em português foi publicada pela Horizontes Antropológicos, ver bibliografia (INGOLD, 2012).

⁶ Corresponde à junção de matéria (*hyle*) e forma (*morphé*).

⁷ Comumente, os estudos voltados à materialidade partem da preocupação em se compreender como os objetos são apropriados, entendidos e envolvidos nas ações de agentes humanos. A dicotomia entre sujeito e objeto permanece como uma barreira intransponível, já que não é percebida a capacidade de fluxo inerente aos objetos, que é

para compreender o que as pessoas fazem com o objetos, partindo-se do pressuposto de que os objetos, as formas em si, estão mortos (INGOLD, *op. cit.*, p.3). Pensando em uma crítica aos modelos fundamentados no modelo hilemórfico presentes tanto na antropologia como na arqueologia, Ingold formula uma abordagem baseada em cinco pontos fundamentais, com o objetivo principal de restituir vida aos objetos, que são considerados mortos pelo modelo hilemórfico. Dos pontos argumentados por Ingold, somente os dois primeiros serão tratados com mais detalhes, identificando-os como o cerne de sua crítica ao modelo hilemórfico: a inexistência de objetos e o problema da atribuição da agência aos objetos.

O primeiro argumento de Ingold parte das considerações feitas por Heidegger na diferenciação de uma coisa e um objeto. A partir das considerações do filósofo, o mundo estaria repleto de coisas, e não de objetos, de acordo com Ingold. Partindo das reflexões sobre o *status* de uma árvore, se esta é um objeto ou uma coisa, perpassando pelas considerações acerca dos elementos que a constituem, como insetos que vivem na casca e a própria casca da árvore, os pássaros que constroem seus ninhos e os próprios ninhos, e assim por diante, Ingold conclui que a árvore não é um objeto, mas, sim, um “*agregado de fios vitais*”, ou seja, uma coisa (INGOLD, 2012, p.29). Os objetos possuem uma superfície inacessível à inspeção do agente, apresentando-se como um fato consumado, uma entidade externamente limitada, contida e capturada. Nas coisas, por outro lado, várias ações ocorrem de maneira entrelaçada, “*um parlamento de fios*”, sendo caracterizadas principalmente como um nó de fios que podem se entrelaçar com fios de outros elementos, vazando através da superfície de sua forma e se estendendo, não sendo, portanto, contidas em si. Por isso uma árvore é considerada uma coisa por Ingold, pois os fios que a caracterizam estão entrelaçados com fios oriundos de outras entidades, como a casca de seu tronco, os

independente da ação humana.

musgos ou os líquens. As coisas são formadas sem ou com a menor intervenção de agentes, como nuvens, pedras, árvores e até construções:

A casa real nunca fica pronta. Ela exige de seus moradores um esforço contínuo de reforço face ao vaivém de seus habitantes humanos e não humanos, para não falar do clima! A água das chuvas pinga através do telhado onde o vento carregou uma telha, alimentando o crescimento de fungos que ameaçam decompor a madeira. As canaletas estão cheias de folhas apodrecidas, e, como se não bastasse, lamenta Siza (1997, p.48), 'legiões de formigas invadem o batente das portas, e há sempre cadáveres de pássaros, ratos e gatos'. Não muito diferente da árvore. A casa real é uma reunião de vidas, e habitá-la é se juntar à reunião – ou, nos termos de Heidegger (1971), participar com a coisa na sua coisificação. (INGOLD, 2012, p.30)

A partir desse primeiro argumento, Ingold desenvolve de maneira entrelaçada os elementos fundamentais que constituem seu segundo argumento: o ambiente sem objetos (ASO ou em inglês, *environment without objects – EWO*) e o problema da agência dos objetos. Para Ingold, ao contrário de *ocuparmos um mundo com objetos*, nós *habitamos um ambiente sem objetos*, no qual nos juntamos aos processos de formação e dissolução de diferentes entidades, que correspondem às coisas, que assim como nós, também estão vivas, pois elas vazam por e através de suas superfícies por meio do entrelaçamento dos fios que as constituem.

Os processos de vida das coisas estão centrados em todos os tipos de fluxos de e entre materiais, e para habitar este mundo é necessário se reunir aos processos responsáveis pela formação e

dissolução de diferentes entidades que caracterizam um ASO, pois só assim os fluxos não serão contidos, como ocorre na definição dos objetos. O problema da agência dos objetos resulta justamente pelo fato de não existirem objetos no ASO, somente coisas. Logo, se não existem objetos, mas somente coisas, ocorre que a atribuição de agência dos objetos feita por alguns pesquisadores criticados por Ingold, no lugar da vida das coisas, resulta na armadilha de considerar as coisas como objetos, retirando-lhes a vida e, conseqüentemente, negando-se os processos de vida inerentes às coisas. No ASO as coisas são capazes de agir não porque possuem agência, seja ela atribuída ou própria, mas, sim porque estão vivas, e pensar em agência dos objetos é considerar uma dupla redução: de coisas para objetos e de vida para agência. Como enfatiza Ingold no problema da agência:

[...] sugiro que o problema da agência nasce da tentativa de reanimar um mundo de coisas já morto ou tornado inerte pela interrupção dos fluxos de substância que lhe dão vida. No ASO as coisas se movem e crescem porque elas estão vivas, não porque elas têm agência. E elas estão vivas precisamente porque não foram reduzidas ao estado de objeto. A ideia de que objetos têm agência é, na melhor das hipóteses, uma figura de linguagem, imposta a nós (anglófonos, ao menos) pela estrutura de uma linguagem que exige de todo verbo de ação um sujeito nominal. Na pior, ela tem levado grandes mentes a se enganar de um modo que não gostaríamos de repetir. Com efeito, tomar a vida de coisas pela agência de objetos é realizar uma dupla redução: de coisas a objetos, e de vida a agência. (INGOLD, *op. cit.*, p.33-4)

Os três últimos argumentos de Ingold perpassam questões que estão intimamente vinculadas às suas duas primeiras proposições, estando relacionadas com a materialidade, com a abdução e com as redes. O conceito de materialidade, tal como é utilizado sob o modelo hilemórfico, reproduz a dicotomização entre forma e matéria, remetendo tanto ao estado bruto, que é atribuído ao mundo, como a forma que lhe é dada através da agência humana. Como uma tentativa para se compreender os fluxos do mundo material entre pessoas e objetos, tem-se desenvolvido abordagens que buscam atribuir uma agência aos objetos, o que conduz a um duplo reducionismo para Ingold, como mencionado anteriormente. Novamente aqui, o fato de Ingold considerar que não há objetos, e sim coisas, o direciona para a conclusão de que a materialidade conduz a um mundo material de objetos, que estão contidos em si. Em contrapartida, o ASO corresponde a um mundo de materiais que estão em constante fluxo na formação e dissolução de entidades.

Os dois últimos argumentos de Ingold esclarecem sobre a natureza das relações entre as coisas. Os caminhos seguidos pelos fluxos de vida dos materiais são criativos e não obedecem necessariamente à abdução de uma ação ou a um projeto da mente de um agente. Nesse ponto Ingold critica principalmente o conceito de abdução de agência proposto por Gell que, segundo o autor, está impregnado do modelo hilemórfico. Ao propor uma leitura das ações da criatividade “de trás para frente”, Gell se concentra na captura dos atos cognitivos que resultam na abdução de uma agência provocada pela ação de um agente social, exclusivamente humano, que também é responsável pela alteração da matéria.

Mesmo a proposta de Gell sendo voltada para objetos de arte, Ingold considerada que tais elementos não são objetos, mas, sim coisas, pois: “(...) como argumentou Klee, o papel do artista não é reproduzir uma ideia preconcebida, nova ou não, mas juntar-se a e seguir as forças e fluxos dos materiais que dão forma ao trabalho” (INGOLD, 2012, p.38). Assim, o principal problema na abordagem de

Gell é a retirada da vida das coisas, e, por conseguinte, reduzindo-as a objetos. Ao contrário de uma leitura “de trás para frente”, Ingold enfatiza a importância de se empregar uma leitura “para frente”, onde predomina no lugar da abdução, a improvisação, que nada mais é do que seguir os fluxos ou linhas de vida na medida em que ambos se desenrolam, não se preocupando em definir as conexões, até porque esses fluxos/linhas não se conectam, mas se entrelaçam.

Assim, e por fim, esses caminhos de fluxos não são considerados relações que interligam uma coisa à outra, mas linhas pelas quais as coisas vêm a ser o que são, resultando em um emaranhado de caminhos e de coisas, não correspondendo às redes da Teoria Ator-Rede, mas, sim, a um “*uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento*” (INGOLD, *op. cit.*, p.27). A ênfase de Ingold nas linhas de fluxos que resultam na malha se dá em oposição à concepção de relações de conexões da rede imbuída na Teoria Ator-Rede, cujo objetivo é apontar que a agência não está concentrada em atores humanos, e sim distribuída entre elementos heterogêneos que estão conectados em uma rede. No entanto, Ingold aponta que a tradução para o inglês da expressão *acteur réseau*, simplesmente como *actor-network*, resultou na utilização do conceito de conectividade como atributo definidor da rede. Todavia, o termo *réseau* também pode ser traduzido como *netting*, ou seja, tecer uma malha ou, como Ingold prefere, uma teia de aranha. A diferença fundamental entre a rede e a malha é que, enquanto a primeira corresponde a redes de comunicação cujas relações se conectam, a segunda se refere às linhas que são tecidas à medida que as coisas se movimentam, como extensões de si próprias: “(...) *quando eu falo de um emaranhado de coisas, é num sentido preciso e literal: não uma rede de conexões, mas uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento*” (INGOLD, *op. cit.*, p.27).

O problema principal para Ingold está na compreensão inadequada de nossa realidade imbuída no modelo hilemórfico, pois antes de tudo, habitamos um mundo sem objetos (ASO), e o que de

fato existe são coisas. Ao contrário dos objetos, as coisas, definidas por Ingold como um nó de linhas, estão vivas simplesmente pelo fato delas vazarem através de suas superfícies por meio de suas linhas que se entrelaçam com linhas oriundas de outras entidades. Logo, a diferença principal entre a agência dos objetos e as coisas vivas, para Ingold, é que na primeira a atribuição de agência aos objetos é uma redução dupla do que é considerado realidade pelo autor; primeiro porque se retira a vida de uma coisa ao considerá-la como objeto, e segundo porque a atribuição de uma agência a um objeto resulta em uma tentativa ineficaz de restituir a vida de uma coisa que lhe foi subtraída no momento em que a coisa foi considerada objeto. As coisas estão vivas porque os emaranhados de linhas que as formam não estão contidos em uma entidade. Assim, e de modo radical, Ingold propõe uma abordagem em que as dicotomias entre sujeito X objeto e materialidade X imaterialidade são desfeitas a partir de uma nova compreensão de nossa realidade.

Conclusão

Incluir, ou reconstituir aos objetos o papel que desempenham nas ações de agentes humanos, como dito anteriormente, é ampliar a compreensão das relações estabelecidas entre eles, além de propor formas de superar a dicotomia entre sujeito X objeto e materialidade X imaterialidade. De todo modo, apesar de diferentes esforços para contornar o problema, há diferenças notáveis nas soluções adotadas pelas abordagens propostas.

Gell propõe uma agência distribuída de forma desigual: uma passiva para objetos e ativa para os sujeitos, centrando-se na abdução de agência dos objetos para compreender como ocorre a distribuição desta, focando também na intencionalidade do agente e nos respectivos processos de imaterialização pelos quais passam os objetos que abduzem uma agência. Por outro lado, Latour, preocupado em rastrear o social, parte de uma noção diferenciada

da utilizada por Gell de agência distribuída, compreendendo que a agência está distribuída e é mediada por elementos heterogêneos (diferentes atores) em uma rede de relações. Ingold, de uma forma radical, considera que não existem objetos no mundo, mas no lugar deste há um ambiente sem objetos. Como enfatizado pelo autor, os objetos são tidos como mortos no modelo hilemórfico, e para se compreender o fluxo de interações das pessoas e objetos, tem-se desenvolvido abordagens teóricas, dentro do modelo hilemórfico, que buscam atribuir agência aos objetos.

Como apontado no texto, a abordagem proposta por Gell não soluciona satisfatoriamente a dissolução das dicotomias supracitadas, pois ainda mantém foco na intencionalidade do agente em atribuir uma agência ao objeto. Por outro lado, e de modos diferentes, Latour, ao considerar elementos heterogêneos na rede de relações, e Ingold, ao descartar a agência dos objetos e se centrar nas coisas vivas, fornecem abordagens que problematizam e se propõem a minimizar, de fato, as dicotomias entre sujeito X objeto e materialidade X imaterialidade.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Caleb Farias. A agência de Gell na Antropologia da Arte. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 14, n. 29, jan./jun., p. 315-338, 2008.
- ARONI, Bruno Oliveira. Por uma etnologia dos artefatos: arte cosmológica, conceitos mitológicos: *Revista Proa*, n. 2, v. 01, p. 1-27, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, p. 46-81, 1994.
- DENNETT, Daniel Clement. *Brainstorms: philosophical essays on mind and psychology*. Brighton: Harvester, 1979.
- DURKHEIM, Émile. *The Rules of Sociological Method*. Nova York: Free Press, 1966.
- GELL, Alfred. *Art and Agency: an anthropological theory*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- INGOLD, Tim. *Bringing Things Back to Life: creative entanglements in a world of materials*. Material Worlds Symposium, Brown University. Apr. 18, 2008. (ONLINE) <www.reallifemethods.ac.uk/events/vitalsigns/programme/documents/vital-signs-ingold-bringing-things-to-life.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 24-44, jan./jun., 2012.
- LATOUR, Bruno. *Reensamblar lo Social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008 [2005].
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. Gabriel Tarde and the end of the social. In: JOYCE, Patrick. *The Social Question*. Newbearings in history and social sciences. London: Routledge, 2001.
- LAW, John. *Notas sobre a Teoria do Ator-Rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade*. (ONLINE)

- <<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Aitor-Rede.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Conversas*– 1948. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ORTNER, Sherry Beth. Uma atualização da teoria da prática. In: ROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter (Orgs.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas – 25ª RBA*. Blumenau: Nova Letra, p. 19-43, 2006a.
- ORTNER, Sherry Beth. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: ROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter (Orgs.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas – 25ª RBA*. Blumenau: Nova Letra, p. 45-80, 2006b.
- QUEIROZ E MELO, Maria de Fátima Aranha de. Mas de onde vem o Latour? *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 2(2), São João Del Rei, fev. 2008.
- SAHLINS, Marshall. *Metáforas Históricas e Realidades Míticas: estrutura nos primórdios do reino das ilhas Sandwich*. Tradução de: FREHSE, Fraya. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- TARDE, Gabriel. *Monadologia e Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- XAVIER, Caco. Paroxismos e ambivalências, sociotecnia. *História, ciências, saúde - Manguinhos*, v. 14, n. 3 p. 1079-1085, 2007. (ONLINE)
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000300024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Recebido em: 15/07/2013
Aprovado em: 11/08/2013
Publicado em: 04/10/2013

Documentos mambembes: os diferentes suportes de memória em um caso de pesquisa com o circo-teatro

Darlan De Mamann Marchi¹
Isabel Porto Nogueira²

RESUMO: A diversidade de suportes de memória se coloca como fonte à pesquisa por duas óticas: as inúmeras possibilidades que oferecem e os desafios que as escolhas implicam. Como exemplo disso, aborda-se a pesquisa sobre o Teatro do Bebê, um circo-teatro familiar do Rio Grande do Sul, e que tem se dado através da junção de algumas fontes documentais e fotográficas familiares, anúncios de jornais e reportagens sobre o grupo/família, mas principalmente através da produção de documentos, ou seja, de entrevistas e de pesquisa de campo junto ao espaço da lona onde o grupo mambembe se apresenta. Quando a pesquisa relaciona-se a trajetória de um grupo, ou de uma atividade humana em processo, não tendo como base específica um arquivo ou um espaço fixo organizado que reúna os documentos necessários, ela é também uma forma de unir as diferentes fontes documentais em um acervo específico. O processo de pesquisa torna-se assim, constituidor de um acervo sobre determinado assunto, acervo esse organizado segundo as lógicas e os objetivos do pesquisador.

PALAVRAS-CHAVE: *Acervo; Documento; Oralidade, Teatro do Bebê.*

¹ Possui graduação em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI - Campus Santo Ângelo), Brasil; e especialização em Docência para o Ensino Superior pelo Instituto Cenequista de Ensino Superior de Santo Ângelo (CNEC-Santo Ângelo), Brasil. Ator do Grupo de Teatro A Turma do Dionísio de Santo Ângelo, Brasil. Atualmente é aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

² Graduada em Piano pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; e Doutora em Musicologia pela Universidade Autônoma de Madri, Espanha. Professora do Departamento de Música do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Professora da área de Musicologia do Centro de Artes da UFPEL de 1997 a 2013. Diretora do Conservatório de Música da UFPEL de 2002 a 2013. Professora e orientadora do Programa de Pós Graduação - Mestrado e Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural (ICH/UFPEL) desde 2007.

ABSTRACT: The diversity of storage media stands as a source of research for two points of view: the countless possibilities they offer and the challenges that involve choices. As an example, it deals with the research on the Teatro do Bebê, a circus-theater family of Rio Grande do Sul, which has been given by the inclusion of some familiar photographic and documentary sources, newspaper advertisements, and news about the group / family, but mainly through the production of documents, i.e., interviews and field research in the area of the canvas where the traveling theater group does its presentations. When the research is related to the trajectory of a group, or a human activity in the process, not based on one specific file or a fixed space organized to gather the necessary documents, it is also a way to unite the different documentary sources on one specific collection. The research process becomes thus constitutive of a collection on a given subject, this collection organized according to the logics and goals of the researcher.

KEY-WORDS: *Collections; Documents; Orality; Teatro do Bebê.*

Considerações iniciais

No campo das humanidades, mais especificamente da História, pesquisar é estar consciente de adentrar na leitura de um determinado acontecimento, manifestação humana ou período temporal afirmado em um “paradigma indiciário baseado na semiótica” (GINZBURG, 1989, p.151). Na reunião de elementos documentais materiais ou imateriais é que o historiador passa a sustentar suas ideias e a desenvolver uma possível leitura do objeto escolhido.

Partindo desse entendimento, é que a pesquisa com o circo-teatro, no caso específico da companhia familiar do Teatro do Bebê, tem procurado abordar a tradição do teatro mambembe no núcleo familiar e sua interação com o público, a fim de aprofundar a leitura dessa prática cultural em suas implicações no campo da memória social e do patrimônio cultural.

Para tanto, retomar historicamente a trajetória da família em sua relação com o teatro, além de essencial para a compreensão

dos aportes de memória e as transformações e permanências da prática, mostrou-se como um desafio a pesquisa. Os indícios que levaram a construção da pesquisa, a reunião de pistas documentais e a falta de unidade entre essas, foram servindo de suporte para o trabalho com a história oral. As inúmeras implicações que atuam sobre a forma como o grupo se organiza tanto na atividade teatral como na família, atuam diretamente na constituição memorial do mesmo.

Um acervo e suas intencionalidades

Um acervo de qualquer ordem, documental, fotográfico, museológico, pressupõe uma coleção, uma reunião de bens materiais, impressos ou audiovisuais que demandam um significado para uma coletividade, uma família ou um indivíduo. O colecionismo apresenta-se assim como uma categoria que expressa a necessidade humana em reunir bens materiais que abarquem um significado individual ou coletivo.

Conforme Hernández e Tresseras (2007, p.29- 30), o ato de colecionar está presente há muito tempo, com suas devidas especificidades, tanto nas culturas orientais quanto ocidentais. Os autores expõem o colecionismo a partir de três princípios: o primeiro como a busca humana pela transcendência, uma vez que uma áurea de mistério e relíquia de um testemunho do passado envolve o bem material a ser conservado; o segundo refere-se ao que trataram como uma ideia de “precoleccionismo”, ou seja, “a mera acumulação de objetos valiosos” movidos pela possessão, pelo apego aos bens, através da reunião de joias, de objetos em metais preciosos, e mais atualmente, de obras de arte de grandes artistas; a terceira refere-se ao “coleccionismo individual que se nutre de curiosidade e surpresa” e onde o colecionista expressa suas marcas de ordem “sensorial e intelectual” ou então motivado por fetichismo, como demonstração de poder e prestígio pessoal. Seguindo ainda esse trajeto de nomenclatura das formas de coleção os

autores especificam outras formas, como o colecionismo científico, ou a relação da passagem do individual para o coletivo, como no caso de acervos que deram origem a diversos museus europeus, definindo por fim que

Muchos coleccionismos modernos son de hecho identitarios, especialmente em la cultura occidental de lós últimos dos siglos, cuando la construcción del estado-nación requirió de la contribución de colecciones y museos por su aportación en el terreno de las representaciones simbólicas de carácter identitario. (Ibidem, p.30)

Todas essas intencionalidades estão por trás da composição de um acervo e suas possibilidades de uso e interpretação. Os documentos ou bens culturais reunidos em uma coleção estão também investidos de significações subjetivas que vão além da própria informação histórico-cultural primeira do objeto e sua origem. A trajetória do objeto enquanto bem que compõe esse acervo é uma trajetória temporal e que passa também a dizer muito desse objeto dentro do contexto que ele um dia fez e do qual hoje faz parte.

Derrida (2001) ao discutir as inúmeras experiências, vivências, problemáticas e possibilidades que se entrelaçam na composição de um acervo arquivístico vai beber na psicanálise freudiana para expressar a questão da teoria da institucionalização para a ciência do arquivo que se impõe na relação entre “a lei que aí se inscreve e do direito que a autoriza”, o que propõe uma ideia de desconstrução e uma série de questionamentos, assim trazidos pelo teórico:

Esta desconstrução em curso diz respeito, como sempre, à instituição de limites *declarados* intrasponíveis, seja o direito das

famílias ou do Estado, sejam as relações entre o secreto e o não-secreto, ou, o que é outra coisa, entre o privado e o público, sejam os direitos de propriedade ou de acesso, de publicação ou de reprodução, sejam a classificação ou a *ordenação*: o que pertence à teoria ou à correspondência particular, por exemplo? O que pertence ao sistema? À biografia ou a autobiografia? À anamnese pessoal ou intelectual? Nas obras ditas teóricas, o que é digno desse nome e o que não é? Devemos nos fiar no que diz Freud a esse respeito para classificar sua obras? Devemos acreditar em sua palavra quando apresenta seu *Moisés...* como um “romance histórico”? Em todos estes casos, os limites, as fronteiras, as distinções terão sido sacudidos por um sismo que não poupa nenhum conceito classificatório e nenhuma organização do arquivo. A ordem não está mais garantida. (DERRIDA, 2001, p.14-15)

Tanto as concepções referentes às diferentes formas em que se organizam as coleções, quanto às inúmeras questões que se colocam em relação à organização de um acervo, trazem consigo a questão da singularidade de cada acervo para a análise do mesmo, algo que se coloca como um desafio ao pesquisador. O documento enquanto aporte de memória, além de seu próprio conteúdo escrito ou visual de um tempo ou de um acontecimento, é também personagem do contexto de formação do acervo. Ele passa a fazer parte da constituição da história organizacional do espaço que o preserva e essa atitude de preservação e todo o *corpus* de conhecimento utilizado para tal, como o acondicionamento, a disposição e o acesso, passam também a fazer parte da história do documento.

Retirado de seu espaço de uso cotidiano por diferentes motivações e investido de um reconhecimento enquanto bem cultural, o documento passa a ser visto dentro de uma nova dinâmica, entretanto, continua fazendo parte da relação semiótica que o homem estabelece através dele com o meio social. Pode-se relacionar a essa interação as cinco representações trazidas por Poulot (2009), com base no trabalho da socióloga Wendy Griswold, no que se refere ao acolhimento dos bens culturais:

A primeira é a interpretação (concebida como a elaboração da significação). A segunda identifica-se com o sucesso (a popularidade, avaliada pelo número de adeptos ou convertidos, ou por qualquer índice de estima manifestada). A terceira configuração entende-se em termos de impacto sobre o campo de referência cultural (a influência de um objeto cultural sobre a fisionomia de objetos do mesmo gênero). A quarta equivale a canonização (a aceitação desse objeto pelo grupo de especialistas, capacitados para conferir-lhe legitimidade). Enfim, o último elemento de recepção tem a ver com a duração (a persistência de um objeto cultural no tempo, graças a um conhecimento ampliado ou não)(POULOT, 2009, p.20-21).

Com base em tais raciocínios que se colocam quando da composição e trabalho com um acervo é que se parte para a reflexão sobre a utilização de documentos para a pesquisa científica. No caso do historiador os documentos apresentam-se como a fonte principal onde ancora suas hipóteses e escreve a história. Porém, é munido de conhecimentos prévios sobre o tema, sobre os acontecimentos e as categorias que eram caras ao período estabelecido pela pesquisa que se produz, a partir do conteúdo do documento, a escrita da história. Outro ponto importante refere-se

à consciência de que o escrito é também produto do momento presente do qual o historiador faz parte.

Após essas primeiras reflexões sobre a problemática dos acervos, e tendo em vista que tais questões precisam ser consideradas na constituição da pesquisa, passa-se a discorrer sobre o caso específico da pesquisa com o circo-teatro. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar que se aplica ao trabalho em processo, busca-se refletir nos próximos tópicos sobre os diferentes documentos reunidos com a intenção de aprofundar o entendimento histórico da família de circo-teatro e o processo de continuidade e transformação da prática teatral que desenvolvem. Primeiramente aborda-se o uso de documentos escritos e imagéticos, em sua maioria jornalísticos e fotografias familiares, de um acervo familiar/profissional e posteriormente de documentos criados em função da pesquisa, ou seja, através de entrevistas que utilizam a metodologia da história oral.

O Teatro do Bebê: aportes documentais de uma atividade teatral tradicional

Pesquisar sobre o circo-teatro ou teatro de lona, tem se mostrado como um campo desafiador para a aplicação de uma metodologia de pesquisa única, com apenas uma base documental. Assim, tem sido necessária a busca de um diálogo entre diferentes fontes. Apesar da retomada histórica detalhada da trajetória do grupo não ser o objetivo principal da pesquisa, ela torna-se necessária para recontar, mesmo que parcialmente essa trajetória, para fundamentar a temporalidade do trabalho e a forma como se processa memorialmente na constituição do trabalho cênico as representações e a constituição de uma tradição familiar.

O circo-teatro consiste em uma prática cultural onde peças de teatro são realizadas no espaço da lona circense por um grupo de atores amadores. Trata-se daquilo que Silva (2007, p. 19-20) expressa como a teatralidade do espaço circense, ou seja, a

diversidade de formas artísticas que compõe o espaço circense, a multiplicidade de possibilidades de usos e linguagens disponíveis e o diálogo de diferentes expressões do seu tempo. Geralmente interligado por um ramo familiar, como é o caso da companhia de circo-teatro que é parte dessa investigação, tem no centro do trabalho um cômico protagonista ou o popular palhaço. Diferentemente do circo, no circo-teatro que se aborda nesse estudo, o espetáculo teatral é a única atividade desenvolvida.

Durante a década de 1920 diversas companhias de circo-teatro se formaram no Brasil e obtiveram respaldo devido “ao sucesso dos quadros teatrais junto à população, que não tinha fácil acesso à leitura, e a adesão de grupos teatrais que não tinham condições financeiras de manterem temporadas em teatros das capitais ou sustentarem viagens pelo interior” (PIMENTA, 2005, p.22).

O Teatro do Bebê, objeto dessa pesquisa, tem grande abrangência há algumas décadas na região sul e litoral do Rio Grande do Sul, com bastante intensidade na cidade de Pelotas/RS onde reside a maior parte da família atualmente. Nascido dentro do universo do circo-teatro José Ricardo de Almeida, o palhaço Bebê, é o proprietário e cômico principal da companhia familiar de teatro. Sua influência principal está na figura de seu pai José Epaminondas de Almeida, o Nhô Bastião, que deu início ao trabalho em 1929 no interior de São Paulo, onde junto com a irmã Izolina, de nome artístico Nh’Ana, ao circo-teatro Politeama Oriente³. Seguindo a

³ Conforme anúncios de jornais de diferentes estados do sudeste e do sul e dos relatos dos familiares o Politeama Oriente, sob a direção de Nhô Bastião (cômico com viés caipira) excursionou pelo interior do desses estados nas décadas de 1930, 1940 e 1950. O teatro móvel era feito com estruturas de madeira e zinco e viajava em trens e caminhões, e reunia famílias de atores que se revezavam também em outras funções na administração e manutenção da atividade. Os dramas e comédias apresentados pelos atores amadores iam desde releituras de clássicos da literatura mundial, sucessos do cinema, comédias de costume até textos escritos por integrantes da própria companhia. Os circos-teatro como o Politeama faziam temporadas de espetáculos em diferentes cidades com um variado repertório, alcançando um público que não tinha acesso aos bens culturais como o teatro e o cinema. O Teatro Serelepe e o Teatro do Bebê, dos irmãos Almeida, ambos itinerantes por

mesma linha do trabalho do pai, Bebê dá continuidade a uma atividade mambembe com um circo-teatro com capacidade para 500 pessoas. Em cena o seu personagem cômico é o centro dos espetáculos e os demais atores e atrizes - filhos, esposa, genros, noras, sobrinhos e netos – representam papéis secundários, são os “escadas”, como costumam nomear.

Apesar de utilizar-se de uma lona circense e da figura do palhaço, o trabalho teatral desenvolvido pelo grupo é voltado exclusivamente à encenação de peças teatrais, muitas dessas repassadas e readaptadas desde a época de seu pai. Mesmo com todas as mudanças trazidas pela tecnologia, pela televisão e outros meios modernos de entretenimento, o trabalho cênico desenvolvido pelo grupo encontra espaço e adesão junto ao público das localidades por onde passa, se reconfigura e se adapta as influências de seu tempo e aos espaços onde a lona é montada. A lona quadrada é erguida em algum terreno nos bairros ou no centro de pequenas cidades, em seu interior é colocado um palco italiano com toda a estrutura de bastidores, iluminação, sonorização, cenários e acortinamento e cadeiras móveis para o público. No entorno ficam os caminhões e ônibus que servem de camarins e também de moradia para alguns trabalhadores da família.



Figura 01

municípios do Rio Grande do Sul desde a década de 1960, são herdeiros dessa prática teatral mambembe e, com suas famílias, dão continuidade na atualidade a essa forma de teatro.

Imagem externa e interna do Teatro do Bebê em terreno na cidade de Rio Grande-RS. Fotografias: Darlan De M. Marchi. Data: 11 de maio de 2013.

O circo-teatro de hoje é herdeiro de uma prática cultural que foi marcante na cena brasileira a partir do final do século XIX e primeira metade do século XX. Eram espetáculos levados a lugares aonde as grandes obras teatrais não chegavam, compostos por uma miscelânea de atividades artísticas. As companhias circenses estrangeiras ou nacionais traziam em seu repertório o teatro, a pantomima e as farsas burlescas com palhaços, que inicialmente eram uma forma de distração do público entre um número acrobático ou de animais junto aos circos, mas passaram ao longo do tempo a ganhar destaque entre as atrações desses espaços culturais. Sobre uma dessas companhias que passaram por Porto Alegre ainda no século XIX, Athos Damasceno descreve:

O local era aprazível e os freqüentadores assistiam às demonstrações do circo, aboletados em cômodas cadeiras, ao ar livre, tomando cerveja e comendo salgadinhos. E a função constou de uma pantomima *O Desertor Condenado à morte*, de um *Cancã* pela jovem Rosina e seu apaixonado Brigaille, de um *Passeio de carro*, por Mme. Patafica, de *Várias Demonstrações Ginásticas*, pelos acrobatas Jacob, Jorge, Antônio, Carolina e Teresa e, finalmente, de uma grosseira sátira à Igreja - *A Ceia da Grande família*, servida pela cozinheira Mme. Cocô e pelo macaco padre Simão... (DAMASCENO, 1956, p. 166).

Hoje basicamente focado nas comédias e com um forte acento do grotesco e do teatro improvisacional, o Teatro do Bebê continua a basear-se nos textos e estrutura de outras épocas. O que

as modifica é o diálogo com temáticas contemporâneas e também a encenação centrada na figura do palhaço.

As fontes documentais que ora se apresentam para a pesquisa da trajetória da família Benvenuto de Almeida com o teatro mambembe refletem o próprio trabalho que realizam, ou seja, constitui-se também em um “acervo mambembe”. Consiste em alguns registros memoriais esparsos que o próprio grupo guarda, em sua maioria sem datações ou identificações e que por isso necessitam ser confrontados com registros da imprensa, mas principalmente de relatos orais.

Não se percebe na família do Teatro do Bebê o cuidado com a organização dos registros documentais e arquivos memoriais do trabalho artístico do grupo. O que o grupo possui como guarda são algumas caixas com fotografias esparsas, muitas sem identificação. Em algumas delas, os componentes do grupo sabem informar a cidade onde foi feita a imagem do espetáculo, outras rememoram o ano ou a década da imagem, outras, entretanto, não lembram mais nem um nem outro ponto que possa referendar temporalmente a imagem. No entanto, o que demonstram saber quase sempre é a peça em cartaz a partir da cena da fotografia, ou o momento que estava sendo representado naquela imagem – o personagem e a parte exata cena no contexto do espetáculo. Afinal as inúmeras peças cômicas estão presentes na memória atual do grupo, uma vez que estão em cartaz ainda hoje, sendo parte do repertório apresentado.

A falta de preocupação com a memória ou quanto à necessidade de um acervo fotográfico ou documental do grupo é consequência do mesmo estar em processo. Importa mais aos atores e família a próxima temporada do espetáculo, ou a venda de ingressos para a apresentação da próxima noite, do que o registro imagético ou documental do espetáculo apresentado já pela enésima vez sobre o palco. O trabalho está assim dentro de uma dinâmica de organização e também da tradição do grupo familiar.

Assim, apresenta-se como um desafio o trabalho de perseguir pistas documentais que ajudem a retomar historicamente o trajeto de um grupo itinerante que há mais de 80 anos segue em atividade. A maioria dos poucos documentos guardados pelo grupo se concentram no espaço temporal entre a década de 1980 até os dias atuais. Entre os arquivos familiares que foram disponibilizados pela família para a pesquisa encontram-se recortes de notícias de jornais e alguns documentos referentes a temporadas do grupo em diferentes cidades. Os documentos encontram-se armazenados em uma pasta, de forma aleatória. A família possui poucos registros em documentos da primeira geração do teatro.

O trabalho desenvolvido pelo grupo mesmo com toda a carga tradicional nos traços de organização familiar e do trabalho cênico e mesmo com as dificuldades impostas pelo momento contemporâneo, não faz parte ainda, no que se refere aos seus detentores, de um contexto de preservação memorial, ou de valoração histórica do trabalho. Percebe-se assim que esse olhar memorial e histórico é muito mais um olhar forasteiro.

Nesse caso, pode-se arriscar a dizer que não há uma atuação aprofundada por parte da família, da ânsia memorial contemporânea da qual trata Candau, e que a explicita no seguinte colocação:

[...] a paixão memorial pode revelar uma rejeição da representação que fazemos de nossa identidade atual, projetando no passado e, por vezes, ao mesmo tempo no futuro uma imagem do que gostaríamos de ter sido, imagem obsessiva que nega as alterações e a perda, ou imagem alucinada da beleza do morto, construída a partir de arquivos, traços, monumentos, objetos, relíquias, ruínas e vestígios. (CANDAU, 2011, p.18)

A família detentora do trabalho utiliza-se dessa historicidade para a promoção do trabalho, como se nota em diferentes reportagens e discursos, mas não se observa o mesmo quanto a guarda dos suportes memoriais que ajudam a contar essa história. Assim, a memória permanece presente de alguma maneira no cotidiano do fazer teatral e da vivência familiar, porém ela é recriada, ressignificada no presente, por isso talvez se espelhe no passado, mas não se apegue a esses referenciais de uma forma apaixonada conforme a reflexão anterior trazida por Candau.

Assim como na dinâmica da família, filhos se casam, netos nascem, familiares morrem, na dinâmica do teatro os espetáculos prosseguem com novos atores, novas releituras do texto com improvisações atuais. Familiares e atores participam da mesma dinâmica, a vida do palco também é a vida em família e vice-versa. Esse acervo familiar e teatral precisa ser visto no conjunto e recebe pouca atenção por parte de seus detentores, uma vez que a memória não está no papel guardado, mas naquilo que está sendo vivido. Como afirma Nora (1993, p. 09) “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução”.

As fotografias de espetáculos, os poucos recortes de jornais de algumas cidades por onde passaram, bem como cartas de fãs e admiradores, estão guardadas junto com as fotos familiares de casamentos, festas de aniversários, comemorações familiares. Não há a classificação entre um e outro, uma vez que o trabalho e a família constituem elos que se complementam. O olhar sobre o trabalho não ganhou um status em separado, onde se mostra como necessário a guarda e classificação dos documentos, ele está no mesmo patamar da vida em família. Ele é a vida em família e a vida em família compõe o trabalho cênico.

O uso da história oral: a sua dinâmica e o diálogo com outros documentos

A história oral é uma “arte multivocal”, que nasce da relação, do encontro entre aquele que narra e do historiador que recolhe a narrativa, uma vez que é nesse encontro específico que “os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo”. Assim, o papel do pesquisador é o de provocador de memórias e performances verbais, uma vez que a própria palavra “entre/vista” remete a “uma troca de olhares”, e que é nessa troca que pesquisador e narrador se percebem e passam “a modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções” (PORTELLI, 2010, p.19-20). Essa relação vai além de uma simples metodologia de pesquisa, ela se complexifica e traz consigo uma série de questões que partem dessa relação dialética e que atuam diretamente na constituição da pesquisa.

A construção narrativa não se dá apenas através da verbalização de algo que é externado pelo entrevistado durante sua relação com o entrevistador. Narrar se dá também através dos discursos ocorridos a partir da interligação de diversos meios materiais e simbólicos (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003, p. 527). As implicações exteriores convergem na relação que se estabelece, influenciando no que é trazido pelo entrevistado. O que não foi verbalizado também passa a fazer parte da narrativa, a percepção de conjunto do pesquisador constitui a narração, o lugar físico, a condição psíquica daquele que narra, o ambiente em diálogo com o tema da pesquisa, a disponibilidade de tempo e os lugares sociais e hierárquicos, compõem o conteúdo do documento que está sendo gerado (DELGADO, 2006, p. 21).

No caso da pesquisa sobre o Teatro do Bebê, no que tange a história oral, aplicou-se uma metodologia que busca analisar diferentes formas narrativas sobre alguns temas pré-determinados pelo pesquisador. O roteiro de entrevistas foi dividido nas seguintes temáticas: a) trajetória da família com o teatro: memórias e histórias; b) o palhaço Bebê: relações ator/personagem e palco/família; c) o cotidiano do trabalho: papéis e funções estabelecidas; d) mudanças de repertório de dos modos de fazer:

percepções da família/atores sobre as mudanças internas e externas em relação ao trabalho teatral.

Partindo de tais tópicos, a ideia foi ouvir diferentes pessoas em diferentes funções na estrutura do trabalho e da família. Isso demandou ir além de uma escuta exclusiva do ator José Ricardo de Almeida, o Bebê, ator principal, chefe da companhia e pai e avô da família. Para a compreensão de como ocorre o funcionamento do teatro de lona contemporâneo, bem como os discursos que engendram a identidade do grupo, foi necessário buscar-se outras vozes além de uma escuta biográfica do palhaço Bebê. Em uma das entrevistas realizadas foi ouvido o filho mais velho, que possui um circo-teatro em outra cidade, onde trabalha com seu núcleo familiar (esposa e filhos), mas que também atua ainda na companhia do pai quando necessário. Outra entrevistada foi com a esposa do palhaço Bebê, Ana Maria, filha de atores circences, mãe, avó, dona-de-casa e atriz nas peças. Também foi feita uma entrevista em conjunto com um casal de sobrinhos que moram em um ônibus junto ao espaço da lona e atuam como organizadores do espaço – bilheteria, secretaria, contra-regagem e também como atores em cena.



Figura 02

Cena do espetáculo “Bebê o astro da Rede Globo” , em cena Bebê o sobrinho Silvério e o filho Vinicius. Ao lado após o espetáculo com a esposa Ana Maria a filha Michele e a neta Antonela. Local: Bairro Dunas na cidade de Pelotas/RS. Fotografias: Darlan de M. Marchi. Data: 22 de abril de 2012.

Para a definição dos entrevistados, e dos temas abordados no roteiro de entrevistas levou-se em conta o que alerta Tourtier-Bonazzi (2006, p. 237) quanto a consideração de variantes como sexo, idade, profissão, origem social ou ocupação. A intenção da escolha empregada está na possibilidade de trazer para dentro da pesquisa os diferentes olhares sobre uma temática comum, compartilhamentos memoriais contados sobre diferentes perspectivas de quem as vive em conjunto, mas de formas e percepções diferenciadas. Tal intencionalidade vem de encontro com as palavras de Portelli (2010, p.35) quando lembra que “a história oral é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto à consonância. Muito da dramaticidade e da eloquência da entrevista derivam da consciência da separação e da diferença que existe entre nós”. Esse “nós” do qual fala o autor vai além da relação dos indivíduos envolvidos com o universo do objeto da pesquisa, nesse caso do circo-teatro, ele se estabelece nessa relação com o pesquisador mediado pelo ambiente espacial e emocional em que se estabelece.

Diferentes relações foram vivenciadas na construção do trabalho e que precisaram ser consideradas quando da interpretação do pesquisador, uma vez que este está agindo diretamente na composição daquilo que é expresso pelos entrevistados. Uma conversa que se estabelece dentro da lona do circo em um horário qualquer, é diferente de uma conversa no camarim antes do espetáculo com o público esperando para o início do espetáculo. Assim, uma entrevista em um ambiente familiar da sala da casa da família, também traz implicações que são diferentes da conversa dentro do ônibus onde moram componentes do grupo. Os ambientes espaciais possibilitam o desencadeamento de narrativas que são suscitadas tanto pelo entrevistado como pelo entrevistador. A presença de outras pessoas no ambiente, assim como a possibilidade de uso de fotografias e outros documentos mostrarem-se como dispositivos para a recordação e facilitam a

fluência narrativa e são pontos que precisam ser levados em conta na análise das entrevistas (TOURTIER-BONAZZI, 2006, p.236).

Além das questões físico-espaciais, estão as relações pessoais e emocionais empregadas, bem como nas escolhas do que narrar e do que calar. Os consentimentos das memórias compartilhadas e os atritos que se desvelam no narrar estão em jogo todo o momento. No que se refere aos objetivos centrais da pesquisa, nesse caso às referências a memória e suas tramas híbridas, – hibridismo que coincidentemente também se reflete nas influências artísticas que compõe a tradição do circo-teatro – há a demanda da reflexão por parte do pesquisador, uma vez que,

[...] a dinâmica historiador-narrador é mediada no trabalho de história oral pela construção social da memória. [...] Historiadores orais escolhem as vozes que eles desejam narrar escolhendo alguns narradores e não outros e eles, frequentemente, escolhem as estórias que eles desejam que os narradores lhe dêem voz, procurando algumas memórias e outras não. (ERRANTE, 2000. p. 168)

Os documentos orais investidos de um rigor metodológico mostram-se, em diálogo com os documentos escritos, como uma robusta fonte para um olhar histórico e crítico sobre as experiências humanas. Além do mais, cabe ressaltar que a história oral traz consigo a polivalência da possibilidade de diálogo com diferentes disciplinas na construção do conhecimento. Segundo Lozano (2006, p. 19) “a história oral é um ponto de contato e intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais e do comportamento, especialmente com a antropologia, a sociologia e a psicologia”.

Assim, o direcionamento da pesquisa ocorreu nessa interlocução passado/presente na busca de se entender como ela se processa na família de circo-teatro hoje, em consonância com as pontes que podem se estabelecer a partir dos assuntos trazidos

pelos entrevistados. Assim, ao mesmo tempo em que o roteiro tem um objetivo claro ao pesquisador, ele não é algo fechado. Um exemplo disso, na pesquisa desenvolvida, foi os próprios entrevistados que são trabalhadores da cena. Acostumados com o público e com grandes plateias, eles são eloquentes em seus relatos e trazem muitas vezes assuntos que a um primeiro olhar poder-se-ia dizer que escapam do roteiro, mas através de um olhar mais apurado dialogam mais adiante com inflexões necessárias para o entendimento da constituição identitária do grupo.

As escolhas feitas para a pesquisa com o Teatro do Bebê não se fecharam na questão histórica do passado do grupo, lançou-se a tentativa de encaminhar as entrevistas no sentido de estabelecer um paralelo entre essa história do passado familiar ligado ao teatro e a comparação com o trabalho teatral da atualidade. Nesse ponto apresentou-se o desafio maior, o de como classificar na própria escrita esses documentos e buscar em paralelo contar uma história familiar e fazer uma reflexão acerca do trabalho na atualidade. Entendeu-se no decorrer da análise que não há como fragmentar essas questões, elas estão em diálogo o tempo todo.

Assim como a história oral e sua “multivocalidade” de base multidisciplinar, o circo-teatro está colocado em um campo multifacetado, que é resultado de continuidades e de novas práticas e influências colocadas nos espetáculos. Para Silva (2007, p. 22) isso diz respeito às trocas e interações com espaços por onde os artistas passaram e através da ressignificação de diferentes linguagens artísticas que compõe o espaço circense. Sendo assim, o universo das fontes documentais para a pesquisa nesse campo que se refere à história, memória e identidade de uma família de circo-teatro não pode estar dissociada da compreensão da forma como se constitui o trabalho e a organização do universo teatral que é também o ambiente familiar do grupo.

Considerações finais

A “problemática dos arquivos”, conforme expressa Derrida (2001) desestabiliza a ordem e explicita as possíveis e diferentes intencionalidades de um acervo. O trabalho de pesquisa pode ser visto como um fator que se insere nesse contexto, uma vez que é desenvolvido com uma intenção, um objetivo. Pesquisar é reunir documentos, sistematizá-los metodologicamente e dar-lhes voz - uma entre as muitas que poderiam ser dadas. Assim, o pesquisador se utiliza de diferentes fontes e acervos e também acaba por reuni-los dentro de uma nova dinâmica.

Nessa mesma linha, no caso da pesquisa com o circo-teatro trazido como exemplo para a reflexão tecida nessas páginas, foi necessário compreendê-lo enquanto um objeto múltiplo e não linear que exige o uso de fontes documentais diversas para seu entendimento histórico e compreensão da sua atuação no presente. Entretanto, essas fontes documentais precisam dialogar entre si respeitando o rigor científico, mas também abertas à flexibilidade e a sensibilidade necessária para o trato com o tema.

Dessa forma, aquilo que às vezes pode mostrar-se como algo problemático ao historiador como a falta de documentação abundante, de datações precisas, de um acervo documental organizado, do alcance e convencimento do narrador para a entrevista (tendo que adaptá-las aos horários do grupo e as questões familiares), da importância de desacomodar-se e sair a campo para a observação das relações e assistência do espetáculo sob a lona, tem se mostrado por fim como processos necessários na compreensão do objeto. Não uma compreensão que se dá apenas na análise dos documentos e seus conteúdos, mas também do processo que levou a reunião desses documentos para a pesquisa. Todo o trabalho desenvolvido mostrou que é preciso confrontar a pesquisa com as próprias escolhas feitas e os caminhos que a levaram até suas conclusões.

Referências bibliográficas

- BROCKMEIER, Jeans; HARRÉ, Rom. Narrativa: problemas e promessas um paradigma alternativo. In: *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, vol 16 nº 3, 2003, p. 525-535.
- CANAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.
- DAMASCENO, Athos. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX* (contribuições para o estudo do processo cultural do Rio Grande do Sul). Rio de Janeiro: Editora Globo, 1956.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: Memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução: Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. *História da Educação*. ASPHE/ FaE – UFPel. N.8, setembro, 2000. p. 141-174.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. *Gestión del patrimonio cultural*. 3ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.
- LOUZADA, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, nº 10, p.7-28, dez.1993; Trad. Yara Aun Houry. São Paulo: PUC.
- PIMENTA, Daniele. *Antenor Pimenta: circo e poesia: A vida do autor de - E o céu uniu dois corações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2005.

- PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. Trad. Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- SILVA, Ermínia. *Circo-teatro: Benjamin de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil*. São Paulo: Altana, 2007.
- TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos:propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Recebido em: 16/07/2013

Aprovado em:16/08/2013

Publicado em: 04/10/2013

Water resources and human behaviour: an integrated landscape management perspective

Luiz Oosterbeek
Ingelore Scheunemann
Luís Santos

ABSTRACT: A two sides balance can be drawn from the last 20 years of active intents to change local, regional and global policies concerning water and global environment issues. On one hand, as a consequence of the “sustainable development” model, there is an increasing awareness of the issues in stake, and environment became a core part of any public policy. International conferences and the investment in scientific research in these areas are an expression of this. Yet, concerns are growing in face of the increasing stress imposed on freshwater resources, climate change and the difficulties to achieve international consensus on specific strategies. This was the focus of discussion in the international conference on climate change organised in Nagoya in December 2010, by ICSS, ICSU and ICPHS. A revision of the conceptual approach to sustainable development, moving beyond a strictly socio-economic understanding of human behaviour and incorporating, as basic strategies, the dimensions of culture, didactics of dilemma and governance, is currently being applied in some scenarios, hopefully with a better result. The paper discusses water resources in the context of climate change from this integrated perspective.

KEY-WORDS: *Integrated landscape management; development; sustainability; water management.*

Conceptual issues

Two decades after the Rio 92 Earth summit, twenty five years after the Brundtland report (COMISSÃO, 1991), it is amidst growing concerns that a new summit is being prepared, in any case with very low expectations. The conference on eco-hydrology was organised in Tomar with these concerns at the backstage: water management is crucial for any human strategy, but water

management policies alone face increasing challenges and tribulations. In this paper we intend to briefly discuss this wider context for water management, clarifying concepts and methods, leading to a somewhat different operational scope (BATISTA, 2011). We believe that case studies demonstrate how such an approach renders specific policies (namely water or natural hazards management ones) more resilient in times of change, namely through increasing response capacity to natural or human induced hazards.

Public awareness of global environmental changes undoubting growth had an enormous impact in public policies, from environmental protection legislation to the establishment of environmental ministries and agencies. The private sector has to a large extent embraced the topic, and failure to meet the targets set twenty years ago cannot be simply assigned to lack of interest or engagement. Yet, despite all efforts and speeches, the planet is today in a worst condition, should one consider environmental, social or economic issues (OOSTERBEEK, 2010). There is growing stress on freshwater resources, not enough decrease in pollution indicators and certainly no detailed strategic consensus involving all major stakeholders. These difficulties are reinforced by the perspectives of social disruptions (evident across the globe) and a significant reduction of the economic growth rate.

In this context it is useful to look at previous processes involving human groups. Adaptation to climatic changes in the past (MIRANDA *et al.*, 1986) was always a sequence that combined increased mobility (in almost all cases, people having to move in order to look for a better environment) and technical innovation. Only when both of these were present did humans succeed to avoid the trend that in general comes along with such changes: major extinctions. It may also be understood that mobility was primarily triggered by water shortage. In fact, the shortage of other basic resources can be solved through changing the economy or improving logistics, but this is much harder when one considers

water. This overdependence became even greater since, some 10.000 years ago, agriculture started to rapidly become the new structural organiser of territories. The spread of farming is, also, a story of technological advances and growing mobility, through which trade became increasingly important (to serve hereinafter settled groups that would face growing difficulties in the procurement of long distance goods). From then on, evolution has been associated to growing economic and social complexity, this engaging growing energy consumption. Without growth there is no sustainability, and without sustainability there will not be evolution, only collapse (OOSTERBEEK, 2006). With no surprise, all past civilisations collapsed from within, even when with the “help” of outsiders, due to the collapse of the communication and transportation networks. Entropy expresses itself in a very clear way in social and economic networks, whenever their universe is no longer expandable (as to a certain extent is the case today).

There are four main mechanisms that have conditioned transition periods, as the current one we’re living in: water management (by no accident a crucial component of all early civilisations), mobility of people, artefacts and commodities (this is at the core of the European Union strategy – MICARELLI, 2002), urbanisation (people turning their back on the countryside and moving into villages and towns, today by the millions, but already 2 millions in ancient Rome – with the technology then available!) and technological divides and disruptions. It is easy to realise that there is no current planetary strategy to any of these mechanisms.

Traditional responses to social stress deriving from these mechanisms are of two types: social fission (lower energy costs, technological simplification) or up-grading complexity (higher energy costs, technological complexity) focused on major hydraulic constructions (camellones, dams, reservoirs). Today, new strategies (from planetarian water management to a new “Bretton Woods” monetary pact) are required for a new scale of phenomena: globalisation and the so-called “big acceleration” (SANTOS, 2007).

But humans only move in response to given stimulus, and the big acceleration, in all its dimensions (and not only the environmental one) is hardly perceived by most people.

In order to understand why this is so, one must understand how human knowledge and awareness is built, building this understanding from a compound of various disciplines (MAX-NEEF, 2005). Each unit of information is processed and framed within a threefold notional structure: space, time and causality. In fact, to provide non magic causal explanations, it is fundamental to establish sequences through time, understanding its irreversibility, a notion that is not evident at all (FIGURE 01). Out of the three notion, only the first, space, is accessible through a sensorial intelligence (we “feel” where we are), but it is only through a more elaborate reasoning (where technology, i.e., the combination of abstract knowledge with practical techniques, plays a major triggering role), that the notion of time can move beyond circularity and magic. It is because “I make something through a sequence of choices and actions” that “I understand physical causality”. Needless to say that in contemporary society, namely for the last four decades, technology became less and less mastered by individuals (as Chaplin foresaw brilliantly in “Modern Times”), this entailing a growing alienation. And alienated people cannot understand the processes of change and the adequate mechanisms to face it.

Processes

In order to set people on the move, towards a new direction and mostly towards new operational strategies, water is an excellent structuring axis.

For centuries humans harnessed rivers for their own purposes, built dams for water reservoirs and hydroelectric power production, dredged, widened and straightened to aid navigation, improve land drainage alleviating flooding, and stabilised land to

prevent the loss of buildings and bridges or to protect farmland. All these interventions change the original behaviour of a river and may lead to instability problems, only solved by heavy engineering interventions with consequences to the conservation and amenity value of the riverine environment.

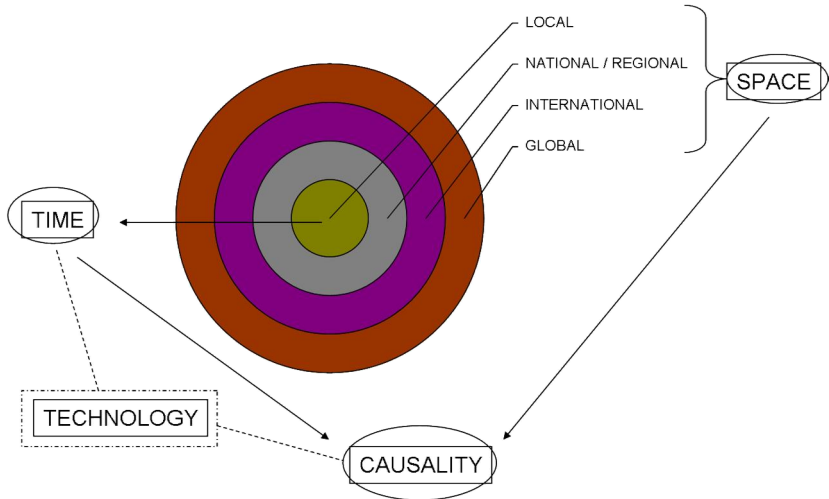


Figure 01

How the notions of space, time and causality relate to scales of mobility and to technology

Integrated landscape management (ILM) is nowadays recognised as fundamental to sustainable management of the world, with particular emphasis on freshwater, as it will be moreover, the main resource for human settlement and survival. The European Union Water Framework Directive 2000/60/EC of the European Parliament and of the Council of 23 October 2000 establishing a framework for Community action in the field of water policy *Official Journal L 327, 22/12/2000 P. 0001 - 0073*, implement water resources and ecological assessment as main contributors to the analysis, to provide the basis for management and restoration

of hydrological networks. The USA, show a long use of biological surveys to regulate water quality which become a widespread approach, starting from the 1987 amendments to the federal Clean Water Act, where section 101(a) states that its primary objectives are to “restore and maintain the chemical, physical, and biological integrity of the nation’s waters” (MEBANE, 2001). Australia followed the trend, using nationwide water quality analysis through biological indicators since the mid 1990s, to guide water management agencies as well as the National Water Initiative in 2004. In South Africa a national monitoring program has also been developed (ROUX *et al.*, 1999) using ecological assessment, and further developing their knowledge of the biological indicators. Biological measurements provide direct information on the condition of biota resident in the water resource, and therefore on the overall ecosystem condition. The obvious importance to management issues, with direct analytical information, can provide a more sensitive time-integrated assessment of river condition, whereas, physical or chemical variables have in many studies been determined as a insufficient methodological approach in certain environmental conditions (OBERDORFF *et al.*, 2002; NICHOLS *et al.*, 2006; DAVIS *et al.*, 2006).

Environmental conditions are a decisive variable in terms of Ecological status determination, in many highly variable seasonal water distribution rivers, where reference sites observe deterioration of their ecological bio-assessment status during summer lower flow levels, however chemical analysis of water determines outstanding quality. These facts may seem peripheral to European scientific geographic stronghold, however of major importance to the application of the WFD. These peripheral climatic variations have to be addressed thoroughly, being one of the main objectives of future research the streams where assessment conditions have a seasonal variation, the assessment of regions with wide span of climatic characteristics in the geographical coverage, which are complicated by a variable gradient

of altitude and other environmental conditions. As one of many published researches states “The probable impediment to widespread adoption of predictive modelling for bioassessment is the need to produce models tailored to specific geographic regions and specific climatic conditions. This may incur significant costs in countries, such as Australia, which span a wide range of climatic zones.” (DAVIS *et al.*, 2006). This requires an in depth knowledge of a wider set of variables and probably a new approach to recommended WFD in order to improve its implementation success. The solution may reside in the integrated landscape management where all variables may be considered as equal both in the ecological, historical and geographical scopes, based on a shared social awareness filtered through the various cultural understandings.

During the last decades natural integrity of river basins and low levels of anthropogenic impact within protected areas rose in society awareness to the social-economical value of freshwater resources (CONSTANZA *et al.*, 1997; NICHOLS *et al.*, 2006). Nevertheless activities, such as irrigation for agriculture and catchments for energy production pose various threats to water quality, flow reduction and ecosystem integrity (WARD and STANFORD, 1995; POFF *et al.*, 1997; RICHTER *et al.*, 2003; CHESTER *et al.*, 2006). Many natural aspects of rivers ecosystem are threatened, for example floods trigger fish to spawn, help insects to begin a new phase of their life cycle, reintroduce sediments and organic matter in streambeds, while very low flows may be critical to riparian vegetation, cause eutrophication and consequently death of aquatic vertebrates.

Most European rivers, as Japan, United States, and others in industrial regions, are now controlled more by humans than by nature. Rather than following the rhythms of the hydrologic cycle, they are turned on and off like pipe works. Societies gathered substantial economic rewards from these modifications to rivers. However, inadequate attention has been paid to the ecological side

effects of this development, dismissing entirely the ecosystem functions and impacts on societies. In their natural state, healthy rivers perform numerous ecosystem services, such as water purification, floods and droughts control, and maintaining habitat for fish, birds, and other wildlife. They offer connection between continental interiors and coasts, bringing sediment to deltas and coastal shore, delivering nutrients to fish habitats and estuaries, and maintaining salinity balances. From source to sea in all four dimensions, river ecosystems gather, store, and move snowmelt and rainwater flowing their characteristic natural cycles (ODUM, 1971). Thus diversity and abundance of life in freshwater ecosystems reflect millions of years of evolution and adaptation to these natural rhythms, human activities took little over a century to alter most of these natural characteristics. All these are considerations that most students learn throughout the education process, thus being aware of the systemic nature of the life of rivers. Indeed, hydrology education is a powerful means to promote the understanding of what it means to be an integrated system.

Biodiversity loss, such as Egypt, where before the 1960s dams' diversity of fish accounted for 47 species of fish, whereas today only 17 species are known. The World Conservation Union estimates that 20 percent of the world's 10,000 freshwater fish species are at risk of extinction or are already extinct. According to the US EPA, 37 percent of freshwater fish species in the United States are to some degree at risk of extinction, as are 69 percent of freshwater mussel species (POSTEL, S. and RICHTER, B.). These are just some of the problems involving freshwater ecosystems, the study and understanding of each individual area is part of the larger ecosystem approach.

Integrated landscape management can be the path for new strategies to tackle the problem: we may not control the ways of the planet but we surely can learn from the past.

Methodology

An adequate method needs to build from these considerations offering a “back to basics” approach. Humans survival requires the establishment of networks of relations and activities within the environment (including other human groups) in order to meet needs (KANT, 1802). Economics is this network of relations and activities, and in this sense all humans do “the same” within a similar context and with a similar technology. Yet, humans do it through performances and representations, i.e., they do it in specific, unique, cultural ways, and these also determine the content of their strategies. Economy and culture are one same thing, looked upon from different perspectives. Therefore, there are cultural understandings of economics and environment and this must be the starting point for a methodological design.

Human adaptations to contextual changes are processes where each human group faces the relation involving environment, society and economics through its own cultural approach. This is a compound of acquired knowledge (socially transmitted and generated) and logistics (practical strategies to meet humans needs, based on knowledge and experimentation). The focal target for setting a human group into a dynamics of territorial integrated management must be the perceptions the group has of such territory, what we can call its “perceived landscapes” (SARAIVA, 1999). To design an ILM process one must, then, promote basic territorial units that may bring together into common grounds different and conflictive perspectives and interests, understanding that despite appearances, human behavioural diversity is very limited (FIGURE 02).

Besides structural tools (what we define as “territorial matrix”), technological tools are also very important, namely GIS, since these systems build from spatial coordinates into a time perspective, thus generating causal reasoning. Moreover, because

they allow to manipulate variables, indeed they are useful to design culturally perceived landscapes.

Indeed, the integrated management of the territory has to support different types of instruments and systems strategy formulation, planning and management, properly articulated and representative of the agents involved in the service of sustainable development policies (SCHEUNEMANN, 2009).

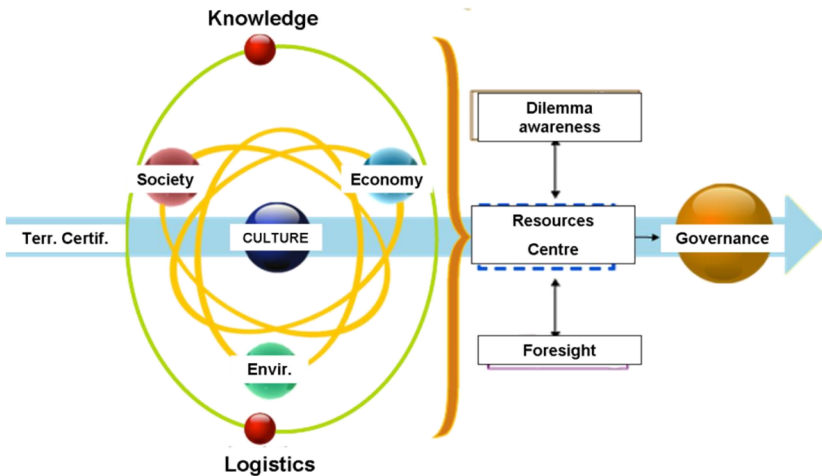


Figure 02
The flow of ILM

This allows for considerable different views of social dynamics in the territory, in its social, environmental and economic integration, made possible by the actions of intervention in the territory, creating structures and mechanisms for participatory governance (ANDRADE and ROSSETTI, 2009), and designing future scenarios.

As an example, part of the study and knowledge on water availability to potential uses of water has focused on its availability and quality, as it is the basis for the definition of policies for water resources management. This information can be done by using

Geographic Information Systems (GIS) mapping technology as a tool, not only for cartographic register but also as simulation models integrated with other spatial and temporal variables, which allow to understand the reality of integrated planning and support effective non-casuistic interventions.

The GIS are tools that enable the integration, manipulation, analysis and visualization of geographic information and their attributes, from a technological component (hardware and software). This manipulation of information is done according to certain methods of analysis and always within a particular organization and scientific field.

The real power of the GIS is its ability to integrate the analysis of spatial and attribute data. GIS systems improved user interfaces and expert systems to advise the user on how to utilize the existing database and software to obtain the desired resource information. Berry (1987) identified many advantages of the use of cartographic models. These models are capable of dynamic simulations and provide spatial "what if" analysis.

GIS tools are an important part of the ILM methodology as a support that facilitates the management of interactions between the physical and human activities, as well as with the sustainable use of resources. But for this administration to be effective one needs to access geographic information updated , to guide decisions, as well as the whole process of gathering information, allowing according to Reis, (1993) to synthesize thematic information through drawn images, symbols and graphic conventions, formalized by means of cartographic representations. This information is translated into cartographic representations and interrelated, creating new documents which will support the implementation of specific actions of territorial management. The quality of this type of information should be ensured to obtain reliable results when crossing data and its subsequent analysis.

For instance, in the development of human activity based on climatology, should not be ignored the role of other physical

variables in the evolution of climate and its impacts on socio-economic systems and political functioning GIS as tools to integrate and model the territorial realities .

In this context it is essential that public bodies make available information on WEB-GIS platforms, so that it is possible to perform spatial analysis for overlapping information, furthermore this information should be public and widely available.

One example is the National System of Information Water Resources (SNIRH), created by the Institute of Water (INAG) in Portugal, which provides free environmental data, including data on water, as well as a web-GIS platform, providing access to spatial data via "Web Map Service (WMS) " – an open format of "open Geospatial Consortium (OGC)" – with the aim of providing geographic information in a standardized way.

Case studies

This approach is being implemented in different specific contexts.

One example is Mação, a medium size municipality in the Tagus basin, in Portugal, affected by the increase of ageing population and decrease of overall residents, as well as by soil erosion and decay of former major economic activities. After major fires that dramatically affected Portugal in 2003 (a "natural" hazard induced by soil management policies), contributing to destroy almost the entire territory, an ILM strategy has been launched. As operational tools were created a centre of knowledge resources (Instituto Terra e Memória – a partnership involving the municipality, the Polytechnic Institute of Tomar and NGOs) and several so-called "spaces of memory", located in more remote and isolated parts of the municipality. As driving projects, apart from creating a common territorial brand ("Mação") and setting a very detailed GIS system for forest monitoring and management, a Museum specialised in Prehistoric Art (a major heritage of the basin

that occurs in the municipality) became the core for several policies (youth, culture, tourism, education, quality production). The museum offers a permanent exhibition on the dawn of agriculture and the logics of human adaptations to environmental changes. Cultural heritage, namely the traditional cultural rural landscapes, became the main integration driver. In this way, the museum embraces education but, also, economics (since rural productions are still the main economic activities) or environment (its main content), and the model became also a media success, which contributed to counter the isolation effects of being an inland poor municipality. ILM became a major set of operational tools to organise an efficient response to the hazards occurred in 2003.

Another extreme example of ILM is the ongoing building of the Açú super-harbour, in Brazil, 300 Km north of the city of Rio de Janeiro (OOSTERBEEK/SCHEUNEMANN *et al.*, 2011). This is the largest private investment of Southern America, involving the establishment of a major logistic hub, associating mineral processing, long distance naval trade, shipyards, energy production and several other components, the whole covering 9.000 ha of constructions and involving a demographic regional growth from current 500.000 to well over one million. The method of ILM development was based in the same assumptions, and a resources centre was established (called “Centro de Conhecimento”) alongside a still growing “spaces of memory” network. This dynamic is currently the cradle for integrative projects, from traffic planning to schools enhancement.

A further step in the process will be the establishment of regional observatories on ILM and its effects and an independent certification of the territories managed with this methodology.

In both cases, despite different driving themes was different (heritage in one case, the industry in the other), ILM proceeds by bringing together, in every step, the notion of dilemmas (and not only problems that may be solved), the strategy to improve critical thinking (fighting alienation) and the didactics of the 3+1 axis of ILM

for sustainable development (environment, economy, society + cultures). And, in both cases, water management seats at the heart of the debates and strategies to pursue.

References

- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. *Governança Corporativa, Fundamentos, desenvolvimento e tendências*. Ed. Atlas, São Paulo, 2009.
- ARONOFF, S. *Geographic Information Systems: A Management Perspective*, WDL Publications, Canada, 1989.
- BATISTA, Eliezer. The new sustainable development paradigm. In: *Bioma – Revista de Sustentabilidade, Recursos Humanos e Inovação*, nº1, pp. 89-93, Brasil, 2011
- CHESTER, H.; NORRIS R. Dams and Flow in the Cotter River, Australia: Effects on Instream Trophic Structure and Benthic Metabolism. *Journal Hydrobiologia*, Vol. 572, No. 1, Pp. 275-286. DOI: 10.1007/s10750-006-0219-8, 2006.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO: Nosso futuro comum, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, Brasil, 1991.
- COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; DE GROOT, R.; FARBER, S.; GRASSO, M.; HANNON, B.; NAEEM, S.; LIMBURG, K.; PARUELO, J.; O'NEILL, R. V.; and others. *The value of the world's ecosystem services and natural capital*, Nature 387: 253–60, 1997.
- DAVIS, J. ; HORWITZ, P. ; NORRIS, R.; CHESSMAN, B.; MCGUIRE M. ; SOMMER, B. Are river bioassessment methods using macroinvertebrates applicable to wetlands?, *Hydrobiologia* 572: 115–128, 2006.
- BERRY, J.K.: Fundamental Operations in Computer-Assisted Map Analysis, International Journal of Geographic Information Systems, Vol. 1, No. 2:119-136, Taylor and Francis, Ltd, 1987.
- KANT, Immanuel: *Géographie*, Paris, ed. Aubier. 1.ª edição: Alemanha, 1802.
- Arminda, M. R., 1993 : Os Sistemas Municipais de Informação Geográfica. Fim de Século, 1999.
- MAX-NEEF, M.A.: Foundations of transdisciplinarity, in *Ecological Economics* , 53, pp. 5-16, 2005.

- MEBANE E. A.: Testing bioassessment metrics: macroinvertebrate, sculpin, and salmonid responses to stream habitat, sediment, and metals, *Environmental Monitoring and Assessment* 67: 293–322, 2001.
- MICARELLI, R.: Sustainable planning and social ecology : first steps to a first application of the European Landscape Convention of the Council of Europe, *Area Domeniu*, vol 1, 23-36, 2002.
- MIRANDA, J. M., MESEGUER, J. S., RAMÍREZ, A.: Bases para el estudio de las relaciones entre el medio geográfico y los asentamientos humanos, *Arqueología espacial*, vol. 7, pp. 199-212, 1986.
- NICHOLS S. J., ROBINSON W. A., NORRIS R. H.: Sample variability influences on the precision of predictive bioassessment, *Hydrobiologia* 572: 215–233, 2006 .
- OBERDORFF T., PONT D., HUGUENY B., PORCHER J.: Development and validation of a fish-based index for the assessment of ‘river health’ in France, *Freshwater Biology* 47: 1720–1734, 2002.
- ODUM E. P., FINN J. T., FRANZ E. H.: Perturbation theory and the subsidy-stress gradient, *BioScience*, 29: 349–52, 1979.
- ODUM E.: Trends Expected in stressed Ecosystems, *BioScience*, Vol. 35, P. 7, Pp. 419-422, 1985.
- OOSTERBEEK, L.: Meio ambiente, patrimônio cultural e consciência – uma perspectiva arqueológica, PASSOS, M., *Diálogos cruzados: religião, história e construção social*, Belo Horizonte, Argvmentvm, 61-82, 2010.
- OOSTERBEEK, L.: A Insustentável Ligeireza do Desenvolvimento. IN: TOSTÕES, Ana, OLIVEIRA, E. R.A., PAIXÃO, J. M. P., MAGALHÃES, Pedro [et al.], *Encontro de saberes: três gerações de bolseiros da Gulbenkian*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- OOSTERBEEK, L., SCHEUNEMANN, Ingelore, ROSINA, P., TRISTÃO, A., ANASTÁCIO, R., GUIMARÃES, A., SANTOS, F.D.: Gestão integrada de grandes espaços urbanos – Uma reflexão transtlântica. IN: *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, III série, n.º 23, pp. 163-176, 2011.

- POFF N. L., ALLEN J. D., BAIN M. B., KARR J. R., PRESTEGAARD K. L., RICHTER B. D., SPARKS R. E., STROMBERG J. C.: The natural flow regime: a paradigm for river conservation and restoration, *BioScience* 47: 769–784, 1997.
- POSTEL, S.; RICHTER, B.: Rivers for life: managing water for people and nature, Washington, D.C.: Island Press. 253 pp., 2003.
- RICHTER B. D., MATHEWS R., HARRISON D. L., WIGINGTON R.: Ecologically sustainable water management: managing river flows for ecological integrity, *Ecological Applications* 13: 206–224, 2003.
- RIZZONI M., GUSTAVINO B., FERRARI C., GATTI L. G., FANO E. A.: An integrated approach to the assessment of the environmental quality of the Tiber River in the urban area of Rome: A mutagenesis assay (micronucleus test) and an analysis of macrobenthic community structure, *Science of the Total Environment*, Vol. 162, No. 2-3, Pp. 127-137, 1995.
- ROBINSON C. T., TOCKNER K., WARD J. V.: The fauna of dynamic riverine landscapes, *Freshwater Biology* 47: 661–77, 2002.
- ROUX D. J., KLEYNAHANS C. J., THIRION C.: Biological monitoring and assessment of rivers as a basis for indentifying and prioritizing river management options, *Water Science and Technology* 39: 207–210, 1999.
- R., KEMPER N. P.: Adaptive assessment and management of riverine ecosystems: the Crocodile/Elands river case study, *Water SA* 25: 501–511. 6 *Hydrobiologia*, 2006.
- SANTOS, Filipe D.: *Que futuro? Ciência, tecnologia, desenvolvimento e ambiente*, Gradiva pub, Lisboa, 2007.
- SARAIVA, M.G.A.N.: *O Rio como Paisagem*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- SCHEUNEMANN, I.: Uma Nova Perspectiva sobre Sustentabilidade, *Forever Brazil – Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável*, 10(37), 10-14, 2009.

WARD J. V., STANFORD J. A.: The serial discontinuity concept: Extending the model to floodplain rivers. *Regulated Rivers: Research and Management*, Vol. 10, No. 3-4, Pp. 159-168, 1995.

Recebido em: 17/07/2013

Aprovado em: 19/08/2013

Publicado em: 04/10/2013

Pesquisa Arqueológica Pré-Colonial no Vale do Rio Pardinho do Estado do Rio Grande do Sul

Taís Vargas Lima¹
Sérgio Célio Klamt²

RESUMO: Este texto versa sobre as pesquisas arqueológicas pré-coloniais para a implantação de uma Linha de Transmissão de Energia pela AESul - Distribuidora Gaúcha de Energia Ltda entre os anos de 2007 e 2008. A área abrangeu parcialmente os municípios de Santa Cruz do Sul e Sinimbu. As coordenadas na SE de Santa Cruz do Sul são (E: 360251816 e N: 6713406132) e na SE Sinimbu, (E:353180000 e N:6731809000) no município de Sinimbu, numa extensão de 21,48 Km. Foram identificados seis novos sítios arqueológicos associados a Tradição Umbu e Tradição Tupiguarani que encontram-se em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: *Arqueologia Pré Colonial; Resgate Arqueológico; Cultura Material.*

ABSTRACT: This academic paper is about pre-colonial archaeological research for the implementation of a transmission line effectuated by AESul – Rio Grande do Sul Energy Distribution Company Limited in the years 2007 and 2008. The area partially encompasses the Santa Cruz do Sul and Sinimbu municipalities. The Santa Cruz do Sul SE coordinates are E 360251816 and N 6713406132 and the Sinimbu coordinates are E 353180000 and N 6731809000 at Sinimbu municipality in an area stretching 21,48 km. New archaeological sites associated to the Umbu and Tupiguarani traditions were identified lying under study.

KEY-WORDS: *Precolumbian Archaeology; Archaeological Rescue; Material Culture.*

¹ Pós-Doutora em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil; e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Docente e Pesquisadora do Campus Universitário de Alegrete do Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP), Brasil; e Coordenadora do Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (NEPA) do Museu de Arqueologia e Artes: Dr. José Pinto Bicca de Medeiros da URCAMP, Brasil

² Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. Docente e Pesquisador da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Brasil; e Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – CEPA da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Brasil.

Introdução

Este trabalho apresenta as atividades e trabalhos referente a dois anos de monitoramento e resgate arqueológico em uma área destinada a implantação de um empreendimento. O projeto teve a aprovação pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN através do processo nº 01512.000190/2007-32. Para o desenvolvimento desta pesquisa tivemos a participação dos seguintes arqueólogos: Dra. Taís Vargas Lima e Dr. Sérgio Célio Klamt, ambos coordenadores do projeto arqueológico e do Ms. Ademir José Machado que muito colaborou para que os objetivos desta pesquisa se concretizassem.



Figura 01

Fonte: Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_do_Sul em 07 de abril de 2013.

O empreendimento situou-se na região central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, situando-se entre as regiões fisiográficas chamadas Depressão Central e Planalto, ou, mais especificamente, dentro da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul, veja o mapa a seguir:

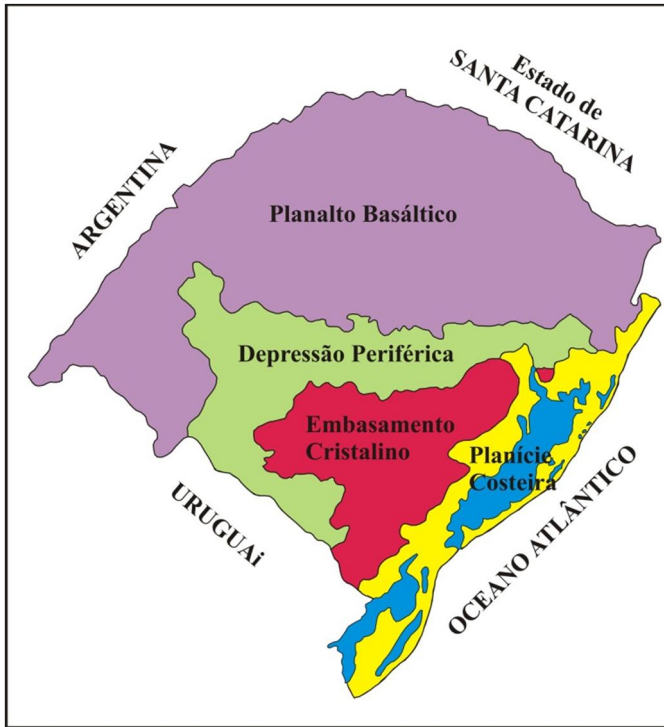


Figura 02

Fonte: Mapa Geomorfológico do Rio Grande do Sul: a Planície Costeira corresponde à porção emersa da Bacia de Pelotas, o Embasamento Cristalino ocupa o centro do estado e o Planalto Basáltico e a Depressão Periférica correspondem à Bacia do Paraná. Disponível em <http://www.ufrgs.br/paleotocas/RioGrandedoSul.htm> em 07 de abril de 2013.

O trabalho foi dividido em vários momentos quanto ao acompanhamento mensal do empreendimento: a) educação patrimonial para funcionários e moradores das localidades; b) busca por informações complementares da área de impacto direto e indireto da obra) pesquisa sobre os sítios arqueológicos encontrados e a organização, limpeza, acondicionamento e classificação dos materiais arqueológicos que foram resgatados ao longo do traçado.

O objetivo central do trabalho fora o de executar o resgate do material arqueológico presente em seis sítios arqueológicos pré-coloniais, visando a sua preservação, valorização e uso para fins científicos, culturais e educacionais, esperando-se com isso obter novos dados e acrescentá-los aos já existentes sobre o modo de vida das sociedades pré-históricas da região, sua cultura material, seu padrão de assentamento e a relação com o meio ambiente.

De forma ampla, o projeto teve por base a seguinte seqüência de atividades: a) o registro e o inventário os sítios arqueológicos da área; b)a intervenção nos sítios arqueológicos através de coleta sistemática, prospecção e escavação em áreas amplas, conforme a sua importância histórica e grau de conservação dos mesmos, priorizando a preservação, o resgate e a pesquisa; c) a avaliação da ocupação humana pré-histórica no Vale do Rio Pardo, buscando as relações entre os sítios do próprio vale, e comparando com outras áreas já estudas e por fim, d) a divulgação os dados a nível científico, acadêmico e social.

O levantamento dos indícios arqueológicos observáveis em campo deu-se através das etapas: sondagens diagnósticas; contato com a população local através de entrevistas com moradores (método oportunístico); comunidade escolar através de palestras e oficinas; contato com autoridades locais e líderes comunitários; uso de método probabilístico através do qual a área passará por uma varredura, seguindo linhas de caminhamento; sondagens diagnósticas nas demais áreas potenciais para ocupação humana pretérita.

Os sítios localizados e pesquisados foram abordados segundo a relevância, considerando-se a extensão, quantidade de material, local de assentamento e grau de conservação constatado através de coleta sistemática de material e sondagens diagnósticas.

Conceituação e Metodologia

As culturas do passado, objeto de pesquisa dos arqueólogos, são reconstituídas através dos dados arqueológicos, que consistem em qualquer evidência material, resultante de atividades humanas. Os locais onde são encontrados estes vestígios da cultura material, resultados de ações humanas, são chamados de sítios arqueológicos.

Apesar de o registro arqueológico referir-se especificamente à distribuição mais ou menos regular de artefatos, outras categorias de registro arqueológico podem ser mencionadas, como por exemplo, estruturas ou ecofatos (WILLEY e PHILLIPS, 1958; FUNARI, 1988).

Entende-se por estruturas, casas, depósitos, templos e outras construções que podem ser reconhecidas através de padrões pré-definidos como, por exemplo, marcas de estacas, alicerces, muros, ou outras formas evidenciadas no solo. A categoria de ecofatos se refere a restos de alimentação, como ossos de animais, sementes ou outros achados de atividades de subsistência humanas.

Os dados arqueológicos não consistem somente em artefatos, estruturas ou ecofatos. Consistem também, seu contexto espacial e temporal, bem como questões relativas a como um artefato chegou a sua posição estratigráfica atual (BINFORD, 1968).

Essas evidências podem estar em seu estado original (contexto primário), sem qualquer perturbação originária de atividade humana ou natural pós abandono. Podem ainda, terem seu estado original alterado (contexto secundário), ou seja, o seu

estado de deposição foi alterado por atividades humanas ou naturais posteriores ao abandono.

A metodologia que fora utilizada para a localização dos sítios arqueológicos obedeceu a duas propostas: a) a técnica oportunística, baseada na informação dos moradores do local através de entrevistas, consulta aos cadastros de instituições de pesquisa arqueológica e IPHAN e a b) técnica probabilística, pela qual as áreas passíveis de ocupação humana pré-histórica, passaram por uma vistoria, seguindo linhas de caminhamento paralelas. Ainda, utilizando método das superfícies amplas (LEROI-GOURHAN, 1950, 1972), os locais com probabilidade de assentamentos pré-históricos foram vistoriados através do método de sondagens diagnósticas intrassolo.

Relação dos Sítios e Materiais Arqueológicos

Durante as atividades de campo foram identificados seis sítios arqueológicos conforme segue na tabela a seguir:

Número de Catálogo	Nome	Localidade	Município
09	Hugo Branth	Rio Pardinho	Vera Cruz, RS
10	Armando Glass	Rio Pardinho	Santa Cruz do Sul, RS
11	Elemar Radtke	Travessão Dona Josefa	Santa Cruz do Sul, RS
12	Sebaldo Jacksch	Linha Zingler	Sinimbu, RS
13	Mário Schwengber	Baixo Sinimbu	Sinimbu, RS
14	Paulo Thomé	Área Urbana	Sinimbu, RS

O material arqueológico recolhido está acondicionado em caixas tipo arquivo morto e esta sendo pesquisado pelos setores do CEPA da UNISC e pelo Núcleo de Ensino e Pesquisas

Arqueológicas do Campus Universitário de Alegrete da Universidade Regional da Campanha que tem a responsabilidade pela guarda e manutenção dos mesmos. A seguir são apresentados a relação do material arqueológico recolhido em campo em superfície e em algumas sondagens junto as informações sobre seu acondicionamento e estocagem.

- a) Sítio: **Hugo Branth RS-RP: 264** Catálogo: **09**
1) Cerâmica:
Número de Fragmentos: **278** Número de Vasilhas: **0**
2) Lítico: 50
3) Outros: 0
TOTAL: 328
- b) Sítio: **Armando Glass RS-RP: 265** Catálogo: **10**
1) Cerâmica:
Número de Fragmentos: **86** Número de Vasilhas: **0**
2) Lítico: 06
3) Outros: 0
TOTAL: 92
- c) Sítio: **Elemar Radtke RS-RP: 266** Catálogo: **11**
1) Cerâmica:
Número de Fragmentos: **0** Número de Vasilhas: **0**
2) Lítico: 04
3) Outros: 0
TOTAL: 04
- d) Sítio: **Sebaldon Jachisch RS-RP: 267** Catálogo: **12**
1) Cerâmica:
Número de Fragmentos: **15** Número de Vasilhas: **0**
2) Lítico: 06
3) Outros: 0
TOTAL: 21

e) Sítio: **Marcio Schwengber RS-RP: 268**

Catálogo: **13**

1) Cerâmica:

Número de Fragmentos: **0**

Número de Vasilhas: **0**

2) Lítico: 41

3) Outros: 0

TOTAL: 41

f) Sítio: **Paulo Thomé RS-RP: 269**

Catálogo: **14**

1) Cerâmica:

Número de Fragmentos: **0**

Número de Vasilhas: **0**

2) Lítico: 10

3) Outros: 0

TOTAL: 10

Trabalho de Pesquisa no Sítios Arqueológicos



Figura 03

Realização de sondagens diagnósticas no Sítio Armando Glass RS-RP: 265



Figura 04

Coleta controlada de material arqueológico



Figura 05

Medição da área de concentração de vestígios arqueológicos

Identificação das Áreas dos Sítios Arqueológicos



Figura 06

Vista Panorâmica do Sítio Hugo Branth



Figura 07

Vista Pormenorizada do Sítio Hugo Branth



Figura 08

Vista Panorâmica do Sítio Armando Glass



Figura 09

Vista Pormenorizada do Sítio Armando Glass



Figura 10

Vista Panorâmica do Sítio Eleamar Radtke



Figura 11

Vista Pormenorizada do Sítio Eleamar Radtke



Figura 12

Vista Panorâmica do Sítio Sebaldo Jackisch



Figura 13

Vista Pormenorizada do Sítio Sebaldo Jackisch



Figura 14

Vista Panorâmica do Sítio Marcio Schwengber



Figura 15

Vista Pormenorizada do Sítio Marcio Schwengber

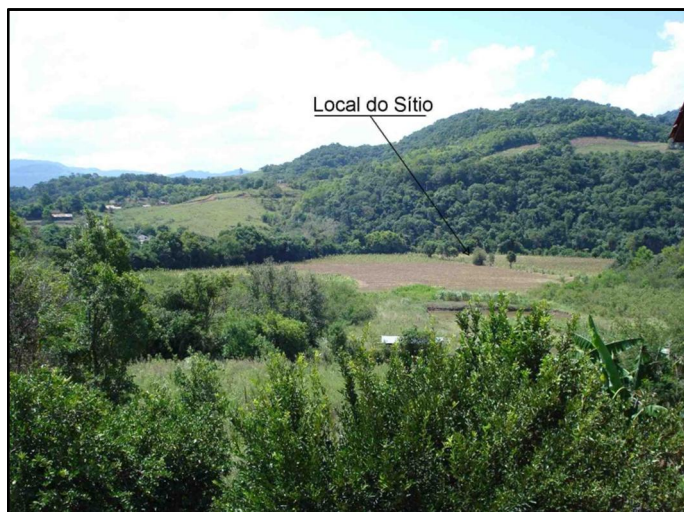


Figura 16

Vista Panorâmica do Sítio Paulo Thomé



Figura 17

Vista pormenorizada sítio Paulo Thomé

Ilustração dos Materiais Arqueológicos



Figura 18

Material Relevante do Sítio Hugo Branth



Figura 19

Material relevante sítio Armando Glass



Figura 20

Material Relevante do Sítio Elemar Radtke



Figura 21

Material Relevante do Sítio Sebaldo Jackisch



Figura 22

Material relevante do sítio Márcio Schwengber



Figura 23

Material Relevante do Sítio Paulo Thomé

Resultados Parciais

Os trabalhos de campo e os materiais que se produziram através dos registros em ficha de registro conforme modelo IPHAN, diários de campo, documentação a partir d pesquisa em arquivos, documentação gráfica e fotográfica; mapas com a localização geográfica via GPS em carta do Ministério do Exército, escala 1: 50.000 foram organizados para o estudo dos sítios arqueológicos e dos materiais advindos destes. As demais informações para pesquisa estão disponíveis através do CEPA da UNISC e do NEPA do Museu de Arqueologia e Artes Dr. José Pinto Bicca de Medeiros – MAARA do Campus Universitário da Região da Campanha - URCAMP.

O material arqueológico resgatado foi acondicionado em caixas de papelão tipo arquivo morto nos setores de arqueologia, mas antes foi limpo, numerado, catalogado, classificado, quantificado. .

A análise tecno-tipológica dos implementos esta em desenvolvimento em laboratório e deverá ser de caráter quantitativo e qualitativo, e terá como base uma lista de atributos para o material lítico (Cf. DIAS e HOELTZ, 1997; Hoeltz, 1997) e cerâmico (Cf. LA SALVIA e BROCHADO, 1989; BROCHADO, MONTICELLI e NEUMMAN, 1990).

A caracterização das culturas pré-históricas da área a partir da análise da cultura material remanescente terá as seguintes análises: para o material lítico - o estudo das rochas utilizadas na confecção dos instrumentos, morfologia, sinais e formas de uso, técnicas de confecção, ilustração das peças mais relevantes e para material cerâmico - o estudo da composição, preparação e queima da pasta das vasilhas, buscando a reconstituição das mesmas em desenho.

Referências Bibliográficas

- BINFORD, S.R. & BINFORD L.R. (EDS.) *New Perspectives in Archaeology*, Chicago: Aldine, 1968
- BROCHADO, J.J.P., MONTICELLI, G., NEUMANN, E.S. *Analogia etnográfica na reconstrução gráfica das vasilhas guarani arqueológicas*. Porto Alegre: Edipucrs. *Véritas*, v.35, n.140, 1990, p.727-743.
- BRASIL. Lei n.3.924 de 26 de julho de 1961. Trata sobre monumentos arqueológicos em todo território nacional. Brasília, Diário Oficial de 26.07.1961.
- DIAS, A.S. & HOELTZ, S.E. *Proposta metodológica para estudo da indústria lítica no sul do Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc. *Revista do CEPA*, v.21, n.25, 1997.
- FLANNERY, K.V. *Archaeological Systems Theory and Early Mesoamerica*. In: LEONE, M.P. *Contemporary Archaeology*, cap.20, 222-234. Southern Illinois University Press, 1975.
- FUNARI, Pedro P. Abreu *Arqueologia*. São Paulo, Editora Ática, 1988
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, Folhas SH.22, SH21 e SI22, 1986.
- HOELTZ, Elaine Sirlei. *Artesãos e Artefatos Pré-Históricos do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 1997.
- IPHAN. *Cadastro de Sítios Arqueológicos no Rio Grande do Sul*. (<http://www.iphan.gov.br>)
- KLAMT, S.C. A Ocupação Pré-Colonial no Vale do Rio Pardo, RS. In: *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Vogt e Silveira (Orgs.) Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p.11-39.
- LA SALVIA, F., BROCHADO, J.J.P. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.
- LANATA, J.L. *Espacio y Adaptación En Grupos Cazadores-Recolectores*. São Paulo: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, 1993.

- LEMOS, R.C. (Coord.). *Levantamento e Reconhecimento dos Solos do Estado do Rio Grande do Sul*. Recife: Ministério da Agricultura, Bol. Técnico N.30, 1973.
- LEROI-GOURHAN. *A les fouilles préhistóques: techniques et methodes*. Paris: Picard, 1950.
- LEROI-GOURHAN, A. BRÉZILLON, M. *Fouilles de Pincevent, la section 36, Gallia Prehistorie. Supplément, Paris, v. 7, 1972.*
- POUTIGNAT, P. , STREIFF-FENART, J. , BARTH, F. *Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- RIBEIRO, P.A.M. *Pré-história do Vale do Rio Pardo: a história dos primeiros habitantes*. Santa Cruz do Sul: Gráfica Kist, 1993.
- RIBEIRO, P.A.M. *Casas subterrâneas no planalto meridional, município de Santa Cruz do Sul, RS*. Santa Cruz do Sul. *Revista do CEPA*.V.9,1980.
- RIBEIRO, P.A.M. *O Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a Redução de Jesus Maria*. Santa Cruz do Sul. *Revista do CEPA*.V.10,1981
- SCHMITZ, P.A . (Org.). *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, Documentos, n.5, 1991.
- SCHMITZ, P. A. *Uma Aldeia Guarani. Projeto Candelária, RS*. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisa – IAP/UNISINOS. Documentos 04, 1990.
- SCHMITZ, P.A .(Org.).*Fichas de Sítios Arqueológicos Existentes no Instituto Anchietao de Pesquisas*. São Leopoldo: IAP, 1983.
- SOARES, A. L. R. ; KLAMT, S. C. *Antecedentes Indígenas: Pré-História Compacta do Rio Grande do Sul*. Martins Livreiro, 2005.
- UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. *Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. Cadastro de Sítios Arqueológicos*. Santa Cruz do Sul, 1974-2001.
- WILLEY, G., PHILLIPS, P. *Method and theory in american archaeology*. University Press, 1958.

Resenha: SUÁREZ, Rafael. Arqueología prehistórica en la localidad arroyo Catalán Chico: investigaciones pasadas, replanteo y avances recientes.

Chaiane Alves Quadrado ¹

Rafael Suárez é doutor em Ciências Naturais (UNLP, Argentina) e pesquisador do Museu de Arqueologia e Ciências Naturais de Salto, Uruguai. No livro *Arqueología prehistórica en la localidad arroyo Catalán Chico*, ele propõe uma nova interpretação da tecnologia lítica local - e por consequência, da cultura e vida social dos habitantes pré-históricos - além de buscar uma valorização dos sítios da região que sofrem degradação constante por consequência da atividade mineira sem, ao menos, terem sido reconhecidos como monumento de interesse cultural do país.

Desde 1999, o autor trabalha com os sítios arqueológicos de Catalán Chico, que atualmente são 123, e neste livro ele traz os resultados de todos esses anos de pesquisas e estudos.

No primeiro capítulo, Suárez trata das investigações passadas que aconteceram na região do arroio Catalán Chico, descobertos em 1955, por Antonio Taddei - pesquisador bastante entusiasta da arqueologia - logo atraíram atenção de pré-historiadores da Europa e ambas as Américas. Na época, Taddei trabalhou com 28 sítios, que estudados por diversos autores, tiveram sua indústria lítica (então chamada *industria catalanense*) classificada como bruta, primitiva e unifacial. A interpretação feita foi que esta seria uma cultura parada no tempo, supostamente iniciada em 10.000 AP e não sofrendo grandes mudanças desde então. Sempre que algum tipo de tecnologia diferenciada foi encontrado, classificou-se como de produção externa ou influência

¹ Acadêmica do curso Bacharelado em Antropologia com Habilitação em Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

de algum grupo superior, usando sempre referências bastante evolucionistas ou difusionistas que buscavam uma “linha única” de evolução, classificando as sociedades em diferentes etapas entre os “menos desenvolvidos” e os “mais desenvolvidos” – no caso desta região, dos caçadores primitivos (com raros bifaciais) aos caçadores especializados (abundância de bifaciais e pontas de projétil).

O segundo capítulo, ainda abordando as interpretações de outros autores e pesquisadores, traz alguns problemas nas publicações feitas anteriormente sobre a indústria lítica local, como interpretação de origem das técnicas de lascamento utilizadas e idade atribuída aos sítios.

Dentro das interpretações difusionistas, alguns autores trabalharam com uma rota que teria se iniciado na Europa Central e chegado até Catalán Chico, passando pela China e Sibéria. Essa teoria baseia-se nos tipos de ferramentas encontradas em sítios que se localizam nos lugares citados, afirmando que se um mesmo tipo de tecnologia está presente em diversos lugares é porque teve uma origem comum. A grande maioria dos discursos baseava-se em intuições, sem apresentação de justificativas plausíveis. Suárez destaca a perda de objetividade na pesquisa e uma necessidade de comparação com padrões europeus. Numa tentativa de dar interpretações expressamente subjetivas à tecnologia lítica de *Catalán Chico*, chega-se a compará-la com tecnologias produzidas por espécies como *Homo erectus* ou *Homo neanderthalensis*, o que justificaria a classificação primitiva que a indústria lítica recebia.

Existe também uma grande variação nas datações apresentadas por pesquisadores como Taddei, Bórmida, Campá e etc.. Datas que variam de 25.000 AP a 8.000 AP, baseadas em amostras estratigráficas, formações minerais, entre outros métodos contestáveis. O esquema tipológico-cronológico baseado em sofisticação dos materiais encontrados esbarra em diversas problemáticas que os autores não souberam ou não se importaram em explicar.

A ideia de que todos os recursos de sobrevivência, como caça, pesca, moradia, produção de ferramentas e agricultura, estariam limitados a um pequeno raio de mobilidade – esquema apresentado pelos pesquisadores anteriores a Suárez, que consideram os grupos como estáticos, ou seja, um único sítio abrange todas as atividades - não condiz com as evidências materiais encontradas pelo autor, que destaca a possibilidade de sítios diferentes para funções diferentes.

Para Bórmida, as diferentes tecnologias encontradas em *Catalán Chico* e nos sítios do rio *Cuareim* explicavam-se porque se tratava de diferentes grupos sociais. Mas o contraste está no fato que em *Cuareim* a indústria lítica baseia-se em nódulos, enquanto em *Catalán*, em grandes lascas. Para Rafael Suárez isso não é suficiente para afirmar uma distinção étnica e sim que esteja provavelmente ligado a fontes diferentes de matéria-prima, tanto para produção como para uso como suporte na manufatura.

No terceiro capítulo, o autor trata das investigações atuais, feitas por ele e sua equipe, este consiste basicamente em três pontos referenciais: a) identificação de diferentes afloramentos minerais através de cortes petrográficos nas pedreiras; b) análises de perfis estratigráficos através da geoarqueologia; c) dar ênfase aos processos de redução e lascamento presentes nos sítios, sem a execução de novas escavações na região.

A paisagem do nordeste uruguaio é formada por colinas e montanhas – que chegam até 280msnm (metros acima do nível do mar). O vale do arroio *Catalán Chico* apresenta depósitos sedimentares, suas nascentes têm três formações basálticas e um banco de arenito silicificado que aflora ao longo do vale. Na desembocadura da sanga *de los Tajás* aparecem mais afloramentos semelhantes onde o arenito apresenta tonalidades verdes, avermelhadas, marrons e brancas – a diferença de cor se dá pela mistura de diferentes materiais como clorito, hidróxidos de ferro, etc.. Algumas unidades de solo analisadas apresentam terra preta,

sem carbonato de cálcio (componente de rochas) e com materiais arqueológicos.

A presença de bifaciais é muito frequente, tendo sido encontrados, muitas vezes, na superfície e datados do Pleistoceno final/médio Holoceno. Há uma grande variedade de tamanho e formas podendo servir a diferentes propósitos. Utilizando materiais encontrados em três sítios de *Catalán Chico* foi feita uma análise das etapas de fabricação dos bifaciais, são ao todo 369 objetos, 214 inteiros e 155 fragmentados.

Baseado num esquema de cinco etapas, criado por Callahan, Suárez explica as quatro que foram usadas no processo de pesquisa feito por ele:

◊ obtenção da base – início da redução, uma etapa difícil de ser reconhecida nas peças já que muitas vezes é confundida com material não manipulado;

◊ redução inicial – etapa de obtenção de negativos, aproximadamente 29% de todos os bifaciais analisados encontrava-se nesse estágio;

◊ adelgaçamento primário – retirada de protuberâncias das peças, 50% dos bifaciais inteiros encontrados estavam nessa etapa, podendo ser frutos de fricção com percussor duro ou brando;

◊ adelgaçamento secundário – o momento de acertar as seções transversal e longitudinal das peças, cerca de 21% dos bifaciais inteiros estavam nesta etapa e 43% dos fragmentados.

No capítulo 4, o autor fala sobre investigações atuais que acontecem em outras regiões nas proximidades de *Catalán Chico*, como as nascentes do rio *Arapey Grande*. Até algum tempo atrás a atenção sempre foi dada aos afloramentos de arenito silicificado,

recentemente, estudos mostram uma variedade de matérias-primas como ágata translúcida e calcedônia em sítios de lascamento.

Estes sítios contribuem para o entendimento de organização tecnológica e mobilidade de caçadores coletores. O transporte de longa distância de rochas silicificadas já havia sido reconhecido no século XIX por J.H. Figueira (importante arqueólogo uruguaio). Nas Américas do Sul e Norte, a ágata foi um recurso lítico muito usado para fabricação de artefatos, como citado por diversos pesquisadores como Bird, Núñez, Bamforth, etc.. Taddei, em 1964, chamou atenção para a *calcedônia vítrea* encontrada nos sítios de *Catalán Chico*, reconhecida posteriormente por outros pesquisadores como ágata ou calcedônia transparente. Tendo sido encontrado também fontes de opala e arenito silicificado.

Suárez traz um levantamento das matérias-primas encontradas nos demais sítios da região, demonstrando a grande diversidade mineral local. O sítio K87, escavado por arqueólogos estrangeiros, teve seu material perdido, mas baseado nos dados coletados por estes pesquisadores, sabe-se que foi encontrada uma grande variedade de matéria-prima manufaturada, como ágata, arenito, calcedônia e quartzo. Em *Pay Paso* (rio *Cuareim*), além dos materiais encontrados em K87, ainda havia opala, basalto e calcário. Já o sítio *Catalán Seco 1* é uma pedreira de ágata, já alterado pela extração mineira. O material arqueológico encontrado nesse, varia entre unifaciais e bifaciais nas etapas iniciais de lascamento.

As evidências de diversas matérias-primas nos sítios oficinas representam uma fácil adaptação e técnica em manufatura de materiais diferentes. A distância entre algumas fontes de minerais e os sítios onde os objetos foram encontrados chega a 170km para o transporte de ágata, e Flegenheimer chega a propor uma distância de 500km para o calcário.

O capítulo 5, que encerra o livro, é focado na interpretação atual dos sítios de *Catalán Chico* e na evidenciação da necessidade de uma valorização do patrimônio local. Em 2006 um trabalho que incluiu diversos estudiosos e pesquisadores das áreas de

arqueologia e geografia, como o próprio Rafael Suárez, tinha por objetivo realizar um levantamento dos sítios arqueológicos da área do arroio *Catalán Chico* e da *Zanga de los Talas*, propondo medidas de proteção para os mesmos, mas o projeto não foi concretizado e hoje estes continuam sofrendo alterações.

É claro que Suárez não se opõe totalmente à atividade mineira, uma vez que esta é responsável pelo sustento de centenas de famílias pobres da área, além de prover investimentos ao país e gerar exportações. Sua proposta é que a atividade arqueológica trabalhe junto à extração de minerais, provendo o mínimo possível de impacto e destruição.

As últimas evidências encontradas apontam que os bifaciais encontrados foram manufaturados por diferentes indivíduos/grupos, utilizando técnicas sequenciais diferenciadas formadas por etapas de redução distintas. E não por um grupo primitivo, às vezes influenciado por caçadores mais evoluídos. As novas observações em relação à técnica de lascamento é que ela possui uma regularização na preparação, com retoques invasivos – similares à técnica utilizada em bifaciais do período Paleoíndio na América do Norte.

Em relação à funcionalidade, os sítios são interpretados como oficinas de lascamento – haveria uma divisão por função, onde sítios de pesca, caça e habitação seriam separados num raio maior do que o antes proposto por Taddei e Bórmida, por exemplo.

Em relação ao lascamento, utilizam técnicas e etapas semelhantes às utilizadas em produções de pontas de projétil (lembrando que as sociedades de *Catalán Chico* eram classificadas como primitivas por não incluírem este material). Apresentam etapas de redução bastante detalhadas, que significam ótimas habilidades técnicas. Os materiais antes classificados como toscos, seriam descartes inacabados, enquanto os que foram totalmente trabalhados foram transportados para outros sítios onde seriam utilizados. As fontes de matérias-primas poderiam ser usadas por diversos grupos que levavam suas ferramentas para outras regiões.

Enfim, Rafael Suárez traz um grande apanhado de informações que demonstram que há muito ainda a ser revisto e estudado em relação à *Catalán Chico*, e defende que sem a devida atenção e cuidado com a região, não haverá tempo pra que isso seja feito.

Recebido em: 18/07/2013
Aprovado em: 16/08/2013
Publicado em: 04/10/2013